

SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa  
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO  
OFN nº 35  
2010  
23.08.10



Ofício nº 35, de 2010 - CN  
A Comissão Mista de Planos  
Orçamentários, Fiscais e  
Fiscalização.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO "E" 8º ANDAR - GABINETE  
BRASÍLIA/DF - 70.067-901  
(61) 3414-5768 / FAX: (61) 3414-5638 - WWW.INTEGRACAO.GOV.BR

Em 24/08/2010

Roberto Cavalcanti

(Sen. Roberto Cavalcanti)

Ofício nº 198 /MI

Brasília, 12 de agosto de 2010.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Congresso Nacional  
Palácio do Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes  
70160-900 - Brasília / DF

Assunto: Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009.

Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, encaminho à Vossa Excelência três vias do relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos FCO no exercício de 2009, acompanhado das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009, devidamente auditadas, três vias do Parecer Conjunto nº 16/SDR/SCO, de 21.06.2010, do Ministério da Integração Nacional, e três vias da Resolução Condel/FCO nº 388, de 29/06/2010, para efeito de fiscalização e controle pelas comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como pela Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

**JOÃO REIS SANTANA FILHO**  
Ministro de Estado da Integração Nacional

Senado Federal  
Protocolo Legislativo  
OFN nº 35, 2010  
Fis. 02

19.08.10



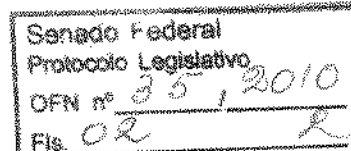
**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/FCO**

**RESOLUÇÃO N.º 388, de 29 de junho de 2010**

**Relatório de Gestão do Fundo  
Constitucional de Financiamento do  
Centro-Oeste (FCO) – Exercício de 2009.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE – CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 54ª Reunião Ordinária realizada em 29.06.2010, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) apresentado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2009, recomendando ao Banco do Brasil a adoção das seguintes providências:

- a) continuar desenvolvendo ações no sentido de obter a plena aplicação dos recursos orçamentários do Fundo;
- b) continuar desenvolvendo ações efetivas para incrementar as aplicações com empreendedores de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas);
- c) continuar desenvolvendo ações no sentido de ampliar o número de operações nos 466 municípios da Região, tendo presente que não basta contemplar os municípios de economia deprimida com uma ou poucas operações, fazendo-se necessário beneficiar o maior número possível de agentes econômicos e garantir-lhes recursos em volume que permita tirá-los da inércia e estagnação econômica;
- d) desenvolver ações para incrementar as aplicações nas microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como dinâmicas ou estagnadas, que se encontram abaixo de 50% no Estado de Goiás;
- e) incrementar os financiamentos no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, especialmente de projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e área de influência;
- f) adotar procedimentos para a regularização das operações vencidas, principalmente daquelas inadimplentes há mais de 180 dias, e a redução dos valores levados a prejuízo;
- g) no sentido de aprimorar o processo de supervisão, acompanhamento, controle e avaliação de desempenho do Fundo e para atendimento de recomendações dos órgãos federais de controle, informar a quantidade e o valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma especificada pelos arts. 15-B e 15-C da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei n.º 11.945, de 04.06.2009;

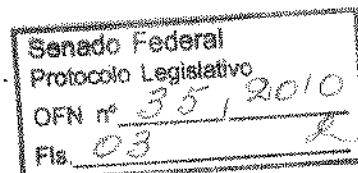


- h) informar o estágio em que se encontra a criação de sistema de informações que permita avaliar os impactos econômicos e sociais resultantes dos financiamentos do FCO, a exemplo do que vem sendo utilizado pelo Banco do Nordeste no caso do FNE, com o uso da metodologia *propensity score* e da metodologia da Matriz Insumo/Produto;
- i) continuar desenvolvendo ações no sentido de agilizar a análise das propostas e a contratação dos financiamentos, de modo a atender a meta de 40 dias estabelecida pela Resolução Condel/FCO n.º 383, de 04.03.2010;
- j) continuar desenvolvendo ações para incrementar ainda mais as contratações ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; e
- k) continuar divulgando nos boletins de informações gerenciais e nos relatórios de gestão informações sobre os recursos e as contratações em cada Linha de Financiamento, sem agrupá-las como ocorre no título “Rural/Integração”, realizando a análise do desempenho verificado em cada uma das Linhas de Financiamento.

O Banco do Brasil terá até 60 dias, a contar da publicação desta Resolução no DOU, para encaminhar à Secretaria-Executiva do Condel plano de providências para atendimento das recomendações retro, contendo a indicação das ações em desenvolvimento e/ou a serem desenvolvidas e dos prazos para seu início e conclusão.

Brasília (DF), 29 de junho de 2010.

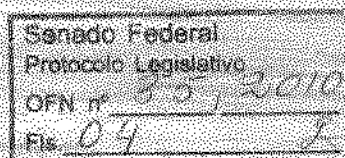
**JOÃO REIS SANTANA FILHO**  
Presidente do CONDEL/FCO



# FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE  
FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO  
EXERCÍCIO DE 2009



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO  
DO CENTRO-OESTE (FCO)**

**Exercício de 2009**

**PARECER CONJUNTO Nº 16/SDR/SCO, de 21 de junho de 2010**



---

**1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA**

**1.1. Nome Completo e Oficial do Fundo:**

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

**1.2. Número do CNPJ:**

00.394.460/0414-17.

**1.3. Natureza Jurídica:**

Fundo Constitucional de Financiamento – Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º, do Decreto n.º 93.872, de 23.12.1986).

**1.4. Vinculação Ministerial:**

Ministério da Integração Nacional (MI).

**1.5. Administração:**

A administração do FCO é exercida pelo:

- Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO), órgão colegiado vinculado ao Ministério da Integração Nacional;
- Ministério da Integração Nacional; e
- Banco do Brasil S.A.

**1.6. Endereço completo da sede dos administradores:**

- Conselho Deliberativo do FCO (Condel/FCO), presidido pelo Ministro de Estado da Integração Nacional. As atribuições da Secretaria Executiva do Conselho são exercidas pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO/MI), no seguinte endereço: SBN, Quadra 02, Lote 11, Edifício Apex Brasil, Portaria B, 2º subsolo, Brasília (DF), CEP 70.041-907; Telefone (61) 3414-0120; Fax (61) 3414-0143; E-mail: [sco@integracao.gov.br](mailto:sco@integracao.gov.br).
- Ministério da Integração Nacional:  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 8º andar, Gabinete.  
CEP 70062-900, Brasília (DF).  
Telefone (61) 3414-5814; Fax (61) 3414-5638.
- Banco do Brasil S.A.:  
SBS, Quadra 01, Bloco C, Lote 32, Edifício Sede III, 11º andar.  
CEP 70.073-901, Brasília (DF).  
Telefone (61) 3310-3780; Fax (61) 3310-2948; E-mail: [governo@bb.com.br](mailto:governo@bb.com.br).

**1.7. Endereço da página institucional na Internet:**

- Condel/FCO:  
<http://www.integracao.gov.br/orgaoscolegiados/condelfco/index.asp>
- Ministério da Integração Nacional:  
[http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos\\_constitucionais/index.asp?area=FCO](http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp?area=FCO)
- Banco do Brasil S.A.:  
[http://www.bb.com.br/portalbb/page3.110,4501.11.0.1.3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=1\\_8](http://www.bb.com.br/portalbb/page3.110,4501.11.0.1.3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=1_8)

**1.8. Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizadas no SIAFI:**

- UG: 537003 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste; e
- Órgão 53.902 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

**1.9. Normas de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada:**

▪ **Origem:**

O art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal de 1988, destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

▪ **Criação e Objetivo:**

A Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

**1.10. Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:**

- O FCO não possui estrutura orgânica.

**1.11. Publicação no DOU do Regimento Interno da Unidade Jurisdicionada:**

- O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) não possui regimento interno ou estatuto.

**1.12. Função de governo predominante:**

- Administração.

**1.13. Situação da unidade:**

- Em funcionamento.

**1.14. Tipo de atividade:**

- Execução de programas de financiamento aos setores produtivos para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste.

## 2. APRESENTAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, conforme disposto na alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a região conta com 466 municípios.

Desde sua criação, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais de desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Atualmente, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O presente Parecer resulta de trabalho conjunto, realizado pelas Secretarias de Política de Desenvolvimento Regional (SDR) e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), com vistas a avaliar o desempenho do FCO, por meio do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), no exercício de 2009, elaborado pelo Banco do Brasil.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setor econômico, porte de beneficiário, unidade federativa, áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além de outras variáveis.

## 3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é parte indissociável da estratégia de desenvolvimento do País e expressão da prioridade que é dada ao tema na agenda nacional de desenvolvimento. A Constituição de 1988 já determinava a redução das desigualdades regionais como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional.

Os objetivos da PNDR são: reduzir as profundas desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões do País. A matéria-prima da política é o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental que caracteriza o Brasil.

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns dos espaços, enquanto condena outros espaços à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. A PNDR atua no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, por meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos.

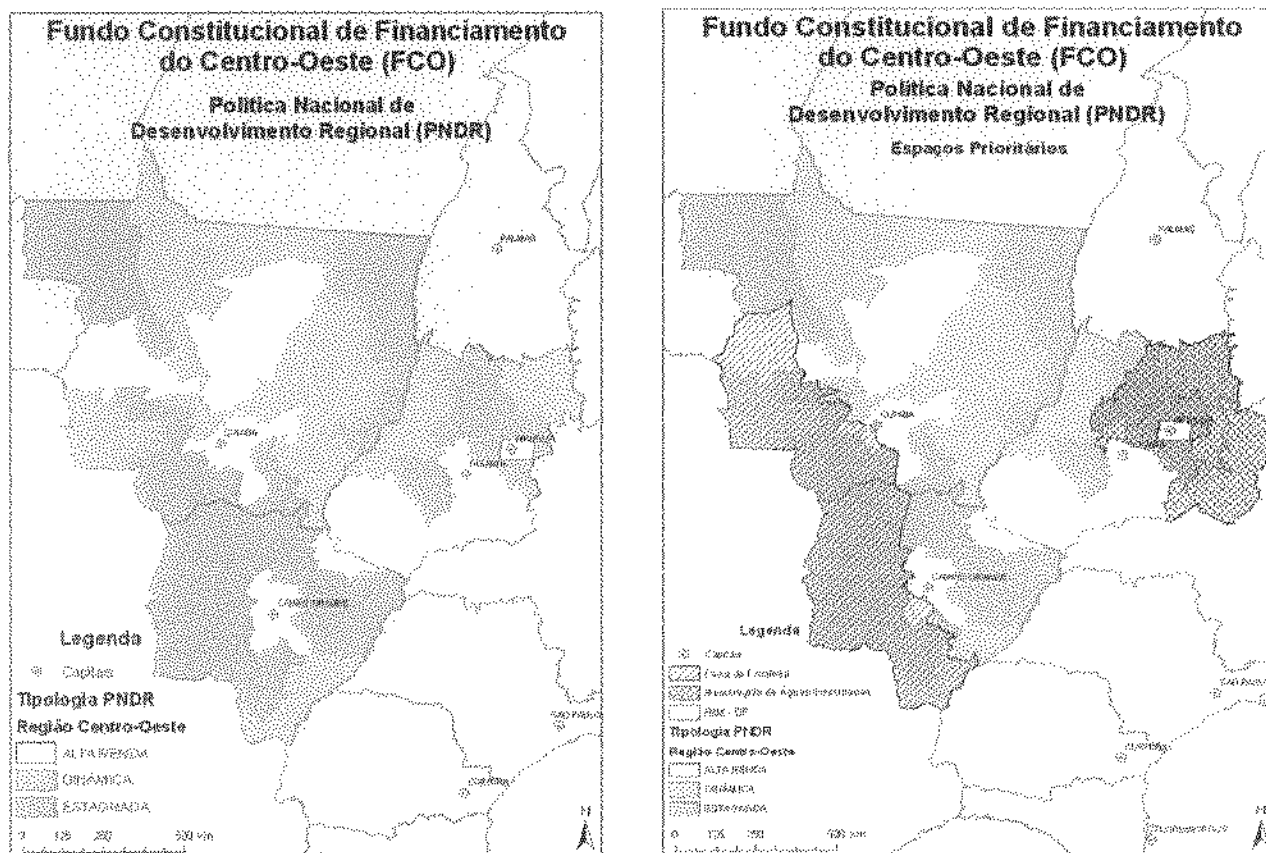
As regiões prioritárias para a PNDR foram definidas pelo cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita. A primeira, uma variável estática, retrata a riqueza relativa da população. A segunda, uma variável dinâmica, retrata o potencial relativo de crescimento observado na década de 90. O cruzamento das duas variáveis resultou em um cartograma de quatro situações (mapa abaixo), descritas da seguinte maneira:

- microrregiões (MRGs) de alta renda: compreendendo MRGs com alto rendimento domiciliar por habitante, independentes do dinamismo observado, que se encontram predominantemente nas Regiões Sul e Sudeste e também no Centro-Oeste. As Regiões Norte e Nordeste, ao contrário, apresentam manchas insignificantes nessa tipologia, quase todas relacionadas às MRGs das capitais, o que denota um primeiro contraste importante;
- microrregiões (MRGs) dinâmicas: MRGs com rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa. Elas possuem presença rarefeita nas Regiões Sul e Sudeste e são mais frequentes no Centro-Oeste e Nordeste, onde cobrem vastas extensões territoriais;
- microrregiões (MRGs) estagnadas: MRGs com rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico. Em geral refletem dinamismo com períodos passados e possui, em muitos casos, estrutura socioeconômica e capital social considerável. A sua espacialização mostra uma dispersão por todo território nacional, embora predominem nas Regiões Sul e Sudeste, com importante presença no Centro-Oeste; e
- microrregiões (MRGs) de baixa renda: MRGs com baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo. Concentradas no Norte e Nordeste, combinam situações de pobreza e debilidade da base econômica regional.

O Ministério da Integração Nacional vem orientando suas ações em função do mapa das desigualdades, produto do diagnóstico da PNDR. A tradução da política em ações do Governo Federal, de Estados e Municípios, e da sociedade civil, nas mais diversas escalas, está cristalizada nos programas do PPA, no direcionamento estratégico dos instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional e em iniciativas não orçamentárias do governo.

Dentre as ações para a implementação da PNDR, destaca-se, na escala sub-regional, a área especial de planejamento, a faixa de fronteira, que constitui objeto de programa específico no PPA e, ainda, o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), que articula ações de capacitação, mobilização de atores sociais, infra-estrutura, crédito e assistência técnica para o desenvolvimento do potencial endógeno da mesorregião diferenciada de Águas Emendadas.

Mapa 1: Política Nacional de Desenvolvimento Regional



Em suma, a ação da PNDR procura reduzir as desigualdades regionais, focando-se no combate à estagnação econômica observada em algumas sub-regiões brasileiras, que devem ser priorizadas no processo de transferência de recursos promovida pelo Governo Federal. O financiamento da política deve ser direcionado de forma a fornecer suporte financeiro adequado às diversas escalas de intervenção. Em síntese, o financiamento do desenvolvimento nas múltiplas escalas conta com instrumentos diversos, a exemplo do Orçamento-Geral da União e dos entes federativos, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, dos Incentivos Fiscais, e dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNO e FNE), que são os principais instrumentos de fomento às atividades produtivas desenvolvidas nas Regiões em que atuam.

#### 4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas e resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, acompanhado da documentação e relatórios, a saber: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos e relatórios semestral e anual sobre as atividades desenvolvidas e resultados obtidos.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional encaminhar o referido relatório ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e a determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas.

## **5. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2009**

A proposta de programação apresentada pelo Banco do Brasil, foi formulada com a observância das diretrizes legais contidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, bem como das contribuições originadas de discussões em reuniões com a participação de representantes dos Governos Estaduais e do Distrito Federal e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

### **5.1. Diretrizes e Prioridades Para Aplicação dos Recursos em 2009**

De acordo com competência prevista na alínea “d” do inciso XIII do art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28.05.2003, o Ministério da Integração Nacional encaminhou ao Banco do Brasil, agente financeiro do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Ofício n.º 523/MI, de 21.08.2008, contendo as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo no exercício de 2009.

O atendimento a essas diretrizes e prioridades será abordado no item “9. Atendimento às Diretrizes e Prioridades Estabelecidas”.

### **5.2. Programas e Linhas de Financiamento**

A Programação de Aplicação dos Recursos do FCO para o exercício de 2009 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do FCO (Condel/FCO) por meio de sua Resolução n.º 359, de 10.12.2008, para operacionalização dos recursos no âmbito dos seguintes Programas e Linhas de Financiamento:

#### **Programa de FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – MPE:**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; e
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE.

#### **Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE:**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE; e
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE.

#### **Programa de FCO Rural:**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (CONVIR);
- Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária;

- Linha de Financiamento de Conservação da Natureza;
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca;
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira;
- Linha Especial de Financiamento para Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais; e
- Linha Especial de Crédito para Pagamento de Prestações com Vencimento em 2008, ainda não Amortizadas, referentes às Linhas de Crédito do Programa de FCO Rural.

#### **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**

#### **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – Reforma Agrária (Planta Brasil)**

##### **Programa de FCO Empresarial para Repasse:**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional; e
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços.

##### **Programa de FCO Rural para Repasse:**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (CONVIR);
- Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária;
- Linha de Financiamento de Conservação da Natureza;
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

## **6. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

### **6.1. Previsão de Disponibilidades de Recursos para o Exercício de 2009**

No orçamento aprovado em 10.12.2008 pelo Conselho Deliberativo do FCO (Resolução Condel/FCO n.º 359) foi prevista para o exercício de 2009 a disponibilidade de recursos para aplicações no montante de R\$ 2.905,0 milhões.

As principais fontes de recursos do FCO correspondem aos repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação do IR e do IPI, aos retornos e encargos financeiros das suas aplicações, ao resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, e as disponibilidades verificadas ao final do exercício anterior.

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

**Tabela 1: Origem dos Recursos**

Origem dos Recursos	Valor (R\$ Milhões)
De Exercícios Anteriores (1)	462,6
De Retorno de Operações (2)	1.153,7
De Repasses do Tesouro Nacional (3)	1.486,5
Resultado Operacional (4)	78,0
Recursos comprometidos com parcelas a Liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (5)	(275,8)
<b>Total</b>	<b>2.905,0</b>

Fonte: Programação do FCO para 2009 (Resolução Condel/FCO n.º 359, de 10.12.2008).

(1) Montante de recursos não aplicados, apurado em 31.12.2008.

(2) Corresponde à previsão de retorno de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações) no exercício.

(3) Corresponde à projeção de recursos a serem repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

(4) Refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.

(5) Refere-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

## 6.2. Dotação Orçamentária dos Estados e Distrito Federal para o Exercício de 2009

Na Programação Orçamentária para 2009, aprovada pela Resolução n.º 359, de 10.12.2008, os recursos do Fundo foram distribuídos às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 17,1%, GO – 26,1%, MT – 26,1% e MS – 20,7% , totalizando 90% dos recursos totais previstos.

Os 10% restantes referem-se aos recursos reservados pela Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, ao Pronaf – Reforma Agrária para distribuição às Unidades Federativas e aplicação de acordo com a demanda apresentada no Programa.

Em cada Estado e no Distrito Federal os recursos orçamentários são distribuídos entre os setores rural e empresarial segundo percentuais definidos pelas Unidades Federativas e podem ser remanejados no âmbito da própria UF de acordo com a demanda que efetivamente se verificar, dando-se ciência à Secretaria Executiva e ao Agente Financeiro.

Com base nos percentuais acima, coube a cada Estado e ao Distrito Federal os seguintes valores do orçamento inicialmente previsto para o exercício de 2009:

**Tabela 2 – Previsão de Recursos por UF e por Setor**

Modalidades	DF	GO	MT	MS	Total
<b>Recursos Distribuídos</b>	<b>496.760</b>	<b>758.212</b>	<b>758.212</b>	<b>601.341</b>	<b>2.614.525</b>
%	17,10	26,10	26,10	20,70	90,00
<b>FCO Rural</b>	<b>99.352</b>	<b>379.106</b>	<b>379.106</b>	<b>300.670</b>	<b>1.158.234</b>
%	3,42	13,05	13,05	10,35	39,87
<b>FCO Empresarial</b>	<b>397.408</b>	<b>379.106</b>	<b>379.106</b>	<b>300.670</b>	<b>1.456.290</b>
%	13,68	13,05	13,05	10,35	50,13
<b>Recursos a Distribuir</b>	-	-	-	-	<b>290.503</b>
Pronaf – Reforma Agrária					10,00
<b>Total</b>	<b>496.760</b>	<b>758.212</b>	<b>758.212</b>	<b>601.341</b>	<b>2.905.027</b>

Fonte: Programação do FCO para 2009 (Resolução Condel/FCO n.º 359, de 10.12.2008).

Os recursos distribuídos para o DF são aplicados também na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais.

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

**6.3. Distribuição dos recursos previstos para 2009 por Setor/Linha de Financiamento**

Os recursos orçamentários previstos na Programação de Aplicação dos Recursos em 2009, atribuídos a cada Unidade Federativa da Região Centro-Oeste, foram distribuídos por atividade econômica assistida (setor rural e empresarial), por porte de beneficiário, por Linha de Financiamento, por Estado e Distrito Federal, obedecendo às prioridades estabelecidas pelos Estados e Distrito Federal.

A previsão de aplicação do Orçamento de Recursos em 2009 foi elaborada considerando-se as disposições das Resoluções Condel/FCO n.º 197/2003, 198/2003, e 215/2004, as Diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e as prioridades estabelecidas por cada Estado e Distrito Federal.

**Tabela 3 – Previsão de Aplicação do Orçamento Previsto para o Exercício de 2009**

Setor/LF	DF	GO	MT	MS	Região	RS/MT
						%
<b>Mini, Micro e Pequenos Tomadores</b>						
<b>FCO Empresarial</b>	<b>181.041</b>	<b>172.704</b>	<b>172.704</b>	<b>136.972</b>	<b>663.421</b>	<b>22,8</b>
Industrial	65.000	86.352	48.961	40.834	241.147	8,3
Turismo	55.653	9.520	34.281	7.050	106.504	3,7
Comércio e Serviços	60.389	76.832	89.462	89.088	315.771	10,9
<b>FCO Rural</b>	<b>45.260</b>	<b>172.704</b>	<b>172.704</b>	<b>136.972</b>	<b>527.640</b>	<b>18,2</b>
Pronaf/Demais	17.001	56.992	83.960	54.789	212.742	7,3
Rural Demais	28.260	115.712	88.744	82.183	314.899	10,8
<b>Subtotal</b>	<b>226.302</b>	<b>345.408</b>	<b>345.408</b>	<b>273.944</b>	<b>1.191.061</b>	<b>41,0</b>
Pronaf – RA	0	0	0	0	290.503	10,0
<b>Total</b>	<b>226.302</b>	<b>345.408</b>	<b>345.408</b>	<b>273.944</b>	<b>1.481.564</b>	<b>51,0</b>
<b>Médios e Grandes Tomadores</b>						
<b>FCO Empresarial</b>	<b>216.366</b>	<b>206.402</b>	<b>206.402</b>	<b>163.698</b>	<b>792.869</b>	<b>27,3</b>
Industrial	50.000	103.201	54.773	101.155	309.129	10,6
Infraestrutura	71.364	5.986	19.891	10.000	107.241	3,7
Turismo	45.000	5.556	52.709	8.000	111.265	3,8
Comércio e Serviços	50.002	91.659	79.030	44.543	265.235	9,1
<b>FCO Rural</b>	<b>54.092</b>	<b>206.402</b>	<b>206.402</b>	<b>163.698</b>	<b>630.594</b>	<b>21,7</b>
<b>Subtotal</b>	<b>270.458</b>	<b>412.804</b>	<b>412.804</b>	<b>327.397</b>	<b>1.423.463</b>	<b>49,0</b>
<b>Resumo-Geral</b>						
<b>FCO Empresarial</b>	<b>397.408</b>	<b>379.106</b>	<b>379.106</b>	<b>300.670</b>	<b>1.456.290</b>	<b>50,1</b>
Industrial	115.000	189.553	103.734	141.989	550.275	18,9
Infraestrutura	71.364	5.986	19.891	10.000	107.241	3,7
Turismo	100.653	15.076	86.990	15.050	217.769	7,5
Comércio e Serviços	110.391	168.492	168.492	133.631	581.005	20,0
<b>FCO Rural</b>	<b>99.352</b>	<b>379.106</b>	<b>379.106</b>	<b>300.670</b>	<b>1.158.234</b>	<b>39,9</b>
Pronaf/Demais	17.001	56.992	83.960	54.789	212.742	7,3
Rural Demais	82.351	322.114	295.146	245.882	945.493	32,5
<b>Subtotal</b>	<b>496.760</b>	<b>758.212</b>	<b>758.212</b>	<b>601.341</b>	<b>2.614.525</b>	<b>90,0</b>
Pronaf – RA	0	0	0	0	290.503	10,0
<b>Total Geral</b>	<b>496.760</b>	<b>758.212</b>	<b>758.212</b>	<b>601.341</b>	<b>2.905.027</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Programação do FCO para 2009 (Resolução Condel/FCO n.º 359, de 10.12.2008)

Do total de recursos previstos, estimou-se que 5% seriam destinados a repasses de recursos a outras instituições financeiras conveniadas para concessão de financiamentos a mini e pequenos produtores rurais e a micro e pequenas empresas, e que R\$ 181,0 milhões seriam aplicados em financiamentos na Mesorregião de Águas Emendadas.

## 7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2009

### 7.1. Realização do Orçamento no exercício de 2009 - Previsto x Realizado

As fontes de recursos que compõem o Orçamento do Fundo tiveram os seguintes desempenhos no ano de 2009:

**Tabela 4 – Realização do Orçamento – Previsto x Realizado**

R\$ Milhões			
Origem dos Recursos	Previsto (a)	Realizado (b)	% b/a
De Exercícios Anteriores	462,6	462,6	100,0
De Retorno de Operações	1.153,7	1.434,8	124,4
De Repasses do Tesouro Nacional	1.486,5	1.233,9	83,0
Resultado operacional	78,0	132,2	169,5
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(275,8)	(183,3)	66,5
<b>TOTAL</b>	<b>2.905,0</b>	<b>3.080,1</b>	<b>106,0</b>

Posição: 31.12.2009

Fonte: Relatório BB, página 58.

### 7.2. Repasses da Secretaria do Tesouro Nacional

Durante o exercício de 2009, o Tesouro Nacional repassou um total de R\$ 1.233,9 milhões, montante 17,0% inferior aos R\$ 1.486,5 milhões estimados inicialmente na Programação de Aplicação dos Recursos em 2009, e 5,8% inferior aos R\$ 1.310,5 milhões ingressados em 2008, devido à diminuição da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (Relatório do BB, página 59).

### 7.3. Retornos de Operações de Financiamento

Os pagamentos efetuados pelos clientes para amortizar ou liquidar saldos devedores de financiamentos superaram em 24,4% a previsão inicial, passando de R\$ 1.153,7 milhões para R\$ 1.434,8 milhões, principalmente em face das medidas estabelecidas na Lei n.º 11.775, de 17.10.2008, a qual previa a quitação ou a amortização de parcelas como condição para renegociação de débitos vencidos (Relatório BB, página 72).

### 7.4. Resultado Operacional

O Resultado Operacional do Fundo foi de R\$ 132,2 milhões, 69,5% superior à previsão inicial de R\$ 78,0 milhões e 48,2% inferior ao resultado observado em 2008 de 255,0 milhões.

### 7.5. Recursos Comprometidos com Parcelas a Liberar

A redução de 33,5% (de R\$ 275,8 milhões para R\$ 183,3 milhões) verificada na utilização de recursos incluídos na previsão de recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores igualmente contribuiu para o incremento no valor do orçamento realizado.

Os desempenhos positivos apresentados ao longo de 2009 por quase todas as fontes de recursos

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

do FCO foram responsáveis por um crescimento de 6,0% no Orçamento do Fundo, que elevou-se dos R\$ 2.905,0 milhões previstos inicialmente para R\$ 3.080,1 milhões, conforme Tabela n.º 4 retro.

### 7.6. Distribuição do Orçamento Realizado

Empregando os mesmos percentuais que foram utilizados na Tabela 2 para distribuição dos recursos orçamentários previstos às Unidades Federativas da Região Centro-Oeste (DF – 17,1%, GO – 26,1%, MT – 26,1% e MS – 20,7%), os recursos orçamentários realizados no exercício resultaram na disponibilização de dotações às UF como segue:

**Tabela 5: Distribuição dos Recursos do Orçamento Realizado**

Modalidades	RS Milhões				
	DF	GO	MT	MS	Total
<b>Recursos Distribuídos</b>	<b>526,7</b>	<b>803,9</b>	<b>803,9</b>	<b>637,6</b>	<b>2.772,1</b>
%	17,10	26,10	26,10	20,70	90,00
<b>FCO Empresarial</b>	<b>421,4</b>	<b>402,0</b>	<b>402,0</b>	<b>318,8</b>	<b>1.544,1</b>
%	13,68	13,05	13,05	10,35	50,13
<b>FCO Rural</b>	<b>105,3</b>	<b>402,0</b>	<b>402,0</b>	<b>318,8</b>	<b>1.228,0</b>
%	3,42	13,05	13,05	10,35	39,87
<b>Recursos a Distribuir</b>	-	-	-	-	<b>308,0</b>
Pronaf – Reforma Agrária					10,00
<b>Total</b>	<b>526,7</b>	<b>803,9</b>	<b>803,9</b>	<b>637,6</b>	<b>3.080,1</b>

## 8. DESEMPENHO OPERACIONAL – CONTRATAÇÕES

No exercício de 2009, foram contratadas 64.569 operações de financiamento comprometendo recursos no total de R\$ 3.183,4 milhões, em valores nominais.

Comparativamente ao exercício de 2008, quando foram firmados 71.441 contratos no montante de R\$ 3.470,0 milhões, houve decréscimo de 9,6% na quantidade operações contratadas e de 8,3% no valor das contratações, conforme tabela a seguir.

**Tabela 6: Contratações Totais - por Setor e Linhas de Financiamento**  
**Comparação 2009 x 2008**

Setor/Linhas	2009		2008		Variação %	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>12.698</b>	<b>1.288.351</b>	<b>13.913</b>	<b>1.377.574</b>	<b>(8,7)</b>	<b>(6,5)</b>
Industrial	2.184	464.729	2.139	482.299	2,1	(3,6)
Infraestrutura	9	172.181	10	121.304	(10,0)	41,9
Turismo	1.762	95.822	1.684	114.920	4,6	(16,6)
Comércio e Serviço	8.743	555.619	10.080	659.050	(13,3)	(15,7)
<b>RURAL</b>	<b>51.871</b>	<b>1.895.068</b>	<b>57.528</b>	<b>2.092.490</b>	<b>(9,8)</b>	<b>(9,4)</b>
Rural/Integração	6.020	1.061.798	8.064	957.305	(25,3)	10,9
PRONAF	41.416	663.493	37.333	368.435	10,9	80,1
PRONAF-RA	3.787	50.900	5.810	59.901	(34,8)	(15,0)
Pronatureza	194	96.481	229	59.877	(15,3)	61,1
Custeio	454	22.396	6.092	646.973	(92,5)	(96,5)
<b>Total Geral</b>	<b>64.569</b>	<b>3.183.419</b>	<b>71.441</b>	<b>3.470.064</b>	<b>(9,6)</b>	<b>(8,3)</b>

Posição 31.12.2009.

Fonte: Relatório BB, página 26

Ainda comparativamente ao exercício de 2008, as linhas que apresentaram crescimento nas aplicações foram: Infraestrutura (41,9%); Rural/Integrar (10,9%); Pronaf (80,1%) e Pronatureza

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

(61,1%). As demais linhas apresentaram decréscimo nas aplicações, se comparadas ao exercício anterior.

No entanto, há que se registrar que o montante de recursos inicialmente previstos para o exercício de 2009 (R\$ 2.905,0 milhões) e o orçamento realizado em 2009 (R\$ 3.080,1 milhões) foram 16,3% e 11,2% respectivamente inferiores ao montante contratado em 2008 (R\$ 3.470,1 milhões), dificultando assim incremento no volume total das contratações de 2008 para 2009. Aliás, foi por essa razão que o Condel/FCO deixou de estabelecer, em sua Resolução n.º 375, de 06.11.2009, metas para o Índice de Incremento de Contratações e para o Índice de Originação de Demanda.

Ademais, as contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2009 (R\$ 3.183,4 milhões) representaram 109,6% do montante de recursos inicialmente previstos para o exercício (R\$ 2.905,0 milhões) e 103,4% do orçamento realizado (R\$ 3.080,1 milhões), conforme tabela a seguir:

**Tabela 7: Contratações por Setores X Orçamentos Previsto e Realizado**

Setores	Orçamento Previsto	Orçamento Realizado	Contratações	%	%	% Contratações X Totais	
	(a)	(b)				Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)
FCO Empresarial	1.456,3	1.544,1	1.288,4	88,5%	83,4%	44,3%	41,8%
FCO Rural	1.158,2	1.228,0	1.844,2	159,2%	150,2%	63,5%	59,9%
Pronaf-RA	290,5	308,0	50,9	17,5%	16,5%	1,8%	1,7%
<b>Total</b>	<b>2.905,0</b>	<b>3.080,1</b>	<b>3.183,4</b>	<b>109,6%</b>	<b>103,4%</b>	<b>109,6%</b>	<b>103,4%</b>
	(d)	(e)					

Obs.:

- (a) Orçamento Previsto = Previsão Orçamentária da Programação (Resolução Condel/FCO n.º 376, de 06.11.2009).  
 (b) Orçamento Realizado = Recursos efetivamente disponibilizados no exercício, distribuídos pelos setores segundo os mesmos percentuais aplicados na distribuição do Orçamento Previsto para o exercício.  
 (c) Contratações = Valor das Contratações no Exercício.

Esse desempenho foi melhor que o observado em 2008, quando as contratações, embora tenham atingido R\$ 3.470,1 milhões, representaram 107,0% do montante de recursos inicialmente previstos para o exercício (R\$ 3.242,2 milhões) e 92,6% do orçamento realizado (R\$ 3.748,7 milhões).

Por fim, cumpre esclarecer que, tanto na quantidade de operações quanto no valor total contratado, não foram incluídas as reclassificações de operações contratadas ao abrigo da Linha Especial de Crédito FAT Integrar para o FCO, autorizadas pelo art. 6º da Lei n.º 11.718, de 20.06.2008. Essas reclassificações envolveram 133 operações e um montante de recursos de R\$ 58,7 milhões (Relatório BB, página 73).

### 8.1. Desempenho no Setor Empresarial

Em 2009, as contratações junto ao Setor Empresarial atingiram R\$ 1.288,4 milhões, ou seja, 88,5% dos recursos inicialmente previstos para o Setor (R\$ 1.456,3 milhões) e 83,4% do orçamento realizado, destinado ao Setor (R\$ 1.544,1 milhões). Esse desempenho foi melhor que o observado em 2008, quando as contratações junto ao Setor Empresarial, embora tenham atingido um volume maior que o verificado em 2009 (R\$ 1.377,6 milhões), representaram apenas 87,7% dos recursos inicialmente previstos para o Setor (R\$ 1.569,9 milhões) e apenas 75,9% do

---

orçamento realizado, destinado ao Setor (R\$ 1.815,1 milhões).

Comparativamente aos totais dos orçamentos do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no exercício de 2009 junto ao Setor Empresarial correspondeu a 44,3% dos recursos previstos (R\$ 2.905,0 milhões) e a 41,8% do orçamento realizado (R\$ 3.080,1 milhões).

Em relação ao exercício de 2008, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (8,7%) quanto no volume de recursos aplicados (6,5%). Em 2008, foram contratadas 13.913 operações, no montante de R\$ 1.377,6 milhões, o que representa 39,7% do montante de recursos contratados no exercício (R\$ 3.470,1 milhões). Já, em 2009, foram contratadas 12.698 operações, no montante de R\$ 1.288,4 milhões, correspondentes a 40,5% do montante de recursos contratados no exercício (R\$ 3.183,4 milhões).

No âmbito da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, foram contratados R\$ 172,2 milhões, o que representa um incremento de 41,9% em relação ao montante observado em 2008 (R\$ 121,3 milhões). Apesar desse aumento, o desempenho ainda foi modesto tanto na quantidade de projetos financiados (apenas 9) como no volume de recursos envolvidos (R\$ 172,2 milhões).

No âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, apesar da redução de 16,6% em volume de recursos financiados, que passou de R\$ 114,9 milhões em 2008 para R\$ 95,8 milhões em 2009, registrou-se um crescimento considerável no número de operações contratadas (4,6%), que passaram de 1.684 em 2008 para 1.762 em 2009. Cabe registrar que, do montante de R\$ 95,8 milhões, R\$ 91,9 milhões (95,9%) foram aplicados junto a micro e pequenas empresas.

Com o objetivo de dinamizar as aplicações no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional especialmente nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, o Conselho Deliberativo do Fundo – Condrel/FCO, por meio da Resolução n.º 379, de 11.12.2009, aprovou diversas alterações nas condições de financiamentos da Linha, quais sejam:

- priorização do turismo em suas diversas modalidades, especialmente dos projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;
- autorização para a ampliação da assistência máxima de R\$ 10 milhões para R\$ 100 milhões no caso de financiamentos a empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;
- ampliação do público-alvo: meios de hospedagem; agências de turismo; organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos; restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros de convenções; parques aquáticos; empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; estruturas de apoio ao turismo náutico; casas de espetáculos/equipamentos de animação turística; prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos; e prestadoras especializadas em segmentos turísticos; e
- ampliação do prazo no caso de financiamentos a meios de hospedagem de até 15 anos para até 20 anos.

No âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, a quantidade de operações contratadas passou de 2.139 em 2008 para 2.184 em 2009 (incremento de 2,1%), ao passo que o volume de recursos aplicados passou de R\$ 482,3 milhões em 2008 para R\$ 464,7 milhões em 2009 (decréscimo de 3,6%).

As contratações ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços absorveram, em 2009, R\$ 555,6 milhões, equivalentes a 43,1% do total de financiamentos concedidos ao Setor Empresarial e a 17,5% do montante de recursos financiados pelo Fundo.

Comparativamente ao exercício anterior, as contratações ao amparo da Linha apresentaram decréscimo de 15,7%, passando de R\$ 659,0 milhões em 2008 para R\$ 555,6 milhões em 2009.

Ressalte-se que esse montante de R\$ 555,6 milhões, correspondente a 19,1% do total de recursos previstos para o exercício (R\$ 2.905,0 milhões), ficou contido no limite legal de que tratam o art. 4º, § 3º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e a Nota 05 do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II da Programação do FCO para 2009, segundo os quais os financiamentos aos setores comercial e de serviços devem limitar-se a 20% dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo, ou seja, a R\$ 581,0 milhões em 2009.

## **8.2. Desempenho no Setor Rural**

Em 2009, as contratações junto ao Setor Rural atingiram R\$ 1.895,1 milhões, ou seja, 130,8% dos recursos inicialmente previstos para o Setor (R\$ 1.448,7 milhões) e 123,4% do orçamento realizado, destinado ao Setor (R\$ 1.536,0 milhões). Esse desempenho foi melhor que o observado em 2008, quando as contratações junto ao Setor Rural, embora tenham atingido um volume maior que o verificado em 2009 (R\$ 2.092,5 milhões), representaram 125,1% dos recursos inicialmente previstos para o Setor (R\$ 1.672,3 milhões) e 108,2% do orçamento realizado, destinado ao Setor (R\$ 1.933,6 milhões).

Comparativamente aos totais dos orçamentos do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no exercício de 2009 junto ao Setor Rural correspondeu a 65,2% dos recursos previstos (R\$ 2.905,0 milhões) e a 61,5% do orçamento realizado (R\$ 3.080,1 milhões).

Em relação ao exercício de 2008, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (9,8%) quanto no volume de recursos aplicados (9,4%). Em 2008, foram contratadas 57.528 operações, no montante de R\$ 2.092,5 milhões, o que representa 60,3% do montante de recursos contratados no exercício (R\$ 3.470,1 milhões). Já, em 2009, foram contratadas 51.871 operações, no montante de R\$ 1.895,1 milhões, correspondentes a 59,5% do montante de recursos contratados no exercício (R\$ 3.183,4 milhões).

Se desconsiderados os valores referentes ao Pronaf – Reforma Agrária, as contratações junto ao Setor Rural totalizaram R\$ 1.844,2 milhões, o que representa 159,2% dos recursos inicialmente previstos para o Setor (R\$ 1.158,2 milhões) e 150,2% do orçamento realizado, destinado ao Setor (R\$ 1.228,0 milhões).

No que se refere especificamente ao Pronaf – Reforma Agrária, os R\$ 50,9 milhões contratados representaram 17,5% dos recursos inicialmente previstos para esse Programa (R\$ 290,5 milhões) e 16,5% do orçamento realizado, destinado a esse Programa (R\$ 308,0 milhões).

Comparativamente aos totais dos orçamentos do Fundo, inicial (R\$ 2.905,0 milhões) e realizado (R\$ 3.080,1 milhões), as aplicações do Pronaf – Reforma Agrária representaram 1,8% e 1,7%, respectivamente, portanto inferiores aos 10% destinados aos seus beneficiários.

Ocorre que permaneceram sem solução os entraves que têm impedido a plena utilização dos recursos reservados ao Pronaf – Reforma Agrária, resultantes, principalmente, do processo

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

operacional para seleção de beneficiários e para emissão de certificados/licenças a cargo do Inera.

Além dos créditos destinados aos colonos/assentados da Reforma Agrária, foram concedidos aos demais beneficiários do Pronaf financiamentos no valor de R\$ 663,5 milhões, o que representa incremento de 80,1% em relação ao montante contratado em 2008 (R\$ 368,4 milhões).

Por fim, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza, embora tenha apresentado queda de 15,3% no número de contratos firmados em relação a 2008 (passou de 229 em 2008 para 194 em 2009), teve um desempenho no volume de recursos que pode ser considerado satisfatório diante dos demais resultados (passou de R\$ 59,9 milhões em 2008 para R\$ 96,5 milhões em 2009, o que representa um incremento de 61,1%).

### 8.3. Desempenho das contratações por Setor/Linha de Financiamento e UF

**Tabela 8: Contratações por Setor/Linha de Financiamento e UF**

Setor/Linhas	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>1.748</b>	<b>231.825</b>	<b>3.942</b>	<b>401.131</b>	<b>3.357</b>	<b>311.518</b>	<b>3.651</b>	<b>343.876</b>	<b>12.698</b>	<b>1.288.350</b>
%	59,9	81,8	11,9	36,8	31,7	28,3	21,0	34,5	19,7	40,5
Industrial	233	36.178	1.014	183.702	353	147.115	584	97.734	2.184	464.729
%	6,8	12,8	3,1	16,9	3,3	18,1	3,4	9,6	5,4	14,6
Infraestrutura	2	60.186	2	39.533	1	10.000	4	62.462	9	172.181
%	0,1	21,2	0,0	3,6	0,0	1,2	0,0	6,3	0,0	5,4
Turismo	170	12.547	467	23.504	598	29.978	527	29.793	1.762	95.822
%	5,0	4,4	1,4	2,2	5,7	3,7	3,0	3,0	2,7	3,0
Comércio e Serviço	1.343	122.915	2.459	154.392	2.405	124.424	2.536	153.888	8.743	555.619
%	39,1	43,4	7,4	14,2	22,7	15,3	14,6	15,4	13,5	17,5
<b>RURAL</b>	<b>1.683</b>	<b>51.536</b>	<b>29.212</b>	<b>687.445</b>	<b>7.226</b>	<b>501.966</b>	<b>13.759</b>	<b>654.120</b>	<b>51.871</b>	<b>1.895.067</b>
%	49,1	18,2	88,1	63,2	68,3	61,7	79,0	65,5	80,3	59,5
Rural/Integração	233	27.527	2.937	307.628	1.330	347.930	1.520	378.913	6.020	1.061.798
%	6,8	9,6	8,9	28,3	12,6	42,8	8,7	38,0	9,3	33,4
PRONAF	1.330	17.044	23.462	355.397	4.364	63.016	10.260	228.035	41.416	663.492
%	38,8	6,0	76,8	32,6	41,2	7,7	59,0	22,8	64,1	29,8
PRONAF-RA	74	652	673	6.638	1.112	18.311	1.928	25.299	3.787	50.900
%	2,2	0,2	2,0	0,6	10,5	2,3	11,1	2,5	5,9	1,6
Pronatureza	23	4.664	86	14.144	73	58.819	10	18.855	194	96.482
%	0,7	1,6	0,3	1,3	0,7	7,2	0,1	1,9	0,3	3,0
Custeio	21	1.849	54	3.639	347	13.890	32	3.018	454	22.396
%	0,6	0,7	0,2	0,3	3,3	1,7	0,2	0,3	0,7	0,7
<b>Total Geral</b>	<b>3.431</b>	<b>283.361</b>	<b>33.154</b>	<b>1.088.577</b>	<b>10.583</b>	<b>813.484</b>	<b>17.401</b>	<b>997.996</b>	<b>64.569</b>	<b>3.183.418</b>
%	5,2	8,9	31,1	74,2	19,3	23,6	26,9	31,3	100,0	100,0

Posição 31.12.2009

Fonte: Relatório BB, página 63.

#### 8.3.1. Contratações no Distrito Federal

Em 2009, foram realizadas 3.431 operações de financiamento, sendo 1.748 no Setor Empresarial e 1.683 no Setor Rural. Embora beneficiados com o mesmo número de contratos, os financiamentos ao Setor Empresarial absorveram R\$ 231,8 milhões, equivalentes a 81,8% do total de recursos financiados no ano no Distrito Federal (R\$ 283,4 milhões):

**Tabela 8.a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF  
2009 x 2008**

Setor/Linhas	2009		2008		VARIACAO %	
	Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Nº Op.	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>1.748</b>	<b>231.825</b>	<b>2.106</b>	<b>269.686</b>	(17,0)	(14,0)
Industrial	233	36.178	199	26.764	17,1	35,2
Infraestrutura	2	60.186	6	112.657	(66,7)	(46,6)
Turismo	170	12.547	253	17.706	(32,8)	(29,1)
Comércio e Serviço	1.343	122.915	1.648	112.559	(18,5)	9,2
<b>RURAL</b>	<b>1.683</b>	<b>51.536</b>	<b>2.105</b>	<b>119.010</b>	(20,0)	(56,7)
Rural/Integração	233	27.327	317	40.575	(26,5)	(32,7)
PRONAF	1.330	17.044	1.134	9.426	17,3	80,8
PRONAF-RA	74	652	117	1.663	(36,8)	(60,8)
Pronatureza	25	4.664	43	2.672	(41,9)	74,6
Custeio	21	1.849	494	64.674	(95,7)	(97,1)
<b>Total Geral</b>	<b>3.431</b>	<b>283.361</b>	<b>4.211</b>	<b>388.696</b>	(18,5)	(27,1)

Posição 31.12.2009.

Fome: Relatório BB, página 60.

No Setor Empresarial, destacou-se a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços com recursos financiados no montante de R\$ 122,9 milhões, valor superior em 9,2% às aplicações em 2008 (R\$ 112,6 milhões), ressaltando ainda que a Linha absorveu 43,4% dos financiamentos totais no Distrito Federal.

Do total de recursos aplicados junto ao Setor Empresarial no Distrito Federal (R\$ 231,8 milhões), R\$ 43,8 milhões (18,9%) foram contratados em operações de financiamento para aquisição de matéria-prima, insumos e bens para formação de estoques (Relatório BB, página 27).

Devido às características não rurais predominantes nas atividades econômicas do Distrito Federal, embora tenham sido contratadas no Setor Rural 1.683 operações, número próximo ao de operações do Setor Empresarial (1.748), os financiamentos rurais foram beneficiados com recursos da ordem de R\$ 51,5 milhões, equivalentes a apenas 18,2% do total de recursos concedidos no ano (R\$ 283,4 milhões).

O montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o exercício de 2009 (R\$ 283,4 milhões) representaram apenas 57,0% do seu orçamento previsto (R\$ 496,8 milhões – Tabela 3), 53,8% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 526,7 milhões – Tabela 5) e 8,9% do total contratado na Região (R\$ 3.183,4 milhões). Esse desempenho não foi melhor que o observado em 2008, quando o montante de recursos contratados no DF (R\$ 388,7 milhões) representou 70,1% do seu orçamento previsto (R\$ 554,4 milhões), 60,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 641,0 milhões) e 11,2% do total contratado na Região (R\$ 3.470,1 milhões).

Esse desempenho evidencia a necessidade de adoção de medidas eficazes por todos os agentes envolvidos com a gestão do Fundo, com vistas a incrementar as aplicações no Distrito Federal, de modo a alcançar a plena aplicação dos seus recursos orçamentários.

### 8.3.2. Contratações no Estado de Goiás

As aplicações totais no Estado de Goiás em 2009 atingiram o montante de R\$ 1.088,6 milhões, equivalentes a 34,2% do total de recursos contratados na Região (R\$ 3.183,4 milhões) e a 35,3% do orçamento do FCO realizado (R\$ 3.080,1 milhões – Tabela 4).

**Tabela 8.b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO**  
**2009 x 2008**

Setor/Linhas	2009		2008		VARIACÃO %	
	Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Nº Op.	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>3.942</b>	<b>401.131</b>	<b>4.394</b>	<b>435.718</b>	(10,3)	(7,9)
Industrial	1.014	183.702	1.061	209.739	(4,4)	(12,4)
Infraestrutura	2	39.533	2	517	0,0	7.546,6
Turismo	467	23.504	398	23.661	(17,3)	(0,7)
Comércio e Serviço	2.459	154.392	2.933	201.801	(16,2)	(23,5)
<b>RURAL</b>	<b>29.213</b>	<b>687.445</b>	<b>33.149</b>	<b>933.742</b>	(11,9)	(26,4)
Rural/Integração	2.937	307.628	4.771	443.583	(38,4)	(30,6)
PRONAF	25.462	355.397	24.667	223.205	3,2	59,2
PRONAF-RA	673	6.638	804	8.851	(16,3)	(25,0)
Pronatureza	86	14.144	124	13.549	(30,6)	(9,0)
Custeio	54	3.639	2.783	242.554	(98,1)	(98,5)
<b>Total Geral</b>	<b>33.154</b>	<b>1.088.577</b>	<b>37.543</b>	<b>1.369.460</b>	(11,7)	(20,5)

Posição 31/12/2009.

Fonte: Relatório BB, página 60.

O montante aplicado foi 43,6% superior à dotação do Estado pelo orçamento previsto (R\$ 758,2 milhões – Tabela 3) e 35,4% superior ao seu orçamento realizado (R\$ 803,9 milhões – Tabela 5), tendo por base a autorização contida na Nota 05 do Item “Aplicação dos Recursos” do Título II da Programação do FCO para 2009 para a redistribuição, em 30 de setembro de cada ano, das disponibilidades do Fundo às Unidades Federativas, de acordo com os percentuais definidos na Programação.

Apesar da redução de 11,7% no número de operações contratadas e de 20,5% no montante aplicado de 2008 para 2009 no Estado de Goiás, cabe destacar o resultado das aplicações no âmbito do Pronaf (exceto Pronaf – Reforma Agrária), que, além de ampliar o número de beneficiários de 24.667 para 25.462, absorveu R\$ 355,4 milhões, valor 59,2% superior aos R\$ 223,2 milhões financiados em 2008.

O Estado de Goiás foi o que teve melhor desempenho dentre as Unidades Federativas do Centro-Oeste, com aplicações equivalentes a 53,6% do total contratado no âmbito do Pronaf em toda a Região (Tabela 8).

No Pronaf – Reforma Agrária, as aplicações registraram significativa redução em relação ao ocorrido em 2008. O número de contratos sofreu redução de 16,3% e o montante financiado foi inferior em 25,0% ao do exercício anterior.

### 8.3.3. Contratações no Estado de Mato Grosso do Sul

O resultado das aplicações totais de recursos no Estado de Mato Grosso do Sul atingiu R\$ 813,5 milhões, valor inferior em 9,1% ao montante de financiamentos concedidos em 2008 (R\$ 894,8 milhões). Também na quantidade de operações houve um decréscimo de 6,0%.

**Tabela 8.c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS  
2009 x 2008**

Setor/Linhas	2009		2008		VARIACAO %	
	Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Nº Op.	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>3.357</b>	<b>311.518</b>	<b>3.542</b>	<b>348.510</b>	(5,2)	(10,6)
Industrial	353	147.115	397	167.303	(11,1)	(12,1)
Infraestrutura	1	10.000	1	131	0,0	7.533,6
Turismo	598	29.978	522	30.675	14,6	(2,3)
Comércio e Serviço	2.405	124.424	2.622	150.401	(8,3)	(17,3)
<b>RURAL</b>	<b>7.226</b>	<b>501.966</b>	<b>7.715</b>	<b>546.296</b>	(6,3)	(8,1)
Rural/Integração	1.330	347.930	1.408	286.581	(5,5)	21,4
PRONAF	4.364	63.016	3.798	41.715	14,9	51,1
PRONAF-RA	1.112	18.311	555	9.021	100,4	103,0
Pronatureza	73	58.819	52	15.172	40,4	287,7
Custeio	347	13.890	1.902	193.807	(81,8)	(92,8)
<b>Total Geral</b>	<b>10.583</b>	<b>813.484</b>	<b>11.257</b>	<b>894.806</b>	(6,0)	(8,1)

Posição 31.12.2009.

Fonte: Relatório BB, página 60

Tiveram queda tanto as aplicações no Setor Empresarial, que passaram de R\$ 348,5 milhões em 2008 para R\$ 311,5 milhões em 2009 (variação de 10,6%), quanto as do Setor Rural, que passaram de R\$ 546,3 milhões em 2008 para R\$ 502,0 milhões em 2009 (variação de 8,1%).

No Setor Empresarial, as contratações na Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços no ano de 2009 sofreram a maior queda, de 17,3%, em relação ao exercício anterior. Houve também redução no número de operações contratadas (8,3%).

No Setor Rural, com exceção dos financiamentos de custeio, todas as demais linhas de financiamento merecem destaque. As contratações no âmbito do Pronaf, Pronaf – Reforma Agrária, Pronatureza e Rural/Integração apresentaram incrementos de aplicação em comparação a 2008 de 51,1%, 103,0%, 287,7% e 21,4%, respectivamente.

O volume de recursos contratados no Estado (R\$ 813,5 milhões) representou 25,6% do montante contratado no exercício em toda a Região Centro-Oeste (R\$ 3.183,4 milhões), e superou em 35,3% a dotação prevista no Orçamento do Fundo para o Estado (R\$ 601,4 milhões) e em 27,6% sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 637,6 milhões). Esse desempenho aproximou-se do observado em 2008, quando o volume de recursos contratados no Estado (R\$ 894,8 milhões) representou 25,8% do montante contratado em toda a Região (R\$ 3.470,1 milhões), e superou em 33,3% a dotação prevista no Orçamento do Fundo para o Estado (R\$ 671,1 milhões) e em 15,3% sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 776,0 milhões).

#### 8.3.4. Contratações no Estado de Mato Grosso

No Estado de Mato Grosso, apesar da redução de 5,6% no número de operações contratadas, que passou de 18.430 para 17.401, o volume de recursos aplicados saltou de R\$ 817,1 milhões em 2008 para R\$ 998,0 milhões em 2009, o que representa um incremento de 22,1%. Com isso, o Estado de Mato Grosso foi o único a apresentar incremento no volume de contratações em relação ao exercício anterior.

**Tabela 8.d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT  
2009 x 2008**

Setor/Linhas	2009		2008		VARIACAO %	
	Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Nº Op.	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>3.651</b>	<b>343.876</b>	<b>3.871</b>	<b>323.659</b>	(5,7)	6,2
Industrial	584	97.734	482	78.493	21,2	24,5
Infraestrutura	4	62.462	1	8.000	300,0	680,8
Turismo	527	29.793	511	42.878	3,1	(30,5)
Comércio e Serviço	2.536	153.888	2.877	194.288	(11,9)	(20,8)
<b>RURAL</b>	<b>13.750</b>	<b>654.120</b>	<b>14.559</b>	<b>493.442</b>	(5,6)	32,6
Rural/Integração	1.520	378.913	1.568	186.565	(3,1)	103,1
PRONAF	10.260	228.035	7.734	94.089	32,7	142,4
PRONAF-RA	1.928	25.299	4.334	40.366	(55,5)	(37,3)
Pronatureza	10	18.855	10	26.484	0,0	(28,8)
Custeio	32	3.018	913	145.938	(96,5)	(97,9)
<b>Total Geral</b>	<b>17.401</b>	<b>997.996</b>	<b>18.430</b>	<b>817.102</b>	(5,6)	22,1

Posição 31.12.2009.

Fonte: Relatório BB, página 60.

O valor total contratado em 2009 foi 31,6% superior ao valor do orçamento previsto para o Estado (R\$ 758,2 milhões) e 24,1% superior à sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 803,9 milhões). Ressalta-se que nos últimos três anos, em 2008, 2007 e 2006 as aplicações no Estado não absorveram o total dos orçamentos. Assim, o resultado em 2009 representou um avanço considerável à vista dos desempenhos verificados nos exercícios anteriores. O montante de recursos aplicados em 2009 corresponde a 31,3% das aplicações totais no ano (R\$ 3.183,4 milhões).

No Setor Empresarial, as aplicações totais registraram incremento de 6,2% comparativamente ao que foi contratado em 2008. Foram responsáveis por esse resultado as operações ao abrigo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento da Infraestrutura e da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, com crescimentos de 680,8% e 24,5%, respectivamente.

O desempenho das aplicações ao abrigo das Linhas de Financiamento do FCO Rural/Integração registrou, apesar da queda no número de operações contratadas (3,1%), resultado positivo em relação às contratações de 2008, com um incremento de 103,1%.

Registra-se no exercício de 2009 o significativo incremento no número de contratos no âmbito do Pronaf (32,7%), bem como no total de recursos envolvidos (142,4%). O Pronaf – Reforma Agrária, por sua vez, teve desempenho negativo em relação a 2008 tanto na quantidade de contratos (55,5%) quanto no montante de recursos financiados (37,3%) e o Pronatureza no montante de recursos financiados (28,8%).

#### 8.4. Contratações por Porte dos Tomadores

##### 8.4.1. Contratações com Mini, Micro e Pequenos Tomadores

A Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, ao criar os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estabeleceu como uma das diretrizes básicas que deveriam ser observadas na aplicação dos recursos o “tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas [...]” (inciso III do art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989).

Com o intuito de garantir o tratamento preferencial determinado por essa diretriz e reverter a tendência de concentração de aplicações em favor dos médios e grandes tomadores, que vinha sendo observada, o Condel/FCO determinou, em sua Resolução n.º 197, de 20.06.2003, que, no

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

mínimo, 51% dos recursos do FCO devem ser aplicados em operações favorecendo os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas.

Para enquadramento nos financiamentos do FCO, os beneficiários são classificados pelo porte, de acordo com critérios aprovados pelo Condel/FCO. No exercício de 2009, os parâmetros observados para classificação quanto ao porte foram os seguintes:

Porte	Produtores Rurais – de acordo com a renda bruta agropecuária anual prevista	Empresas – com base no faturamento bruto anual
Mini / Micro	até R\$ 150 mil	até R\$ 240 mil
Pequeno	acima de R\$ 150 mil e até R\$ 300 mil	acima de R\$ 240 mil e até R\$ 2.400 mil
Médio	acima de R\$ 300 mil e até R\$ 1.900 mil	acima de R\$ 2.400 mil e até R\$ 35 milhões
Grande	acima de R\$ 1.900 mil	acima de R\$ 35 milhões

Em 2009, os empreendimentos desse segmento de menor porte (mini, micro e pequenos tomadores) absorveram R\$ 1.626,4 milhões em 61.671 operações. Os recursos aplicados foram equivalentes a 51,1% do montante de contratações do Fundo em 2009 (R\$ 3.183,4 milhões), e o número de contratos representou 95,5% do total de operações formalizados no exercício (64.569 contratos).

Considerando que a determinação do Condel é para aplicar no mínimo 51% dos recursos disponíveis no Fundo, o valor total dos financiamentos concedidos aos mini, micro e pequenos tomadores (R\$ 1.626,4 milhões) representou 52,8% do montante do orçamento realizado em 2009 (R\$ 3.080,1 milhões).

O resultado verificado em 2009 evidenciou a primeira ocorrência da meta estabelecida pelo Condel alcançada, desde 2003, conforme tabela a seguir:

**Tabela 9: Contratações Realizadas com Mini, Micro e Pequenos Tomadores  
2003 a 2009**

ANO	ORÇAMENTO REALIZADO	APLICAÇÕES	R\$ Milhões
			%
2003	1.276,6	197,7	15,5
2004	1.403,6	529,5	37,7
2005	1.800,6	657,4	36,5
2006	2.219,7	641,4	28,9
2007	2.783,6	796,0	28,6
2008	3.748,7	1.564,8	41,7
2009	3.080,1	1.626,4	52,8

Goiás foi o Estado que apresentou o melhor desempenho em aplicações de recursos em benefício do segmento de mini, micro e pequenos tomadores. O total de recursos financiados a esses clientes atingiu R\$ 666,6 milhões em 2009 e correspondeu a 61,2% do total contratado no Estado e a 41,0% do montante de recursos contratados no exercício pelo FCO em benefício desse segmento na Região.

#### 8.4.2. Contratações com Médios e Grandes Tomadores

Com o segmento dos médios e grandes tomadores foram contratados R\$ 1.557,0 milhões correspondentes a 48,9% do total de recursos financiados pelo Fundo no ano, em 2.898 operações equivalentes a apenas 4,5% da quantidade de contratos celebrados.

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

Os tomadores de grande porte foram beneficiados com R\$ 952,8 milhões, equivalentes a 29,9% do valor concedido na Região (R\$ 3.183,4 milhões). Os clientes de médio porte foram contemplados com os restantes 19,0% dos recursos (R\$ 604,2 milhões).

No Setor Empresarial foram contratados R\$ 638,4 milhões, ou seja, 41,0% do total dos financiamentos concedidos aos médios e grandes tomadores na Região Centro-Oeste com recursos do FCO (R\$ 1.557,0 milhões). No Setor Rural esses tomadores (médios e grandes) foram responsáveis por R\$ 918,6 milhões, equivalentes a 59,0% do total concedido a beneficiários desse porte (R\$ 1.557,0 milhões).

Do número de contratos firmados com clientes de grande porte, 77,6% foram realizados no setor rural (405 operações) e absorveram o equivalente a 51,2% do total de recursos obtidos por esses clientes.

Os clientes de médio porte também tiveram concentrados os seus financiamentos no Setor Rural, com recursos no valor de R\$ 431,0 milhões (71,3% do total) e 2.084 contratos equivalentes a 87,7% do total de operações firmadas com esse tomadores.

A tabela seguinte apresenta as contratações por UF, por setor/linha e por porte, respectivamente:

**Tabela 10: Contratações por Porte, Linha de Financiamento e UF**

Setor/UF	DF		GO		MS		MT		Total	
	RS Mil	%	RS Mil	%	RS Mil	%	RS Mil	%	RS Mil	%
<b>Mini, Micro e Pequenos Tomadores</b>										
<b>FCO Empresarial</b>	<b>101.967</b>	<b>36,0</b>	<b>196.265</b>	<b>18,0</b>	<b>155.335</b>	<b>19,1</b>	<b>196.431</b>	<b>19,7</b>	<b>649.998</b>	<b>20,4</b>
Industrial	14.735	5,2	52.823	4,9	19.026	2,3	33.092	3,3	119.677	3,8
Infraestrutura	0	0,0	0	0,0	0	0,0	70	0,0	70	0,0
Turismo	9.932	3,5	22.405	2,1	29.877	3,7	29.747	3,0	91.960	2,9
Comércio e Serviços	77.300	27,5	121.036	11,1	106.432	13,1	133.522	13,4	438.291	13,8
<b>FCO Rural</b>	<b>25.868</b>	<b>9,1</b>	<b>463.679</b>	<b>42,6</b>	<b>145.130</b>	<b>17,8</b>	<b>290.865</b>	<b>29,1</b>	<b>925.542</b>	<b>29,1</b>
PRONAF	17.044	6,0	355.397	32,6	63.016	7,7	228.035	22,8	663.493	20,8
Rural Demais	8.824	3,1	108.282	9,9	82.114	10,1	62.830	6,3	262.050	8,2
<b>Subtotal</b>	<b>127.835</b>	<b>45,1</b>	<b>659.944</b>	<b>60,6</b>	<b>300.466</b>	<b>36,9</b>	<b>487.296</b>	<b>48,8</b>	<b>1.575.540</b>	<b>49,5</b>
PRONAF – RA	652	0,2	6.638	0,6	18.311	2,3	25.299	2,5	50.900	1,6
<b>Total</b>	<b>128.487</b>	<b>45,3</b>	<b>666.582</b>	<b>61,2</b>	<b>318.776</b>	<b>39,2</b>	<b>512.595</b>	<b>51,4</b>	<b>1.626.440</b>	<b>51,1</b>
<b>Médios e Grandes Tomadores</b>										
<b>FCO Empresarial</b>	<b>129.858</b>	<b>45,8</b>	<b>204.867</b>	<b>18,8</b>	<b>156.182</b>	<b>19,2</b>	<b>147.446</b>	<b>14,8</b>	<b>638.353</b>	<b>20,1</b>
Industrial	21.442	7,6	130.879	12,0	128.089	15,7	64.643	6,5	345.052	10,8
Infraestrutura	60.186	21,2	39.533	3,6	10.000	1,2	62.392	6,3	172.111	5,4
Turismo	2.615	0,9	1.099	0,1	101	0,0	46	0,0	3.861	0,1
Comércio e Serviços	45.615	16,1	33.356	3,1	17.992	2,2	20.366	2,0	117.329	3,7
<b>FCO Rural</b>	<b>25.017</b>	<b>8,8</b>	<b>217.128</b>	<b>19,9</b>	<b>338.525</b>	<b>41,6</b>	<b>337.955</b>	<b>33,9</b>	<b>918.625</b>	<b>28,9</b>
Rural Demais	25.017	8,8	217.128	19,9	338.525	41,6	337.955	33,9	918.625	28,9
<b>Total</b>	<b>154.875</b>	<b>54,7</b>	<b>421.995</b>	<b>38,8</b>	<b>494.708</b>	<b>60,8</b>	<b>485.401</b>	<b>48,6</b>	<b>1.556.979</b>	<b>48,9</b>
<b>Consolidado</b>										
<b>FCO Empresarial</b>	<b>231.825</b>	<b>81,8</b>	<b>401.131</b>	<b>36,8</b>	<b>311.518</b>	<b>38,3</b>	<b>343.876</b>	<b>34,5</b>	<b>1.288.351</b>	<b>40,5</b>
Industrial	36.178	12,8	183.702	16,9	147.113	18,1	97.734	9,8	464.729	14,6
Infraestrutura	60.186	21,2	39.533	3,6	10.000	1,2	62.462	6,3	172.181	5,4
Turismo	12.547	4,9	23.504	2,2	29.978	3,7	29.793	3,0	95.822	3,0
Comércio e Serviços	122.915	43,4	154.392	14,2	124.424	15,3	133.888	13,4	555.619	17,5
<b>FCO Rural</b>	<b>50.884</b>	<b>18,0</b>	<b>680.807</b>	<b>62,5</b>	<b>483.656</b>	<b>59,5</b>	<b>628.821</b>	<b>63,0</b>	<b>1.844.168</b>	<b>57,9</b>
PRONAF	17.044	6,0	355.397	32,6	63.016	7,7	228.035	22,8	663.493	20,8
Rural Demais	33.840	11,9	325.410	29,9	420.640	51,7	400.785	40,2	1.180.675	37,1
<b>Subtotal</b>	<b>282.710</b>	<b>99,8</b>	<b>1.081.938</b>	<b>99,4</b>	<b>795.173</b>	<b>97,7</b>	<b>972.697</b>	<b>97,5</b>	<b>3.132.519</b>	<b>98,4</b>
PRONAF – RA	652	0,2	6.638	0,6	18.311	2,3	25.299	2,5	50.900	1,6
<b>Total Geral</b>	<b>283.361</b>	<b>100,0</b>	<b>1.088.577</b>	<b>100,0</b>	<b>813.484</b>	<b>100,0</b>	<b>997.996</b>	<b>100,0</b>	<b>3.183.419</b>	<b>100,0</b>

Página 31 de 3009

Fonte: Relatório BB, página 64

### 8.5. Contratações no Pronaf

No exercício de 2009, foram contratadas 41.416 operações de financiamento ao abrigo do Pronaf, 10,9% a mais do que em 2008 quando foram firmados 37.333 contratos. Em volume de recursos, em 2009, foram concedidos empréstimos no total de R\$ 663,5 milhões, montante 80,1% superior ao contratado em 2008 (R\$ 368,4 milhões) (Relatório BB, página 26).

No ano, todos os Estados tiveram incremento de aplicações nessa Linha de Financiamento de PRONAF, a saber: Distrito Federal (80,8%); Goiás (59,2%); Mato Grosso do Sul (51,1%) e Mato Grosso (142,4%).

O Estado de Goiás destacou-se pelo maior volume de recursos financiados aos agricultores familiares (R\$ 355,4 milhões) e pelo maior número de projetos assistidos (25.462 contratos).

### 8.6. Contratações no Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil)

Em 2009, as contratações no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária tiveram desempenho negativo em relação a 2008, com redução de 15,0% no montante de recursos financiados (de R\$ 59,9 milhões em 2008 para R\$ 50,9 milhões em 2009) e de 34,8% na quantidade de operações contratadas (de 5.810 em 2008 para 3.787 em 2009).

O único resultado positivo foi verificado em Mato Grosso do Sul, que apresentou significativo incremento de 103,0% no total de recursos contratados (R\$ 18,3 milhões) comparativamente ao ocorrido no exercício anterior (R\$ 9,0 milhões). Os demais Estados tiveram redução nas aplicações, principalmente o Distrito Federal que aplicou 60,8% menos do que em 2008.

O volume de recursos financiados no Pronaf – RA – R\$ 50.900 mil – foi insignificante e correspondeu a somente 1,7% do total do orçamento realizado no ano (R\$ 3.080,1 milhões), não tendo sido cumprido o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 19.11.1995, segundo o qual “os bancos administradores aplicarão dez por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, bem como [...]”.

Tal desempenho negativo, que não depende apenas do agente financeiro, foi resultado de diversos fatores, dentre os quais a dificuldade de emissão das DAP para os Grupos “A” e “A/C” por falta da Licença para Implantação e Operação de Projetos de Assentamento, e a dificuldade para obtenção de declaração do Incra atestando a Regularidade Ambiental dos Projetos de Assentamento no Estado de Mato Grosso, conforme exigência da Resolução Bacen n.º 3.545, de 29.02.2008.

### 8.7. Contratações em Custeio Agrícola e Pecuário e Aquisição de Matéria-Prima, Insumos e de Bens para Formação de Estoques

As operações de financiamento isolado de custeios agrícola e pecuário envolveram recursos da ordem de R\$ 22,4 milhões em 454 contratos.

Esse montante financiado para custeio correspondeu a 0,7% do total de recursos financiados em 2009 pelo Fundo, e representou queda de 92,5% na quantidade de operações formalizadas e de 96,5% em relação ao valor contratado em 2008. Isso porque, em 2008, as operações de custeio abrangiam todos os portes de produtores rurais, ao passo que, em 2009, elas restringiram-se aos

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

mini e pequenos produtores (Resoluções n.º 349, de 08.07.2008, e n.º 354, de 31.10.2008).

Pelo volume de recursos e pela quantidade de contratos firmados, destacou-se o desempenho no Estado de Mato Grosso do Sul com operações no valor de R\$ 13,9 milhões (62,0% do total destinado a esses financiamentos na Região) em 347 contratos (76,4% dos 454 contratados).

**Tabela 11: Contratações em Custeio Agrícola e Pecuário e Aquisição de Matéria-Prima, Insumos e Bens para Formação de Estoques**

R\$ Mil

Programas	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor
Custeio Agrícola	6	599	17	1.480	67	2.149	5	1.161	95	5.389
%	0,7	1,3	0,5	1,0	2,1	1,7	0,2	0,8	0,9	1,2
Custeio Pecuário	15	1.251	37	2.159	280	11.741	27	1.857	359	17.008
%	1,6	2,7	1,1	1,4	8,8	9,5	0,9	1,3	3,4	3,7
<b>Subtotal Custeios</b>	<b>21</b>	<b>1.850</b>	<b>54</b>	<b>3.639</b>	<b>347</b>	<b>13.890</b>	<b>32</b>	<b>3.018</b>	<b>454</b>	<b>22.397</b>
%	2,3	4,0	1,6	2,4	10,9	11,2	1,0	2,1	4,3	4,8
Aquisição matéria-prima e insumos	890	43.845	3.281	148.295	2.833	110.025	3.113	137.756	10.117	439.921
%	97,7	96,0	98,4	97,6	89,1	88,8	99,6	97,9	95,7	95,2
<b>TOTAL</b>	<b>911</b>	<b>45.695</b>	<b>3.335</b>	<b>151.934</b>	<b>3.180</b>	<b>123.915</b>	<b>3.145</b>	<b>140.774</b>	<b>10.571</b>	<b>462.318</b>
%	8,6	9,9	31,5	32,9	30,1	26,8	29,8	30,4	100,0	100,0

Posição 31.12.2009.

Fonte: Relatório BB, página 27.

No Setor Empresarial, os financiamentos da aquisição de matéria-prima, insumos e bens para formação de estoques envolveram R\$ 439,9 milhões em 10.117 contratos. O montante financiado para essa finalidade representou 13,8% do total de recursos financiados pelo FCO em todos os programas e linhas de financiamento (R\$ 3.183,4 milhões).

Somados, os recursos destinados aos financiamentos de custeio isolado e de aquisição de matéria-prima, insumos e bens para formação de estoques atingiram o total de R\$ 462,3 milhões, montante correspondente a 14,5% da totalidade de aplicações do Fundo em 2009.

## 8.8. Contratações em outras Linhas de Financiamento

### 8.8.1. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira

Ao abrigo da Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira do Programa de FCO Rural, que tem sua área de aplicação restrita aos Estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, foram contratadas 24 operações de financiamento no valor total de R\$ 7,0 milhões, sendo 13 contratos no Estado de Mato Grosso do Sul no montante de R\$ 4,8 milhões e 11 contratos no Estado de Mato Grosso no valor de R\$ 2,2 milhões (Relatório BB, página 27).

### 8.8.2. Linhas de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca

Nas Linhas de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca foram realizadas 115 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 897 mil (Relatório BB, página 27).

### 8.8.3. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira

Ao amparo da Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira, foram realizadas 44 operações de financiamento envolvendo

recursos da ordem de R\$ 9,3 milhões (Relatório BB, página 27).

### 8.9. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 76 municípios do Estado de Goiás que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas, foram realizadas 9.565 operações de financiamento equivalendo a um total de recursos da ordem de R\$ 233,6 milhões, superando em 29,1% a meta estabelecida na Programação do FCO para 2009, que era de R\$ 181,0 milhões (Relatório BB, página 65).

Com os mini, micro e pequenos tomadores foram firmados 9.297 contratos (97,2% do total realizado) envolvendo R\$ 143,1 milhões (61,3% dos recursos financiados).

Em benefício dos mutuários de médio e grande portes, foram concedidos financiamentos no total de R\$ 90,5 milhões em 268 operações. O montante destinado aos médios e grandes equivale a 38,7% do total financiado na Mesorregião, e o número de contratos equivale a 2,8% das operações realizadas.

As aplicações no Setor Rural (não incluído o Pronaf) envolveram 1.129 contratos e absorveram recursos da ordem de R\$ 69,8 milhões, correspondentes a 29,9% do total contratado.

As contratações ao abrigo do Pronaf, por sua vez, envolveram 7.727 contratos e absorveram R\$ 80,8 milhões, correspondentes a 34,6% do total contratado na Mesorregião.

**Tabela 12: Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas**

Parte	PRONAF		RURAL		Empresarial		TOTAL	
	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor
Mini/Micro (a)	6.403	50.192	702	18.661	202	6.439	7.307	75.293
%	82,9	62,1	62,2	26,7	28,5	7,8	76,4	32,2
Pequeno (b)	1.324	30.607	173	9.290	493	27.886	1.990	67.783
%	17,1	37,9	15,3	13,3	69,5	33,6	20,8	29,0
Subtotal (a + b)	7.727	80.799	875	27.951	695	34.325	9.297	143.076
%	100,0	100,0	77,5	40,0	98,0	41,4	97,2	61,3
Médio (c)	-	-	226	27.974	12	46.156	238	74.130
%	-	-	20,0	40,1	1,7	55,7	2,5	31,7
Grande (d)	-	-	28	13.896	2	2.457	30	16.353
%	-	-	2,5	19,9	0,3	3,0	0,3	7,0
Subtotal (c + d)	-	-	254	41.870	14	48.613	268	90.483
%	-	-	32,5	60,0	2,0	58,6	2,8	38,7
<b>TOTAL</b>	<b>7.727</b>	<b>80.799</b>	<b>1.129</b>	<b>69.821</b>	<b>709</b>	<b>82.939</b>	<b>9.565</b>	<b>233.559</b>
%	80,8	34,6	11,8	29,9	7,4	35,3	100,0	100,0

Posição 31.12.2009.

Fonte: Relatório BB, página 65.

### 8.10. Contratações com Beneficiários que Obtiveram Empréstimo pela 1ª vez

Em 2009, foram beneficiados 19.421 clientes com financiamento pela primeira vez, absorvendo recursos no total de R\$ 1.616,6 milhões. Esses números representaram 30,1% do total de contratos formalizados no ano (64.569) e 50,8% da totalidade de recursos aplicados em todos os programas (R\$ 3.183,4 milhões).

Os mini, micro e pequenos tomadores foram favorecidos com R\$ 787,1 milhões em 18.553 operações, que representaram 48,7% dos recursos concedidos (R\$ 1.616,6 milhões) e 95,5% do total das operações formalizadas com esses tomadores (19.421 operações).

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

Aos médios e grandes tomadores foram financiados R\$ 829,5 milhões em 868 contratos, representando 51,3% dos recursos concedidos (R\$ 1.616,6 milhões) e 4,5% das operações realizadas com esses tomadores (19.421 operações).

**Tabela 13: Beneficiários que Obtiveram Empréstimo pela 1ª vez**

R\$ Mil

Parte	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor
Mini/Micro (a)	467	14.194	2.711	69.044	1.904	47.649	3.230	86.790	8.312	217.677
%	27,2	9,8	37,7	15,0	49,5	10,9	48,4	15,1	42,8	13,5
Pequeno (b)	1.157	76.769	4.174	202.268	1.698	111.753	3.212	178.646	10.241	569.436
%	67,3	53,1	58,1	43,9	44,1	25,6	48,2	31,1	52,7	35,2
<b>Subtotal (a + b)</b>	<b>1.624</b>	<b>90.963</b>	<b>6.885</b>	<b>271.312</b>	<b>3.602</b>	<b>159.402</b>	<b>6.442</b>	<b>265.436</b>	<b>18.553</b>	<b>787.113</b>
%	94,5	62,9	95,8	58,9	93,6	36,5	96,6	46,3	95,5	48,7
Médio (c)	84	39.972	276	139.380	207	53.746	193	117.349	760	350.446
%	4,9	27,6	3,8	30,2	5,4	12,3	2,9	20,4	3,9	21,7
Grande (d)	10	13.698	25	50.108	39	224.119	34	191.095	108	479.020
%	0,6	9,5	0,3	10,9	1,0	51,3	0,5	33,3	0,6	29,6
<b>Subtotal (c + d)</b>	<b>94</b>	<b>53.670</b>	<b>301</b>	<b>189.488</b>	<b>246</b>	<b>277.865</b>	<b>227</b>	<b>308.444</b>	<b>868</b>	<b>829.466</b>
%	5,5	37,1	4,2	41,1	6,4	63,5	3,4	53,7	4,5	51,3
<b>TOTAL</b>	<b>1.718</b>	<b>144.633</b>	<b>7.186</b>	<b>460.800</b>	<b>3.848</b>	<b>437.267</b>	<b>6.669</b>	<b>573.880</b>	<b>19.421</b>	<b>1.616.579</b>
%	8,3	8,9	37,0	28,5	19,8	27,9	34,3	35,5	100,0	100,0

Posição 31.12.2008.

Fonte: Relatório BB, página 66.

Destacaram-se os Estados de Goiás e Mato Grosso com maior número de contratos realizados com novos beneficiários, respectivamente, 7.186 e 6.669 contratos. No que diz respeito ao volume de recursos aplicados, destacaram-se Mato Grosso com R\$ 573,9 milhões e Goiás com R\$ 460,8 milhões, representando 35,5% e 28,5% do total contratado com esses tomadores, respectivamente.

#### 8.11. Contratações de valores superiores a R\$ 10 milhões

As contratações com valores superiores a R\$ 10 milhões envolveram recursos no total de R\$ 602.572 mil em 19 operações (Relatório BB, página 66), sendo:

- 1 (uma) operação no Distrito Federal no âmbito da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, no montante de R\$ 60.000 mil;
- 5 (cinco) operações no Estado de Goiás, totalizando R\$ 112.555 mil, ao abrigo das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Industrial (R\$ 46.836 mil), de Infraestrutura Econômica (R\$ 39.407 mil), de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços (R\$ 16.300 mil), e de Desenvolvimento Rural (R\$ 10.012 mil);
- 5 (cinco) operações no Estado de Mato Grosso, totalizando R\$ 185.848 mil, ao abrigo das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica (R\$ 60.300 mil), de Desenvolvimento Rural/Pronatureza (R\$ 114.424 mil), e de Desenvolvimento Industrial (R\$ 11.124 mil); e
- 8 (oito) operações no Estado de Mato Grosso do Sul, totalizando R\$ 244.170 mil, ao abrigo das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Industrial (R\$ 97.322 mil), de Desenvolvimento Rural/Pronatureza (R\$ 136.848 mil), e de Infraestrutura Econômica (R\$ 10.000 mil).

A relação detalhada das operações envolvendo recursos em valor superior a R\$ 10 milhões encontra-se no Anexo "A" do Relatório do Banco do Brasil, páginas 156 a 163.

#### 8.12. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Conforme metodologia prevista no Anexo II do Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007, a tipologia de

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

cada município é definida pelo Ministério da Integração Nacional levando em consideração duas variáveis:

- a) Rendimento Médio Mensal por Habitante englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões etc.); e
- b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Os municípios são classificados em quatro categorias de tipologia seguindo os parâmetros a seguir:

- 1) Alta Renda: cujo rendimento médio por habitante seja de, no mínimo, 93% do rendimento médio por habitante no Brasil;
- 2) Dinâmica: inclui municípios de baixa renda dinâmica, cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil, e municípios de média renda dinâmica cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil;
- 3) Estagnada: inclui apenas a média renda estagnada, cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil;
- 4) Baixa Renda: cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil.

Essa classificação é considerada para definição de prioridades para as políticas setoriais e estabelecimento de limite financiável para as propostas de financiamentos. Com a aplicação dessa metodologia, a Região Centro-Oeste não tem município incluído em microrregiões classificadas como de baixa renda.

**Tabela 14: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios**

Tipologia	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor
Alta Renda	1.786	221.318	15.702	672.677	1.844	178.201	2.928	297.362	22.260	1.369.558
%	52,1	78,1	47,4	61,8	17,4	21,9	16,8	29,8	34,5	43,0
Subtotal	1.645	62.043	17.452	415.900	8.739	635.282	14.473	700.412	42.309	1.813.861
%	47,9	21,9	52,6	38,2	82,6	78,1	83,2	70,2	65,5	57,0
Baixa Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dinâmica	-	-	5.965	193.473	2.439	152.890	10.298	449.161	18.702	795.525
%	-	-	18,0	17,8	23,0	18,8	59,2	45,0	29,0	25,0
Estagnada	1.645	62.043	11.487	223.427	6.300	482.392	4.175	251.251	23.607	1.018.336
%	47,9	21,9	34,6	20,4	59,5	59,1	24,0	25,2	36,6	32,0
<b>TOTAL</b>	<b>3.431</b>	<b>283.361</b>	<b>33.154</b>	<b>1.088.577</b>	<b>10.583</b>	<b>813.484</b>	<b>17.401</b>	<b>997.996</b>	<b>64.569</b>	<b>3.183.419</b>
%	53	8,9	51,3	34,2	10,4	25,8	26,9	31,3	100,0	100,0

Posição 31.12.2009.  
 Fonte: Relatório BIR, página 67

As aplicações em municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda absorveram R\$ 1.369,6 milhões em 22.260 operações, equivalentes a 43,0% do valor total contratado no exercício e a 34,5% do número de contratos firmados.

Em conjunto, os municípios de tipologia estagnada e dinâmica foram responsáveis pela contratação de R\$ 1.813,9 milhões em 42.309 operações, correspondentes a 57,0% do montante de financiamentos concedidos em 2009 e a 65,5% dos contratos realizados.

Cumprir registrar que os recursos distribuídos para o DF são aplicados também no entorno do Distrito Federal, exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais. Assim, as operações contratadas no DF (3.431) incluem as realizadas nos municípios do entorno (1.645) de tipologia estagnada, segundo a PNDR.

No Anexo B do Relatório do Banco estão relacionadas todas as operações de financiamento concedidas no exercício de 2009, discriminadamente segundo a classificação da Tipologia, Unidade Federativa, setor beneficiado, Programa e valor financiado (Relatório BB, páginas 164 a 200).

### **8.13. Municípios Assistidos com Recursos do FCO**

Em 2009, do total de 466 municípios da Região Centro-Oeste, 463 foram contemplados com, no mínimo, um financiamento do Fundo, um a menos que em 2008, quando foram atendidos 464 municípios. O número de municípios atendidos representa 99,4% do total de municípios existentes na Região (Relatório BB, página 64).

Não foram atendidos dois municípios localizados no Estado de Mato Grosso (União do Sul e Rondolândia) e um município no Estado de Mato Grosso do Sul (Ladário).

### **8.14. Situação da Demanda**

No ano de 2009, de um total de 66.490 propostas ingressadas no Banco no valor total de R\$ 7.081,6 milhões, foram contratadas 64.569 no valor de R\$ 3.183,4 milhões, e não foram atendidas 1.921 no valor de R\$ 3.898,2 milhões (Relatório BB, página 68).

Das 66.490 propostas ingressadas no Banco, 13.358 foram do Setor Empresarial no valor total de R\$ 4.353,0 milhões, e 53.132 foram do Setor Rural no montante de R\$ 2.728,6 milhões.

O valor das propostas não atendidas equivale a 122,5% do montante contratado. O valor médio das propostas que não foram atendidas foi de R\$ 2.029 mil, enquanto o valor médio das propostas contratadas foi de R\$ 49,3 mil, indicando que deixaram de ser atendidos projetos de grande porte.

As Unidades Federativas que mais tiveram propostas não atendidas no exercício foram os Estados de Goiás (R\$ 1.937,3 milhões) e de Mato Grosso do Sul (R\$ 909,0 milhões).

No Setor Empresarial, o volume de recursos de propostas não atendidas (R\$ 3.064,6 milhões) superou em 137,9% o montante contratado (R\$ 1.288,4 milhões).

Considerando o porte dos tomadores, as propostas não atendidas de interesse de clientes de grande porte, no total de R\$ 2.677,0 milhões, superaram em 181,0% o montante de recursos contratados com os clientes desse porte (R\$ 952,8 milhões).

Das 1.921 propostas que não foram atendidas no ano, apenas 106 foram indeferidas ou canceladas (R\$ 210,9 milhões), sendo o Estado de Mato Grosso o que teve o maior número e o maior valor de propostas indeferidas/canceladas (95 propostas e R\$ 106 milhões).

As restantes 1.815 propostas permaneceram no Banco dependendo de providências a cargo do cliente, do Banco e/ou do Conselho de Desenvolvimento Estadual (CDE), como análise da carta-consulta, projeto em elaboração, projeto em análise, pendência de documentação e operação em contratação.

O setor Rural teve um maior número de operações não atendidas em relação ao setor Empresarial (1.261 e 660, respectivamente). Quanto ao volume de recursos, as propostas não atendidas do setor Empresarial (R\$ 3.064,6 milhões) representaram 78,6% do montante não contratado (R\$

3.898,2 milhões).

Quanto ao porte dos tomadores, a maior quantidade de propostas pendentes é dos médios produtores rurais (661). Em volume de recursos, as grandes e médias empresas acumularam 71,5% ou R\$ 2.788,3 milhões do valor total não contratado (R\$ 3.898,2 milhões).

A principal razão dos indeferimentos foi o cancelamento/desistência por parte do mutuário (R\$ 139,0 milhões de R\$ 210,9 milhões, ou seja, 65,9%).

### **8.15. Metas e Indicadores de Desempenho da Gestão do Fundo**

Pela Resolução n.º 319, de 14.09.2007, o Condrel/FCO criou indicadores destinados a aferir o desempenho das aplicações dos recursos e permitir o aprimoramento e o monitoramento da gestão do Fundo (Relatório BB, página 45 a 51).

Para o exercício de 2009, o Condrel/FCO estabeleceu, por meio da Resolução n.º 375, de 06.11.2009, metas de desempenho a serem observadas na gestão do Fundo. A tabela seguinte sintetiza as metas definidas pelo Conselho Deliberativo e o resultado observado no exercício 2009:

**Tabela 15: Indicadores: Metas e Resultados Alcançados no Exercício de 2009**

<b>Alínea</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meta (%)</b>	<b>Resultado (%)</b>
a)	Índice de Contratações com Menor Porte:	41,0	51,1
b)	Índice de Inadimplência:	2,0	1,3
c)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício:	100,0	99,4
d)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício atual:	34,0	30,0
e)	Índice de Aplicação:	85,0	97,5
f)	Índice de Contratações por UF:	DF	8,9
		GO	34,2
		MT	31,3
		MS	25,6
g)	Índice de Contratações por Setor:	Rural	59,5
		Empresarial	40,5
h)	Índice de Tempo Médio de Contratação:	45 dias	41,2

Posição 31.12.2009.

Fonte: Relatório BB (páginas 45 a 51) e Resolução Condrel/FCO n.º 375, de 06.11.2009.

Salienta-se, inicialmente, que não foram definidas metas para o Índice de Incremento de Contratações e para o Índice de Originação de Demanda, tendo em vista que o montante de recursos era inferior ao montante contratado em 2008 (R\$ 3.470,1 milhões), impossibilitando assim incremento no volume de contratações ou no de demanda.

#### **Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)**

A meta para as aplicações em benefício dos segmentos de mini, micro e pequenos tomadores foi estabelecida em 41% do total das contratações no exercício.

Em 2009, as contratações com esse público atingiram o montante de R\$ 1.626,4 milhões, o que representa 51,1% do montante das aplicações (R\$ 3.183,4 milhões), superando portanto a meta.

Não obstante, deve-se ter em mente que a meta definida pelo Condrel/FCO corresponde a um

percentual mínimo de aplicações, cabendo pois manter as ações que vem sendo realizadas pelo Banco, Ministério da Integração Nacional, governos estaduais e demais parceiros, com vistas a elevar ainda mais as aplicações em benefício desse segmento de clientes.

### **Índice de Inadimplência (II)**

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco, observado em 31.12.2009, foi de 1,3%, tendo sido assim atendida a meta estabelecida pelo Condol/FCO (até 2,0%). Cabe destacar, ainda, que o índice observado em 31.12.2009 foi inferior ao observado no final do exercício anterior de 2,4%.

### **Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)**

A quantidade de municípios que contaram com a contratação de pelo menos uma operação em 2009 foi de 463, o que representa 99,4% do total de municípios existentes. Os três municípios que não contaram com financiamentos em 2009 foram União do Sul e Rondolândia, no Estado de Mato Grosso, e Ladário, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Com esse resultado, embora possa ser percentualmente significativo, a meta de aplicação de recursos do Fundo em 100% dos municípios da Região, fixada para o exercício de 2009, não foi atingida.

Considerando que o FCO só cumprirá seus objetivos, de contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais e econômicas desses municípios de economia estagnada, se sua atuação puder beneficiar o maior número possível de agentes econômicos, garantindo-lhes recursos em volume que permita tirá-los da inércia e estagnação. Não basta contemplar esses municípios com uma ou poucas operações de financiamento.

Para tanto, caberia a todos os agentes envolvidos com a gestão do Fundo dedicar especial atenção a esse problema, procurando não apenas buscar a simples elevação das aplicações do FCO, mas também priorizar o direcionamento de suas ações de divulgação do Fundo a essas comunidades.

### **Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)**

Para 2009, foi estabelecido, como meta para a quantidade de beneficiários atendidos pela primeira vez, o percentual de 34% do total de contratos firmados no exercício.

No exercício, foram formalizados 64.569 contratos de financiamento com recursos do Fundo, sendo 19.421 em benefício de clientes que obtiveram crédito do FCO pela primeira vez. Esse resultado representou 30,0% do total de contratos firmados, abaixo da meta estabelecida.

### **Índice de Aplicação (IA)**

Para as aplicações no exercício de 2009, foi estabelecido o índice de utilização de 85% do montante do orçamento do Fundo.

Considerando que o orçamento total realizado no exercício foi de R\$ 3.263,4 milhões (ai incluídos os R\$ 183,3 milhões de recursos comprometidos com parcelas a liberar), o montante de recursos contratados (R\$ 3.183,4 milhões) absorveu 97,5% dos recursos totais do Fundo, superando a meta.

### **Índice de Contratações por Unidade Federativa (ÍCUF)**

Como metas para as contratações em cada Unidade Federativa foram estabelecidos os percentuais que são utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, a saber: Distrito Federal (17,1%); Goiás (26,0%), Mato Grosso do Sul (20,7%) e Mato Grosso (26,0%).

Considerando os resultados das contratações efetuadas, os índices de contratações de cada Unidade Federativa foram os seguintes:

- ICUF Distrito Federal: 8,9%, inferior à meta.
- ICUF Goiás: 34,2%; superior à meta.
- ICUF Mato Grosso do Sul: 25,6%; superior à meta.
- ICUF Mato Grosso: 31,3%; superior à meta.

A superação das metas em três das quatro Unidades Federativas teve por base a norma contida na Nota 05 do Item “Aplicação dos Recursos” do Título II da Programação do FCO para 2009, que autoriza a redistribuição, em 30 de setembro de cada ano, das disponibilidades do Fundo às Unidades Federativas, de acordo com os percentuais definidos na Programação.

### **Índice de Contratações por Setor (ICS)**

O Condel/FCO estabeleceu como meta para as contratações no Setor Rural o percentual equivalente a 42,48% do total de contratações do exercício e para as contratações no Setor Empresarial o percentual equivalente a 47,52% do mesmo total.

As contratações do Setor Rural corresponderam a 59,5% do total de financiamentos realizados no exercício, superando a meta, e o Setor Empresarial foi responsável por 40,5%, ficando um pouco aquém da meta fixada.

### **Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)**

Esse índice tem por objetivo avaliar o tempo médio de atendimento das propostas de financiamento em relação ao exercício anterior. A meta estabelecida para esse índice é de 45 dias.

Somente no final de 2007, o Banco iniciou o aplicativo para a medição do tempo médio de contratação. Em 2009, houve um aprimoramento da metodologia utilizada para apuração do tempo médio de contratação, porém ainda não abrange a totalidade das operações.

A média obtida para operações rurais foi de 22 dias e para operações empresariais de 31 dias. O tempo médio apurado no exercício de 2009 foi de 28 dias, o que representa significativa melhora em relação ao tempo médio apurado em 2008, de 68 dias, bem como representa o atendimento da meta estabelecida pelo Condel para 2009, de 45 dias.

## **9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES**

As diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional pelo Ofício nº 523/MI, de 21.08.2008, em consonância com o que está disposto no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, foram observadas e incluídas na proposta formulada pelo Banco do Brasil para aplicação dos recursos do FCO em 2009.

A Programação do FCO para 2009, que foi estruturada tendo como referências estratégicas a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano de Desenvolvimento do

Centro-Oeste (PDCO), e com o atendimento às diretrizes estabelecidas, foi aprovada pelo Condel/FCO pela Resolução n.º 359, de 10.12.2008.

### **9.1. Diretrizes para aplicação dos recursos**

Dentre as diretrizes para aplicação dos recursos no exercício de 2009 constou a de implementar o repasse de recursos do FCO para as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 e Portaria n.º 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional), que firmaram convênios para a concessão de financiamentos a esses beneficiários.

Em dezembro de 2007, foram assinados contratos com o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), a Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), o Banco Cooperativo Sicredi e o Banco de Brasília (BRB). Em novembro de 2008, essas instituições realizaram as primeiras contratações, atingindo, ao final do exercício 2009, o montante de R\$ 18.344 mil.

Ressalta-se que os contratos com essas instituições foram renovados para que continuem a operar com os recursos do FCO durante o exercício de 2010, o que pode contribuir para dinamizar ainda mais as aplicações junto a mini, micro e pequenos tomadores.

As diretrizes estabeleceram, também, que deveria ser intensificada a divulgação dos programas de financiamento/linhas de crédito do FCO, principalmente junto aos governos locais e à sociedade civil, por meio da rede de agências do Banco do Brasil e de órgãos de representação dos setores produtivos, patronais e de trabalhadores.

Informou o Banco do Brasil que, no exercício de 2009, foram desenvolvidas diversas ações com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO, ampliar a demanda por investimentos de longo prazo e incrementar as aplicações com agricultores familiares, com mini e pequenos produtores rurais e com micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas. Dentre as principais ações, figuram os Seminários FCO Itinerante, realizados no exercício de 2009 em mais de 90 localidades, pelo Ministério da Integração Nacional, Governos Estaduais, Sebrae, Banco do Brasil, entre outros.

### **9.2. Prioridades Gerais**

As ações voltadas ao atendimento das principais prioridades estabelecidas para orientar a aplicação dos recursos do FCO durante o exercício de 2009, estão comentadas a seguir:

- a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações.**

Em 2009, as contratações com mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.626,4 milhões (R\$ 976,4 milhões no setor rural e R\$ 650,0 milhões no setor empresarial), o que representa 51,1% do total contratado na Região (R\$ 3.183,4 milhões).

Do montante de R\$ 1.626,4 milhões, R\$ 663,5 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf, o que representa um incremento de 80,1% em relação ao montante contratado no exercício anterior. Ainda do montante de R\$ 1.626,4 milhões, R\$ 50,9 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária.

- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local.**

Estimou-se em 398,4 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região Centro-Oeste (150,0 mil diretos e 248,4 mil indiretos), no exercício de 2009, em decorrência da aplicação dos recursos do FCO.

- c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas.**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza teve, em 2009, R\$ 96,5 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 61,1% em relação ao observado no exercício de 2008 (R\$ 59,9 milhões).

- d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário.**

Em 2009, o Estado de Mato Grosso do Sul contratou 20 operações através da Linha Especial de Crédito para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira (Zona de Alta Vigilância), aplicando R\$ 4,4 milhões de recursos do FCO. Foram financiamentos de investimentos fixos e semi-fixos e de custeio, compreendendo basicamente a retenção de bovinos, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade na região abrangida pela ZAV (divisa com o Paraguai e Bolívia) e amenizar as conseqüências sobre a atividade pecuária, das medidas implementadas pelo Governo para prevenir focos de febre aftosa.

### 9.3. Prioridades Setoriais

- a) projetos voltados para a industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, commodities e produtos primários produzidos na Região.**

Foram realizadas 5 operações com recursos do FCO no montante de R\$ 58.780 mil estimando a geração de 6.865 empregos diretos e indiretos.

- b) turismo em suas diversas modalidades.**

No exercício de 2009, foram contratados R\$ 95,8 milhões no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, sendo que, desse montante, R\$ 91,9 milhões (95,9%) foram aplicados junto a micro e pequenas empresas.

- c) projetos dos setores previstos na Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para Médias e Grandes Empresas.**

Em 2009, foram contratados R\$ 172,2 milhões ao amparo da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, o que representou um incremento de 41,9% em relação ao montante observado em 2008 (R\$ 121,3 milhões).

Ressaltou-se que o CONDEL/FCO aprovou a criação de Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para Micro e Pequenas Empresas, com o objetivo de incrementar

ainda mais os financiamentos de bens e serviços para implantação, ampliação, modernização e reforma de infraestrutura econômica, especialmente a partir de 2010.

- d) **recursos naturais: recuperação de áreas degradadas e em degradação, no conceito de microbacias hidrográficas; conversão e correção do solo; recuperação, renovação e manejo de pastagens.**

Esclarecimentos inseridos no item 9. Atendimento às Diretrizes e Prioridades, 9.2. Prioridades Gerais, alínea “c” acima.

- e) **projetos agropecuários de produção integrada (aviários e outros).**

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir teve, no exercício de 2009, R\$ 53,9 milhões de recursos contratados.

#### 9.4. Prioridades Espaciais

- a) **projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, sobretudo os estruturantes e os vinculados a arranjos produtivos locais.**

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica passaram de R\$ 1.784,7 milhões no exercício de 2008 para R\$ 1.813,9 milhões em 2009 (incremento de 1,64%).

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 9,3 milhões no exercício de 2009. Especificamente na cidade de Ponta Porã, em relação ao número de operações, houve incremento de 111,7%, passando de 308 em 2008 para 652 em 2009. Em relação ao volume de contratações, houve decréscimo de 3,8%, passando de R\$ 18,0 milhões em 2008 para R\$ 17,3 milhões em 2009.

- b) **financiamentos de projetos localizados na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO).**

As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R\$ 233,5 milhões em 2009, 29,0% superior ao montante previsto (R\$ 181,0 milhões) e 23,3% inferior ao contratado em 2008 (R\$ 304,4 milhões).

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 3,4 mil operações no montante de R\$ 283,4 milhões. Desse montante, 1,8 mil operações no valor de R\$ 221,4 milhões beneficiaram o Distrito Federal e 1,6 mil operações no valor de R\$ 62,0 milhões beneficiaram os municípios do Entorno.

## 10. SITUAÇÃO DAS CARTEIRAS DE FINANCIAMENTO DO FCO

### 10.1. Saldos das Aplicações por Programa e Unidade Federativa

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 31.12.2009, saldo de R\$ 10.896,7 milhões, o que representou um incremento de 4,4% em relação à posição registrada ao final do exercício de 2008 (R\$ 10.436,3 milhões).

O quadro abaixo apresenta os saldos totais da carteira de operações do Fundo, em 31.12.2009, distribuída por Programa e Unidade Federativa:

**Tabela 16: Saldos das Aplicações por Programa e Unidade Federativa**

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>553.351</b>	<b>1.183.876</b>	<b>786.655</b>	<b>818.671</b>	<b>3.342.554</b>
Industrial	135.268	669.303	420.930	286.150	1.511.652
Infraestrutura	106.263	70.580	45.147	150.549	372.540
Turismo	24.229	47.182	53.844	52.489	177.744
Comércio Serviços	287.591	396.811	266.734	329.482	1.280.618
<b>RURAL</b>	<b>374.478</b>	<b>2.922.710</b>	<b>1.679.305</b>	<b>2.577.645</b>	<b>7.554.138</b>
Rural/Integração	314.095	2.180.475	1.309.294	1.655.928	5.459.793
PRONAF	27.368	631.744	152.938	500.195	1.312.246
PRONAF-RA	7.793	53.067	63.365	312.717	436.942
PAPRA	5.163	5.301	20.132	48.783	79.379
Pronatureza	15.025	38.628	108.216	42.623	204.492
Estocagem	-	1.418	-	4.819	6.237
Custeio	5.034	12.077	25.359	12.581	55.050
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>927.829</b>	<b>4.106.587</b>	<b>2.465.960</b>	<b>3.396.317</b>	<b>10.896.693</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
Relatório BB, página 74.

Mais uma vez o Estado de Goiás ratifica sua posição de líder na Região em aplicações dos recursos do FCO, respondendo com R\$ 4.106,6 milhões correspondentes a 37,7% da carteira de financiamentos do FCO.

Os saldos das operações rurais, com a soma de R\$ 7.554,1 milhões, corresponderam a 69,3% da carteira de financiamentos do FCO, ao passo que os saldos das operações empresariais, com a soma de R\$ 3.342,6 milhões, corresponderam a 30,7% da carteira de financiamentos do FCO, ratificando, assim, a forte vocação da Região para o Agronegócio.

No FCO Empresarial, as aplicações do segmento industrial destacaram-se com saldos na ordem de R\$ 1.511,6 milhões, enquanto, no FCO Rural, a carteira da linha de financiamento Rural/Integração encerrou o exercício com R\$ 5.459,8 milhões.

### 10.2. Saldos das Aplicações por Porte e Unidade Federativa

O perfil da carteira de operações do FCO mostrou uma concentração de recursos nos negócios dos médios e grandes produtores rurais e médias e grandes empresas. Esses tomadores responderam por 59,4 % dos saldos devedores registrados em 31.12.2009, atingindo a cifra de R\$ 6.469,2 milhões.

O segmento dos mini e pequenos produtores rurais e das micro e pequenas empresas,

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

cooperativas e associações, respondiam, em 31.12.2009, por empréstimos no montante de R\$ 4.427,5 milhões, correspondentes a 40,6% do saldo da carteira.

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos saldos totais da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos financiados em 31.12.2009:

**Tabela 17: Saldos das Aplicações por Porte e Unidade Federativa**

Porte	DF	GO	MS	MT	Total	%
Grande	342.589	1.074.027	1.054.285	1.120.212	3.591.113	32,9
Médio	210.186	1.349.192	570.129	748.585	2.878.092	26,4
Pequeno	307.933	1.178.565	606.705	1.095.427	3.188.629	29,2
Mini/Micro	66.264	502.724	233.608	403.377	1.205.973	11,0
Cooperativa	858	2.079	1.232	28.716	32.885	0,3
<b>Total</b>	<b>927.829</b>	<b>4.106.587</b>	<b>2.465.960</b>	<b>3.396.317</b>	<b>10.896.693</b>	<b>100,0</b>

R\$ mil – Posição em 31.12.2009  
 Relatório BB, página 74

## II. OPERAÇÕES RENEGOCIADAS

### II.1. Financiamentos Alongados – Leis 9.138/1995 e 10.437/2002

A carteira de financiamento das operações objeto de alongamento nos termos da Lei 9.138/95 e 10.437/2002 (securitização I e II) apresentou saldos de R\$ 239,0 milhões ao final do exercício de 2009, conforme demonstra a tabela a seguir, por Unidade Federativa e Programa:

**Tabela 18: Operações Alongadas por Programa e Unidade Federativa**

Programas	DF	GO	MS	MT	REGIÃO
<b>PAPRA</b>	<b>38</b>	<b>-</b>	<b>1.365</b>	<b>1.128</b>	<b>2.531</b>
Custeio	8	-	401	-	409
Investimento	29	-	964	1.128	2.122
<b>RURAL</b>	<b>61.663</b>	<b>65.753</b>	<b>51.403</b>	<b>57.647</b>	<b>236.466</b>
Custeio	-	-	-	98	98
Investimento	61.663	65.753	51.403	57.549	236.368
<b>TOTAL</b>	<b>61.700</b>	<b>65.753</b>	<b>52.768</b>	<b>58.776</b>	<b>238.997</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
 Relatório BB, página 75.

### II.2. Financiamentos Renegociados (PESA)

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/Bacen n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA), em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No final do exercício de 2009, os saldos das operações renegociadas ao abrigo do PESA somaram R\$ 58,4 milhões, conforme tabela a seguir:

**Tabela 19: Financiamentos Renegociados – PESA**

UF	Saldos	(%)
Distrito Federal	4.483	7,7
Goiás	20.796	35,6
Mato Grosso do Sul	6.810	11,7
Mato Grosso	26.381	45,0
<b>Total</b>	<b>58.381</b>	<b>100,0</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
 Relatório BB, página 75.

### 11.3. Financiamentos Renegociados – Lei n.º 10.177/2001

A Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas em estoque contratadas até 31.12.1998, com substituição dos encargos financeiros pelas novas taxas de juros prefixadas.

Essa Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei n.º 10.696/2003, regulamentada pela Resolução Bacen n.º 3.115/2003.

Ao final do exercício de 2009, o saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei n.º 10.177/2001 foi de R\$ 135,4 milhões, correspondentes a 1,8 mil operações.

**Tabela 20: Operações Renegociadas – Lei n.º 10.177/2001**

Itens	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
PRONAF	-	-	28	43	20	26	199	610	247	680
Rural	37	13.646	686	49.207	279	16.376	533	38.374	1535	117.603
Industrial	3	2.464	25	6.915	11	1.331	6	2.633	45	13.343
Turismo	-	-	3	512	4	2.999	1	229	8	3.740
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>16.110</b>	<b>742</b>	<b>56.677</b>	<b>314</b>	<b>20.732</b>	<b>740</b>	<b>41.846</b>	<b>1.836</b>	<b>135.365</b>

R\$ mil - Posição 31.12.2009  
 Relatório BB, página 75

Do total de operações renegociadas, o setor rural, representado pelos financiamentos dos Programas de Desenvolvimento Rural e Pronaf, apresentou a maior participação, com 1.782 operações, 97,0% da quantidade, e valor de R\$ 118,3 milhões, correspondentes a 87,4% dos saldos devedores das operações renegociadas.

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

**Tabela 21: Operações Renegociadas – Lei nº 10.177/2001**

Itens	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Grande</b>	3	4.348	32	8.218	22	3.867	68	20.756	125	37.189
<b>Médio</b>	20	7.270	228	25.202	134	9.405	224	14.006	606	55.883
<b>Pequeno</b>	15	4.422	301	20.483	91	6.635	224	5.618	631	37.157
<b>Mini/Micro</b>	2	70	181	2.774	67	825	224	1.467	474	5.136
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>16.110</b>	<b>742</b>	<b>56.677</b>	<b>314</b>	<b>20.732</b>	<b>740</b>	<b>41.843</b>	<b>1.836</b>	<b>135.365</b>

R\$ mil - Posição 31.12.2009

Relatório BB, página 77

Em quantidade de contratos reformulados, despontou o Estado de Goiás com 742 casos (40,4% da quantidade total reformulada) e, em volume de reformulações, o mesmo Estado, com saldo de operações renegociadas na ordem de R\$ 56,7 milhões (41,9% do valor total reformulado).

Em quantidade de operações, as renegociações estão concentradas com mutuários de mini/micro e pequeno portes, representando 60,2% (1.105 operações).

#### 11.4. Prorrogações Concedidas no Exercício de 2009

No exercício de 2009, foram prorrogadas 761 operações contratadas com recursos do FCO Rural e 17 do FCO Empresarial, conforme previsto na Resolução Condell n.º 297, de 30.03.2007, correspondendo ao volume de R\$ 34,5 milhões (R\$ 28,1 milhões no segmento rural e R\$ 6,4 milhões no empresarial).

**Tabela 22: Prorrogações – Rural e Empresarial – Resolução Condell n.º 297, de 30.03.2007**

PROGRAMA/LINHA	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Desenvolvimento Rural	460	6.761	1.201	5.159	13.581
Pronaf	-	7.839	473	1.109	9.421
Pronatureza	-	-	252	-	252
Pronaf RA	-	44	139	98	282
Rural Custeio	-	605	3.027	166	3.798
Papra	-	80	149	30	259
Estocagem	-	-	-	538	538
Comércio e Serviço	451	613	54	300	1.417
Desenvolvimento Industrial	-	2.132	-	1.885	4.017
Turismo Regional	-	10	912	-	922
PORTE	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Grande	-	7.342	518	3.832	11.693
Médio	460	6.465	2.993	4.425	14.342
Pequeno	451	3.030	1.866	872	6.220
Mini/micro	-	1.246	829	157	2.231
RISCO	DF	GO	MS	MT	TOTAL
100% BB	550	7.337	5.095	4.816	17.798
100% FCO	60	9.745	956	4.209	14.969
Compartilhado	301	921	6	232	1.460
Risco Procera	-	80	149	30	259
<b>Total</b>	<b>911</b>	<b>18.083</b>	<b>6.206</b>	<b>9.286</b>	<b>34.486</b>

Em R\$ mil, posição em 31.12.2009

Relatório BB, página 78

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

As prorrogações realizadas no Setor Rural, amparadas pela Lei n.º 11.775, concentraram-se na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural, com médios e grandes produtores e em operações contratadas com risco exclusivo do Banco do Brasil, conforme tabela a seguir:

**Tabela 23: Prorrogações do FCO Rural – Lei n.º 11.775, de 17.09.2008**

PROGRAMA/LINHA	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Desenvolvimento Rural	11.388	40.632	67.931	172.814	292.765
Pronaf	246	5.147	4.033	3.378	12.804
Pronatureza	-	-	-	38	38
Pronaf RA	22	1.417	1.307	1.717	4.463
Rural Custeio	-	32	-	750	782
Papra	-	78	158	30	265
<b>Total</b>	<b>11.655</b>	<b>47.305</b>	<b>73.430</b>	<b>178.726</b>	<b>311.116</b>
FORTE	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Grande	5.913	20.065	21.530	132.021	179.530
Médio	4.403	14.506	39.232	34.910	93.052
Pequeno	920	7.533	7.554	7.240	23.247
Mini	420	5.201	5.113	4.555	15.288
<b>Total</b>	<b>11.655</b>	<b>47.305</b>	<b>73.430</b>	<b>178.726</b>	<b>311.116</b>
RISCO	DF	GO	MS	MT	TOTAL
100% BB	10.369	41.001	67.779	156.307	275.457
100% FCO	976	3.577	4.397	15.094	24.044
Compartilhado	311	2.650	1.096	7.294	11.351
Risco-Procera	-	78	158	30	265
<b>Total</b>	<b>11.655</b>	<b>47.305</b>	<b>73.430</b>	<b>178.726</b>	<b>311.116</b>

Em R\$ mil, posição em 31.12.2009  
 Relatório BB, página 78

O cronograma previsto para os retornos de recursos sofre ajuste em decorrência das reprogramações/prorrogações de operações. Isso deve ser considerado na elaboração da Execução Orçamentária para exercícios futuros, que ocorre anualmente.

Com a alteração dos prazos de retorno, as reprogramações/prorrogações refletem nas disponibilidades do Fundo. Como existe acompanhamento mensal das disponibilidades, as áreas aplicadoras do Banco são orientadas no sentido da adequação de novas contratações em vista do não alcance do volume de recursos disponíveis previstos na Execução Orçamentária.

## 12. SITUAÇÃO DA CARTEIRA POR RISCO OPERACIONAL

Em decorrência do disposto na MP n.º 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 – risco 100% BB e operações contratadas no Programa Papra – Risco Procera.

O quadro a seguir apresenta resumo da classificação da carteira por modalidade de risco operacional:

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

**Tabela 24: Saldo da Carteira de Financiamentos**

Risco Operacional	% do risco	Saldo das Operações	Participação (%)
Banco do Brasil	100%	9.676.684	88,80
Compartilhado	50%	113.780	1,04
FCO	100%	1.026.849	9,42
PROCERA / PAPRA	100%	79.379	0,73
<b>Total</b>		<b>10.896.693</b>	<b>100,0</b>

Em R\$ mil, posição 31.12.2009  
 Relatório BB, página 80

Com a edição de MP n.º 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o *del credere* do agente financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

O risco do FCO em relação à carteira de empréstimos era, em 31.12.2009, de R\$ 1.083,7 milhões (R\$ 1.026,8 milhões de risco integral do Fundo + R\$ 56,8 milhões de risco compartilhado), valor correspondente a 9,95% dos saldos dos financiamentos existentes.

### 12.1. Risco 100% do Banco do Brasil

Valendo-se da prerrogativa criada pela Medida Provisória n.º 2.196/2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhes são repassados pelo Tesouro Nacional desde 01.07.2001 como Patrimônio de Referência – Nível II e, em consequência, o risco das operações contratadas, a partir dessa data, passou a ser integralmente assumido pelo Banco:

**Tabela 25: Saldos dos Financiamentos com Risco 100% do Banco do Brasil**

Programas	DF	GO	MS	MT	TOTAL
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>547.429</b>	<b>1.165.824</b>	<b>778.314</b>	<b>815.681</b>	<b>3.307.247</b>
Comércio e Serviços	287.591	396.811	266.734	329.482	1.280.618
Desenvol. do Turismo	24.015	45.302	50.802	52.225	172.346
Desenvolvimento Industrial	129.559	653.130	416.043	283.424	1.482.156
Infraestrutura Econômica	106.263	70.580	44.734	150.549	372.127
<b>RURAL</b>	<b>259.796</b>	<b>2.654.001</b>	<b>1.417.377</b>	<b>1.984.263</b>	<b>6.369.437</b>
Comercialização	-	1.418	-	4.819	6.537
Custeio	5.034	12.069	25.359	12.581	55.042
Desenvol. Rural	215.657	1.991.970	1.216.217	1.489.163	4.913.006
PRONAF	24.088	609.969	121.584	435.080	1.190.721
Pronatureza	15.018	38.575	108.216	42.621	204.431
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>807.225</b>	<b>3.819.824</b>	<b>2.249.691</b>	<b>2.799.944</b>	<b>9.676.684</b>

R\$ mil - Posição 31.12.2009

### 12.2. Risco Compartilhado – Banco do Brasil e FCO

Por força do disposto na Lei n.º 10.177, de 2001, em seu art. 6º, o risco das operações contratadas, a partir de 1º de dezembro de 1998, passou a ser compartilhado pelo Banco do Brasil com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro ficou reduzido para 3% ao

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

ano.

Os financiamentos do Pronaf – Reforma Agrária não se enquadram nessa regra, visto que é de risco integral do FCO, nos termos do art. 7º da Lei n.º 9.126/95.

No final do exercício de 2009, os saldos da carteira com risco compartilhado totalizaram R\$ 113,8 milhões. Comparando com a situação verificada em 31.12.2008, quando o saldo compartilhado atingiu R\$ 156,7 milhões, o saldo atual apresenta decréscimo de 27,4%:

**Tabela 26: Saldos dos Financiamentos com Risco Compartilhado – Banco do Brasil e FCO**

R\$ mil					
Sector/Programa	DF	GO	MS	MT	TOTAL
<b>RURAL</b>	<b>7.742</b>	<b>54.170</b>	<b>14.639</b>	<b>29.083</b>	<b>105.634</b>
Custeio	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Rural	7.701	54.026	14.619	28.931	105.277
PRONAF	41	124	20	150	335
Pronatureza	-	20	-	2	22
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>878</b>	<b>6.009</b>	<b>1.200</b>	<b>60</b>	<b>8.146</b>
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-
Turismo Regional	214	1.415	43	35	1.706
Des. Industrial	664	4.594	1.122	25	6.406
Infra-Estrutura Econômica	-	-	34	-	34
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.620</b>	<b>60.179</b>	<b>15.838</b>	<b>29.143</b>	<b>113.780</b>

R\$ mil – Posição 31.12.2009  
 Relatório BB, página 80

### 12.3. Risco 100% do FCO

Por força da Medida Provisória n.º 2.196/2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998 e aquelas contratadas ao abrigo do Pronaf – Reforma Agrária é 100% do FCO, exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – Papra, cujo risco operacional é do Procera, e as do próprio Procera.

Em 31.12.2009, o saldo dos financiamentos cujo risco é 100% do FCO totalizaram R\$ 1.026,8 milhões, estando assim demonstrado:

**Tabela 27: Saldos dos Financiamentos com Risco 100% do FCO**

Sector/Programa	DF	GO	MS	MT	TOTAL
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>5.045</b>	<b>12.044</b>	<b>7.142</b>	<b>2.931</b>	<b>27.161</b>
Des. Turismo Regional	-	465	2.999	229	3.693
Desenvolvimento Industrial	5.045	11.579	3.764	2.702	23.089
Infraestrutura Econômica	-	-	379	-	379
<b>RURAL</b>	<b>101.776</b>	<b>209.239</b>	<b>173.157</b>	<b>515.516</b>	<b>999.688</b>
Desenvolvimento Rural	90.738	134.479	78.458	137.834	441.509
PRONAF	3.239	21.652	31.334	64.965	121.190
PRONAF – RA	7.793	56.067	63.365	312.717	436.942
Pronatureza	6	33	-	-	39
Custeio	-	8	-	-	8
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>106.821</b>	<b>221.283</b>	<b>180.299</b>	<b>518.446</b>	<b>1.026.849</b>

R\$ mil – Posição em 31.12.2009  
 Relatório BB, página 81

Do total de R\$ 1.026,8 milhões, R\$ 297,4 milhões representam saldos das operações renegociadas ao amparo do Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa (R\$ 58,4

milhões) e alongadas com base nas Leis 9.138/95 e 10.437/2002 (Securitização – R\$ 239,0 milhões), com risco 100% do FCO.

#### **12.4. Risco de Terceiros – Procera**

As operações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA), contratadas com recursos do FCO, somam R\$ 79,4 milhões. O risco operacional desses financiamentos é suportado integralmente pelo Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera), conforme determina a Portaria Interministerial n.º 218, de 27.08.1992.

Os custos decorrentes de benefícios concedidos previstos nas medidas de incentivo à liquidação ou renegociação de operações do Procera, autorizadas pela Lei n.º 11.775/2009, são imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamento nas operações efetuadas com seus recursos.

#### **12.5. Financiamento da Reforma Agrária**

O art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pelas Leis n.º 10.186, de 12.02.2001, e n.º 11.011, de 20.12.2004, estabelece que o agente financeiro destinará 10% dos recursos do Fundo para financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

Esse dispositivo legal dispõe que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras serão realizados com risco para o Fundo Constitucional.

Com advento da Resolução CMN/Bacen n.º 2.629, de 10.08.1999, esse público-alvo passou a ser assistido com recursos do FCO ao abrigo do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupo “A”, com risco operacional para o Fundo.

Anteriormente, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o exercício com saldos devedores na ordem de R\$ 630,0 milhões, sendo R\$ 79,4 milhões com o Papra e R\$ 436,9 milhões com o Pronaf – Reforma Agrária.

### **13. SITUAÇÃO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS – INADIMPLÊNCIA E PERDAS**

#### **13.1. Inadimplência**

O estoque de financiamentos do FCO, compreendendo as operações contratadas desde o início das atividades do Fundo, registrou em 31.12.2009, saldos globais na ordem de R\$ 10.896,7 milhões, dos quais R\$ 396,1 milhões encontravam-se vencidos.

A situação dos saldos das operações, apurada em 31.12.2009, segregada por parcelas vincendas e vencidas, por Unidade Federativa, setor e risco operacional, está detalhada nas tabelas a seguir:

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

**Tabela 28: Situação do Saldo das Operações por UF**

SITUAÇÃO	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL	%
Vincendo	869.630	93,7	4025.092	98,0	2.390.083	96,9	3.215.767	94,7	10.500.572	96,4
Vencido	58.199	6,3	81.495	2,0	72.877	3,1	180.549	5,3	396.121	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>927.829</b>	<b>100</b>	<b>4.106.587</b>	<b>100</b>	<b>2.465.960</b>	<b>100</b>	<b>3.396.317</b>	<b>100</b>	<b>10.896.693</b>	<b>100,0</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
 Relatório BB, página 83

Os saldos das parcelas em situação de anormalidade atingiram R\$ 396,1 milhões, ao final do exercício, registrando um índice de inadimplência geral de 3,6% comparativamente ao saldo total das operações, R\$ 10.896,7 milhões.

Proporcionalmente aos valores financiados em cada UF, o Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registraram os maiores percentuais de parcelas em atraso, 6,3%, 5,3%, e 3,1%, respectivamente. O Estado de Goiás, com 2,0% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

**Tabela 29: Situação do Saldo das Operações por Setor**

Setor	Vincendo	Vencido	Total	(%) vencido/total
FCO Empresarial	3.314.126	28.429	3.342.554	0,85
FCO Rural	7.186.446	367.692	7.554.138	4,87
<b>Total</b>	<b>10.500.572</b>	<b>396.121</b>	<b>10.896.693</b>	<b>3,64</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
 Relatório BB, página 83

A maior inadimplência é a do Setor Rural, com um saldo vencido no valor de R\$ 367,7 milhões, equivalente a 4,87% do saldo total dos financiamentos do setor.

**Tabela 30: Situação dos Saldos das Operações por Risco Operacional**

Risco Operacional	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
100% do BB	9.553.279	123.405	9.676.684	1,28
100% do FCO	799.595	227.254	1.026.849	22,13
Compartilhado BB/FCO	109.633	4.147	113.780	3,64
PROCERA	38.064	41.315	79.379	52,05
<b>TOTAL</b>	<b>10.500.572</b>	<b>396.121</b>	<b>10.896.693</b>	<b>3,64</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
 Relatório BB, página 83

Conquanto a inadimplência média dos saldos devedores das operações represente 3,64% do montante de saldos da Carteira, causa preocupação o elevado índice de parcelas em atraso das operações de risco integral do FCO (22,13%). Esse índice apurado em 31.12.2009 apresentou crescimento significativo em comparação com o resultado verificado em 2008 (19,37%).

No exercício de 2009, à exceção dos índices de inadimplência das operações contratadas com risco integral do FCO e com risco do Procera, os demais índices sofreram queda comparativamente aos apurados em 2008.

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do BB passou de 2,37% em 2008 para 1,28% em 2009. O índice de inadimplência das operações contratadas com risco compartilhado, por sua vez, passou de 8,03% em 2008 para 3,64% em 2009.

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

No que se refere às operações contratadas com risco do Procera, o índice passou de 44,96% em 2008 para 52,05% em 2009. Já o índice das operações contratadas com risco integral do FCO passou de 19,37% em 2008 para 22,13% em 2009.

No grupamento de risco integral do FCO, estão incluídos os saldos das operações de PESA e Securitização, contratadas com recursos do Fundo.

Excluindo os saldos dos financiamentos do Procera, o Distrito Federal continua sendo a UF com maior índice de inadimplência (6,0%), e o Estado de Goiás a UF com o menor (1,9%).

As parcelas vencidas dos financiamentos apresentaram o seguinte quadro no exercício, por tempo de atraso:

**Tabela 31: Inadimplência por Faixas de Vencimento**

Faixa de Vencimento	Saldos	(%)
01 a 30 dias	31.251	7,9
31 a 60 dias	25.902	6,5
61 a 90 dias	9.201	2,3
91 a 120 dias	14.603	3,7
121 a 150 dias	15.110	3,8
151 a 180 dias	12.873	3,2
Vencido acima de 180 dias	287.181	72,5
<b>Total Geral</b>	<b>396.121</b>	<b>100,0</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
Relatório BB, página 84

Dos dados da tabela acima, chama a atenção o fato de que 72,5% ou R\$ 287,1 milhões dos saldos vencidos encontram-se em inadimplência há mais de 180 dias. De acordo com a Resolução n.º 2.682/99 e a Portaria Interministerial n.º 11/2005, relativamente às operações em que o Fundo detenha o risco integral ou compartilhado, o banco deverá adotar, ao final de cada mês, os seguintes procedimentos contábeis: I – constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa referente às parcelas do principal e encargos vencidos há mais de 180 dias, da seguinte forma: a) para operações de risco integral do Fundo, total das parcelas do principal e encargos vencidas há mais de 180 dias; b) para operações de risco compartilhado: percentual equivalente ao risco assumido pelo Fundo, sobre o total das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 dias; II – baixar como prejuízo do Fundo as parcelas de principal e encargos, de risco do Fundo, vencidas há mais de 360 dias; e III – registrar em contas de compensação do Fundo os valores apurados como prejuízo no inciso II acima, até que sejam esgotados todos os procedimentos para sua cobrança.

### 13.2. Perdas de Fundo

No exercício de 2009, foram transferidos para perdas um total de R\$ 379,7 milhões, sendo R\$ 356,9 milhões assumidos pelo Banco do Brasil e R\$ 22,8 milhões debitados ao FCO. Diferentemente de 2008, quando foram transferidos para perdas um total de R\$ 82,8 milhões, sendo R\$ 76,9 milhões assumidos pelo BB e R\$ 5,9 milhões debitados ao FCO.

Relatório de Gestão – Exercício de 2009  
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)  
Ministério da Integração Nacional

**Tabela 32: Perdas do Fundo**

RISCO OPERACIONAL	Saldo Transferido	Saldo Assumido – BB	Saldo Assumido - FCO
Banco do Brasil – 100%	351.993	351.993	-
Compartilhado – 50%	9.922	4.961	4.961
FCO – 100%	17.800	-	17.800
<b>Total</b>	<b>379.715</b>	<b>356.954</b>	<b>22.761</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
Relatório BB, página 87

No mesmo período, foram recuperados R\$ 131,7 milhões, sendo R\$ 120,9 milhões de risco exclusivo do BB, R\$ 3,8 milhões de risco compartilhado e R\$ 7,0 milhões de risco integral do FCO. Esse desempenho foi melhor que o observado em 2008, quando foram recuperados R\$ 46,8 milhões, sendo R\$ 7,7 milhões de risco exclusivo do BB, R\$ 7,8 milhões de risco compartilhado e R\$ 31,3 milhões de risco integral do FCO.

#### 14. ASPECTOS FINANCEIROS

##### 14.1. Situação dos Recursos

Em conformidade com o Balanço Patrimonial de 31.12.2009, os ativos do FCO somaram R\$ 11.666,9 milhões, distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 33: Balanço Patrimonial – 31.12.2009**

Itens	R\$ mil
Disponibilidades para novas aplicações	1.368.286
Saldos dos financiamentos concedidos	10.896.693
Encargos a capitalizar	209.689
Outros créditos	10.043
Provisões para rebates sobre encargos	(167.254)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(286.783)
Provisões para bônus de adimplência	(172.060)
Provisão para dispensa de correção monetária	(191.731)
<b>TOTAL</b>	<b>11.666.882</b>

Balanço Patrimonial

**Tabela 34: Situação dos Recursos por Unidade Federativa**

	Em R\$ mil					
	Pronaf - RA	DF	GO	MS	MT	Total
<b>1. RECURSOS</b>	<b>770.829</b>	<b>1.150.582</b>	<b>4.402.708</b>	<b>2.601.684</b>	<b>3.339.176</b>	<b>12.264.978</b>
Reforma Agrária	770.829	-	-	-	-	770.829
Demais Programas	-	1.150.852	4.402.708	2.601.684	3.339.176	11.494.150
<b>2. FINANCIAMENTOS</b>	<b>516.321</b>	<b>907.876</b>	<b>4.049.652</b>	<b>2.382.511</b>	<b>3.040.333</b>	<b>10.896.693</b>
Reforma Agrária	516.321	-	-	-	-	516.321
Demais Programas	-	907.876	4.049.652	2.382.511	3.040.333	10.380.372
<b>3. DISPONIBIL. DE FINANC. (1-2)</b>	<b>254.507</b>	<b>242.705</b>	<b>353.056</b>	<b>219.173</b>	<b>298.843</b>	<b>1.368.286</b>
Reforma Agrária	254.507	-	-	-	-	254.507
Demais Programas	-	242.705	353.056	219.173	298.843	1.113.778
<b>4. PARCELAS A LIBERAR</b>	<b>8.678</b>	<b>17.726</b>	<b>126.020</b>	<b>137.134</b>	<b>178.943</b>	<b>468.502</b>
Reforma Agrária	8.678	-	-	-	-	8.678
Demais Programas	-	17.726	126.020	137.134	178.943	459.824

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

<b>5. DISPONIBIL. ORÇAMENT. (3-4)</b>	<b>245.829</b>	<b>224.979</b>	<b>227.036</b>	<b>82.039</b>	<b>119.900</b>	<b>899.784</b>
Reforma Agrária	245.829	-	-	-	-	245.829
Demais Programas	-	224.979	227.036	82.039	119.900	653.955

Posição: 31.12.2009  
Fonte: Relatório BB, página 72.

#### **14.2. Disponibilidade Financeira**

Em conformidade com o Balanço Patrimonial de 31.12.2009, as disponibilidades financeiras existentes ao final do exercício de 2009 somaram R\$ 1.368,3 milhões, o que representa um aumento de 195,8% em relação ao resultado verificado em 2008 (R\$ 462,6 milhões).

Informou o Banco do Brasil que o aumento das disponibilidades dos R\$ 819,7 milhões inicialmente previstos para os R\$ 1.368,3 milhões que efetivamente remanesceram deu-se em função da transferência para perdas de operações contratadas com risco exclusivo do Banco do Brasil, no montante de R\$ 357,0 milhões, em decorrência principalmente do disposto na Lei nº 11.775, de 17.09.2008; e dos retornos de operações no montante de R\$ 1.434,8 milhões, ou seja, R\$ 281,1 milhões superior ao inicialmente previsto (R\$ 1.153,7 milhões), também em decorrência principalmente do disposto na Lei nº 11.775, de 17.09.2008 (Relatório BB, página 32).

Em seu Relatório, página 32, o Banco do Brasil informou que, dessa disponibilidade de R\$ 1.368,3 milhões, um total de R\$ 283 milhões está comprometido com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores.

#### **14.3. Remuneração dos recursos disponíveis**

Enquanto não desembolsados pelo Banco, os recursos do Fundo devem ser remunerados pela taxa extramercado fornecida pelo Banco Central, conforme art. 4º da Lei n.º 9.126, de 10.11. 1995, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

Em 2009, os recursos que permaneceram disponíveis foram remunerados no total de R\$ 66,6 milhões (Relatório BB, página 73).

#### **14.4. Remuneração dos recursos aplicados**

As Rendas com Operações de Crédito representam os encargos financeiros cobrados das operações de financiamento, deduzido o *del credere* do agente financeiro.

Em 2009, foram creditadas ao FCO receitas da ordem de R\$ 260,9 milhões (Relatório BB, página 73).

#### **14.5. Remuneração do Banco Operador – *Del Credere***

A título de *del credere*, o Banco do Brasil recebeu, em 2009, o valor de R\$ 473,5 milhões (Relatório BB, página 87).

#### **14.6. Remuneração do Administrador**

Conforme disposto no art. 13 da MP n.º 2.199-4, de 2001, os administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento fazem jus a uma remuneração correspondente a 3% ao ano

sobre o Patrimônio Líquido dos Fundos, limitado a 20% dos repasses efetuados pela STN.

Essa mesma MP facultou aos Bancos Administradores a utilização dos recursos dos Fundos como Patrimônio de Referência de Nível II da instituição, passando as operações realizadas a ser contratadas com risco integral do agente financeiro, situação em que os valores utilizados devem ser deduzidos do Patrimônio Líquido para efeito de cálculo da taxa de administração.

O Banco do Brasil optou por considerar os recursos do FCO como Patrimônio de Referência de Nível II, motivo pelo qual deixou de fazer jus à taxa de administração.

#### **14.7. Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do superávit ou déficit do período.

Em 31.12.2009, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante R\$ 11.666,9 milhões, apresentando um incremento de 14,1% se comparado com o final do exercício anterior (R\$ 10.223,8 milhões):

**Tabela 35: Evolução do Patrimônio Líquido do FCO – 2001 a 2009**

Mês/Ano	Montante (R\$ mil)
Dezembro de 2001	2.976,6
Dezembro de 2002	3.731,8
Dezembro de 2003	4.417,3
Dezembro de 2004	5.272,3
Dezembro de 2005	6.539,9
Dezembro de 2006	7.488,1
Dezembro de 2007	8.757,7
Dezembro de 2008	10.223,8
Dezembro de 2009	11.666,9

Posição 31.12.2009  
Relatório BB, página 85

#### **14.8. Rebates / Bônus de Adimplência**

No exercício de 2009, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros ou bônus de adimplência, os valores correspondentes a R\$ 30,6 milhões e R\$ 88,0 milhões, respectivamente (Relatório BB, página 88).

#### **14.9. Operações Ajuizadas**

A carteira de financiamentos do FCO possui 234,5 mil operações “em ser”. No exercício de 2009, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco 97 operações em valor aproximado de R\$ 27,1 milhões (Relatório BB, página 89).

#### **14.10. Fiscalização, Controle e Auditoria**

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, arts. 19 e 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 e a instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI da Controladoria-Geral da União;

- b) mensalmente, a remessa de relatórios à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;
- c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresa de auditoria independente;
- d) a remessa dos balanços semestrais ao Congresso Nacional para fiscalização e controle; e
- e) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo do Fundo sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

#### **14.11. Operações Fiscalizadas no Exercício**

O Banco do Brasil esclareceu que são objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central, todas as operações rurais “em ser” deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R\$ 170 mil. Quanto ao FCO Empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco, ou seja, é obrigatória para operações de investimento e aquisição de bens, de valor igual ou superior a R\$ 90 mil, e dispensada para operações de capital de giro e de prestação de garantia sem vinculação de garantia real (Relatório BB, página 90).

#### **14.12. Auditoria Externa**

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a auditoria externa deverá ser contratada, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do exercício de 2009 foi a KPMG Auditores Independentes.

Em seu Parecer de 31.03.2009, a KPMG Auditores Independentes afirmou que foram examinados os balanços patrimoniais do FCO levantados em 31.12.2009 e 2008 e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas.

Afirmou, também, que seus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Fundo, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Por fim, a KPMG Auditores Independentes afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os superávits de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 15. ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estimou-se em 398,4 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, sendo 150,0 mil diretos e 248,4 mil indiretos. É importante ressaltar que 61,8% desse total resultaram de empreendimentos conduzidos por mini e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas do Centro-Oeste, fato que coloca o FCO como o mais importante instrumento de apoio financeiro para os projetos do segmento de menor porte da Região.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, é importante registrar que, dos 466 municípios existentes na Região, 463 (99,4%) contaram com operações do FCO em 2009. Se considerado o saldo de financiamentos do FCO, todos os municípios possuem operações contratadas.

**Tabela 36: Geração de Empregos**

Programas	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>7.565</b>	<b>9.712</b>	<b>13.857</b>	<b>21.674</b>	<b>12.364</b>	<b>20.006</b>	<b>9.494</b>	<b>14.493</b>	<b>43.280</b>	<b>65.885</b>
Industrial	1.630	2.187	7.124	12.377	7.305	12.498	3.001	5.199	19.060	32.261
Infraestrutura	306	305	1.276	1.005	1	1	960	877	2.543	2.189
Turismo	778	657	1.355	1.120	1.445	1.161	1.489	1.183	5.067	4.121
Comércio/serv.	4.851	6.563	4.102	7.172	3.613	6.346	4.044	7.234	16.610	27.315
<b>RURAL</b>	<b>2.500</b>	<b>4.252</b>	<b>37.265</b>	<b>61.053</b>	<b>27.561</b>	<b>48.653</b>	<b>39.370</b>	<b>68.607</b>	<b>106.696</b>	<b>182.565</b>
Rural/Integração	1.093	2.029	12.294	22.396	14.454	25.641	15.667	28.036	43.508	78.102
Pronaf	1.022	1.489	22.408	33.642	4.659	6.805	15.149	23.766	43.238	65.702
Pronaf - RA	195	390	1.990	3.980	5.930	11.860	7.748	15.413	15.863	31.643
Pronatureza	190	344	573	1.035	2.518	4.347	806	1.392	4.087	7.118
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.065</b>	<b>13.964</b>	<b>51.122</b>	<b>82.727</b>	<b>39.925</b>	<b>68.659</b>	<b>48.864</b>	<b>83.100</b>	<b>149.976</b>	<b>248.450</b>

R\$ mil - Posição em 31.12.2009  
Relatório BB, página 88

As atividades do setor rural possibilitaram a geração ou manutenção de 289,3 mil postos de trabalho, equivalentes a 72,6% do total contabilizado no período. O Estado de Goiás, com 133,8 mil novos empregos diretos e indiretos, foi o que apresentou maior número dentre as UF's, com 33,6% total. Em seguida, destaca-se o Estado de Mato Grosso com 132,0 mil empregos no período.

O número de empregos diretos e indiretos gerados no exercício de 2009 (R\$ 398,4 mil) diminuiu 12,9% em relação ao total apurado no ano anterior (457,6 mil). O maior decréscimo foi verificado no Estado de Goiás, com índice de -32,1%, seguido do Distrito Federal com -19,6%. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram incremento de 1,6% e 7,8%, respectivamente.

## 16. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

As informações relacionadas às determinações e recomendações dos órgãos de controle encontram-se no Relatório do BB, páginas 92-112.

## 17. LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO

### Leis

N.º 11.945, de 04 de junho de 2009. Em seu Artigo 28, alterou e incluiu condições para renegociações de dívidas contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais.

N.º 12.058, de 13 de outubro de 2009. Em seu Artigo 21, autoriza a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14 de janeiro de 2001 e lastreadas em recursos dos Fundos Constitucionais.

### Leis Complementares

Lei Complementar n.º 129, de 08 de janeiro de 2009. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

### Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN

N.º 3.676, de 29 de janeiro de 2009. Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei n.º 11.775, de 17 de setembro de 2008.

N.º 3.679, de 29 de janeiro de 2009. Regulamenta os arts. 24, 25 e 26 da Lei n.º 11.775, de 17 de setembro de 2008, e revoga a Resolução n.º 3.580, de 29 de maio de 2008.

N.º 3.702, de 26 de março de 2009. Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei n.º 11.775, de 17 de setembro de 2008.

N.º 3.712, de 16 de abril de 2009. Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei n.º 11.775, de 17 de setembro de 2008.

N.º 3.754, de 30 de junho de 2009. Define prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos arts. 15, 16, 17 e 21 da Lei n.º 11.775, de 17 de setembro de 2008.

### Resoluções do Conselho Deliberativo – Condel/FCO

N.º 368, de 04.02.2009. Programação do FCO para 2009: Programa de FCO Rural: Linha Especial de Crédito para Pagamento de Prestação com Vencimento em 2008, ainda não amortizadas, referentes às linhas de financiamento do Programa de FCO Rural.

N.º 369, de 04.02.2009. Programação do FCO para 2009: Reclassificação de dívidas da Linha Especial de Crédito FAT Giro Rural para o FCO;

N.º 370, de 14.04.2009. Programação do FCO para 2009: Programa de FCO Rural; Linha de Financiamento de Conservação da Natureza; Projetos de regularização e preservação de áreas de reserva legal e preservação permanente degradadas;

N.º 371, de 14.04.2009. Calendário de Reuniões do Condel/FCO, em 2009.

N.º 372, de 29.04.2009. Relatório de Gestão de Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste(FCO) – Exercício de 2008.

N.º 373, de 29.04.2009. Calendário de Reuniões do Condrel/FCO, em 2009.

N.º 374, de 06.11.2009. Programação do FCO para 2009 – Criação de Grupo de Trabalho.

N.º 375, de 06.11.2009. Programação do FCO para 2009 - Metas de desempenho do FCO para 2009.

N.º 376, de 06.11.2009. Programação Orçamentária para 2009.

N.º 377, de 06.11.2009. Calendário de Reuniões do Condrel/FCO, em 2009.

N.º 378, de 10.12.2009. Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – Primeiro Semestre de 2009.

N.º 379, de 11.12.2009. Programação do FCO para 2010.

N.º 380, de 11.12.2009. Programação do FCO para 2010 – Linhas de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE e MGE – Financiamento para adequação dos postos de combustível às normas ambientais do Conama.

N.º 381, de 11.12.2009. Calendário de Reuniões do Condrel/FCO, em 2010.

N.º 382, de 11.12.2009. Programação do FCO para 2010 – Linhas de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE e MGE – Tratamento de transição.

## **18. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **18.1. Informações Gerais**

Na forma da legislação e instruções vigentes, o Banco do Brasil apresentou ao Ministério da Integração Nacional, para apreciação, relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício 2009.

O trabalho elaborado contempla a operacionalização dos recursos do FCO no exercício de 2009, achando-se devidamente instruído com o Balanço Patrimonial, do Fundo, com o detalhamento das aplicações realizadas, com informações sobre as contratações na mesorregião de Águas Emendadas, das aplicações por município, sobre beneficiários que obtiveram empréstimo pela primeira vez, sobre contratações de valor superior a R\$ 10 milhões, com o detalhamento dos saldos da carteira de empréstimos, sobre a situação da inadimplência, e sobre os repasses de recursos às instituições financeiras conveniadas.

Cabe registrar que o Ministério da Integração Nacional, com base no art. 7º da Lei 10.177, de 12.01.2001, determinou ao Banco, por meio do Ofício n.º 38/SCO/MI, de 03.02.2010, a inclusão de um conjunto de informações no Relatório de Gestão referente ao Exercício de 2009, com vistas ao aprimoramento do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e da avaliação de desempenho do FCO.

Não constaram do Relatório as seguintes informações:

- alínea “g” – na forma detalhada no Anexo VI do Ofício, informações a respeito do perfil do setor produtivo em cada município da área de abrangência do FCO, apontando as fontes necessárias para a construção da base de dados e a data base das informações, disponibilizando esse banco de dados somente por meio eletrônico;
- alínea “o” – valores desembolsados no Exercício de 2009, por Programa e Estado/DF e por Porte e Estado/DF, conforme tabelas constantes no Anexo VII;
- alínea “x” – de acordo com o item 19 do Anexo II – C (Conteúdo Específico) da Decisão Normativa TCU n.º 100, de 07.10.2009, informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação; e
- alíneas “s” – estudo com a utilização da metodologia propensity score e dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, a exemplo dos trabalhos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e pela Secretaria de Políticas Econômicas – SPE do Ministério da Fazenda, com o objetivo de se avaliar a capacidade de geração de empregos e a produtividade dos empreendimentos dos setores não rurais financiados pelo FCO; e “t” – previsões dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos contratados durante o exercício de 2009, baseadas na metodologia da Matriz Insumo/Produto, com enfoque nos seguintes aspectos: geração de postos de trabalho, diretos e indiretos, massa salarial, arrecadação de tributos, valor bruto da produção regional e valor agregado.

Quanto às informações não incluídas no Relatório, o BB, por meio do Ofício Digov/Genef/Difup – 2010/011.449, de 12.05.2010, prestou os seguintes esclarecimentos:

- alínea “o” – “quanto aos valores desembolsados no exercício de 2009, por Programa e Estado/DF e por Porte e Estado/DF, conforme tabelas constantes no Anexo VII, ainda não dispomos das informações. Solicitamos desenvolvimento de solução de TI, para atendimento nos próximos exercícios”;
- alínea “x” – “quanto à solicitação do item x do referido ofício, de acordo com o item 19 do Anexo II-C da DN TCU n.º 100, as informações, neste exercício, foram solicitadas apenas para o FNE e FNO, estamos providenciando consultas para os próximos períodos”;
- alíneas “s” – “conforme Ofício Diretoria de Governo – 2010/003.144, de 26.02.2010, os itens “s” e “t” estão em fase de tratativas para contratação de entidade especializada para a realização de estudos e pesquisas com o objetivo de definir indicadores e metas para avaliação dos impactos econômicos e sociais dos financiamentos concedidos com recursos do FCO”.

## 18.2. Ações Desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional

A administração do FCO é compartilhada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – Condel/FCO, pelo Banco do Brasil e pelo Ministério da Integração Nacional, ao qual compete, dentre outras atribuições previstas na legislação, a de prover as funções de secretaria executiva do Condel/FCO.

Observadas suas atribuições legais, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu no decorrer do exercício de 2009, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SCO e da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, dentre outras, as seguintes ações:

- análise do Relatório de Gestão do Banco do Brasil, elaboração de Relatório de

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**

---

Avaliação da Gestão do FCO relativo ao exercício de 2008, para compor o processo de prestação de contas do Fundo, e formulação de recomendações ao banco administrador com o objetivo de aprimorar a operacionalização e otimizar a aplicação dos recursos do FCO;

- análise do Relatório de Gestão do Banco do Brasil e elaboração de Relatório de Avaliação da Gestão do FCO relativo ao primeiro semestre de 2009;
- análises e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas de financiamento, a criação de linhas de crédito especiais, e outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos conselheiros;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Plano de Providências, submetidos ao Condel;
- participação em reuniões nos Estados e Distrito Federal, juntamente com o Banco do Brasil e demais agentes interessados nos financiamentos com recursos do Fundo, com o objetivo discutir e obter subsídios para elaboração da proposta de Programação de Aplicações dos Recursos para o exercício seguinte;
- análise das sugestões recebidas dos Estados e Distrito Federal e definição das diretrizes, prioridades e orientações gerais a serem observadas pelo Banco do Brasil na formulação da proposta de Programação do FCO para 2010;
- análise da Proposta de Programação para aplicação dos recursos do FCO no ano 2010, elaborada pelo Banco do Brasil em conformidade com o parágrafo único do art. 15 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e emissão de parecer para aprovação do Condel/FCO;
- coordenação e participação de Grupos de Trabalho instituídos pelo Condel com o fim de examinar e propor medidas voltadas a dinamizar e otimizar as aplicações com recursos do Fundo;
- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com o Banco do Brasil, Governos dos Estados e do Distrito Federal, SEBRAE e outras instituições, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste;
- participação em eventos denominados “FCO & Sebrae Itinerante”, promovidos pelo Estado de Goiás com os mesmos objetivos dos Seminários “FCO Itinerante”;
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO; e
- coordenação de reuniões com a participação dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil), Sudene e Sudam, com o objetivo de aprimorar a avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes das aplicações dos recursos do Fundos

---

Constitucionais de Financiamento.

### 18.3. Aspectos Relevantes do Desempenho do Fundo

A análise realizada com base na documentação fornecida pelo Banco, aí incluídos os demonstrativos contábeis e o parecer da empresa de auditoria externa, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Relatório, os seguintes aspectos considerados relevantes:

- a) o orçamento para o ano de 2009, inicialmente previsto no valor de R\$ 2.905,0 milhões, apresentou incremento de 6,0% resultante do desempenho positivo de algumas das fontes de recursos do Fundo, a saber:
  - \* a previsão de repasses da STN passou de R\$ 1.486,5 milhões para R\$ 1.233,9 milhões (-17,0%);
  - \* os retornos de operações passaram dos R\$ 1.153,7 milhões previstos para R\$ 1.434,8 milhões (+24,4%);
  - \* o resultado operacional passou dos R\$ 78,0 milhões previstos para R\$ 132,2 milhões (+69,5%);
- b) os financiamentos concedidos no exercício atingiram o montante de R\$ 3.183,4 milhões e o número de operações contratadas atingiu 64.569;
- c) comparando-se os desempenhos observados nos exercícios de 2008 e 2009, observa-se uma redução de 9,6% na quantidade e de 8,3% no valor total das contratações, motivado, em especial, pela retração nos recursos distribuídos;
- d) as contratações do FCO Empresarial somaram R\$ 1.288,4 milhões, representando 40,5% do montante contratado, enquanto as contratações do FCO Rural atingiram R\$ 1.895,1 milhões, equivalentes a 59,5% do total aplicado no exercício, o que vem confirmar a vocação agropecuária da Região;
- e) causado por fatores externos, em especial pela dificuldades de emissão de certificados/licenças, o Pronaf-Reforma Agrária apresentou redução de 15,0% no volume de contratações de 2008 (R\$ 59,9 milhões) para 2009 (R\$ 50,9 milhões);
- f) na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), foram formalizadas 3,4 mil operações no montante de R\$ 283,4 milhões. Desse montante, 1,8 mil operações no valor de R\$ 221,4 milhões beneficiaram o Distrito Federal e 1,6 mil operações no valor de R\$ 62,0 milhões beneficiaram os municípios do Entorno (exceto municípios localizados no Estado de Minas Gerais);
- g) os financiamentos para aquisição de insumos e/ou matéria-prima e para formação de estoques para vendas atingiram o montante de R\$ 439,9 milhões, o que representa 13,8% das aplicações totais do ano (R\$ 3.183,4 milhões);
- h) no que se refere ao porte dos beneficiários, os empréstimos apresentaram a seguinte distribuição: mini/micro e pequenos = R\$ 1.626,4 milhões (51,1% do total das contratações), e médios e grandes tomadores = R\$ 1.556,9 milhões (48,9% do total das contratações);
- i) os municípios de tipologia estagnada e dinâmica foram responsáveis pela contratação de R\$ 1.813,9 milhões em 42.309 operações, correspondentes a 57,0% do montante de financiamentos concedidos em 2009 e a 65,5% dos contratos realizados;
- j) as disponibilidades do Fundo atingiram em 31.12.2009 R\$ 1.368,3 milhões, montante 195,8% superior ao observado em 31.12.2008 (R\$ 462,6 milhões);

- k) a carteira de financiamentos do FCO apresentou, em 31.12.2009, saldo de R\$ 10.896,7 milhões, superior em 4,4% ao saldo apurado em 31.12.2008 (R\$ 10.436,3 milhões);
- l) a inadimplência apurada em 31.12.2009 foi de 3,64% do total de saldos da carteira, menor que o índice de 4,57% registrado em 31.12.2008. No que se refere aos saldos de risco integral do FCO, a inadimplência atingiu 22,13% superando os 19,37% de 2008;
- m) dos 64.569 contratos firmados, totalizando R\$ 3.183,4 milhões, 19.421 foram firmados com novos beneficiários, atingindo a cifra de R\$ 1.616,6 milhões, equivalentes a 30,1% do total das contratações e 50,8% dos recursos aplicados;
- n) o volume de recursos financiados na Mesorregião de Águas Emendadas (R\$ 233,6 milhões) superou em 29,0%, a meta de R\$ 181,0 milhões;
- o) em 2009, foram repassados pelo Banco do Brasil a outras instituições (Bancoob, BRB, Goiás Fomento e Sicredi) recursos no total de R\$ 17,6 milhões;
- p) estima-se que os financiamentos concedidos pelo FCO em 2009 possam ter contribuído para a geração/manutenção de 398,4 mil postos de trabalho, sendo 248,4 mil diretos e 150,0 mil indiretos;
- q) o Patrimônio Líquido do FCO atingiu, em 31.12.2009, o montante de R\$ 11.666,9 milhões, apresentando incremento de 14,2% se comparado com o do final do exercício anterior (R\$ 10.223,8 milhões);
- r) de acordo com o item 16 deste Parecer, as recomendações e determinações efetuadas pelos órgãos de controle foram cumpridas ou estão em fase de atendimento pelo Banco do Brasil; e
- s) a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de parecer datado de 31.03.2010, registra que as demonstrações contábeis, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2009 e 2008, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **19. RECOMENDAÇÕES**

Levando em conta as conclusões da análise efetuada sobre as atividades desenvolvidas e resultados obtidos com a aplicação dos recursos no período referente ao exercício de 2009, seria de se recomendar ao Banco do Brasil a adoção das seguintes providências:

- a) continuar desenvolvendo ações no sentido de obter a plena aplicação dos recursos orçamentários do Fundo;
- b) continuar desenvolvendo ações efetivas para incrementar as aplicações com empreendedores de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas);
- c) continuar desenvolvendo ações no sentido de ampliar o número de operações nos 466 municípios da Região, tendo presente que não basta contemplar os municípios de economia deprimida com uma ou poucas operações, fazendo-se necessário beneficiar o maior número possível de agentes econômicos e garantir-lhes recursos em volume que permita tirá-los da inércia e estagnação econômica;
- d) desenvolver ações para incrementar as aplicações nas microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como dinâmicas ou estagnadas, que se encontram abaixo de 50% no Estado de Goiás;

- e) incrementar os financiamentos no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, especialmente de projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e área de influência;
- f) adotar procedimentos para a regularização das operações vencidas, principalmente daquelas inadimplentes há mais de 180 dias, e a redução dos valores levados a prejuízo;
- g) no sentido de aprimorar o processo de supervisão, acompanhamento, controle e avaliação de desempenho do Fundo e para atendimento de recomendações dos órgãos federais de controle, informar quantidade e o valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma especificada pelos arts. 15-B e 15-C da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei n.º 11.945, de 04.06.2009;
- h) informar o estágio em que se encontra a criação de sistema de informações que permita avaliar os impactos econômicos e sociais resultantes dos financiamentos do FCO, a exemplo do que vem sendo utilizado pelo Banco do Nordeste no caso do FNE, com o uso da metodologia *propensity score* e da metodologia da Matriz Insumo/Produto;
- i) continuar desenvolvendo ações no sentido de agilizar a análise das propostas e a contratação dos financiamentos, de modo a atender a meta de 40 dias estabelecida pela Resolução Condel/FCO n.º 383, de 04.03.2010;
- j) continuar desenvolvendo ações para incrementar ainda mais as contratações ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf;
- k) continuar divulgando nos boletins de informações gerenciais e nos relatórios de gestão informações sobre os recursos e as contratações em cada Linha de Financiamento, sem agrupá-las como ocorre no título “Rural/Integração”, realizando a análise do desempenho verificado em cada uma das Linhas de Financiamento; e
- l) fornecer, na forma detalhada no Anexo VI do Ofício n.º 38/SCO/MI, de 03.02.2010, informações a respeito do perfil do setor produtivo em cada município da área de abrangência do FCO, apontando as fontes necessárias para a construção da base de dados e a data base das informações, disponibilizando esse banco de dados somente por meio eletrônico.

O Banco do Brasil teria até 60 dias, a contar da publicação da Resolução que aprovar o Relatório de Gestão do FCO, relativo ao exercício de 2009, para encaminhar à Secretaria-Executiva do Condel, plano de providências para atendimento das recomendações retro, contendo a indicação das ações em desenvolvimento e/ou a serem desenvolvidas e dos prazos para seu início e conclusão.

## **20. PARECER DAS SECRETARIAS DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

De forma geral, o Banco do Brasil observou as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional para aplicação dos recursos no exercício de 2009.

O crescimento das aplicações acima do previsto para 2009 e o atingimento da meta estabelecida pela Resolução Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, confirmam o bom desempenho do Fundo no exercício, refletindo a eficácia das ações desenvolvidas em conjunto pelo Ministério da Integração Nacional, Banco do Brasil, Governos dos Estados e Distrito Federal, Sebrae e outras instituições, para divulgação do Fundo e para estimular a tomada de financiamentos

**Relatório de Gestão – Exercício de 2009**  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**  
**Ministério da Integração Nacional**


principalmente junto aos míni e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas.

Ressalte-se evolução do Patrimônio Líquido para R\$ 11.666,9 milhões, incremento de 14,2% se comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 10.223,8 milhões).

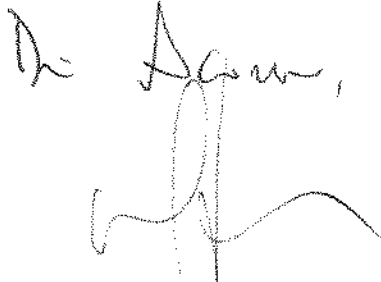
Na forma prevista no § 5º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil referente às atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2009, com parecer favorável das Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) à aprovação do Relatório.

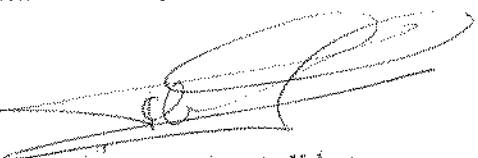
Diante das análises e considerações efetuadas no presente Parecer, para o aprimoramento da gestão do Fundo, sugerimos ao Condel/FCO que sejam feitas ao Banco do Brasil as recomendações propostas no item acima, deste Parecer.

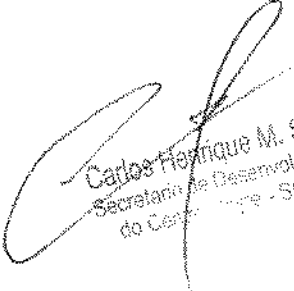
  
**MARIA DA CONCEIÇÃO DUARTE DE ANDRADE**  
Coordenadora-Geral dos Fundos Constitucionais de  
Financiamento  
SDR/MI

  
**HÉLEN CASSIA NUNES E SILVA**  
Coordenadora-Geral do Fundo Constitucional de  
Financiamento do Centro-Oeste  
SCO/MI

  
**Antonio Roberto Albuquerque Silva**  
Diretor dos Fundos de  
Desenvolvimento Regional SDR/MI

  
**Henrique Vila da Costa**  
Secretário  
SDR/MI

  
**Frederico Vitorio Valente**  
Diretor de Promoção de Investimento  
DPUSCO-MI

  
**Carlos Henrique M. Sobral**  
Secretário de Desenvolvimento  
do Centro-Oeste - SCO/MI

»»»» Fundo Constitucional de  
Financiamento do Centro-Oeste



Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 35, 2010
Fls 05 R

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

DEZEMBRO/2009



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

# MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

## PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília 11/05/2010



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
- BB – Banco do Brasil
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONAF-RA – Pronaf Reforma Agrária
- TCU – Tribunal de Contas da União
- RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
- PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária
- PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
- CONDEL/FCO – Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento  
do Centro-Oeste
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- CEDRS - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável
- CTCR - Câmaras Técnicas de Crédito Rural
- CABB - Central de Atendimento do Banco do Brasil
- ZAV – Zona de Alta Vigilância









LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Contratações – Comparação exercício de 2009 e 2008.....	26
Quadro 2 – Contratações por Programa, Porte e UF.....	27
Quadro 3 – Contratações em Custeio Agrícola e Pecuário e Aquisição de Matéria-prima e Insumos .....	27
Quadro 4 – Contratações do Pronaf/FCO.....	28
Quadro 5 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf.....	28
Quadro 6 – Saldos do Pronaf-RA.....	28
Quadro 7 – Contratações Pronaf RA.....	29
Quadro 8 – Restos a Pagar.....	54
Quadro 9 – Origem dos Recursos Previstos para 2009.....	55
Quadro 10 – Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas.....	56
Quadro 11 – Previsão de Aplicação de Recursos em 2009.....	57
Quadro 12 – Realização da Previsão Orçamentária.....	58
Quadro 13 – Transferências do Tesouro Nacional.....	59
Quadro 14 – Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2009/2008.....	59
Quadro 15 – Distribuição dos Recursos por UF e Programa.....	60
Quadro 16 – Contratações por Programa e UF.....	60
Quadro 17 – Contratações por Porte e Programa.....	62
Quadro 18 – Contratações por Porte e UF.....	63
Quadro 19 – Contratações por UF, Programa e Porte.....	64
Quadro 20 – Distribuição espacial das aplicações 2009/2008.....	65
Quadro 21 – Contratações na RIDE.....	65
Quadro 22 – Contratações na mesorregião de Águas Emendadas.....	66
Quadro 23 – Contratações com novos beneficiários.....	66
Quadro 24 – Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões.....	67
Quadro 25 – Contratações por Tipologia e UF.....	68
Quadro 26 – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas.....	68
Quadro 27 – Situação das propostas por porte e programa.....	69
Quadro 28 – Motivo de não atendimento de demandas, por UF.....	70
Quadro 29 – Motivo de não atendimento de demandas, por Programa.....	70
Quadro 30 – Motivo de não atendimento de demandas, por Porte.....	71



Quadro 31 – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento .....	71
Quadro 32 – Retornos de capital .....	72
Quadro 33 – Situação dos recursos por UF .....	72
Quadro 34 – FAT Integrar .....	73
Quadro 35 – Saldos por programa e UF .....	74
Quadro 36 – Saldos por porte e UF .....	74
Quadro 37 - Securitização .....	75
Quadro 38 - PESA .....	75
Quadro 39 – Renegociações por UF e Programa .....	76
Quadro 40 – Renegociações por UF e Porte .....	77
Quadro 41 – Prorrogações do FCO Rural .....	78
Quadro 42 – Prorrogações do FCO Empresarial .....	78
Quadro 43 – Financiamentos por Encargos Pactuados .....	79
Quadro 44 – Carteira por risco .....	80
Quadro 45 – Carteira com risco BB .....	80
Quadro 46 – Carteira com risco compartilhado .....	81
Quadro 47 – Carteira com risco FCO .....	81
Quadro 48 – Saldos vincendos e vencidos .....	83
Quadro 49 – Inadimplência por modalidade .....	83
Quadro 50 – Inadimplência por Risco .....	83
Quadro 51 – Inadimplência sem o Procera .....	83
Quadro 52 – Inadimplência por faixa de vencimento .....	84
Quadro 53 – Inadimplência por UF .....	84
Quadro 54 – Evolução Patrimonial .....	85
Quadro 55 – Perdas do Fundo .....	87
Quadro 56 – Geração de Empregos .....	88
Quadro 57 – Valor financiado x Empregos gerados .....	89
Quadro 58 – Serviços de fiscalização .....	90
Quadro 59 – Irregularidades detectadas em fiscalização .....	91
Quadro 60 – Operações de Repasse .....	113



## SUMÁRIO

Introdução .....	8
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	11
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE .....	12
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade .....	12
2.1.1. Competência .....	12
2.1.2. Objetivos Estratégicos .....	13
2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais .....	14
2.2.1. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional .....	14
2.2.2. Plano de Ação Referente ao Exercício .....	15
2.3. Programas sob a Responsabilidade da Unidade .....	17
2.3.1. Relação dos Programas e Suas Principais Ações .....	17
2.3.2. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações .....	30
2.3.3. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras .....	30
2.4. Desempenho Operacional .....	31
2.4.1. Evolução das Despesas e Receitas .....	31
2.4.2. Indicadores e Análise de Desempenho .....	45
2.4.3. Ações proativas para dinamizar as aplicações .....	52
3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE .....	53
4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....	53
5. RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	54
6. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA .....	54
7. OPERAÇÕES DE FUNDOS .....	54
7.1. Previsão Orçamentária .....	54
7.1.1. Origem dos Recursos Previstos para 2009 .....	54
7.1.2. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas .....	55
7.1.3. Previsão de Aplicação de Recursos .....	57
7.2. Execução Orçamentária .....	58
7.2.1. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado) .....	58
7.2.2. Transferências do Tesouro Nacional .....	58
7.2.3. Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programa .....	59
7.3. Resultados .....	60
7.3.1. Contratações de Operações de Financiamento .....	60
7.3.2. Situação da Demanda .....	68
7.3.3. Retornos de Operações de Financiamento .....	71
7.3.4. Situação dos Recursos .....	72
7.3.5. Remuneração dos Recursos Disponíveis .....	73





7.3.6. Remuneração dos Recursos Aplicados.....	73
7.3.7. Situação da Carteira de Financiamentos.....	74
7.3.8. Patrimônio Líquido.....	85
7.3.9. Legislação Editada no Período.....	85
7.3.10. Remuneração do Banco Operador – Del Credere.....	87
7.3.11. Remuneração do Administrador.....	87
7.3.12. Perdas do Fundo.....	87
7.3.13. Rebates / Bônus de Adimplência.....	88
7.3.14. Geração de Empregos.....	88
7.3.15. Operações Ajuizadas.....	89
7.3.16. Fiscalização, Controle e Auditagem.....	89
8. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	92
8.1 Determinações e Recomendações do TCU.....	92
8.2 Determinações e Recomendações da Secretaria Federal de Controle.....	94
9. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	113
10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	115
10.1. Declaração do Contador.....	115
10.2. Demonstrativos contábeis previstos na Lei nº 4.320/64.....	116
10.3. Demonstrativos contábeis previstos na Lei nº 6.404/76.....	121
10.4. Parecer dos auditores independentes.....	135
10.5. Relatório de auditoria interna.....	136
Anexo A - Contratações com Valor Superior a R\$ 10 milhões.....	156
Anexo B - Contratações por Tipologia por Município.....	164
Anexo C - Inadimplência por Município.....	201



## Introdução

O Relatório de Gestão do FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, Exercício 2009, além de cumprir uma formalidade legal, é um instrumento que integra o processo de prestação de contas do que foi realizado no cumprimento das atribuições de gestor público, destacando as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É, portanto, através dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

Relatamos a seguir, de forma objetiva e peculiar à atividade meio, os trabalhos desenvolvidos no exercício de 2009 pelo Banco do Brasil, na qualidade de Gestor do FCO.

O presente Relatório de Gestão está estruturado da seguinte maneira:

- a) Introdução.
- b) Identificação da Unidade Jurisdicionada.
- c) Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade, destacando-se suas responsabilidades, estratégias de atuação, o detalhamento dos programas sob sua responsabilidade e o desempenho operacional.
- d) Tópicos tratando sobre recursos humanos, passivos, restos a pagar e renúncia tributária.
- e) Operações de fundos, capítulo contendo a previsão orçamentária, a execução orçamentária e os resultados da realização orçamentária.
- f) Tópicos finais, tratando sobre as determinações e recomendações do TCU – Tribunal de Contas da União e outras informações consideradas relevantes.
- g) Anexos, em número de 3 (três), contendo detalhamento sobre as contratações acima de R\$ 10 milhões, contratações por tipologia dos municípios e a inadimplência por município.

Dentre os itens elencados no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2009, os abaixo discriminados não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada (a numeração abaixo é a constante nos seguintes itens do referido Anexo):

### A - Conteúdo geral:

6. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício;
7. Previdência complementar patrocinada;
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos;
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício;
13. Declaração de que as informações sobre contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria estão disponíveis e atualizadas no Siasg e no Siconv.

### B – Informações contábeis da gestão:

4. Composição acionária do capital social;

### C – Conteúdo específico por UI ou grupo de unidades afins:

4. Despesas com ações de publicidade e propaganda;
- 13a. Remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal;
- 13b. Atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal;

### C1 – Quadros para detalhamento de informações da parte “C” do anexo II



Quadro II.C.8 – Relação dos Programas e Ações sob responsabilidade da entidade – os programas do FCO não estão previstos no PPA e não estão relacionados no SIGPLAN. As informações dos programas e linhas de financiamentos estão detalhadas no item 2.3.1 deste relatório.

Quadro II.C.9 – Relação dos programas que não estão sob a responsabilidade da entidade. Todos os programas do FCO estão sob sua responsabilidade.

Principais realizações da gestão no exercício:

Destacamos as seguintes realizações para otimização do desempenho na aplicação dos recursos do FCO, para o exercício 2009:

- a) intensificação da divulgação dos programas/linhas de financiamento, especialmente por meio dos Seminários FCO Itinerante;
- b) revisão das condições de financiamento do FCO pelo Conselho Deliberativo do Fundo;
- c) disponibilização do Cartão Ourocard Agronegócios, que conta com a função “financiamento”, além das funções “débito” e “crédito”, o que permite ao cliente acessar a linha de financiamento do FCO, previamente contratada na Agência;
- d) priorização da utilização dos recursos do FCO nos Planos de Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. O DRS atua em diversos segmentos da sociedade, estabelecendo uma dinâmica voltada para a identificação das vocações e potencialidades regionais, para a organização e estruturação das atividades, visando diminuir as desigualdades e promover a inclusão social com geração de trabalho e renda, de forma sustentável (economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, respeitando as diversidades culturais);
- e) priorização de negócios na rede de agências do BB;
- f) treinamento de funcionários do BB em operações de investimento (rural e empresarial);
- g) orientação às agências jurisdicionantes dos municípios não contemplados com recursos do FCO no exercício, no sentido de atuarem com foco nas propostas já em andamento;
- h) implementação do Diligência Zero, que tem por objetivo principal melhorar a originação de propostas de financiamento na rede de agências (acolhimento de propostas com toda a documentação necessária à análise);
- i) aperfeiçoamento dos processos, sistemas e metodologias de crédito no âmbito do BB e/ou especialmente para o FCO;
- j) implementação de melhorias no aplicativo de contratação e formalização de operações (Portal de Negócios/COP), dentre elas: criação da Carta Remessa Eletrônica para envio de documentos à instância de estudo de operação, emitida automaticamente pelo aplicativo, e que a partir do preenchimento de alguns dados faz uma crítica na proposta, contribuindo para agilizar o processo de contratação de operações de crédito; possibilidade de inclusão da



## I. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional			Código SIORG: 042670
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação completa: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste			
Denominação abreviada: FCO			
Código SIORG: 777777		Código LOA: 53000	Código SIAFI: 53.902
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Atividades de Serviços Financeiros			Código CNAE: 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	(061) 3310-3780	(061) 3310-8813	
Endereço eletrônico: governo@bb.com.br			
Página da Internet: <a href="http://www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&amp;codigoMenu=668&amp;codigoRet=927&amp;bread=18">http://www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&amp;codigoMenu=668&amp;codigoRet=927&amp;bread=18</a>			
Endereço Postal: SBS Quadra 01, Bloco C Lote 32, ED Sede III, 11º andar, CEP: 706073-901 – Brasília (DF)			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Constituição Federal, art. 159, inciso I, alínea “c” - determina que a União entregará, para aplicação em programas de financiamentos ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001 e pela MP 2.196-3, de 24.08.2001 – regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
Programação anual de aplicação dos recursos para o exercício de 2009			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
53.7003	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Não se aplica			
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
53.7003	00001		



## 2. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE

### 2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

#### 2.1.1. Competência

A administração do FCO é exercida, em conjunto, pelo Ministério da Integração Nacional, CONDEL/FCO e Banco do Brasil.

O Ministério da Integração Nacional – MI é responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos;
- b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pelo Tesouro Nacional;
- c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
- d) encaminhar, anualmente, ao CONDEL/FCO, proposta para aplicação dos recursos, relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte.

Ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO, órgão colegiado vinculado ao MI, cabe:

- a) aprovar os programas de financiamento do Fundo;
- b) indicar providências para compatibilização das respectivas aplicações com as ações das demais instituições de desenvolvimento regional; e
- c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas.

O Banco do Brasil tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de financiamento de acordo com os programas aprovados pelo CONDEL/FCO;
- b) formular a proposta de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte e encaminhá-la ao MI;
- c) definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

No cometimento das atribuições de administrador do Fundo, o Banco do Brasil exerce, entre outras, as seguintes atividades:

- a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
- b) estudos econômicos e setoriais;



- c) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU;
- d) informações gerenciais ao CONDEL/FCO, MI, Secretaria Federal de Controle Interno - SFCI e outros órgãos públicos federais e estaduais;
- e) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
- f) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
- g) publicação do balanço anual;
- h) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
- i) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público externo;
- j) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;
- k) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
- l) elaboração de roteiros contábeis;
- m) análise e definição de encargos financeiros;
- n) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
- o) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
- p) representação junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
- q) relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;
- r) acolhimento e análise de cartas-consultas;
- s) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
- t) estudo e deferimento das operações;
- u) formalização dos contratos;
- v) acompanhamento das operações;
- w) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
- x) negociação para recuperação de dívidas;
- y) edição de literatura para o público interno e externo;
- z) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

### 2.1.2. Objetivos Estratégicos

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, criado pela Lei 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a região conta com 466 municípios.

A administração do FCO é compartilhada pelo Ministério da Integração Nacional, Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO e Banco do Brasil, observadas as atribuições previstas na legislação (Arts. 14 e 15 da Lei 7.827/1989, alterada pela Lei 10.177/2001).

Por força do disposto no art. 20 da Lei 7.827/89, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001, cabe ao Banco do Brasil encaminhar semestralmente ao Ministério da Integração Nacional o relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.



## 2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes, conforme o art. 6º da Lei 7.827, de 1989:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais e/ou estrangeiras;
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

### 2.2.1. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007- 2020), deve orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, e preparar a região para os desafios do futuro. O plano constitui referencial para negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o governo federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade centro-oestina. A elaboração do Plano foi uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO, do Ministério de Integração Nacional, mas não deve ser concebido como um plano do governo federal. Deve constituir, de fato, referencial para a sociedade regional, seus atores sociais e agentes públicos. Por outro lado, como uma perspectiva de longo prazo, o Plano (2007-2020) não pode ser confundido com o plano do governo atual, devendo compor a base estratégica para futuros governos brasileiros e seus parceiros nos Estados da Região.

O Plano foi elaborado de forma participativa, envolvendo a sociedade com a parceria dos governos dos Estados, de modo a incorporar as expectativas e percepções da população e das lideranças do Centro-Oeste em relação aos desafios do futuro. O processo participativo, que deve ser confirmado na implementação do Plano, constitui também fator determinante de sua sustentabilidade política, assegurando a efetiva implementação das ações prioritárias, mesmo com mudanças de governo. A confirmação do Plano como uma referência estratégica para os agentes e atores sociais, ao persistir e resistir às mudanças políticas depende, antes de tudo, da aderência e consistência dos seus propósitos e prioridades com a visão da sociedade e de suas lideranças políticas, sociais e empresariais.

Deixa de ser o plano de um determinado Governo, para criar bases sólidas na sociedade, incorporar as prioridades estratégicas e refletir-se nas decisões dos governos. A efetiva implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste depende de sua capacidade em refletir e expressar as preocupações e propostas dominantes na sociedade; mas também, da sua contribuição para a formação de grandes convergências entre os atores sociais em torno das prioridades de desenvolvimento. A participação da sociedade na formulação do Plano e na sua execução constitui, portanto, a condição central para o seu sucesso; pelo fato de incorporar as expectativas da sociedade sobre o futuro da região, e pela contribuição para a construção de um “projeto coletivo” regional que ultrapassa os limites dos governos e se incorpora nas expectativas e anseios dos atores sociais.



O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) está apresentado em sete capítulos, além da Introdução que explica a metodologia utilizada na sua elaboração; o primeiro capítulo apresenta uma análise resumida da evolução da realidade sócio-econômica do Centro-Oeste, e antecipa alguns movimentos que preparam o futuro da Região.

O capítulo seguinte descreve os cenários do Centro-Oeste no horizonte 2020. Antecipa análise das alternativas de mudança futura do contexto mundial e nacional, condicionantes importantes do futuro da região e termina com uma descrição da visão de futuro do Centro-Oeste segundo as expectativas da sociedade.

O capítulo III mostra, de forma sistemática, as potencialidades de desenvolvimento e os estrangulamentos que emperram ou dificultam o desenvolvimento regional. O quarto capítulo destaca, a partir dos cenários do contexto, as oportunidades e as ameaças que o Centro-Oeste deve encontrar na sua trajetória futura.

O quinto capítulo é a parte central do Plano. Explicita o que será feito para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, desde os vetores de desenvolvimento até à carteira de projetos prioritários.

O sexto capítulo apresenta os instrumentos que serão utilizados para a implementação da estratégia. Nele, o FCO é citado como principal instrumento de financiamento dos investimentos e da produção empresarial.

O sétimo, e último, descreve o modelo de gestão que será necessário para organizar o Estado e a sociedade na execução e monitoramento do Plano.

### **2.2.2. Plano de Ação Referente ao Exercício**

A Programação do FCO para o exercício de 2009 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827; as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO; e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE.

### **Planejamento**

Anualmente, o Banco do Brasil elabora a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte, com base nas diretrizes da Lei 7.827/89 e em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional. Na formulação da proposta, o Banco observa, ainda, as diretrizes e prioridades fixadas pelo MI. Até 30 de setembro de cada ano, o BB encaminha a proposta ao MI, que deverá submetê-la ao CONDEL/FCO até 15 de novembro. O CONDEL/FCO, por sua vez, deverá aprovar a proposta até o dia 15 de dezembro.



### Execução

Os recursos recebidos do MI, em parcelas decendiais, acrescidos do resultado financeiro mensal e dos retornos de operações, são alocados para aplicação nos programas de financiamento em vigor.

A distribuição dos recursos do Fundo, no exercício de 2009, obedeceu aos percentuais abaixo:

- a) 10% - para financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, nos termos do art. 7º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação das Leis 10.186, de 12.02.2001 e 11.011, de 20.12.2004, cuja alocação às Unidades Federativas ocorre de acordo com a demanda;
- b) 90% - às Unidades Federativas do Centro-Oeste, da seguinte forma: 17,1% (DF), 26,1% (GO), 26,1% (MT) e 20,7% (MS).  
Obs.: Na distribuição entre as UF, 41% dos recursos do Fundo foram destinados aos micro e pequenos empresários e aos mini e pequenos produtores rurais que, somados aos 10% da alínea “a”, atingem os 51% destinados aos tomadores de menor porte.

Ao final do exercício, as Unidades Federativas podem apresentar maior ou menor volume de recursos disponíveis, em decorrência de:

- a) aumento ou retração na demanda;
- b) existência de propostas em exame e/ou de operações aprovadas e ainda não contratadas; e
- c) assunção pelo Fundo ou pelo agente financeiro de operações inadimplidas.

No encerramento do exercício, os recursos não aplicados são realocados para distribuição de acordo com a programação anual do exercício seguinte.

As principais diretrizes observadas pelo Banco do Brasil na aplicação dos recursos são:

- a) concessão de financiamentos exclusivamente ao setor produtivo privado;
- b) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini-produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matéria-prima e mão-de-obra locais, às que produzem alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- c) preservação do meio ambiente;
- d) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos;
- e) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- f) orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- g) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;



- h) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda; e
- i) proibição de aplicação dos recursos a fundo perdido.

### **2.3. Programas sob a Responsabilidade da Unidade**

O FCO é um fundo de origem constitucional, não vinculado diretamente a programa de governo, com objetivo específico de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Citados programas de financiamento referem-se às linhas de financiamento definidas em programação anual do CONDEL/FCO para utilização pelo agente financeiro na contratação de operações junto aos tomadores finais.

Em analogia aos programas de governo, o FCO pode ser considerado um “programa finalístico”, porquanto seus recursos são ofertados diretamente à sociedade, com ação não orçamentária.

As linhas de financiamento operacionalizadas no âmbito do FCO estão segmentadas por atividade econômica – RURAL e EMPRESARIAL – e são direcionadas a mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais e a micro, pequenas, médias e grandes empresas, respectivamente.

#### **2.3.1. Relação dos Programas e Suas Principais Ações**

Em consonância com o disposto no art. 15, parágrafo único, da Lei 7.827, de 27.09.1989, com a redação da Lei 10.177, de 12.01.2001, o Banco do Brasil encaminhou ao Ministério da Integração Nacional a proposta de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício de 2009. A referida programação foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO em 10.12.2008, nos termos da Resolução n.º 359, e alterada por Resoluções posteriores, no decorrer do período.

Os financiamentos com recursos do Fundo são implementados por meio dos seguintes Programas e Linhas de Financiamentos:



### 2.3.1.1. Programa de FCO Empresarial

#### 2.3.1.1.1. Programa de FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

##### 2.3.1.1.1.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocação de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.

##### 2.3.1.1.1.2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, capital de giro associado e aquisição de insumos.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade turística, tais como meios de hospedagem, acampamento turístico, restaurante, agência de turismo e organizadoras de congressos, convenções, seminários e eventos congêneres.

##### 2.3.1.1.1.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços.



### 2.3.1.1.2. Programa de FCO Empresarial de Apoio às Médias e Grandes Empresas

#### 2.3.1.1.2.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocação de empreendimentos industriais e agroindustriais, com ou sem capital de giro associado.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.

#### 2.3.1.1.2.2. Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para MGE

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infra-estrutura econômica, com ou sem capital de giro associado, nos setores de energia, transporte, abastecimento de água, esgotamento sanitário, usinas de compostagem/ aterros sanitários, instalação de gasoduto, produção de gás, distribuição de gás canalizado, atividades integradas de logística de armazenagem, transporte, comunicação e energia e telecomunicações. Fica admitido o financiamento de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2007-2010 nos setores acima.	Pessoas jurídicas de direito privado, empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público e Parcerias Público-Privadas.

#### 2.3.1.1.2.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, com ou sem capital de giro associado.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade turística, tais como: meios de hospedagem, acampamento turístico, restaurante, agência de turismo e organizadoras de congressos, convenções, seminários e eventos congêneres. As empresas e os empresários individuais, denominados prestadores de serviços turísticos, devem estar cadastrados no Ministério do Turismo.



#### 2.3.1.1.2.4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE

**FINALIDADE:**

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, com ou sem capital de giro associado.

**BENEFICIÁRIOS:**

Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços.

#### 2.3.1.2. Programa de FCO Rural

##### 2.3.1.2.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

**FINALIDADE:**

Financiamento de investimentos fixo e semifixo e de custeio associado a projeto de investimento, bem como de empreendimentos destinados ao beneficiamento e transformação de matéria-prima regional *in natura*, de origem agropecuária de produção preponderantemente própria, compreendendo a implantação, ampliação e modernização de agroindústria conduzida por produtores rurais de forma isolada ou reunidos em cooperativas ou associações e a produção artesanal de produtos desenvolvidos por mini e pequenos produtores rurais, de forma isolada ou em grupo, tais como doces, biscoitos, pães, geléias, queijos, iogurtes, cestas e artigos de couro.

**BENEFICIÁRIOS:**

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.



### 2.3.1.2.2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de serviços como projetos básicos e executivos de irrigação e drenagem, empreendimentos em infraestrutura hídrica como barragens, obras civis e hidráulicas, eletricidade, equipamentos de irrigação novos e usados, bem como reformas e remodelagem de equipamentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas no processo produtivo e que estejam direcionados às necessidades da agricultura irrigada.	Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações.

### 2.3.1.2.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (CONVIR)

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de empreendimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades de unidade integradora, e financiamento de custeio.	Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, desde que se dediquem à atividade produtiva no sistema de integração rural.

### 2.3.1.2.4. Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária

<u>FINALIDADE:</u>	<u>BENEFICIÁRIOS:</u>
Financiamento de itens de investimento fixo e semifixo e de custeio associado, vinculados a projeto de adoção de sistemas de integração de agricultura com pecuária.	Produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associações de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.



### 2.3.1.2.5. Linha de Financiamento de Conservação da Natureza

#### FINALIDADE:

Financiamento de investimentos, de custeio agrícola e de custeio associado a projeto de investimento destinados a possibilitar o aproveitamento de áreas degradadas ou alteradas, conservação e recuperação de microbacias, nascentes e mananciais, implantação de sistemas agroflorestais e florestais, tratamento de efluentes oriundos de atividades agropecuárias, produção de alimentos associados a práticas ecologicamente sustentáveis, produção de insumos orgânicos, inscrição, certificação, inspeção e manutenção de projetos de seqüestro de carbono e de redução de emissão de gases de efeito, implantação de manejo florestal sustentado de baixo impacto em florestas, implantação e certificação de sistemas de gestão ambiental, implantação de culturas oleaginosas alternativas para produção de biodiesel.

#### BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, e suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

Para efeito de enquadramento no Programa Pronatureza, equipara-se a produtor rural a pessoa jurídica que se dedique a atividades florestais e que conste em seu contrato social a descrição dessa atividade.

### 2.3.1.2.6. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira

#### FINALIDADE:

Financiamento para a retenção de fêmeas bovinas.

#### BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais cujas propriedades estejam localizadas na planície pantaneira, 50% de suas áreas utilizáveis sejam constituídas de pastagens nativas, estejam integradas a projetos de capacitação técnica e gerencial e detenham áreas de pastagens, com potencial que permita a evolução da atividade.



### 2.3.1.2.7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura

**FINALIDADE:**

Financiamento de investimentos fixos, semifixos e de custeio compreendendo em especial a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos aquícolas, bem como financiamento da cadeia produtiva da aquicultura, a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos destinados à produção de insumos, beneficiamento, comercialização e armazenamento da produção e o custeio associado de itens necessários à atividade aquícola.

**BENEFICIÁRIOS:**

Aquicultores, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, desde que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida, além de cooperativas e associações de aquicultores.

### 2.3.1.2.8. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca

**FINALIDADE:**

Financiamento de operações de investimento a pescadores artesanais, isoladamente ou por meio de suas cooperativas, bem como associações de pescadores artesanais, para investimento na melhoria das condições de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado e financiamento a pescadores artesanais, beneficiários do financiamento acima descrito, para custeio da atividade de pesca.

**BENEFICIÁRIOS:**

Pescadores artesanais, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, entendido como aqueles que, com meios de produção próprios, exercem sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício, além de cooperativas ou associações de pescadores artesanais.

### 2.3.1.2.9. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuária na Região de Fronteira

**FINALIDADE:**

Financiamento de investimentos semifixos e de custeio, compreendendo basicamente a retenção de bovinos, para a adequação das propriedades à adoção das medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos oficiais.

**BENEFICIÁRIOS:**

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, suas cooperativas de produção e associação de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva rural na Zona de Alta Vigilância Sanitária com o Paraguai e a Bolívia.



**2.3.1.2.10. Linha Especial de Financiamento para Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais**

<b>FINALIDADE:</b>	<b>BENEFICIÁRIOS:</b>
Financiamento exclusivamente para a Safra 2008/2009, à égide do Programa de FCO Rural nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural e de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir.	Médios e grandes produtores rurais, inclusive para aqueles que não contem com financiamento de investimento “em ser” ao amparo do Fundo.

**2.3.1.2.11. Linha Especial de Crédito para Pagamento de Prestações com Vencimento em 2008, ainda não Amortizadas, referentes às Linhas de Crédito do Programa de FCO Rural**

<b>FINALIDADE:</b>	<b>BENEFICIÁRIOS:</b>
Permitir a liquidação do valor correspondente à prestação de 2008, ainda não amortizada, referente às linhas de financiamento do Programa de FCO Rural.	Produtores rurais e suas cooperativas, que renegociaram ou vierem a renegociar suas operações de investimento com recursos do FCO Rural, nos termos da Lei nº 11.775, de 17.09.2008.

**2.3.1.2.12. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**

<b>FINALIDADE:</b>	<b>BENEFICIÁRIOS:</b>
Apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.	Agricultores familiares.

**2.3.1.2.13. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Reforma Agrária (Planta Brasil)**

<b>FINALIDADE:</b>	<b>BENEFICIÁRIOS:</b>
Financiamento de investimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou áreas comunitárias rurais próximas, desde que localizados na Região Centro-Oeste.	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal.



### 2.3.1.3. Programa de FCO para Repasse

#### 2.3.1.3.1. Programa de FCO Empresarial para Repasse

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamentos nas Linhas de Desenvolvimento Industrial, do Turismo Regional e dos Setores Comercial e de Serviços operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas.	Micro e pequenas empresas

#### 2.3.1.3.2. Programa de FCO Rural para Repasse

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamentos nas Linhas de Desenvolvimento Rural, de Irrigação e Drenagem, de Sistema de Integração Rural-Convir, de Integração Lavoura-Pecuária, de Conservação da Natureza, de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira, de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca, operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas.	Mini e pequenos produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas associações e cooperativas.



### 2.3.1.4. Principais Ações do Programa

#### Contratações - Comparação exercício de 2009 e de 2008

PROGRAMAS	2009		2008		variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EMPRESARIAL	12.698	1.288.361	13.913	1.377.924	-8,7	-6,3
Industrial	2.104	464.729	3.119	462.399	-33,4	1,4
Infra-estrutura	9	112.181	10	121.964	-10,0	-41,9
Turismo	1.782	95.821	1.661	119.900	4,8	-18,8
Comércio e Serviço	8.143	555.630	10.093	659.660	-19,3	-16,7
RURAL	51.871	1.895.068	52.528	2.092.490	-9,6	-9,4
Rural/Integração	9.029	1.051.790	9.184	997.985	-13,9	10,5
PRONAF	11.115	563.493	37.333	969.195	-19,9	60,1
PRONAF-RA	3.787	60.903	5.810	59.901	-14,8	15,0
Fronteira	194	96.481	329	69.877	-14,9	61,1
Questão	454	32.995	5.092	646.973	-92,6	98,5
Total Geral	64.569	3.183.419	71.441	3.470.064	-9,6	-8,3

Em R\$ na posição 31.12.2009

Quadro I – Contratações – Comparação exercício de 2009 e 2008

No comparativo entre o exercício de 2009 e de 2008, houve em 2009 redução de 9,6% na quantidade e de 8,3% no valor total das contratações, motivado, em especial, pela retração nos recursos distribuídos. No entanto, as linhas de financiamento de Infra-Estrutura Econômica (no setor Empresarial), Pronaf e Pronatureza (no setor Rural) obtiveram expressivos índices de aumento no volume contratado neste exercício (41,9%, 80,1% e 61,1%, respectivamente).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – Reforma Agrária apresentou redução nas contratações em 2009 com recursos do FCO, causada por fatores exógenos, em especial dificuldades de emissão de certificados/licenças pelo Incra.

A linha de financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira está incluída no Desenvolvimento Rural/Integração e suas operações totalizaram R\$ 7,0 milhões ao final do exercício, sendo que R\$ 4,8 milhões foram contratados com beneficiários do Estado do Mato Grosso do Sul e R\$ 2,2 milhões com beneficiários do Mato Grosso.

As operações de Pescart, Convir, Linha Especial de Financiamento na Região da Fronteira, Lavoura-Pecuária, Irrigação e Drenagem e Proaqua também fazem parte da linha de financiamento de Desenvolvimento Rural/Integração e encerraram o exercício com o montante de R\$ 64,1 milhões, conforme se verifica no quadro a seguir:



RELAÇÕES	2008		2009		2009		2009		2009	
	Qtda.	Valor	Qtda.	Valor	Qtda.	Valor	Qtda.	Valor	Qtda.	Valor
<b>FUNDO NACIONAL - FPN</b>	1.832	191.134	1.749	189.425	1.111	126.526	3096	316.079	16.209	169.085
Agricultura	23	34.12	22	1.22	22	34.12	22	1.22	22	1.22
Pecuária	121	1.12	12	1.12	12	1.12	12	1.12	12	1.12
Aquisição de Matéria-prima	1.578	155.890	1.515	157.081	1.067	81.284	2.962	180.735	15.975	166.741
<b>FUNDO NACIONAL - FPNF</b>	131	1.011.09	140	1.049.941	82	1.049.941	79	1.049.941	110	1.049.941
Agricultura	10	1.144	11	1.144	10	1.144	11	1.144	11	1.144
Pecuária	1	1.144	1	1.144	1	1.144	1	1.144	1	1.144
Desenvolvimento Rural	120	47.11	128	1.111	71	1.111	67	1.111	98	1.111
<b>RURAL</b>	275	28.047	296	118.823	1.731	118.823	1.872	286.919	8.343	1.188.847
Desenvolvimento Rural	275	1.11	287	1.11	1.731	1.11	1.872	1.11	8.343	1.11
Desenvolvimento e Integração	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Educação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Integração com o Mercado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Formação de Recursos Humanos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pesquisa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Serviços	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ativ. em prol. desenvolvimento de recursos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Custos para FOP	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11
Proj. de desenvolvimento	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11
<b>PRONAF</b>	1.464	17.136	20.135	302.935	5.476	81.327	52.788	252.315	45.073	214.131
PRONAF	1.155	17.136	15.071	171.592	4.514	45.111	40.258	218.186	41.77	171.592
PRONAF-Fin	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11
<b>RODADIST</b>	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11
Rodadist	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11	1	1.11
<b>Total Geral</b>	3.429	409.314	3.184	1.288.377	8.667	913.303	17.451	282.395	64.549	1.118.017

Quadro 2 – Contratações por Programa, Porte e UF

**Contratações em Custeio Agrícola e Pecuário e Aquisição de Matéria-prima e Insumos**

Unhas de Financiamento Item	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtda.	Valor	Qtda.	Valor	Qtda.	Valor	Qtda.	Valor	Qtda.	Valor
Custeio Agrícola	5	558	1	1.300	47	2.149	2	1.102	55	1.309
Custeio Pecuário	15	1.251	17	2.145	209	11.741	27	1.057	168	17.303
Aquisição de Matéria-prima e Insumos	348	13.314	1.100	149.715	2.657	110.927	1.113	13.114	15.117	149.901
<b>Total</b>	378	15.123	1.118	153.160	2.703	124.816	1.142	15.273	15.830	170.513

Em R\$ mil - posição 31/12/2009

Quadro 3 - Contratações em Custeio Agrícola e Pecuário e Aquisição de Matéria-prima e Insumos

No exercício de 2009, foram contratadas 454 operações de custeio isolado – Agrícola e Pecuário – totalizando R\$ 22,4 milhões.

O item financiado Aquisição de matéria-prima e insumos atingiu o montante de R\$ 439,9 milhões, com 10.117 operações contratadas no exercício de 2009, distribuídos conforme a seguir: DF - R\$ 43,8 milhões; GO - R\$ 148,3 milhões; MS - R\$ 110,0 milhões; e MT - R\$ 137,8 milhões. O crescimento observado em relação ao mesmo período de 2008 foi de 6,8% em volume contratado, destacando-se o Mato Grosso do Sul com o maior incremento, 12,9%, no volume contratado. Não houve incremento maior nessa linha devido à limitação observada na Programação Anual para 2009.

**Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf/FCO**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto



da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

No exercício de 2009, FCO financiou 41.416 projetos de agricultores familiares, com investimentos totais da ordem de R\$ 663,5 milhões, conforme espelha o quadro abaixo, por Unidade da Federação, representando incremento 80,1% no volume contratado no mesmo período de 2008 (R\$ 368,4 milhões):

Contratações	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Quantidade	1.330	25.452	4.384	10.260	41.416
Valor	17.044	355.397	63.016	228.035	663.493

Em R\$ mil - projeto em 31.12.2009

Quadro 4 – Contratações do Pronaf/FCO

O Estado de Goiás destacou-se pelo maior volume de empreendimentos financiados ao abrigo do Pronaf/FCO: com 25,5 mil projetos de agricultores familiares assistidos com recursos do Fundo, correspondentes a 61,5% das operações realizadas no período e investimentos de R\$ 355,4 milhões, 53,6% do montante total.

Com relação aos resultados do exercício anterior, em Mato Grosso foi observado incremento de 32,7% na quantidade de operações, com 10.260 operações contratadas (7.734 em 2008), e 142,4% em relação ao montante, totalizando R\$ 228,0 milhões (R\$ 94,1 milhões em 2008).

O demonstrativo a seguir apresenta a quantidade de postos de trabalho gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf:

Empregos	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Diretos	1.923	22.408	4.859	15.149	44.339
Indiretos	1.488	33.242	6.601	23.705	65.702
TOTAL	2.511	56.050	11.464	38.915	108.940

Postos em 31.12.2009

Quadro 5 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf

A carteira de financiamento do Pronaf/FCO, com exceção dos agricultores enquadrados no Programa de Reforma Agrária, registrou, em 31.12.2009, saldos totais de R\$ 1.312,2 milhões (incremento de 70,7% em relação ao exercício de 2008 – R\$ 768,8), assim distribuídos, por atividade produtiva e Unidade da Federação:

Sector	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Agricultura	-	61	128	315	504
Custeio	19.405	187.155	45.032	76.121	327.713
Investimento	16.540	440.747	109.672	416.504	983.463
Pecúario	14	1.758	137	1.072	3.081
TOTAL	27.363	631.744	162.938	500.195	1.312.248

Em R\$ mil - ocupação em 31.12.2009

Quadro 6 – Saldos do Pronaf-RA



O setor de investimento, com saldos de R\$ 992,3 milhões, representou 75,6% da carteira do Pronaf/FCO e incremento de 89,4% em relação ao mesmo período de 2008 (R\$ 523,9 milhões). Entre as Unidades Federativas, o Estado de Goiás registrou o maior volume de financiamentos de projetos dos agricultores familiares, apresentando saldos da ordem de R\$ 631,7 milhões, ao final do exercício. O Mato Grosso apresentou o maior incremento no atendimento aos agricultores familiares (117,5%) em relação ao período anterior, seguido do Distrito Federal (60,4%). Os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul apresentaram incrementos de 50,6% e 49,7% respectivamente.

### **Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Reforma Agrária (Pronaf-RA)**

O Banco do Brasil, em conformidade com a Programação Anual de 2009, destinou ao Pronaf-RA 10% dos recursos ingressados para aplicação na Região.

Destaque-se que a aplicação nesse Programa não depende apenas do Banco do Brasil, vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Incra, cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável – CEDRS, por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural – CTCR, definir:

- a) os Projetos de Assentamento do Incra ou Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por este reconhecidos;
- b) as famílias beneficiárias do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do Fundo de Terras e Reforma Agrária, Cédula da Terra e Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, aptas a receber os financiamentos.

O Banco do Brasil mantém constante troca de informações com o Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de incrementar as aplicações do Pronaf – Reforma Agrária e, assim, reduzir o volume de recursos do FCO reservados e não utilizados no âmbito do Programa.

Não obstante, em relação ao exercício anterior, percebe-se redução de 54,9% na quantidade de operações e 42,4% no montante contratado com o público de reforma agrária (R\$ 48,9 milhões no mesmo período de 2008).

Contratações	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Quantidade	74	627	1.112	1.528	3.787
Valor	492	6.913	18.344	25.209	60.960

Fonte: Banco do Brasil, 2009

Quadro 7 – Contratações Pronaf RA

Em Mato Grosso do Sul foi observado incremento (103,2%) no montante contratado em relação ao período anterior. Nos demais estados da Região, foi observada queda nas aplicações, com destaque para Distrito Federal que aplicou R\$ 652 mil em 2009 (R\$ 1,7 milhões em 2008).



### 2.3.2. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações

Conforme artigo 13 da Lei 7.827/89, a administração do FCO será exercida pelo Conselho Deliberativo do Centro-Oeste – CONDEL, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Banco do Brasil.

Cabe ao Banco do Brasil, como agente financeiro, aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo CONDEL.

### 2.3.3. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras

As contratações com os segmentos de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas atingiram o montante de R\$ 1.626,4 milhões, o que representa 51,1% do total contratado na Região (R\$ 3.183,4 milhões), portanto superior à meta de 41,0% estabelecida pelo Condel.

Algumas ações em desenvolvimento para garantir o retorno dos recursos aplicados e reduzir o índice de inadimplência do FCO são: a intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB; a utilização pelas Agências de ferramenta que permite a identificação e o gerenciamento do atraso por cliente; e o esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

Com essas ações, o BB atende às recomendações do Condel, constantes das alíneas “d” e “k” da Resolução nº 378, de 10.12.2009, de adotar procedimentos para reduzir as operações vencidas e para ampliar a recuperação de créditos.

Ademais, a prerrogativa de reprogramação de dívidas no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, e a possibilidade de ampliação dos prazos de carência e de reposição em até 50% dos prazos máximos definidos para a(s) Linha(s) também contribuem para que o Banco possa reduzir as operações vencidas. Já a situação das operações de FCO Rural está relacionada às constantes decisões governamentais no sentido de prorrogar as parcelas, desde 2006, o que deixa os produtores rurais na expectativa dessas medidas. O Banco vem cumprindo rigorosamente essas decisões, de forma a que as operações enquadradas nas normas sejam atendidas.

Em 2009, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 463 (99,4%) contaram com operações de FCO. Apenas 3 municípios não tiveram operações contratadas em 2009: Rondolândia e União do Sul, do Estado de MT; e Ladário, do Estado de MS.

Não obstante, o BB vem envidando esforços no sentido de atender à meta estabelecida pelo Condel de contratar operações do FCO em 100% dos municípios da Região (Resolução nº 375, de 06.11.2009), bem como à recomendação do Condel de estender os benefícios do FCO a todos os municípios da Região (Resolução nº 378, de 10.12.2009).

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se os Seminários FCO Itinerante. Vale lembrar que a rede de distribuição do Banco do Brasil alcança a todas as comunidades organizadas do



Centro-Oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e empresários, no qual possam apresentar suas propostas.

As contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2009 atingiram R\$ 3.183,4 milhões, ou seja, 97,5% do montante de recursos distribuídos no exercício para aplicação (3.263,4 milhões).

Esse desempenho foi melhor que o verificado em 2008, quando as contratações atingiram R\$ 3.470,1 milhões, ou seja, 86,6% do montante de recursos distribuídos (R\$ 4.007,1 milhões).

Do montante de R\$ 3.183,4 milhões, R\$ 1.895,1 milhões (59,5%) foram contratados com o setor rural, o que ratifica a forte vocação da Região Centro-Oeste para o agronegócio. Não obstante, a participação das contratações do setor empresarial passou de 39,7% em 2008 para 40,5% em 2009, quando foram contratados R\$ 1.288,3 milhões.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Evolução das Despesas e Receitas

#### 2.4.1.1. Contratações no Exercício

As contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2009 atingiram R\$ 3.183,4 milhões, ou seja, 103,4% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 3.078,9 milhões<sup>1</sup>) e 97,5% do montante de recursos efetivamente distribuídos para aplicação (3.263,4 milhões).

Esse desempenho foi melhor que o observado em 2008, quando as contratações, embora tenham atingido R\$ 3.470,1 milhões, representaram apenas 90,1% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 3.853,4 milhões<sup>2</sup>) e 86,6% do montante de recursos efetivamente distribuídos para aplicação (4.007,1 milhões).

Recursos	R\$ milhões	
	2008	2009
1. Previstos	3.853,4	3.078,9
2. Distribuídos	4.007,1	3.263,4
3. Contratados	3.470,1	3.183,4
% de Atingimento (3/1)	90,1%	103,4%
% de Atingimento (3/2)	86,6%	97,5%

Cabe ressaltar que os recursos distribuídos em 2009 foram inferiores aos distribuídos em 2008, uma vez que houve redução de algumas fontes de recursos do FCO, especialmente das disponibilidades ao final do exercício anterior e das transferências do Tesouro Nacional (0,6% da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza – IR e do imposto sobre produtos industrializados), em consequência da crise mundial.

<sup>1</sup> Resolução Condel/FCO nº 376, de 06.11.2009.

<sup>2</sup> Resolução Condel/FCO nº 356, de 31.10.2008.



Fonte de Recursos	R\$ milhões	
	Distribuídos em 2008	Distribuídos em 2009
Repasse do Tesouro Nacional	1.310,5	1.233,9
Retornos de Financiamentos	975,1	1.434,7
Resultado Operacional	281,8	132,2
Disponibilidades ao final do Exercício Anterior	1.439,7	462,6
<b>Total</b>	<b>4.007,1</b>	<b>3.263,4</b>

#### 2.4.1.2. Execução Orçamentária

Foram distribuídos para a execução orçamentária do FCO em 2009 R\$ 3.263,4 milhões, ou seja, 106,6% do montante de recursos previstos (R\$ 3.078,9 milhões<sup>3</sup>).

O aumento das disponibilidades dos R\$ 819,7 milhões inicialmente previstos para os R\$ 1.368,3 milhões que efetivamente remanesceram deu-se em função dos seguintes fatores extraordinários:

- a) a transferência para perdas de operações contratadas com risco exclusivo do Banco do Brasil, no montante de R\$ 357,0 milhões, em decorrência principalmente do disposto na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, que definiu prazo de até dez/2009 para renegociação de dívidas no âmbito do FCO Rural;
- b) os retornos de operações no montante de R\$ 1.434,8 milhões, ou seja, R\$ 281,1 milhões superior ao inicialmente previsto (R\$ 1.153,7 milhões), também em decorrência principalmente do disposto na Lei nº 11.775, de 17.09.2008.

Se não fossem esses fatores teriam remanescido R\$ 447 milhões, menos que no exercício anterior:

Recursos	Valor (R\$ milhões)
1. Disponíveis	1.368
2. Comprometidos com parcelas a liberar	283
3. Recursos efetivamente disponíveis (1-2)	1.085
4. Fatores extraordinários	638
4.1. Transferência para perdas de operações contratadas com risco exclusivo do BB	357
4.2. Incremento no volume de retornos	281
5. Recursos que teriam remanescido (3-4)	447

Outros fatores que contribuíram para o aumento das disponibilidades são os seguintes:

- a) a suspensão do acolhimento, do deferimento e da formalização de propostas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços nos

<sup>3</sup> Resolução Condrel/FCO nº 376, de 06.11.2009.



Estados de MT e MS, em observância ao art. 4º, § 3º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Nota 05 do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II da Programação do FCO para 2009;

- b) a suspensão do acolhimento, do deferimento e da formalização de propostas de financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e de formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, em observância à Nota 06 do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II da Programação do FCO para 2009;
- c) o advento da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, que, além de consumir parte da estrutura operacional da rede de agências, vedou a obtenção de novos financiamentos por tomadores que tiveram dívidas renegociadas, reduzindo o público-alvo do Fundo;
- d) a vedação ao financiamento de custeio para médios e grandes produtores, diferentemente de 2008, quando foi autorizado o financiamento de R\$ 450 milhões com essa finalidade (Resoluções Condel/FCO nº 349, de 08.07.2008, e nº 354, de 31.10.2008);
- e) a originação de demanda dos setores industrial e de turismo, especialmente de micro e pequenas empresas;
- f) a escassez de recursos no primeiro semestre de 2009 em algumas Unidades Federativas, em decorrência, principalmente, da redução das transferências do Tesouro Nacional<sup>4</sup>, o que provocou desaceleração do acolhimento, do deferimento e da formalização de propostas, não remanescendo tempo hábil para a retomada do ritmo das contratações no final do exercício, quando as disponibilidades finalmente cresceram.

Não obstante, cabe lembrar que as contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2009 atingiram R\$ 3.183,4 milhões, ou seja, 97,5% do montante de recursos distribuídos para aplicação (3.263,4 milhões).

#### 2.4.1.3. Impactos Sócio-Econômicos

Cabe agora avaliar os impactos sócio-econômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período.

Consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 398,4 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, sendo 150,0 mil diretos e 248,4 mil indiretos. É importante ressaltar que 61,8% desse total resultaram de empreendimentos conduzidos por mini e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas do Centro-Oeste, fato que coloca o FCO como o mais importante instrumento de apoio financeiro para os projetos do segmento de menor porte da Região.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, é importante registrar que, dos 466 municípios existentes na Região, 463 (99,4%) contaram com operações do FCO em 2009. Se

<sup>4</sup> 0,6% da arrecadação do IR e IPI, que sofreu reduções em face das desconexões aprovadas pelo Governo Federal, reflexo direto da crise financeira internacional.



considerado o saldo de financiamentos do FCO, todos os municípios possuem operações contratadas.

#### 2.4.1.4. Resultados Financeiro e Operacional

O valor do patrimônio do Fundo observado ao final de 2009, da ordem de R\$ 11.624,0 milhões, apresentou crescimento de 13,7% se comparado ao final do exercício anterior (R\$ 10.223,8).

A carteira de financiamentos do FCO apresentou saldo de R\$ 10.896,7 milhões, representando incremento de cerca de 4,5% em comparação com a posição registrada no final de 2008 (R\$ 10.436,3 milhões).

O índice de inadimplência (relação entre as parcelas vencidas dos financiamentos e o saldo da carteira), observado no final do exercício, foi de 3,64%. Considerando o risco de crédito das operações, a inadimplência ficou assim representada no final do ano: risco exclusivo do BB – 1,28%; risco compartilhado entre o BB e o FCO – 3,64%; risco exclusivo do FCO – 22,13%; e risco de terceiros – 52,05%.

#### 2.4.1.5. Diretrizes e Prioridades

Para aplicação dos recursos do FCO em 2009, o Banco do Brasil observou, além das diretrizes previstas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, as seguintes diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional – MI<sup>5</sup>:

##### Diretrizes

- a) *implementar o repasse de recursos do FCO para as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (art. 9º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional), que firmaram convênios para a concessão de financiamentos, com o objetivo de incrementar as aplicações com agricultores familiares, com mini e pequenos produtores rurais e com micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas;*

Com o objetivo de incrementar as aplicações com os tomadores de menor porte e facilitar o acesso aos recursos do FCO, o BB desenvolveu modelo de repasse de recursos a outras instituições.

Em dez/2007, foram assinados contratos com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob, a Agência de Fomento de Goiás – Goiás Fomento, o Banco Cooperativo Sicredi e o Banco de Brasília – BRB.

Em nov/2008, essas instituições realizaram suas primeiras contratações, atingindo, em dez/2009, R\$ 18.344,0 mil. Cabe registrar que os contratos com essas instituições foram renovados em dez/2009, para que elas continuem a operar com os recursos do FCO durante o exercício de 2010, o que pode contribuir para dinamizar ainda mais as aplicações junto a

<sup>5</sup> Ofício nº 523/MI, de 21.08.2008, do Ministério da Integração Nacional.



mini, micro e pequenos tomadores.

- b) *intensificar a divulgação dos programas de financiamento/linhas de crédito do FCO, principalmente junto aos governos locais e à sociedade civil – por meio da rede de agências do Banco do Brasil e de órgãos de representação dos setores produtivos, patronais e de trabalhadores –, com o objetivo de incrementar as aplicações com agricultores familiares, com mini e pequenos produtores rurais e com micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas:*

Em 2009, foram desenvolvidas diversas ações com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO, aumentar a demanda por investimentos de longo prazo e incrementar as aplicações com agricultores familiares, com mini e pequenos produtores rurais e com micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, com destaque para os Seminários FCO Itinerante.

Merecem destaque os Seminários FCO Itinerante, que, em 2009, foram realizados em mais de 90 localidades:

- Brasília, Cruzeiro, Guará, Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), Sudoeste, Taguatinga, no Distrito Federal;
- Águas Lindas, Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Anápolis, Aruanã, Bom Jesus, Caiapônia, Caldas Novas, Campos Belos, Catalão, Ceres, Chapadão do Céu, Cidade Ocidental, Corumbáiba, Cristalina, Crixás, Flores de Goiás, Formosa, Goiatuba, Gouvelândia, Hidrolândia, Inhumas, Ipameri, Iporá, Itauçu, Itumbiara, Jaraguá, Jataí, Jussara, Luziânia, Minaçu, Mineiros, Monte Alegre, Motividiu, Mozarlândia, Nerópolis, Novo Gama, Palmeiras de Goiás, Petrolina, Piracanjuba, Pirenópolis, Planaltina, Pontalina, Porangatu, Posse, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Cruz de Goiás, Santa Helena, Santa Rita do Araguaia, São Domingos, São Miguel do Araguaia, São Simão, Senador Canedo, Santo Antônio do Descoberto, Uruaçu, Valparaíso de Goiás, em Goiás;
- Alto Araguaia, Araputanga, Arenópolis, Barra do Garças, Canarana, Confresa, Dom Aquino, Juína, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sinop, em Mato Grosso; e
- Bonito, Caarapó, Chapadão do Sul, Miranda, Mundo Novo, Nova Andradina, Ponta Porá, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Sonora, Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul.

Outras ações desenvolvidas com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO encontram-se detalhadas a seguir:

#### **Distrito Federal**

No ano de 2009, a integração do BB com o Conselho de Desenvolvimento Econômico do DF – CDE-DF e o Fórum Produtivo do DF foi muito positiva e permitiu ao Banco presença constante, voltada para a divulgação do FCO, em diversas reuniões e eventos, além do estabelecimento de parcerias, o que resultou em:



- divulgação dos programas de financiamento/linhas de crédito do FCO em feiras, exposições e circuitos de palestras, como, por exemplo, na Feira do Empreendedor, em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, na AgroBrasília e no Leilão de Gado Gir Leiteiro, bem como em reuniões com empresas de assistência técnica;
- parceria firmada com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, em vista da qual um funcionário da Superintendência do BB fica na Secretaria um dia por semana para atender micro e pequenas empresas;
- manutenção da dispensa de apreciação pelo CDE-DF das cartas-consultas com valor de até R\$ 200 mil, minimizando o tempo de resposta ao cliente e agilizando o processo de crédito, principalmente para os mini, micro e pequenos tomadores, que apresentam propostas de menor valor;
- criação de grupo de trabalho para estudo da implantação de um “fundo de aval” que viabilize a concessão de financiamentos a mini e pequenos produtores rurais que produzem em imóveis da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, tendo em vista a questão fundiária atual dos imóveis rurais do DF;
- efetivação de parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater-DF, disponibilizando os programas Cadastramento Rural Massificado – CMR e o Contratação de Financiamento por Convênio – CFC, que permitem aos parceiros acolher e operacionalizar propostas da Agricultura Familiar, agilizando o processo de crédito e oferecendo resposta mais ágil a mini e pequenos produtores rurais;
- manutenção de convênios de integração rural com as empresas Sadia e Asa Alimentos, viabilizando financiamentos à atividade avícola no DF;
- treinamento de funcionários do Banco do Brasil para o atendimento à agricultura familiar, visando melhor integração com os parceiros e maior rapidez nas contratações de operações de Pronaf com recursos do FCO;
- realização de reuniões periódicas com técnicos da Emater-DF e Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás – Seagro-GO, com o objetivo de aprimorar o relacionamento entre Banco do Brasil e Empresas de Assistência Técnica, além capacitar os técnicos para agilizar o atendimento do produtor da Agricultura Familiar;
- realização da Jornada de Crédito no município de Cristalina, pertencente à Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE, oportunidade em que foram divulgados os programas de financiamento/linhas de crédito do FCO;
- articulação junto aos organizadores da Agrobrasília 2010 para elevação de recursos liberados na Feira; e
- divulgação da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, com vistas à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.



## Goiás

O Banco do Brasil, em Goiás, vem desenvolvendo ações, em conjunto com órgãos governamentais, associações de classe e outras entidades, com vistas a divulgar as condições de financiamento do FCO, consolidando o Fundo como um dos principais motores para o desenvolvimento do Estado, contribuindo para a geração de emprego e renda e para a inclusão social.

A aplicabilidade dos recursos, partindo da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, contribui, significativamente, para a efetivação de seus objetivos, uma vez que é construído junto às bases de produtores rurais, criando condições para o desenvolvimento e a permanência de famílias no campo, com qualidade de vida.

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Estado de Goiás pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Estadual, o Conselho de Desenvolvimento do Estado – CDE-GO e outros parceiros, destacam-se:

- participação em grupos de trabalho (GT), realizados em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás – CDE-GO, para discussão de ações que possam agilizar a aplicação dos recursos do FCO no Estado;
- encontros com o Grupo Informal do Pronaf, composto pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás – Fetaeg, Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – Faeg, Secretaria da Agricultura Familiar, Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Agência Rural, empresas de assistência técnica, dentre outros, com o objetivo de estabelecer formas de atuação junto aos beneficiários do Programa;
- realização de encontros abordando as linhas de financiamento do FCO na estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS;
- divulgação do FCO em palestras realizadas em feiras e convenções;
- palestras em Associações Comerciais de Goiânia e interior;
- participação em reuniões realizadas pelas governanças dos diversos Arranjos Produtivos Locais – APL, apoiados pelo Banco no Estado;
- participação no Fórum Estadual de Turismo e eventos desse segmento, divulgando a Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional; e
- palestras em eventos promovidos por sindicatos, em diversas localidades do Estado.

## Mato Grosso

A Superintendência do BB, no Estado de Mato Grosso, em parceria com o Governo Estadual e suas Secretarias, Sebrae, Ministério da Integração Nacional, federações e associações de



classe, visando incrementar as aplicações com recursos do FCO, intensificou a divulgação dos programas/linhas de financiamento, por meio das ações abaixo relacionadas, dentre outras:

- palestras explicativas nas reuniões mensais dos Fóruns do Governo do Estado;
- adoção da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do BB, em parceria com prefeituras, associações de pequenos produtores, cooperativas, iniciativa privada e, principalmente, com o Governo do Estado, no intuito de fortalecer a cadeia produtiva por meio da concessão de financiamentos com recursos do FCO ao mini e pequeno produtor;
- autorização pela Secretaria de Desenvolvimento Rural de apreciação virtual, via e-mail, de eventuais cartas-consultas que necessitem de urgência na aprovação; e
- participação em feiras e eventos com a divulgação das linhas de financiamento do FCO.

### **Mato Grosso do Sul**

A divulgação dos programas e linhas de crédito do FCO tem sido feita, no Estado de Mato Grosso do Sul prioritariamente por meio do FCO Itinerante e FCO Itinerante Agricultura familiar, em conjunto com a Secretaria de Estado da Produção, Indústria, Comércio e Turismo – Seprotur, Sebrae e Ministério da Integração Nacional.

Não obstante, outras ações desenvolvidas no Estado de MS, com o objetivo de divulgar, dinamizar e incrementar as aplicações com recursos do FCO, são as seguintes:

- apresentações e participações do Banco em feiras e eventos divulgando as linhas de financiamento do FCO; e
- delegação à Superintendência do BB da responsabilidade pelo acolhimento e conferência das cartas-consultas destinadas a propostas de financiamento com recursos do FCO de até R\$ 250 mil, dispensadas de apreciação pelo Conselho de Desenvolvimento de Investimentos Financiáveis pelo FCO – CEIF/FCO (Deliberação CEIF/FCO nº 56, de 12.03.2009).

### **Prioridades**

#### **Prioridades Gerais**

- a) *projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações;*

Em 2009, as contratações com mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.626,4 milhões (R\$ 976,4 milhões no setor rural e R\$ 650,0 milhões no setor empresarial), o que representa 52,8% do montante de recursos previstos (R\$ 3.078,9 milhões), 49,8% do montante de recursos distribuídos (R\$ 3.263,4 milhões) e 51,1% do total contratado na Região (R\$ 3.183,4 milhões).

Representa, ainda, um incremento de 3,9% em relação ao volume observado em 2008 (R\$



1.564,8 milhões).

Do montante de R\$ 1.626,4 milhões, R\$ 663,5 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o que representa um incremento de 80,1% em relação ao montante contratado no exercício anterior (R\$ 368,4 milhões). Esses números evidenciam o atendimento das recomendações do Condel, constantes das alíneas “a” e “g” da Resolução nº 378, de 10.12.2009, no sentido de o BB incrementar as contratações ao amparo do Pronaf.

Ainda do montante de R\$ 1.626,4 milhões, R\$ 50,9 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária. Registre-se que, qualquer incremento nesse número depende de ações em etapas nas quais o Banco não tem participação (criação dos assentamentos, escolha dos colonos, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, elaboração dos projetos, etc.). Além disso, as demandas ao amparo do Pronaf – RA, originadas pelos órgãos competentes (Incrá e Unidades Técnicas Estaduais – UTE’s), que se enquadram nas normas regulamentares, são integralmente atendidas pelo Banco.

Já a quantidade de operações com mini, micro e pequenos tomadores atingiu 61.671, o que representa 95,5% da quantidade de operações contratadas em 2009 (64.569).

Esses números evidenciam o atendimento da prioridade em tela, lembrando que as ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outros parceiros, para alcançar esse desempenho, encontram-se relacionadas no item 2.4.3.1 abaixo.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

Qtde.	Valor
61.671	R\$ 1.626,4 milhões

b) *projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local:*

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 398,4 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (150,0 mil diretos e 248,4 mil indiretos), no exercício de 2009.

Merecem destaque os Estados de Goiás e Mato Grosso, onde foram gerados e/ou mantidos 133,8 mil e 131,9 mil, respectivamente (66,7% do total de empregos gerados e/ou mantidos na Região).

Se considerado o período de 1989 a 2009, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 2.619,1 mil.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

Qtde.	Valor
99	R\$ 113.414,1 milhões



- c) *projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:*

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza teve, em 2009, R\$ 96,5 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 61,1% em relação ao observado no exercício anterior (R\$ 59,9 milhões).

O Estado de MS liderou em volume de contratações com R\$ 58,8 milhões, equivalentes a 60,9% do montante observado na Região, seguido do Estado de MT com R\$ 18,9 milhões (19,6%).

Já o Estado de GO liderou em quantidade de contratações, com 86 operações, ou 44,3% do total de operações contratadas no âmbito da Linha (194), seguido do Estado de MS, com 73 operações, ou 37,6%.

Cabe registrar que a prioridade dos produtores rurais em conduzir empreendimentos que gerem receitas em curto prazo vem dificultando o incremento ainda maior das contratações no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza.

Isso porque essa Linha contempla o financiamento de atividades direcionadas a conservar e proteger o meio ambiente, a recuperar áreas degradadas ou alteradas e a desenvolver atividades sustentáveis, ações que vão ao encontro do esforço de defesa ao meio ambiente, da manutenção dos recursos renováveis e da qualidade de vida da população.

Os dados acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como das recomendações do Condell, constantes da Resolução nº 378, de 10.12.2009, de incrementar os financiamentos no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de estimular projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

Qtde.	Valor
194	R\$ 96,5 milhões

- d) *projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário:*

Em 2009, o Estado de Mato Grosso do Sul contratou 20 operações através da Linha Especial de Crédito para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira (Zona de Alta Vigilância), aplicando R\$ 4,4 milhões de recursos do FCO. Foram financiamentos de investimentos fixos e semi-fixos e de custeio, compreendendo basicamente a retenção de bovinos, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade na região abrangida pela ZAV (divisa



com o Paraguai e Bolívia) e amenizar as consequências sobre a atividade pecuária, das medidas implementadas pelo Governo para prevenir focos de febre aftosa.

HOB HOSPITAL OFTALMOLOGICO DE BRASILIA LTDA – FCO Empresarial – Linha de Desenvolvimento Comercial e de Serviços - R\$ 9.536.000,00 - construção civil e aquisição de maquinas e equipamentos médico-hospitalares – Geração de 120 empregos diretos - Brasília – DF. O projeto beneficiou mais 100 famílias com os empregos gerados e a comunidade local foi beneficiada indireta pelo aprimoramento do serviço oftalmológico.

CTIS TECNOLOGIA S/A - FCO Empresarial – Linha de Desenvolvimento Comercial e de Serviços – R\$ 3.046.050,72 – Geração de 20 empregos – Município de Goiânia – GO.

TELLUS S/A INFORMATICA E TELECOMUNICACOES – Linha de Desenvolvimento Comercial e de Serviços – R\$ 2.542.693,99 - Geração de 53 empregos – Município de Brasília – DF.

IACO AGRICOLA S/A – FCO Rural – Linha de Desenvolvimento Rural – R\$ 39.960.000,00 - aquisição de máquinas e implementos para colheita, máquinas e implementos de cultivo do solo, cana de açúcar (fundação), e outros investimentos – Município de Chapadão do Sul/MS

TELEVISAO ANHANGUERA S A - FCO Empresarial – Linha de Desenvolvimento Comercial e de Serviços – R\$ 16.300.120,00 – construções, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos nacionais – Geração de 10 empregos – Município de Goiânia – GO.

#### **Prioridades Setoriais**

- a) *projetos voltados para a industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, commodities e produtos primários produzidos na Região:*

CEREAL COMÉRCIO EXPORTAÇÃO LTDA - FCO Empresarial – Linha de Desenvolvimento Industrial – R\$ 10.836.004,20 - Expansão da capacidade da indústria de esmagamento de soja – Geração de 40 empregos – município de Rio Verde - Goiás

TERMO POT - TERMOFORMAGENS LTDA – FCO Empresarial – Linha de Desenvolvimento Industrial – R\$ 6.280.415,00 – construção civil e aquisição de máquinas para expansão da fábrica – Geração de 60 empregos – município de Goiânia - GO.

LATICÍNIOS BELA VISTA LTDA - FCO Empresarial – Linha de Desenvolvimento Industrial – R\$ 36.000.000,00 - construções, aquisição de máquinas e equipamentos e outros investimentos – Geração de 2.409 empregos diretos e 4.338 indiretos - Município de Bela Vista de Goiás – GO.

CAFÉ DO SÍTIO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA – FCO Empresarial – R\$ 1.064.000,00 - máquinas de embalagens a vácuo – Geração de 06 empregos – Município de Brasília – DF.

COPASUL COOPERATIVA AGRICOLA SUL MATOGROSSENSE – FCO Empresarial – Agroindústria – R\$ 4.600.000,00 - Beneficiamento de materiais têxteis de origem animal - Geração de 12 empregos – Município de Naviraí – MS.

- b) *turismo em suas diversas modalidades:*

Em 2009, foram contratados R\$ 95,8 milhões no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, desse montante, R\$ 91,9 milhões (95,9%) foram aplicados junto a micro e pequenas empresas.



O Estado de MS liderou em volume de contratações com R\$ 30,0 milhões, equivalentes a 31,3% do montante observado na Região (R\$ 95,8 milhões), seguido do Estado de MT com R\$ 29,8 milhões (31,1%).

O Estado de MS também liderou em quantidade de contratações, com 598 ou 33,9% do total de operações contratadas no âmbito da Linha (1.762), seguido do Estado de MS com 527 ou 29,9%.

Cabe registrar que o Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO, por meio da Resolução nº 379, de 11.12.2009, aprovou diversas alterações nas condições de financiamento da Linha, com o objetivo de ampliar, especialmente a partir de 2010, o financiamento de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, quais sejam:

- priorização do turismo em suas diversas modalidades, especialmente dos projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;
- autorização para a ampliação da assistência máxima de R\$ 10 milhões para R\$ 100 milhões no caso de financiamentos a empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;
- ampliação do público-alvo: meios de hospedagem; agências de turismo; organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos; restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros de convenções; parques aquáticos; empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; estruturas de apoio ao turismo náutico; casas de espetáculos/ equipamentos de animação turística; prestadoras de serviços de infra-estrutura para eventos; e prestadoras especializadas em segmentos turísticos; e
- ampliação do prazo no caso de financiamentos a meios de hospedagem de até 15 anos para até 20 anos.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como da recomendação do Condel, constante da Resolução nº 378, de 10.12.2009, de incrementar os financiamentos no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtd.	Valor
1.762	R\$ 95,8 milhões

c) *projetos dos setores previstos na Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para Médias e Grandes Empresas:*

Em 2009, foram contratados R\$ 172,2 milhões ao amparo da Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica, o que representa um incremento de 41,9% em relação ao montante observado em 2008 (R\$ 121,3 milhões).



O Estado de MT liderou em quantidade e volume de contratações com 4 operações e R\$ 62,5 milhões aplicados, seguido do DF com 2 operações e R\$ 60,2 milhões aplicados.

Cabe registrar que o Conselho Deliberativo do Fundo – Condrel/FCO, por meio da Resolução nº 379, de 11.12.2009, aprovou a criação de Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para Micro e Pequenas Empresas, com o objetivo de incrementar, ainda mais, os financiamentos de bens e serviços para implantação, ampliação, modernização e reforma de infra-estrutura econômica, a partir de 2010.

A nova Linha destina-se a empresas que atuam nos setores de transporte rodoviário, armazenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, usinas de compostagem, aterros sanitários, bem como atividades integradas de logística de armazenagem, transporte, comunicação e energia.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

Qtde.	Valor
9	R\$ 172,2 milhões

d) *recursos naturais: recuperação de áreas degradadas e em degradação, no conceito de microbacias hidrográficas; conservação e correção do solo; recuperação, renovação e manejo de pastagens:*

Vide item “2.4.1.5. Diretrizes e Prioridades”, subitem “Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

e) *projetos agropecuários de produção integrada (avícolas e outros):*

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir teve, em 2009, R\$ 53,9 milhões de recursos contratados.

O Estado de Mato Grosso liderou em volume de contratações com R\$ 35,6 milhões, equivalentes a 66,0% do montante observado na Região, seguido do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 18,6 milhões (34,0%).

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

Qtde.	Valor
24	R\$ 53,9 milhões



f) *projetos de exploração de culturas permanentes e de florestamento e reflorestamento:*

Vide item “2.4.1.5. Diretrizes e Prioridades”, subitem “Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

**Prioridades Espaciais**

a) *projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, sobretudo os estruturantes e os vinculados a arranjos produtivos locais, nas seguintes áreas:*

- *de menor nível de desenvolvimento com indicadores sociais e econômicos abaixo da média da região, segundo os critérios da PNDR;*
- *de fronteiras com países limítrofes, vulneráveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, em especial na cidade de Ponta Porã (MS);*
- *estagnadas ou com problemas de declínio das atividades econômicas; e*
- *potencialmente dinâmicas ou com vantagens potenciais inexploradas.*

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica variaram de R\$ R\$ 1,78 milhões no exercício de 2008 para R\$ 1,81 milhões em 2009, o que representa um incremento de 1,64%.

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 9,3 milhões no exercício de 2009.

Especificamente na cidade de Ponta Porã, em número de operações, houve incremento de 111,7%, passando de 308, em 2008, para 652 operações ativas em 2009, embora as aplicações, em volume, tenham variado de R\$ R\$ 18,0 milhões no exercício de 2008 para R\$ 17,3 milhões em 2009, o que representa um decréscimo de 3,8% .

Dentre as principais ações que influenciaram esse desempenho, podem ser citadas a ampliação dos limites financiáveis para os municípios localizados na Mesorregião de Aguas Emendadas e na Faixa de Fronteira (Resolução nº 335, de 05.12.2007), a expansão da estratégia de negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS aos beneficiários do FCO e os Seminários FCO Itinerante.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

	Qtd.	Valor
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	42.309	R\$ 1,8 milhões
Municípios da Faixa de Fronteira	44	R\$ 9,3 milhões
Município de Ponta Porã (MS)	652	R\$ 17,3 milhões

b) *financiamentos de projetos localizados na Mesorregião de Aguas Emendadas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO):*



As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R\$ 233,5 milhões em 2009, 29,0% superior ao montante previsto (R\$ 181,0 milhões) e 23,3% inferior ao contratado em 2008 (R\$ 304,4 milhões).

Desse total, R\$ 150,6 milhões ou 64,5% foram contratados com produtores rurais, ratificando a forte vocação da Região Centro-Oeste para o Agronegócio, e R\$ 143,1 milhões ou 61,3% foram contratados com tomadores de menor porte, atendendo, assim, à prioridade estabelecida pelo Ministério da Integração Nacional.

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 3,4 mil operações no montante de R\$ 283,4 milhões. Desse montante, 1,8 mil operações no valor de R\$ 221,4 milhões beneficiaram o DF e 1,6 mil operações no valor de R\$ 62,0 milhões beneficiaram o Entorno.

Os dados registrados acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

**Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade**

	Qtde.	Valor
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	9.565	R\$ 233,5 milhões
Municípios do Entorno do DF, integrantes da RIDE	3.431	R\$ 283,4 milhões

**2.4.2. Indicadores e Análise de Desempenho**

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condrel/FCO criou, por meio da Resolução nº 319, de 14.09.2007 os indicadores de desempenho e por meio da Resolução nº 375, de 06.11.2009, as metas de desempenho para o exercício de 2009, com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO.

Não foram definidas metas para o Índice de Incremento de Contratações e para o Índice de Originação de Demanda, tendo em vista que o montante de recursos previstos para contratação em 2009 (R\$ 3.078,9 milhões<sup>6</sup>) era inferior ao montante contratado em 2008 (R\$ 3.470,1 milhões), impossibilitando assim incremento no volume de contratações ou no de demanda.

O Banco do Brasil, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, iniciou tratativas para contratação de entidade especializada para a realização de estudos e pesquisas com o objetivo de definir indicadores e metas para avaliação dos impactos econômicos e sociais dos financiamentos concedidos com recursos do FCO.

<sup>6</sup> Resolução Condrel/FCO nº 376, de 06.11.2009.







Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	<b>Índice de Incremento de Contratações</b>		
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução das contratações em relação ao exercício anterior		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	IIC = VCE/VCEA, onde VCE = Valor Contratado no Exercício Atual e VCEA = Valor Contratado no Exercício Anterior;		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
Não há meta definida para o exercício	IIC=0,511	IIC=1,758	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
Não foram definidas metas para o Índice de Incremento de Contratações, tendo em vista que o montante de recursos previstos para contratação em 2009 (R\$ 3.078,9 milhões) era inferior ao montante contratado em 2008 (R\$ 3.470,1 milhões), impossibilitando assim incremento no volume de contratações.			

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	<b>Índice de Contratações com Menor Porte</b>		
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o grau de alcance da prioridade do Ministério da Integração Nacional de apoiar os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	ICMP = VCMP/VCT, onde VCMP = Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual e VCT = Valor Contratado Total no Exercício Atual;		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
41,00%	ICMP=0,511	ICMP=0,451	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
As contratações com os segmentos de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas atingiram o montante de R\$ 1.626,4 milhões, o que representa 51,1% do total contratado na Região (R\$ 3.183,4 milhões), portanto superior à meta de 41,0% estabelecida pelo Condel. Representa, ainda, um incremento de 3,9% em relação ao volume observado em 2008 (R\$ 1.564,8 milhões). As ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outros parceiros, para alcançar esse desempenho, encontram-se relacionadas no item 2.4.3.1 abaixo.			

WK





Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	<b>Índice de Inadimplência</b>		
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é monitorar o índice da inadimplência das operações de financiamento e a eficácia das medidas adotadas para revertê-lo		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	$II = SPV/SDT$ , onde $SPV =$ Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB) e $SDT =$ Saldo Devedor Total das Operações de Financiamento (Risco 100% BB)		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
2,00%	$II=0,013$	$II=0,0237$	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
<p>O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações), observado no final do exercício, foi de 1,3% (1,6% do FCO Rural e 0,6% no FCO Empresarial), portanto inferior à meta estabelecida pelo Condrel de até 2,0% e ao índice observado no exercício anterior de 2,4%.</p> <p>Para alcançar esse desempenho, o Banco possui uma Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, para atuar exclusivamente na condução, cobrança e recuperação de créditos e evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzi-lo ainda mais.</p> <p>Algumas ações em desenvolvimento para garantir o retorno dos recursos aplicados e reduzir o índice de inadimplência do FCO são: a intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB; a utilização pelas Agências de ferramenta que permite a identificação e o gerenciamento do atraso por cliente; e o esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.</p> <p>Com essas ações, o BB atende às recomendações do Condrel, constantes das alíneas “d” e “k” da Resolução nº 378, de 10.12.2009, de adotar procedimentos para reduzir as operações vencidas e para ampliar a recuperação de créditos.</p> <p>Ademais, a prerrogativa de reprogramação de dívidas no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, e a possibilidade de ampliação dos prazos de carência e de reposição em até 50% dos prazos máximos definidos para a(s) Linha(s) também contribuem para que o Banco possa reduzir as operações vencidas.</p> <p>Já a situação das operações de FCO Rural está relacionada às constantes decisões governamentais no sentido de prorrogar as parcelas, desde 2006, o que deixa os produtores rurais na expectativa dessas medidas. O Banco vem cumprindo rigorosamente essas decisões, de forma que as operações que se enquadram nas normas sejam atendidas.</p>			



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Índice de Cobertura das Contratações no Exercício		
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia, cujo objetivo é avaliar o atingimento da recomendação do Condel/FCO de estender os benefícios do Fundo a todos os municípios da Região Centro-Oeste		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	ICCE = MOC/MR, onde MOC = Municípios com Operações Contratadas e MR = Municípios da Região Centro-Oeste		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
100,00%	ICCE=0,994	ICCE=0,996	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
Em 2009, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 463 (99,4%) contaram com operações de FCO. Apenas 3 municípios não tiveram operações contratadas em 2009: Rondolândia e União do Sul, do Estado de MT; e Ladário, do Estado de MS.			
Não obstante, o BB vem envidando esforços no sentido de atender à meta estabelecida pelo Condel de contratar operações do FCO em 100% dos municípios da Região (Resolução nº 375, de 06.11.2009), bem como à recomendação do Condel de estender os benefícios do FCO a todos os municípios da Região (Resolução nº 378, de 10.12.2009).			
Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se os Seminários FCO Itinerante (item 2.4.1.5 Diretrizes e Prioridades, subitem “Diretrizes”, alínea “b” retro). Vale lembrar que a rede de distribuição do Banco do Brasil alcança a todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e empresários, no qual possam apresentar suas propostas.			

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual		
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o acesso de novos beneficiários aos recursos do FCO		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	ICNB = VCNB/VCT, onde VCNB = Quantidade de Operações com Novos Beneficiários e VCT = Quantidade de Operações Contratadas Total		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
34,00%	ICNB=0,301	ICNB=0,355	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
Do total de 64.569 operações contratadas em 2009, 19.421 (30,1%) foram contratadas com novos beneficiários.			
As ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos			







Estaduais e com outros parceiros, para incrementar esse número e atingir a meta definida pelo Condel, encontram-se relacionadas no item 2.4.3 abaixo.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Índice de Aplicação		
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a evolução do volume de contratações em relação aos valores distribuídos		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil - Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	$IA = VCT/VDE$ , onde $VCT = \text{Valor Contratado Total}$ e $VDE = \text{Valor Distribuído no Exercício}$		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
85,00%	IA=0,975	IA=0,866	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
As contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2009 atingiram R\$ 3.183,4 milhões, ou seja, 97,5% do montante de recursos distribuídos no exercício para aplicação (3.263,4 milhões). Esse desempenho foi melhor que o verificado em 2008, quando as contratações atingiram R\$ 3.470,1 milhões, ou seja, 86,6% do montante de recursos distribuídos (R\$ 4.007,1 milhões). Com essas contratações, a carteira de financiamentos do FCO, atingiu o saldo total de R\$ 10.896,7 milhões, 4,5% superior à posição registrada no final de 2008 (R\$ 10.436,3 milhões).			

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Índice de Contratações por UF		
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência e eficácia, cujo objetivo é avaliar o alcance dos percentuais de distribuição de recursos previstos para cada Unidade Federativa		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil - Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	$ICUF = VCUF/VCT$ , onde $VCUF = \text{Valor Contratado nas Unidades Federativas}$ e $VCT = \text{Valor Contratado Total}$		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
DF 17,10% GO 26,10% MT 26,10% MS 20,70%	ICDF=0,089 ICGO= 0,342 ICMT=0,313 ICMS=0,256	ICDF=0,112 ICGO= 0,395 ICMT=0,235 ICMS=0,258	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
O Estado de Goiás liderou em volume de contratações com R\$ 1.088,6 milhões, equivalentes a 34,2% do montante observado na Região (R\$ 3.183,4 milhões), seguido pelo Mato Grosso com R\$ 997,9 milhões (31,3%), Mato Grosso do Sul com R\$ 813,5 milhões (25,6%) e Distrito			



Federal com R\$ 283,4 milhões (8,9%). Cabe destacar o desempenho do Estado de Mato Grosso, cujas contratações saltaram de R\$ 817,1 milhões em 2008 para R\$ 997,9 milhões em 2009 (incremento de 22,1%) e cuja participação passou de 23,5% para 31,3%.

Já o Distrito Federal só não teve um desempenho melhor em face da suspensão, em 16.07.2009, do acolhimento, deferimento e formalização de propostas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços no Distrito Federal, em observância ao art. 4º, § 3º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Nota 05 do Item "Distribuição dos Recursos" do Título II da Programação do FCO para 2009.

A demanda por recursos do FCO no Distrito Federal concentra-se principalmente nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por dispositivo legal e, portanto, escassos.

Também comprometeu o desempenho das aplicações do FCO no DF, a suspensão do acolhimento, do deferimento e da formalização de propostas de financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e de formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, em observância à Nota 06 do Item "Distribuição dos Recursos" do Título II da Programação do FCO para 2009.

Um último fator que comprometeu o desempenho das aplicações no DF está relacionado à apresentação de garantias, no tocante à comprovação da titularidade tanto dos imóveis rurais quanto dos urbanos.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Índice de Contratações por Setor		
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar o valor contratado em cada setor em relação ao total contratado no exercício		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	ICS = VCS/VCT, onde VCS = Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural) e VCT = Valor Contratado Total;		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
Rural 42,48%	ICS Rural=0,595	ICS Rural=0,603	Indicadores apurados a partir de 2008
Empresarial 47,52%	ICS Empres=0,405	ICS Empres=0,397	
Avaliação do Resultado de 2009			
Do montante de R\$ 3.183,4 milhões, R\$ 1.895,1 milhões (59,5%) foram contratados com o setor rural, o que ratifica a forte vocação da Região Centro-Oeste para o agronegócio. Não obstante, a participação das contratações do setor empresarial passou de 39,7% em 2008 para 40,5% em 2009, quando foram contratados R\$ 1.288,3 milhões.			



Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	<b>Índice de Tempo Médio de Contratação</b>		
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a redução do tempo médio de atendimento das propostas em relação ao exercício anterior		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil - Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	<b>ITM = TME/TMEA</b> , onde TME = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Atual e TMEA = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Anterior;		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
45 dias	ITM=0,412	ITM= não mensurado	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
Em 2009 houve um aprimoramento da metodologia utilizada para apuração do tempo médio de contratação, porém, ainda não abrange a totalidade das operações. A média obtida para operações rurais foi de 22 dias e para operações empresariais de 31 dias. O tempo médio apurado no exercício de 2009 foi de 28 dias, o que representa significativa melhora em relação ao exercício anterior que apresentou uma média de 68 dias.			

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	<b>Índice de Originação de Demanda</b>		
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução da Originação de demanda em relação ao exercício anterior		
Tipo			
Área responsável	Banco do Brasil - Diretoria de Governo		
Fórmula de cálculo e método de medição	<b>IOD = VOE/VOEA</b> , onde VOE = Valor Total da Demanda Originada no Exercício Atual e VOEA = Valor Total da Demanda Originada no Exercício Anterior.		
Fonte dos dados	Sistemas cooperativos do Banco do Brasil.		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório	Resultado no 1º exercício anterior ao do relatório	Resultado no 2º exercício anterior ao do relatório
Não há meta definida para o exercício	IOD=0,957	IOD=0,970	Indicadores apurados a partir de 2008
Avaliação do Resultado de 2009			
Não foram definidas metas para o Índice de Originação de Demanda, tendo em vista que o montante de recursos previstos para contratação em 2009 (R\$ 3.078,9 milhões <sup>7</sup> ) era inferior ao montante contratado em 2008 (R\$ 3.470,1 milhões), impossibilitando assim incremento no volume de demanda.			

<sup>7</sup> Resolução Condel/FCO nº 376, de 06.11.2009.



- orientação às agências jurisdicionantes dos municípios não contemplados com recursos do FCO no exercício, no sentido de atuarem com foco nas propostas já em andamento;
- implementação do Diligência Zero, que tem por objetivo principal melhorar a originação de propostas de financiamento na rede de agências (acolhimento de propostas com toda a documentação necessária à análise);
- aperfeiçoamento dos processos, sistemas e metodologias de crédito no âmbito do BB e/ou especialmente para o FCO;
- implementação de melhorias no aplicativo de contratação e formalização de operações (Portal de Negócios/COP), dentre elas: criação da Carta Remessa Eletrônica para envio de documentos à instância de estudo de operação, emitida automaticamente pelo aplicativo, e que a partir do preenchimento de alguns dados faz uma crítica na proposta, contribuindo para agilizar o processo de contratação de operações de crédito; possibilidade de inclusão da data do instrumento de crédito com geração dos cronogramas a partir da data informada, permitindo à agência providenciar eventual documentação previamente à formalização da proposta; padronização da Nota Técnica do estudo da operação, com geração preformatada no aplicativo e possibilidade de edição dos campos, otimizando o tempo consumido;
- revisão das etapas de apresentação dos documentos exigidos para análise, contratação e formalização de operações, o que contribuiu para trazer mais agilidade ao processo;
- alteração no valor dos pontos de corte observados para a definição das instâncias de análise do cálculo de capacidade de pagamento de operações, facilitando a compreensão quanto ao correto direcionamento das propostas de crédito apresentadas;
- redefinição dos critérios a serem observados para a vinculação de garantias pessoais (aval e fiança), o que viabiliza e agiliza a contratação de operações de menor valor;
- desenvolvimento do dossiê eletrônico de operações, ferramenta que auxilia na identificação da documentação a ser observada na contratação (certidões, declarações etc.) e na condução de operações (notas fiscais, relatórios de fiscalização etc.), possibilitando o arquivamento eletrônico desses documentos.
- divulgação das condições de financiamento do FCO no site do BB ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)); e
- distribuição de exemplares da Programação e da Cartilha do FCO.

### 3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

Não houve ocorrência no período.

### 4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Sem movimentação no exercício de 2009.



## 5. RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os valores constantes no Siafi de Restos a Pagar relativos a exercícios anteriores estão discriminados no quadro abaixo:

### Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

Ano de Inscrição	RP PROCESSADOS			RP NÃO PROCESSADOS		
	Inscritos	Cancelados	Pagos a pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos a pagar
2006	-	-	-	17.135.327,53	17.135.327,53	-
2007	-	-	-	144.195.709,15	-	141.989.841,11
2008	-	-	-	41.939.688,16	-	18.136.235,78
Total	-	-	-	203.270.705,84	17.135.327,53	161.326.074,90

Revisão de 11/12/10 - Fonte: SIAFI

### Quadro 8 – Restos a Pagar

Segundo o art. 67 do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986, Restos a Pagar são as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as despesas processadas (liquidadas) e não processadas (não liquidadas).

No caso específico do FCO, os restos a pagar correspondem à diferença entre os valores empenhados como previsão orçamentária e os efetivamente recebidos no exercício respectivo.

Os Restos a Pagar inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008 foram prorrogados até 31.12.2010 pelo Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

## 6. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Isento conforme art. 8º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, que prevê: “Os Fundos gozarão de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamentos livres de qualquer tributo ou contribuição, inclusive o imposto sobre operações de crédito, imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e as contribuições do PIS, Pasep e Finsocial”.

## 7. OPERAÇÕES DE FUNDOS

### 7.1. Previsão Orçamentária

#### 7.1.1. Origem dos Recursos Previstos para 2009

A composição anual do montante de recursos previstos para a execução orçamentária do FCO leva em conta transferências do Tesouro Nacional, disponibilidade remanescente do exercício anterior, retornos de financiamentos e resultado operacional do Fundo, deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores.



Para 2009, a origem do montante de recursos previstos está demonstrada no quadro abaixo:

Origem	R\$ milhões
De Exercícios Anteriores	462,6
De Retorno de Operações	7.153,7
De Repasses do Tesouro Nacional	1.486,5
Resultado Operacional	79,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (14)	(275,8)
<b>Total</b>	<b>2.905,0</b>

(1) Corresponde ao somatório das disponibilidades existentes nos orçamentos das Unidades Federativas em 31.12.2008.

(2) O valor dos repasses do Tesouro Nacional corresponde à projeção da Secretaria do Tesouro Nacional.

(3) O resultado operacional refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.

(4) Os recursos comprometidos referem-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

#### Quadro 9 – Origem dos Recursos Previstos para 2009

### 7.1.2. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas

Conforme estabelece o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal e nos termos do art. 6º da Lei 7.827/89, a União entrega 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Os recursos oriundos da arrecadação do IR e do IPI são repassados ao Fundo por meio do orçamento do Ministério da Integração Nacional, conforme determina o art. 7º da Lei 7.827 de 1989, alterada pela Lei 10.177 de 2001.

Segundo projeção da Secretaria do Tesouro Nacional, estimou-se, para o exercício de 2009, ingresso de recursos da ordem de R\$ 1.486,5 milhões.

A Programação Orçamentária de 2009, aprovada pela Resolução CONDEL/FCO n.º 359, de 10.12.2008 e alterada por Resoluções posteriores, previu a distribuição de 90% dos recursos provenientes do Tesouro Nacional às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 17,1%, GO – 26,1%, MT – 26,1% e MS – 20,7%. Os 10% restantes referem-se ao Programa de Reforma Agrária – Pronaf-RA.



Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas

Modalidades	DF	GO	MS	MT	(%)
Recursos Distribuídos	17,50	26,10	26,00	20,20	30,80
FCO Empresarial	12,50	11,60	13,00	10,20	37,30
FCO Rural	5,00	14,50	13,00	10,00	33,50
Recursos a Distribuir	-	-	-	-	36,00
Pronal-BA	-	-	-	-	10,00
Total	-	-	-	-	100,00

Nota: Percentuais devidos para o exercício 2009, conforme programação anual

Quadro 10 - Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas

Notas

(1) Recursos distribuídos:

- a) os recursos previstos para o FCO Rural e FCO Empresarial poderão ser remanejados no âmbito da Unidade Federativa, de acordo com a demanda que efetivamente se verificar, dando-se ciência à Secretaria Executiva;
- b) os recursos distribuídos para o Distrito Federal serão aplicados no Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais)

(2) FCO Empresarial: em cada Unidade Federativa, os recursos serão distribuídos no âmbito das Linhas de Financiamento do FCO Empresarial;

(3) FCO Rural, em cada Unidade Federativa, os recursos serão distribuídos no âmbito das Linhas de Financiamento do FCO Rural;

(4) Recursos a distribuir: referem-se aos recursos reservados por Lei no Proval - Reforma Agrária, que serão destinados às Unidades Federativas conforme a demanda apresentada no Programa;

(5) A assistência para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços fica limitada a 20% dos recursos previstos para o exercício de 2009, respeitados os seguintes percentuais de distribuição por Unidade Federativa: DF - 19,0%, GO - 29,0%, MT - 29,0% e MS - 23,0%. No âmbito de cada instituição operadora dos Programas de FCO para Rapasso, a assistência para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços fica limitada a 20% do limite de crédito definido pelo Banco do Brasil para a instituição;

(6) A assistência aos micro e pequenos tomadores de financiamento de crédito, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, executadas a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e Proval, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de equipes para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, fica limitada, em cada Unidade Federativa, ao montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de micro e pequenos tomadores, respeitado o teto de 15% dos recursos previstos para o exercício anual;

Observações:

- I) Para o primeiro trimestre de ano será observada como limite de contratação o valor calculado com base no médio mensal das contratações de investimentos observadas no período de junho a novembro de anteriores, multiplicada por 60;
- II) A partir do segundo trimestre será observada como limite de contratação o valor acumulado dos investimentos realizados no exercício;
- III) Os percentuais de distribuição entre os setores rural e empresarial, definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados - CODE, são os seguintes:

Setor	UF	DF	GO	MT	MS
FCO Empresarial		50%	50%	50%	50%
FCO Rural		50%	50%	50%	50%
Total		100%	100%	100%	100%

(7) As informações de que trata as observações I e II serão inseridas nos relatórios de Controle de Informações Especiais;



### 7.1.3. Previsão de Aplicação de Recursos

A programação de aplicação dos recursos em 2010, conforme a previsão do Banco Administrador, apresenta como estimativa de contratações o montante de R\$ 3.496,2 milhões em financiamentos aos setores produtivos da região, correspondentes à totalidade dos recursos previstos para o período.

O quadro a seguir apresenta as previsões do Banco do Brasil para a realização de financiamentos do FCO em 2009, expressas por Unidade Federativa e Programa:

Previsão de aplicação de recursos em 2009 (R\$ mil)

Programas	DF	GO	MT	MS	Região	Percentual de Distribuição (%)
<b>Mini, Micro e Pequenos Tomadores</b>						
FCO Empresarial	181.941,3	172.703,9	172.703,9	138.972,1	663.421,2	72,84
Industrial	93.000,0	88.931,9	48.901,0	46.833,7	241.140,1	
Têxtil	53.842,7	4.439,1	34.231,2	7.359,2	99.872,2	
Comércio e Serviços	28.098,6	16.832,2	59.561,7	59.880,2	213.771,7	
FCO Rural	45.260,3	172.703,9	172.703,9	138.972,0	527.640,1	48,16
Frontal Demais	17.000,0	16.942,3	83.900,0	54.708,0	172.740,3	
Demais Rural	28.260,3	155.761,6	88.743,9	84.264,0	354.899,8	
Subtotal	226.381,6	345.407,8	345.407,8	273.944,1	1.191.061,3	41,00
Frontal-FA					236.403,7	19,90
					1.427.465,0	60,90
<b>Médios e Grandes Tomadores</b>						
FCO Empresarial	218.168,5	286.482,2	206.482,2	183.886,3	794.019,2	77,28
Industrial	50.000,0	309.301,1	44.172,0	181.144,8	384.617,9	
Infra-Estrutura	71.264,0	3.435,7	16.188,2	16.000,0	107.887,9	
Têxtil	45.000,0	4.455,4	12.208,7	4.738,0	66.402,1	
Comércio e Serviços	48.004,5	89.235,0	13.928,3	57.993,5	209.161,3	
FCO Rural	44.091,6	286.482,2	206.482,2	183.886,3	720.942,3	71,71
Subtotal	270.458,1	572.964,4	412.964,4	327.396,6	1.427.465,0	42,00
<b>Recursos Gerais</b>						
FCO Empresarial	197.463,8	179.106,6	179.106,6	100.870,2	656.547,2	56,13
Industrial	113.000,0	109.441,9	48.901,0	44.900,4	316.243,3	
Infra-Estrutura	71.264,0	3.435,7	16.188,2	16.000,0	107.887,9	
Têxtil	45.000,0	4.455,4	12.208,7	4.738,0	66.402,1	
Comércio e Serviços	118.199,8	106.401,6	118.461,7	117.131,7	460.200,8	
FCO Rural	44.091,6	286.482,2	206.482,2	183.886,3	720.942,3	57,33
Frontal Demais	17.000,0	16.942,3	83.900,0	54.708,0	172.740,3	
Demais Rural	27.091,6	269.539,9	122.582,2	129.178,3	548.202,0	
Subtotal	488.259,0	465.588,8	415.588,8	384.756,5	1.377.489,5	46,71
Frontal-FA					236.403,7	17,29
					1.613.893,2	64,00

Quadro 11 – Previsão de Aplicação de Recursos em 2009



Notas

- (1) A previsão de aplicação para 2009 foi elaborada considerando-se as disposições das Resoluções Condel/FCO nº 197/2007, 198/2008 e 215/2009, as Diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e obedecendo às prioridades estabelecidas por cada Estado;
- (2) Os valores orçados para o Pronaf – Reforma Agrária correspondem ao percentual estabelecido pela Lei nº 11.126 de 10.11.2005 e serão distribuídos às Unidades Federativas de acordo com a demanda;
- (3) Observadas as limitações legais estabelecidas para o Pronaf – Reforma Agrária e a Linha de Financiamento de Desempenhamento dos Setores Comercial e de Serviços, os recursos serão direcionados aos programas de financiamento de acordo com o cronograma que efetivamente se verificar;
- (4) A previsão de aplicação na Mesorregião de Águas Emendadas, em 2009, é de R\$ 180,0 milhões;
- (5) Redistribuição de recursos: as disponibilidades do Fundo existentes em 30 de setembro de cada ano serão redistribuídas às Unidades Federativas de acordo com os percentuais definidos na programação, respeitados os valores dos projetos aprovados e em fase de contratação enviados os Estados e o Distrito Federal;
- (6) A estimativa de repasse de recursos a outras instituições é de 5% dos recursos previstos para o exercício de 2009, respeitado o limite de crédito deferido pelo Banco do Brasil para cada uma delas. Este percentual poderá ser revisado após a validação do piloto.

## 7.2. Execução Orçamentária

### 7.2.1. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)

Origem	(R\$ milhões)		
	Previsto	Realizado	(%)
De Exercícios Anteriores	462,6	462,6	100,0
De Retorno de Operações	1.193,7	1.434,8	120,4
De Repasses do Tesouro Nacional	1.489,5	1.233,9	83,0
Resultado	78,0	100,0	129,5
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(274,0)	(199,3)	76,5
<b>Total</b>	<b>2.905,0</b>	<b>3.080,1</b>	<b>106,0</b>

Posição em 31.12.2009

Quadro 12 – Realização da Previsão Orçamentária

O volume de recursos observado (R\$ 3.080,1) representa 106,0% do montante previsto para o exercício de 2009. A tabela acima demonstra que a superação do orçamento inicial foi motivada pela realização acima do previsto do resultado operacional do fundo e dos retornos de operações.

### 7.2.2. Transferências do Tesouro Nacional

As transferências do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados totalizaram R\$ 1.233,9 milhões. O quadro a seguir ilustra o comportamento mensal dos repasses de recursos da União, comparativamente à previsão inicial para exercício de 2009:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Mês	Previsto (R\$ mil)	Realizado	
	Valor	Valor	% de Realização
janeiro	156.077	77.870	49,7
fevereiro	107.241	125.498	116,9
março	121.513	79.399	65,4
abril	129.137	103.434	80,4
maio	133.279	119.614	89,8
junho	116.382	114.963	99,6
julho	123.946	107.850	86,9
agosto	111.736	72.793	65,2
setembro	91.580	79.200	86,5
outubro	132.342	121.642	91,9
novembro	127.850	137.423	107,5
dezembro	172.504	132.004	76,5
Exercício	1.486.493	1.233.895	83,0

Quadro 13 – Transferências do Tesouro Nacional

Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se redução de 5,8% no montante de recursos oriundos do Tesouro Nacional, conforme demonstra o quadro a seguir, devido à diminuição de arrecadação do IPI.

Ingresso Recursos do Tesouro Nacional (R\$ mil)

Mês	2009	2008	Variação %
janeiro	77.815	112.072	(30,6)
fevereiro	125.498	108.837	15,5
março	79.399	111.559	(29,8)
abril	103.434	91.275	13,6
maio	119.614	122.199	(2,9)
junho	114.963	103.813	10,7
julho	107.855	97.937	10,1
agosto	72.793	111.526	(34,7)
setembro	79.200	97.488	(18,7)
outubro	121.642	117.640	3,4
novembro	137.423	119.850	14,7
dezembro	132.004	126.195	4,6
Total	1.233.895	1.310.452	(6,5)

Quadro 14 - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2009/2008

### 7.2.3. Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programa

A distribuição dos recursos originários do Tesouro Nacional entre as Unidades Federativas e as modalidades de financiamentos, segundo os percentuais previstos na Programação Orçamentária de 2009, ficou assim representada no exercício:



Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programas

Modalidades	DF	GO	MS	MT	Região	(%)
Recursos Distribuídos	210.998	322.047	255.416	322.047	1.110.508	40,98
FCO Rural	12.188	161.623	127.708	163.846	565.365	41,88
FCO Empresarial	188.797	160.424	127.708	158.199	635.128	46,12
Recursos a Distribuir					123.350	10,00
PRONAF-Retorna Agrária					123.350	10,00
TOTAL					1.233.858	100,00

Quadro 15 – Distribuição dos Recursos por UF e Programa

O Estado do Mato Grosso solicitou alteração dos percentuais de distribuição de recursos entre os setores rural e empresarial (de 50% empresarial e 50% rural, para 40% empresarial e 60% rural), vigente a partir de abril de 2009.

### 7.3. Resultados

#### 7.3.1. Contratações de Operações de Financiamento

##### Contratações por Programa e Unidade Federativa

No exercício de 2009, foram contratadas 64.569 operações, totalizando R\$ 3.183,4 milhões. Os investimentos do FCO Empresarial somaram R\$ 1.288,3 milhões, representando 40,5% do montante contratado, enquanto as contratações do FCO Rural atingiram R\$ 1.895,1 milhões, equivalentes a 59,5% do total aplicado no período, confirmando a vocação agropecuária da Região.

##### Contratações por Programa e Unidade Federativa

PROGRAMAS	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>	1.198	121.209	2.840	493.131	3.017	111.598	1.881	340.873	8.936	1.066.811
Industrial	113	15.118	1.012	163.737	113	117.116	438	97.730	1.776	494.701
Desenvolvimento		0,00		0,00		0,00	4	11.111	4	11.111
Turismo	174	15.117	17	15.981	438	19.477	107	25.444	736	55.619
Comércio Exterior	1.011	110.971	1.801	298.413	2.461	84.401	1.330	247.685	6.603	740.874
<b>RURAL</b>	5.371	2.062.076	29.272	1.691.446	1.223	591.965	10.756	654.926	46.622	3.000.653
Apoio Integrado	113	11.111	1.012	163.737	1.130	117.116	1.012	163.737	4.267	415.701
PRONAF	5.258	2.050.965	28.260	1.674.709	1.117	574.849	9.744	638.189	45.407	2.985.549
PRONAF-Subsídio	11	11.111	11	11.111	11	11.111	11	11.111	44	44.444
PRONAF-Subsídio	11	11.111	11	11.111	11	11.111	11	11.111	44	44.444
PRONAF-Subsídio	11	11.111	11	11.111	11	11.111	11	11.111	44	44.444
PRONAF-Subsídio	11	11.111	11	11.111	11	11.111	11	11.111	44	44.444
TOTAL	6.569	3.183.485	32.112	2.186.577	4.240	703.563	11.637	995.799	55.558	3.183.485

Em R\$ mil, exercício 2009

Quadro 16 – Contratações por Programa e UF

O Estado de Goiás manteve posição de destaque na contratação de operações, respondendo por 51,3% na quantidade e 34,2% no valor de operações contratadas no exercício de 2009.

Em termos de incremento nas operações, destacou-se o Estado de Mato Grosso com aumento de 22,1% no volume de recursos em relação ao mesmo período de 2008, quando foram realizadas 18,4 mil contratações totalizando R\$ 817,1 mil no Estado.



Dos recursos contratados no Distrito Federal, R\$ 62,0 milhões foram dirigidos aos municípios participantes da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, representando 28,0% do total de R\$ 283,4 milhões.

A linha de financiamento Rural/Integração é a que mantém a maior participação no que se refere ao montante contratado, atingindo 33,4% do valor total no exercício. Quanto à quantidade de operações contratadas, participação expressiva obteve o Pronaf (64,1%) que, somado ao Pronaf-RA, representou 70,0% da quantidade total contratada no período, o que vai ao encontro do propósito de pulverização do financiamento do programa.

### **Contratações por Porte e Programa**

Para enquadramento nos financiamentos do FCO, os beneficiários são classificados pelo porte, de acordo com critérios aprovados pelo CONDEL/FCO. No exercício de 2009, os parâmetros observados para definição do porte dos mutuários são os seguintes:

a) Produtores rurais – de acordo com a renda bruta agropecuária anual prevista:

- Mini – até R\$ 150 mil;
- Pequeno – acima de R\$ 150 mil e até R\$ 300 mil;
- Médio – acima de R\$ 300 mil e até R\$ 1,9 milhão;
- Grande – acima de R\$1,9 milhão.

b) Empresas – com base no faturamento bruto anual:

- Micro – até R\$ 240 mil;
- Pequena – acima de R\$ 240 mil e até R\$ 2.400 mil;
- Média – acima de R\$ 2.400 mil e até R\$ 35 milhões;
- Grande – acima de R\$ 35 milhões.

As contratações no exercício de 2009, em valores nominais, por porte do beneficiário e Programa de Financiamento estão representadas no quadro seguinte:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Linhas de Financiamento	Grande	Médio	Pequeno	Mini/Micro	TOTAL
<b>Industrial</b>					
- Quantidade	43	97	1.733	222	1.995
- Valor	207.332	47.734	119.960	6.128	481.154
<b>Infra-estrutura</b>					
- Quantidade	1	3	1		5
- Valor	139.437	41.624	70		181.131
<b>Turismo</b>					
- Quantidade		14	1.373	372	1.759
- Valor		3.051	80.168	71.835	84.054
<b>Comércio e Serviços</b>					
- Quantidade	24	179	7.125	1.351	8.679
- Valor	47.383	69.845	393.606	44.823	555.657
<b>Rural/Inclusão</b>					
- Quantidade	354	1.941	1.609	2.160	6.064
- Valor	414.115	468.041	182.059	110.543	1.174.758
<b>PRONAF</b>					
- Quantidade			11.357	76.113	87.470
- Valor			327.861	316.810	644.671
<b>PRONAF RA</b>					
- Quantidade			95	1.052	1.147
- Valor			1.174	49.726	50.900
<b>Produtividade</b>					
- Quantidade	24	101	23	44	192
- Valor	71.189	29.728	2.492	2.153	85.562
<b>Custeio</b>					
- Quantidade	11	32	176	221	440
- Valor	3.300	5.291	8.901	6.944	24.436
<b>Total Geral</b>	<b>522</b>	<b>2.376</b>	<b>23.458</b>	<b>78.223</b>	<b>64.589</b>
	<b>862.813</b>	<b>634.168</b>	<b>1.066.968</b>	<b>559.473</b>	<b>3.123.422</b>

Em R\$ mil, outubro 31, 12, 2006

Quadro 17 – Contratações por Porte e Programa

Os beneficiários de grande porte concentraram 76,6% das contratações no setor rural, o que representou 60,0% dos recursos aplicados. Mesmo com uma quantidade bastante inferior de operações contratadas (23,4%), o setor empresarial atingiu 40,0% dos recursos totais, com ênfase para as linhas de financiamento Industrial e de Infra-Estrutura.

Observa-se que os tomadores de médio porte também concentraram suas operações no setor rural, tanto em quantidade de contratações como em volume de recursos. O mesmo comportamento foi verificado relativamente aos segmentos de mini e micro, com 90,2% das operações e 81,7% dos recursos aplicados nesse setor.

Os tomadores de pequeno porte efetivaram 47,5% do número de operações em Pronaf (setor rural), mas contrataram 45,0% dos recursos totais na linha de financiamento de Comércio e Serviços (setor empresarial).



### Contratações por Porte e Unidade Federativa

PORTE	DF	GO	MS	MT	TOTAL	(%)
Grande	98.926	199.557	357.188	302.745	958.416	29,9
Médio	55.949	330.038	137.520	182.559	606.066	19,5
Total	154.875	421.995	494.708	485.304	1.556.879	48,9
Pequeno	101.746	412.433	224.270	320.512	1.058.961	33,5
Mini/Micro	26.741	254.149	94.498	184.083	659.471	17,4
Total	128.487	666.582	318.776	504.595	1.626.440	51,1
Total	283.361	1.088.577	813.484	989.899	3.182.419	100,0

Em R\$ mil. posição 31.12.2009

Quadro 18 – Contratações por Porte e UF

Os beneficiários de grande e médio porte da Região absorveram maior volume de recursos no DF e MS, com 59,2% e 59,6%, respectivamente, das contratações. Ao contrário, em GO e MT, 57,3% e 52,3%, foram os beneficiários de menor porte (pequeno e mini/micro) que absorveram o maior volume de recursos.

Os empreendimentos de mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas representaram 95,5% do número total de operações contratadas no período, absorvendo R\$ 1.626,4 milhões, equivalentes a 51,1% do montante de recursos aplicados. Os grandes e médios produtores rurais e as empresas de grande e médio portes aplicaram R\$ 1.556,9 milhões para o financiamento de suas atividades produtivas, o correspondente a 48,9% do total de recursos destinados à Região. Vale ressaltar que muitos projetos de grandes empresas ou grandes produtores rurais também beneficiam indiretamente os tomadores de menor porte, a exemplo de operações contratadas nos programas de convênio de integração rural (empresa integradora e integrados), que representaram 52,6% do total contratado com grandes e médios tomadores e 79,5% da quantidade de operações com esses segmentos.

No tocante à Execução Orçamentária em 2009, as contratações com os tomadores de mini, micro e pequeno porte representaram 52,8% relativamente aos recursos realizados de R\$ 3.080,1 milhões, constantes no item 7.2.1 deste relatório.

No quadro a seguir, é apresentada a distribuição das operações contratadas por Unidade Federativa, programas, concentração por menor porte (Mini, Micro e Pequenos tomadores) e maior porte (Médios e Grandes tomadores).



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

### Contratações com Média, Micro e Pequenas Tomadoras

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Percentual
						do
						Estaduais
						%
<b>FCO Empresarial</b>	164.807	199.265	196.325	198.401	141.500	27,4
Desenvolvimento Industrial - Infra-Estrutura	31.215	10.007	16.805	21.261	17.177	
Desenvolvimento do Turismo - Comércio e Serviços	4.992	33.401	29.677	29.747	21.566	
<b>FCO Rural</b>	25.888	483.679	146.126	220.685	514.542	28,1
PROLIMAF	17.044	952.227	13.916	138.215	583.803	
Rural Diversos	2.824	198.182	82.114	39.250	383.146	
<b>Subtotal</b>	127.535	659.944	300.466	467.266	1.278.548	1,8
Programa - Reforma Agrária	552	3.678	18.211	26.265	46.569	1,8
<b>Total</b>	128.087	663.622	318.677	512.531	1.325.117	10,0

### Contratações com Médias e Grandes Tomadoras

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Região
						%
<b>FCO Empresarial</b>	129.825	264.967	166.782	147.445	108.351	29,1
Desenvolvimento Industrial - Infra-Estrutura	21.447	136.679	129.009	34.647	41.411	
Desenvolvimento do Turismo - Comércio e Serviços	60.188	39.223	39.000	62.262	120.113	
<b>FCO Rural</b>	25.917	714.128	338.825	117.298	514.625	28,0
Rural Diversos	25.917	617.108	338.825	117.298	514.625	
<b>Total</b>	154.875	429.995	494.798	425.401	1.156.915	40,3

### Consolidado

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Região
						%
<b>FCO Empresarial</b>	235.825	491.171	349.518	342.878	1.208.304	40,3
Desenvolvimento Industrial - Infra-Estrutura	36.176	193.707	147.126	97.251	384.714	
Desenvolvimento do Turismo - Comércio e Serviços	12.147	27.604	29.678	29.357	115.822	
<b>FCO Rural</b>	40.864	890.867	483.895	628.824	1.943.168	59,7
Programa	17.044	351.227	60.916	228.629	711.445	
Rural Diversos	23.820	539.640	422.979	400.195	1.166.673	
<b>Subtotal</b>	282.716	1.091.618	780.123	972.697	3.126.915	1,6
Programa - Reforma Agrária	552	3.678	18.211	26.265	46.569	1,6
<b>Total Geral</b>	283.268	1.095.296	813.484	997.962	3.173.484	100,0

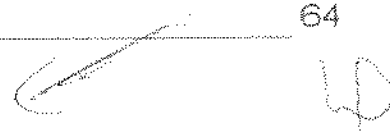
Em R\$ mil - totalizado em 31/12/2009

Quadro 19 – Contratações por UF, Programa e Porte

### Municípios com Operações Contratadas

Para aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil conta com uma rede de distribuição composta por 525 pontos de atendimento na Região, sendo desse total 417 Agências e 108 Postos de Atendimento Bancários (PABs), o que lhe permite assistir financeiramente as atividades produtivas desenvolvidas no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, inclusive aquelas situadas nas mais distantes localidades do extenso território do Centro-Oeste.

Em 2009, dos 466 municípios da Região, 463 contaram com financiamentos do Fundo, representando 99,4%. O total de recursos injetados na economia da Região é da ordem de R\$ 3,2 bilhões, beneficiando 64,7 mil projetos dos setores produtivos.





Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

O demonstrativo a seguir apresenta a distribuição espacial das aplicações no exercício de 2009, mostrando o número de municípios da Região atendidos com recursos do FCO, comparativamente com o mesmo período do ano anterior.

UF	Municípios Existentes	2009		2008	
		Municípios com Operações	Montante Aplicado	Municípios com Operações	Montante Aplicado
DF	1	1	259.361	1	368.696
GO	248	248	1.066.677	247	1.389.480
MS	72	77	613.464	78	894.809
MT	141	139	947.996	138	817.102
Total	466	463	3.183.419	464	3.470.064

Posição em 31.12.2009

Quadro 20 – Distribuição espacial das aplicações 2009/2008

Ao disseminar o crédito pelas localidades mais carentes, conforme se observa, da quantidade de municípios alcançados em cada Unidade Federativa, o Banco do Brasil cumpre a missão de apoiar financeiramente as atividades dos pequenos empreendedores da Região, confirmando o FCO como a mais importante fonte de recursos para a interiorização do desenvolvimento e dinamização da economia do Centro-Oeste, contribuindo para diminuir as desigualdades intra-regionais, além de refletir positivamente nos indicadores sociais da região.

#### Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no Distrito Federal e nos 19 municípios do Estado de Goiás integrantes do Entorno do DF:

UF	Municípios Existentes	2009		2008	
		Municípios com Operações	Montante Aplicado	Municípios com Operações	Montante Aplicado
DF	1	1	221.318	1	382.916
RIDE	19	19	62.043	19	106.780
Total	20	20	283.361	20	489.696

Posição em 31.12.2009

Quadro 21 – Contratações na RIDE

#### Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

O demonstrativo abaixo apresenta as contratações realizadas nos municípios de Goiás integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, segregados em porte do mutuário e programa de financiamento:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Porte	Empresarial		PRONAF		Rural		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Grande	2	2.467	-	-	28	1.020	30	3.487
Média	12	48.139	-	-	238	27.834	250	75.973
Pequeno	493	27.830	1.324	30.307	173	9.296	1.990	67.433
Mini/Micro	232	6.439	1.497	56.192	700	19.691	1.429	72.321
	769	82.939	7.727	86.799	1.129	62.821	9.565	233.559

Em R\$ mil - posição em 31.12.2009

**Quadro 22 – Contratações na mesorregião de Águas Emendadas**

Segundo a Programação Anual do FCO para o exercício 2009, estava prevista a contratação de R\$ 181,0 milhões com esses municípios. Essa previsão foi superada em 29,0%, com o montante contratado de R\$ 233,6 milhões.

**Contratações com Beneficiários que Obtiveram Empréstimos pela 1ª Vez**

Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Grande	10	13.896	24	60.168	33	728.119	30	191.896	106	874.079
Médio	84	38.672	376	139.963	207	63.345	193	117.248	760	359.238
Pequeno	5.167	76.789	4.174	202.269	1.598	111.753	3.212	179.648	14.151	569.459
Mini/Micro	667	14.194	2.711	69.842	1.904	47.849	3.239	68.790	8.321	217.677
	7.718	144.533	7.106	460.809	3.848	497.267	6.669	573.880	19.421	1.616.579

Posição em 31.12.2009

**Quadro 23 – Contratações com novos beneficiários**

No exercício de 2009, verifica-se que do montante de 64.569 contratos realizados, totalizando R\$ 3.183,4 milhões no período, 19.421 operações foram realizadas com novos beneficiários, atingindo a cifra de R\$ 1.616,6 milhões, que representam 30,1% do total das contratações e 50,8% dos recursos aplicados.

Destacaram-se os Estados de Goiás e Mato Grosso com maior número de contratos realizados com novos beneficiários – 7.186 e 6.669, respectivamente. Quanto ao volume de recursos aplicados, Mato Grosso aplicou R\$ 573,9 milhões e Goiás R\$ 460,8 milhões, representando 35,5% e 28,5%, respectivamente.

**Contratações com Valor Superior a R\$ 10 milhões**

O quadro abaixo sintetiza as operações contratadas no exercício de 2009 com valores superiores a R\$ 10 milhões e informadas analiticamente ao Ministério da Integração Nacional, conforme estabelecido no item “2b” da Resolução CONDEL/FCO nº 127, de 05.12.2001.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

LINHAS DE FINANCIAMENTO	DF		GO		MT		MS		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Comércio e Serviços	1	10.960	1	10.960	1	10.960	1	10.960	4	43.840
Infra-estrutura Econômica	1	80.000	1	80.000	2	80.000	1	80.000	5	320.000
Desenvolvimento Urbano	1	100.000	2	200.000	1	100.000	1	100.000	5	400.000
Desenvolvimento Rural	1	100.000	1	100.000	1	100.000	3	300.000	6	600.000
Proteção	1	100.000	1	100.000	1	100.000	1	100.000	4	400.000
Total	5	600.000	6	600.000	6	600.000	7	700.000	24	960.000

Resposta em 21.11.2008

Quadro 24 – Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

Relativamente ao mesmo período de 2008, houve um acréscimo de contratações, principalmente no volume de recursos, superando em 71,2% o montante de R\$ 346,2 mil do período anterior. O incremento na quantidade de operações foi de 38,5%.

As operações assim contratadas em 2009 estão detalhadas, por Unidade da Federação, no anexo A.

**Contratações por Tipologia por UF**

A tipologia do município de localização do empreendimento segue definições do Ministério da Integração Nacional, e tem sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

- Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões, etc.); e
- Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e tem o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais.

A classificação da tipologia está definida conforme a seguir:

- 1 - Alta Renda** Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998.
- 2 – Dinâmica** Inclui baixa e média rendas dinâmicas  
Média: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.  
Baixa: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.
- 3 – Estagnada** Inclui apenas a média renda estagnada: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.



- 4 – Baixa Renda Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

Essa classificação é considerada para definição de prioridades para as políticas setoriais e estabelecimento de limite financiável para as propostas.

O demonstrativo abaixo apresenta as contratações realizadas no exercício por tipologia e Unidade da Federação, conforme previsto na Programação Anual do FCO:

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alta Renda	1.765	221.518	15.702	672.677	1.244	176.291	2.920	297.362	21.260	1.165.658
Dinâmica	-	-	2.965	193.313	2.438	163.899	10.290	449.161	16.707	796.926
Estagnada	1.924	65.247	11.367	592.427	9.909	492.792	4.176	261.474	27.667	1.916.796
<b>Total</b>	<b>3.431</b>	<b>283.361</b>	<b>33.154</b>	<b>1.028.577</b>	<b>16.583</b>	<b>813.484</b>	<b>17.401</b>	<b>697.996</b>	<b>84.569</b>	<b>3.183.419</b>

Em R\$ - multiplicado em 10.000

Quadro 25 – Contratações por Tipologia e UF

Os municípios de renda dinâmica e estagnada, em conjunto, foram responsáveis pela maioria das contratações no período, com 65,5% do número de operações e 57,0% dos recursos financiados. Os municípios de alta renda representaram 34,5% das operações contratadas, correspondendo a 43,0% do valor total.

### Contratações por Tipologia por Município

Na Região Centro-Oeste não existe município classificado como baixa renda.

As contratações totalizadas no quadro acima estão discriminadas por tipologia, município, modalidade, programa e respectivos valores, de acordo com a Unidade da Federação, no anexo B deste relatório.

### 7.3.2. Situação da Demanda

#### Demanda Total

No exercício de 2009, das 66.493 propostas existentes no Banco, 64.569 foram contratadas e 1.924 não foram atendidas. Em termos de volume de recursos, o montante referente às propostas não atendidas até o final do período atingiu patamar 22,5% superior ao das contratações no exercício.

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Contratadas	3.431	283.361	31.154	1.028.577	16.583	813.484	17.401	697.996	84.569	3.183.419
Não Atendidas	1.924	136.521	1.110	1.937.381	577	335.024	197	219.317	3.808	2.531.293
<b>Total</b>	<b>3.492</b>	<b>419.882</b>	<b>34.264</b>	<b>2.025.958</b>	<b>17.160</b>	<b>1.148.508</b>	<b>17.598</b>	<b>917.313</b>	<b>88.377</b>	<b>5.714.712</b>

Em R\$ - multiplicado em 10.000

Quadro 26 – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas



O volume de recursos de propostas não atendidas foi superior ao montante contratado. No entanto, considerando o número de propostas, 97,1% delas foram atendidas e apenas 2,9% não o foram.

No que diz respeito ao porte, os mini/micro tomadores destacam-se em quantidade de operações contratadas e os pequenos, em montante de financiamentos contratados. Os médios e grandes tomadores registram as maiores pendências de contratação, em quantidade de propostas e volume de recursos, respectivamente.

Os dois fatos acima mencionados espelham que as demandas por operações de maior valor, devido a sua complexidade, demoram mais tempo para ser atendidas.

Situação das Propostas	Contratadas		Não Atendidas		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
<b>Programas</b>						
FCO Empresarial	12.688	1.268.351	660	3.064.602	13.358	4.362.953
Industrial	2.134	454.729	259	1.552.437	2.443	2.157.166
Infra-estrutura	9	172.181	18	549.450	27	721.631
Comércio e Serviços	6.741	552.519	329	703.457	9.072	1.255.976
Totamo	1.782	95.822	54	119.299	1.836	215.121
FCO Rural	51.871	1.095.065	1.291	323.564	53.162	2.728.629
Rural/Imigração	8.023	1.051.795	1.157	758.202	7.177	1.779.997
PRONAF	41.418	383.493	-	-	41.418	383.493
Pranal-BA	2.027	30.880	-	-	2.027	30.880
Prontuário	194	66.451	104	122.062	238	188.513
Outros	499	22.395	-	-	499	22.395
Total Geral	84.593	3.933.419	1.921	3.898.166	86.494	7.091.585
<b>Porte</b>						
FCO Empresarial	12.688	1.268.351	660	3.064.602	13.358	4.362.953
Grande	117	485.219	167	2.396.054	237	2.781.273
Médio	232	171.144	192	492.224	444	663.368
Pequeno	10.298	584.751	292	242.859	10.590	827.610
Micro/micro	2.061	81.244	50	22.715	2.071	98.959
FCO Rural	51.871	1.095.065	1.291	323.564	53.162	2.728.629
Grande	495	687.904	129	1.811.944	591	2.509.848
Médio	2.854	421.824	661	1.47.722	2.745	178.343
Pequeno	11.206	412.215	299	81.127	12.451	493.342
Micro/micro	36.115	494.321	125	21.771	36.133	516.092
Total Geral	84.593	3.933.419	1.921	3.898.166	86.494	7.091.585

Em R\$ mil, Posição 21.10.2009

Quadro 27 – Situação das propostas por porte e programa

As contratações realizadas no exercício de 2009 estão detalhadas no item 7.3.1 deste relatório.



### Demanda Não Atendida

Das propostas não atendidas, 1.815 restaram pendentes de contratação e 106 foram indeferidas ou canceladas, de acordo com o quadro abaixo:

Motivos de Não Atendimento	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Carta consulta em análise	6	21	50	245	24	152	1	0	81	418,0
Projeto em elaboração	10	336	792	990	115	160	8	15	795	1.493,5
Projeto em análise	20	94	274	393	168	312	84	915	937	1.397,1
Pendentes de documentação	4	0	152	231	179	218	21	65	356	418,6
Em contratação	2	1	43	35	33	15	1	1	78	93,1
Indeferidas/canceladas	4	16	16	31	32	46	52	65	168	210,6
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>398,5</b>	<b>1.126</b>	<b>1.937,3</b>	<b>573</b>	<b>908,0</b>	<b>167</b>	<b>695,0</b>	<b>1.921</b>	<b>2.868,2</b>

Em R\$ milhões - página 11 de 2008

Quadro 28 – Motivo de não atendimento de demandas, por UF

Programas	Carta consulta em análise		Projeto em elaboração		Projeto em análise		Pendentes de documentação		Em contratação		Indeferidas/canceladas		Total	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>														
Industrial	17	119,5	97	664,0	75	745,0	44	215,4	7	7,0	16	208,6	256	1.759,5
Infra-estrutura	2	104,1	6	365,4	4	67,5	1	10,0	1	10,4	1	10,4	15	541,4
Serviços/Serviços	70	28,7	80	296,0	93	241,7	61	113,4	10	19,1	90	18,1	324	710,9
Turismo	1	1,9	21	94,0	16	16,4	10	6,5	1	0,4	1	0,4	54	119,7
<b>Total Empresarial</b>	<b>81</b>	<b>296,5</b>	<b>296</b>	<b>1.729,9</b>	<b>197</b>	<b>1.064,9</b>	<b>136</b>	<b>346,2</b>	<b>18</b>	<b>27,5</b>	<b>74</b>	<b>298,8</b>	<b>660</b>	<b>1.964,6</b>
<b>RURAL</b>														
Caráter/Integração	38	47,3	474	299,9	313	231,7	105	120,1	44	21,2	16	1,0	1.194	799,2
PROCIAP	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	5	0,0
Prociap/PA	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	5	0,0
Financiadora	6	15,0	41	16,9	32	15,9	15	40,4	3	1,4	2	0,7	94	111,4
Custeio	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	5	0,0
<b>Total Rural</b>	<b>47</b>	<b>72,3</b>	<b>496</b>	<b>322,7</b>	<b>348</b>	<b>247,6</b>	<b>138</b>	<b>130,4</b>	<b>51</b>	<b>22,6</b>	<b>21</b>	<b>17,7</b>	<b>1.254</b>	<b>910,6</b>
<b>TOTAL Geral</b>	<b>128</b>	<b>419,9</b>	<b>792</b>	<b>1.952,6</b>	<b>545</b>	<b>1.312,5</b>	<b>274</b>	<b>476,6</b>	<b>69</b>	<b>50,1</b>	<b>95</b>	<b>316,5</b>	<b>1.914</b>	<b>2.875,2</b>

Em R\$ milhões - página 11 de 2008

Quadro 29 – Motivo de não atendimento de demandas, por Programa

Em termos de quantidade de operações não atendidas o setor empresarial apresenta 29,1% e o setor rural 70,9%. Quanto ao volume de recursos dos programas do setor empresarial, representou 66,6% do montante não contratado no período. O programa com maior número de propostas pendentes foi o Rural/Integração, com 1.409 (66,8% do total) e o de maior valor foi o de Desenvolvimento Industrial, com R\$ 1.211,4 mil (39,3% relativamente ao total não contratado).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Setor / Porte	Conta consultada em análise		Projeto em elaboração		Projeto em análise		Pendentes de documentação		Em contratação		Indeferidos/Cancelados		Total	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>														
Grande	16	366,3	76	876,7	40	354,7	11	124,9	7	73,9	14	121,7	113	1.367,2
Médio	6	37,9	21	266,1	20	129,9	20	89,7	7	27,7	12	79,1	152	490,2
Pequeno	11	8,7	59	50,8	98	127,7	16	97,6	4	7,4	11	17,7	250	142,1
Mini/Micro	2	0,6	6	1,6	10	10,7	17	10,1	1	0,2	7	11	10	31,3
Total Empresarial	34	296,5	208	1.129,9	192	1.061,9	136	348,2	48	79,5	74	209,6	660	1.964,6
<b>RURAL</b>														
Grande	15	69,9	23	110,1	62	139,0	39	34,6	9	9,7	5	4,1	100	180,4
Médio	20	30,9	290	133,0	125	78,0	138	89,6	11	15,6	12	17,7	671	241,7
Pequeno	3	1,4	135	35,7	72	21,0	58	27,9	11	2,7	7	1,9	290	84,9
Mini/Micro	3	3,6	44	7,8	16	9,1	28	1,2	2	1,0	7	0,7	150	10,4
Total Rural	41	122,5	558	283,7	345	241,2	270	136,4	41	29,6	31	19,7	1.381	438,6
<b>TOTAL (Geral)</b>	<b>81</b>	<b>419,0</b>	<b>766</b>	<b>1.413,6</b>	<b>537</b>	<b>1.303,1</b>	<b>356</b>	<b>478,8</b>	<b>89</b>	<b>109,1</b>	<b>106</b>	<b>210,3</b>	<b>1.941</b>	<b>1.998,2</b>

Em R\$ milhões, posição 31/12/2008

Quadro 30 – Motivo de não atendimento de demandas, por Porte

No tocante ao porte dos tomadores de financiamentos, verifica-se que os médios produtores rurais apresentam maior número de propostas pendentes de contratação, seguidos dos pequenos produtores rurais. Em volume de recursos esse cenário se altera, já que as grandes e médias empresas acumulam 59,1% do valor total não contratado no período.

A partir de outubro/2008 passou-se a controlar os principais motivos de indeferimento ou cancelamento das propostas de financiamento para subsidiar ações preventivas visando à diminuição ainda maior desses casos. Os resultados obtidos são os apresentados a seguir:

Motivo	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Carta consulta indeferida	-	-	8	25,4	1	0,4	-	-	9	25,8
Cadastro/limpeza de crédito	-	-	-	-	-	-	5	2,4	5	2,4
Documentação incompleta	1	10,0	-	-	-	-	-	-	1	10,0
Cancelamento/desistência	2	6,2	6	21,5	27	44,9	19	66,8	54	139,6
Proposta-projeto indeferido	1	1,9	2	3,2	4	1,6	-	-	7	6,7
Outros	-	-	2	1,1	-	-	28	22,1	30	23,2
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>18,1</b>	<b>18</b>	<b>51,2</b>	<b>32</b>	<b>48,4</b>	<b>52</b>	<b>91,2</b>	<b>106</b>	<b>219,6</b>

Em R\$ milhões, posição 31/12/2008

Quadro 31 – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento

A principal razão dos indeferimentos foi o cancelamento/desistência (65,9%), sendo o motivo determinante no Mato Grosso.

### 7.3.3. Retornos de Operações de Financiamento

O quadro abaixo apresenta os retornos de capital dos financiamentos do FCO registrados no período, comparativamente à previsão inicial:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Período	Previsto	Realizado	(R\$ mil) %
Janeiro	91.531	91.441	100,0
Fevereiro	72.209	81.539	113,0
Março	78.507	92.069	117,2
Abril	82.982	95.409	115,0
Maior	91.720	100.841	110,0
Junho	108.740	108.305	110,0
Julho	118.899	128.422	110,0
Agosto	94.901	117.921	125,0
Setembro	98.987	100.501	102,0
Outubro	107.169	109.748	102,0
Novembro	108.255	107.787	100,0
Dezembro	122.911	109.179	100,0
<b>Exercício</b>	<b>1.153.720</b>	<b>1.434.764</b>	<b>124,4</b>

Em R\$ mil – posição em 31.12.2009

Quadro 32 – Retornos de capital

Os retornos de capital são redistribuídos às Unidades Federativas e ao Pronaf-RA de acordo com os percentuais previstos na programação orçamentária do exercício. No período foram realizados 124,4% dos retornos previstos, o que contribuiu para o acréscimo na previsão orçamentária apresentada no item 7.2.1.

O principal motivo para o incremento de retornos no exercício 2009, em especial no 2º semestre, deve-se à Lei 11.775, a qual prevê a quitação ou amortização de parcelas como condição para renegociação de débitos vencidos.

### 7.3.4. Situação dos Recursos

	Ref.Agrária	DF	GO	MS	MT	TOTAL
<b>1 RECURSOS</b>	<b>770.829</b>	<b>1.180.582</b>	<b>4.452.705</b>	<b>2.501.684</b>	<b>3.333.178</b>	<b>12.239.078</b>
Reforma Agrária	770.829					770.829
Outros Programas		1.180.582	4.452.705	2.501.684	3.333.178	11.468.253
<b>2 FINANCIAMENTOS</b>	<b>516.321</b>	<b>307.876</b>	<b>4.940.652</b>	<b>2.382.414</b>	<b>3.840.351</b>	<b>16.987.614</b>
Reforma Agrária	516.321					516.321
Outros Programas		307.876	4.940.652	2.382.414	3.840.351	11.471.294
<b>3 DISPONIBILIDADES DE FINANC. (1-2)</b>	<b>254.507</b>	<b>882.706</b>	<b>502.053</b>	<b>219.270</b>	<b>282.827</b>	<b>1.141.363</b>
Reforma Agrária	254.507					254.507
Outros Programas		882.706	502.053	219.270	282.827	1.386.856
<b>4 PARCELAS A LIBERAR</b>	<b>8.978</b>	<b>17.726</b>	<b>128.820</b>	<b>137.184</b>	<b>178.940</b>	<b>463.648</b>
Reforma Agrária	8.978					8.978
Outros Programas		17.726	128.820	137.184	178.940	454.670
<b>5 DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA (3-4)</b>	<b>245.529</b>	<b>865.000</b>	<b>373.233</b>	<b>282.086</b>	<b>263.880</b>	<b>1.030.728</b>
Reforma Agrária	245.529					245.529
Outros Programas		865.000	373.233	282.086	263.880	1.385.199

Em R\$ mil – posição em 31.12.2009

Quadro 33 – Situação dos recursos por UF

O volume de recursos do FCO atingiu, em 31.12.2009, R\$ 12.265,0 milhões. Os saldos de recursos aplicados nos financiamentos aos setores produtivos da Região Centro-Oeste somaram R\$ 10.896,7 milhões, correspondentes a 88,0% da dotação do Fundo.



A disponibilidade financeira observada ao final do exercício é de R\$ 1.368,3 milhões, representando 11,2% do montante de recursos do FCO.

Considerando as parcelas pendentes de liberação de operações contratadas até 31.12.2009, a disponibilidade orçamentária encerrou o exercício em R\$ 899,8 milhões (7,3% do montante de recursos).

Ressalte-se que por meio do art. 6º da Lei 11.718, de 20 de junho de 2008, foi autorizada a reclassificação das operações contratadas ao abrigo da linha Especial de Crédito FAT Integrar<sup>10</sup> para o Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO. Foram reclassificadas 133 operações no valor de 58,7 milhões no exercício de 2009, as quais passaram a integrar a composição da carteira de financiamentos do FCO, conforme demonstrado na tabela a seguir. Note-se que, como foram operações contratadas em anos anteriores, não há como se considerar novas contratações, apenas impactando o volume de saldo de financiamentos.

	Qtd	R\$ milhões Valor
Reclassificadas em dez/2008	75	380,9
Reclassificadas no exercício 2009	133	58,7
Amortizações - Exercício 2009	(8)	67,6
Liquidações - Exercício 2009	173	49,1
Saldo de operações reclassificadas	747	326,8

Quadro 34 – FAT Integrar

### 7.3.5. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco, os recursos do FCO são remunerados pela taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme o art. 4º, da Lei 9.126, de 10.11.95, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001.

O Banco do Brasil creditou ao Fundo, no exercício de 2009, o montante de R\$ 66,6 milhões, correspondente à remuneração das disponibilidades do período.

### 7.3.6. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos desembolsados em decorrência dos financiamentos concedidos aos beneficiários do Fundo são remunerados pelas taxas de juros pactuadas com os mutuários, deduzido o *del credere* do agente financeiro.

O FCO registrou, no período em exame, receitas da ordem de R\$ 260,9 milhões, relativas aos encargos financeiros das operações contratadas com recursos do Fundo, na forma estabelecida pelo art. 2º, da Lei 10.177, de 12.01.2001.

<sup>10</sup> Linha de Crédito Especial com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, destinada ao financiamento de projetos de investimento na Região Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 11.011, de 20 de dezembro de 2004.



### 7.3.7. Situação da Carteira de Financiamentos

#### 7.3.7.1. Financiamentos – Programa e Unidade Federativa

O quadro a seguir apresenta os saldos totais da carteira de operações do FCO, em 31.12.2009, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

PROGRAMAS	UF (R\$ mil)					TOTAL
	DF	GO	MS	MT		
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>333.354</b>	<b>1.183.876</b>	<b>784.688</b>	<b>818.571</b>		<b>3.042.539</b>
Industrial	170.250	869.283	420.930	280.150		1.511.453
Infraestrutura	108.085	78.589	38.147	150.548		372.579
Taxação	24.029	47.182	58.844	40.488		177.543
Comércio Serviços	297.000	389.022	266.767	309.486		1.262.375
<b>RURAL</b>	<b>374.478</b>	<b>2.922.710</b>	<b>1.679.805</b>	<b>2.577.646</b>		<b>7.554.139</b>
Rural/Integração	314.096	2.180.475	1.899.294	1.269.628		5.459.493
PRONAF	27.389	831.744	150.948	600.195		1.312.676
PRONAF-FA	7.791	41.867	85.365	112.717		478.640
PAPRA	5.181	8.301	10.137	48.703		79.322
Procuradora	11.030	16.878	288.315	43.803		360.490
Emancipação	-	1.413	-	1.819		6.277
Outros	1.074	12.977	35.268	12.981		66.699
<b>Total Geral</b>	<b>927.829</b>	<b>4.106.587</b>	<b>2.464.493</b>	<b>3.396.217</b>		<b>10.896.699</b>

Posição em 31.12.2009

Quadro 35 – Saldos por programa e UF

Os saldos das operações rurais, com a soma de R\$ 7.554,1 milhões, correspondem a 69,3% da carteira de financiamentos do FCO. Os projetos do setor empresarial apresentam o montante de R\$ 3.342,6 milhões, equivalente a 30,7% dos financiamentos totais. No FCO Empresarial, as atividades do segmento industrial se destacam com saldos na ordem de R\$ 1.511,7 milhões, enquanto no FCO Rural a carteira da linha de financiamento Rural/Integração encerrou o exercício com R\$ 5.459,8 milhões.

#### 7.3.7.2. Financiamentos – Porte e Unidade Federativa

A distribuição dos saldos totais da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos financiados, está demonstrada a seguir:

PORTE	UF (R\$ mil)					REGIÃO
	DF	GO	MS	MT		
Grande	349.528	1.074.827	1.054.386	1.129.010		3.607.751
Média	219.768	1.548.181	376.118	748.664		3.912.731
Pequeno	307.813	1.178.681	626.708	1.089.437		3.102.639
Mini/Micro	60.264	400.784	339.698	489.977		1.200.723
Cooperativa	670	1.075	1.200	28.710		32.655
<b>Total</b>	<b>927.829</b>	<b>4.106.587</b>	<b>2.464.493</b>	<b>3.396.217</b>		<b>10.896.699</b>

Posição em 31.12.2009

Quadro 36 – Saldos por porte e UF

Os negócios dos mini, pequenos e médios produtores rurais e das micro, pequenas e médias empresas e de suas associações e cooperativas respondem por 67,0% dos saldos devedores registrados em 31.12.2009, atingindo a cifra de R\$ 7.305,6 milhões.



### 7.3.7.3. Financiamentos Alongados – Lei 9.138/1995 e 10.437/2002

A carteira de financiamento das operações objeto de alongamento nos termos da Lei 9.138/95 e 10.437/2002 (securitização I e II) apresentou saldos de R\$ 239,0 milhões ao final do exercício de 2009, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e Programa:

Programas	DF	GO	MS	MT	(R\$ mil)
					REGIÃO
PAPRA	30	-	1.165	1.128	2.591
Custeio	8	-	401	-	409
Investimento	29	-	904	1.128	2.122
RURAL	61.863	66.753	61.403	67.647	238.466
Custeio	-	-	-	38	38
Investimento	61.863	66.753	61.403	67.649	238.368
<b>Total</b>	<b>61.700</b>	<b>66.753</b>	<b>62.768</b>	<b>68.776</b>	<b>238.897</b>

Posição em 31.12.2009

Quadro 37 - Securitização

### 7.3.7.4. Financiamentos Renegociados – PESA<sup>11</sup>

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/BACEN n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei 10.177, de 2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos – PESA, em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional – CTN e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No exercício de 2009, os saldos das operações renegociadas ao abrigo do PESA somaram R\$ 58,4 milhões, conforme espelha o quadro a seguir:

UF	Saldos	(R\$ mil)
		(%)
Débito Federal	4.469	7,7
Goias	20.796	35,6
Mato Grosso do Sul	6.610	11,3
Mato Grosso	26.293	45,0
<b>TOTAL</b>	<b>58.381</b>	<b>100,0</b>

Posição em 31.12.2009

Quadro 38 - PESA

### 7.3.7.5. Financiamentos Renegociados – Lei 10.177/2001

A Lei 10.177, de 12.1.2001, permitiu a substituição dos encargos financeiros das operações em estoque para as novas taxas de juros prefixadas. Além disso, autorizou a renegociação,

<sup>11</sup> PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos



prorrogação e composição das dívidas realizadas com recursos do Fundo, contratadas até 31.12.1998.

A Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei 10.696/2003, regulamentada pela Resolução BACEN n.º 3.115/2003.

Ao final do exercício de 2009, o saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 10.177/2001, foi de R\$ 135,4 milhões, correspondentes a 1,8 mil operações, conforme quadro a seguir, por programa e UF:

UF	PRONAF	Rural	Industrial	Turismo	Infra-Estrutura	TOTAL
<b>DF</b>						
Quantidade	0	77	3	0	0	80
Valor	0	13.646	2.484	0	0	16.130
<b>GO</b>						
Quantidade	28	886	25	3	0	942
Valor	43	49.207	6.915	512	0	56.877
<b>MS</b>						
Quantidade	20	379	11	4	0	414
Valor	26	16.376	1.331	2.995	0	20.728
<b>MT</b>						
Quantidade	199	575	4	1	1	780
Valor	610	38.374	2.633	229	0	41.846
<b>Total Geral</b>	<b>247</b>	<b>1.636</b>	<b>45</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1.836</b>
	<b>680</b>	<b>117.603</b>	<b>13.343</b>	<b>3.740</b>	<b>0</b>	<b>135.366</b>

Posição em 31.12.2009

Quadro 39 – Renegociações por UF e Programa

Do total de operações renegociadas, o setor rural, representado pela linha de financiamento de Desenvolvimento Rural e pelo Pronaf, apresentou a maior participação, com 1.782 operações, 97,0% da quantidade, e valor de R\$ 118,3 milhões, correspondentes a 87,4% dos saldos devedores das operações renegociadas.

Relativamente ao porte dos mutuários, os saldos das operações que tiveram alteração dos encargos financeiros ou foram renegociadas para taxa de juros prefixada estão apresentados no quadro a seguir:



-58 m)

UF	Grande	Médio	Pequeno	Mini/Micro	TOTAL
<b>DF</b>					
Quantidade	9	20	16	2	40
Valor	4.348	7.870	4.423	70	16.710
<b>GO</b>					
Quantidade	32	228	301	181	742
Valor	6.218	25.202	20.483	2.779	56.677
<b>MS</b>					
Quantidade	22	134	91	67	314
Valor	3.867	9.405	6.636	826	20.732
<b>MT</b>					
Quantidade	68	224	224	224	740
Valor	20.756	14.006	6.818	1.467	41.846
<b>Total Geral</b>	<b>126</b>	<b>606</b>	<b>631</b>	<b>474</b>	<b>1.836</b>
	<b>37.189</b>	<b>55.883</b>	<b>37.157</b>	<b>5.136</b>	<b>135.365</b>

Posição em 31.12.2009

Quadro 40 – Renegociações por UF e Porte

Em quantidade de contratos reformulados, destacou-se o Estado de Goiás com 0,7 mil casos (40,4% da quantidade total reformulada) e, em volume de reformulações, o mesmo Estado, com saldo de operações renegociadas na ordem de R\$ 56,7 milhões (41,9% do valor total reformulado).

Em quantidade de operações, as renegociações estão concentradas com os mutuários de mini/micro e pequeno portes, representando 60,2% (1.105 operações).

#### 7.3.7.6. Prorrogações Concedidas no Exercício de 2009

No exercício de 2009, foram prorrogadas 761 operações contratadas com recursos do FCO Rural e 17 do FCO Empresarial, conforme previsto na Resolução CONDEL n.º 297, de 30 de março de 2007, correspondendo ao volume de R\$ 34,5 milhões (R\$ 28,1 milhões no segmento rural e R\$ 6,4 milhões no empresarial).

O setor empresarial apresentou a maior concentração de recursos nas prorrogações realizadas na linha de financiamento de Desenvolvimento Industrial e o FCO Rural na linha de Desenvolvimento Rural, de acordo com a tabela a seguir:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Programa	Prorrogações Baseado 287				
	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Desenvolvimento Rural	413	6.101	1.101	6.179	13.804
Fronal	-	1.879	172	1.100	3.151
Prorrogação	-	-	352	-	352
Fronal RA	-	44	135	31	190
Rural Distrito	-	804	1.621	100	2.525
Papa	-	69	149	11	229
Estocagem	-	-	-	959	959
Comércio e Serviços	451	811	84	302	1.648
Desenvolvimento Indus	-	2.132	-	1.804	3.936
Turismo regional	-	19	912	-	931
	911	10.083	6.206	9.286	34.486
Porte					
Grande	-	7.342	610	3.312	11.264
Médio	400	6.465	2.993	4.425	14.283
Pequeno	451	3.039	1.806	372	6.068
Não	-	1.249	826	167	2.242
	911	18.095	6.206	8.286	34.488
Risco					
100% BB	459	7.337	5.085	4.814	17.695
100% FCO	60	9.743	954	4.209	15.966
Compartilhado	391	921	6	227	1.485
Risco Preciso	-	80	149	30	259
	911	18.083	6.206	9.286	34.488

Em R\$ mil, prorrogação em 31/12/2009

Quadro 41 – Prorrogações do FCO

As prorrogações realizadas no setor rural, amparadas pela lei 11.775, concentraram-se na linha de financiamento de Desenvolvimento Rural, com grande e médios produtores e operações com risco integral do Banco do Brasil.

Programa / Linha de Financiamento	Prorrogações FCO Rural - Lei 11.775				
	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Desenvolvimento Rural	11.308	46.632	21.931	112.834	192.705
Fronal	345	6.147	4.013	3.378	13.883
Prorrogação	0	0	0	18	18
Fronal RA	32	1.417	1.307	1.217	4.263
Rural Distrito	0	0	0	150	150
Papa	0	18	158	59	235
	11.685	47.206	23.430	118.026	200.347
Porte					
Grande	1.911	20.805	11.638	142.021	176.375
Médio	4.403	14.506	10.282	34.919	64.110
Pequeno	650	7.574	2.354	1.243	11.821
Não	421	4.291	3.113	4.161	12.186
	11.685	47.206	23.430	118.026	200.347
Risco					
100% BB	10.303	21.921	21.174	142.307	195.705
100% FCO	678	5.577	4.997	10.294	23.556
Compartilhado	311	9.094	1.356	7.243	18.004
Risco Preciso	0	18	158	59	235
	11.685	47.206	23.430	118.026	200.347

Em R\$ mil, prorrogação em 31/12/2009

Quadro 42 – Prorrogações do FCO Empresarial



O cronograma previsto para os retornos de recursos sofre ajuste em decorrência das reprogramações/prorrogações de operações. Isso deve ser considerado na elaboração da Execução Orçamentária para exercícios futuros, realizada anualmente.

Com a alteração dos prazos de retorno, as reprogramações/prorrogações refletem nas disponibilidades do Fundo. Como existe acompanhamento mensal das disponibilidades, as áreas aplicadoras são orientadas no sentido da adequação de novas contratações em vista do não atingimento do volume de recursos disponíveis previstos na Execução Orçamentária.

### 7.3.7.7. Financiamentos por Encargos Pactuados

Encargos Pactuados	Qtd	Total
2,00%	192.059	1.261.264
3,00%	49.924	306.522
6,75%	20.958	997.799
7,25%	15.400	2.337.281
8,25%	23.140	1.106.720
6,50%	3.666	1.668.277
9,50%	1.390	591.076
10,00%	1.265	1.486.165
Comissão de Permanência	9.582	186.876
IGFDI + 6%aa	6	236
TJLP	1.426	3.247
TJLP + 6%AA	21	621
VPM + 3%	22.669	894.823
IGPM	3	74
TOTAL	281.517	10.896.693

Em R\$ mil - Posição em 31/12/2005

Quadro 43 – Financiamentos por Encargos Pactuados

### 7.3.7.8. Financiamentos – Risco Operacional

Com a edição da MP 2.196, de 2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o *del credere* do agente financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 – risco 100% BB e operações contratadas no Programa PAPRA – Risco Procerá.

O quadro a seguir apresenta resumo da classificação da carteira por modalidade de risco operacional:



Risco Operacional	% do risco	Saldo das operações	Participação (R\$ mil) (%)
Banco do Brasil	100%	4.974.404	100,00
Compartilhado	50%	113.786	1,54
FCO	100%	1.029.849	9,42
PROCERA / PAPRA	100%	79.379	0,73
<b>Total</b>		<b>10.896.693</b>	<b>100,0</b>

Posição em 31/12/2009

Quadro 44 – Carteira por risco

### Risco 100% Banco do Brasil

Diante da prerrogativa criada pela MP 2.196/2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhe foram repassados como Capital de Referência - Nível II. Em consequência, o risco das operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001 é integralmente assumido pelo Banco, que percebe *del credere* correspondente a 6% ao ano. A tabela seguinte apresenta a carteira de financiamentos contratados com risco 100% do Banco do Brasil, por programa e Unidade Federativa:

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Empresarial	547.429	1.165.824	778.314	815.881	3.307.448
Comércio e Serviços	287.591	396.811	235.730	309.182	1.230.614
Desenvolvimento do Turismo Regio	24.815	45.302	58.902	62.225	172.944
Desenvolvimento Industrial	129.559	553.130	115.045	285.434	1.083.168
Infra-estrutura Econômica	106.257	70.580	44.711	150.549	372.197
Rural	259.796	2.654.001	1.471.377	1.084.263	6.369.437
Comercialização	-	1.418	-	4.819	6.237
Costeio	5.034	12.069	25.359	12.001	54.463
Desenvolvimento Rural	216.657	1.991.970	1.217.217	1.069.163	4.915.007
PRONAF	24.056	669.889	221.584	435.080	1.390.609
PROCIATURAL	15.075	26.575	166.379	43.821	291.850
<b>Total Geral</b>	<b>867.225</b>	<b>3.819.824</b>	<b>2.249.691</b>	<b>2.799.944</b>	<b>9.876.684</b>

Posição em 31/12/2009

Quadro 45 – Carteira com risco BB

### Risco Compartilhado

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 2001, o risco das operações contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro reduzido para 3% ao ano. Os financiamentos do Pronaf – Reforma Agrária não se enquadram nessa regra, visto que o risco é integral do FCO, nos termos do art. 7º da Lei 9.126/95.

Os saldos da carteira de risco compartilhado totalizaram, ao final do exercício, R\$ 113,8 milhões, equivalentes a 1,0% do total de financiamentos do FCO.

O quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações contratadas com risco compartilhado, por programa de financiamento e Unidade Federativa:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Empresarial	878	6.699	1.300	60	8.146
Comércio e Serviços	0	0	0	0	0
Desenvolvimento de Turismo Regional	211	1.495	11	18	1.714
Desenvolvimento Industrial	364	4.594	1.122	15	6.495
Infra-estrutura Econômica	0	0	37	0	37
Rural	1.742	54.176	14.679	28.083	108.680
Custos	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Rural	1.701	54.026	14.619	28.011	108.257
PRONAF	41	124	30	150	345
PRONATURISMO	0	20	0	2	22
<b>Total Geral</b>	<b>8.620</b>	<b>80.179</b>	<b>15.838</b>	<b>28.143</b>	<b>113.780</b>

Posição em 31/12/2008

Quadro 46 – Carteira com risco compartilhado

### Risco 100% FCO

Por força da MP 2.196, de 2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998<sup>12</sup> e aquelas contratadas no Programa Pronaf - Reforma Agrária é 100% do FCO. No período em exame, os saldos dos financiamentos de risco 100% do Fundo totalizaram R\$ 1.026,8 milhões. A tabela seguinte apresenta a carteira de financiamentos com risco 100% FCO, por programa e UF:

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Empresarial	5.040	12.844	2.142	2.511	27.164
Desenvolvimento de Turismo Regional	0	465	2.599	229	3.293
Desenvolvimento Industrial	5.046	11.679	5.754	2.707	24.686
Infra-estrutura Econômica	0	0	179	0	179
Rural	101.176	209.239	171.167	515.516	997.098
Desenvolvimento Rural	96.136	194.279	164.456	497.694	952.565
PRONAF	1.239	21.662	11.304	68.061	102.266
PRONAF SA	2.793	63.087	66.169	512.717	644.666
PRONATURISMO	0	31	0	1	32
Custos	0	0	0	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>106.821</b>	<b>221.223</b>	<b>180.299</b>	<b>518.448</b>	<b>1.026.848</b>

Posição em 31/12/2008

Quadro 47 – Carteira com risco FCO

Do total de R\$ 1.026,8 milhões, R\$ 297,4 milhões representam os saldos das operações renegociadas ao amparo do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (R\$ 58,4 milhões) e alongadas com base nas Leis 9.138/95 e 10.437/2002 (Securitização - R\$ 239,0), com risco 100% do FCO.

<sup>12</sup> Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária - PAPRA, cujo risco operacional é do PROCERA.



### **Risco de Terceiros - PROCERA**

As operações no âmbito do PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária, contratadas com recursos do FCO, somam R\$ 79,4 milhões. O risco operacional desses financiamentos era suportado integralmente pelo PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, conforme determina a Portaria Interministerial n.º 218, de 27.08.1992.

Conforme art. 23 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, aplicam-se às operações ao amparo do PROCERA, medidas de incentivo à liquidação ou renegociação das operações, sendo os custos decorrentes dos benefícios concedidos, imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamentos nas operações efetuadas com seus recursos.

#### **7.3.7.9. Financiamentos da Reforma Agrária**

O art. 7º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pelas Leis 10.186, de 12.2.2001 e 11.011, de 20.12.2004, estabelece que o Banco Administrador destinará 10% dos recursos do Fundo para o financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

O dispositivo legal supracitado dispõe que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/BACEN n.º 2.629, de 10.8.1999, os colonos e assentados beneficiários dos programas de assentamento, colonização e reforma agrária passaram a ser assistidos com recursos do FCO ao abrigo do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupo “A”, com risco operacional para o FCO.

Anteriormente à edição da Resolução acima citada, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA, com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA.

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o exercício com saldos devedores na ordem de R\$ 630,0 milhões, sendo R\$ 79,4 milhões com o PAPRA e R\$ 436,9 milhões com o Pronaf Reforma Agrária.

#### **7.3.7.10. Financiamentos – Vencimento**

O estoque de financiamento do FCO, compreendendo as operações contratadas desde o início das atividades do Fundo, registrou, em 31.12.2009, saldos globais na ordem de R\$ 10.896,7 milhões.

Os demonstrativos a seguir apresentam os saldos das operações “em ser”, segregados em parcelas vencidas e vincendas ao final do exercício, por Unidade Federativa, atividade e risco:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL	%
Ancendo	859.630	93,7%	4.037.092	98,0%	2.180.063	98,9%	1.214.797	44,7%	10.160.112	95,4%
Vencido	60.196	6,3%	71.496	1,0%	75.817	3,1%	160.644	5,3%	396.121	3,6%
<b>TOTAL</b>	<b>929.826</b>	<b>100%</b>	<b>4.108.588</b>	<b>100%</b>	<b>2.465.880</b>	<b>100%</b>	<b>3.386.147</b>	<b>100%</b>	<b>10.896.693</b>	<b>100%</b>

Posição em 31/12/2009

Quadro 48 – Saldos vincendos e vencidos

Os saldos das parcelas em situação de anormalidade atingiram R\$ 396,1 milhões, ao final do período. Proporcionalmente aos valores financiados em cada Unidade Federativa, o Distrito Federal e o Mato Grosso registraram os maiores percentuais de parcelas em atraso, 6,3% e 5,3%, respectivamente.

O Estado de Goiás, com 2,0% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

Modalidade	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Empresarial	3.314.125	26.429	3.342.554	0,8%
Rural	7.166.446	367.692	7.534.138	4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>10.500.572</b>	<b>396.121</b>	<b>10.896.693</b>	<b>3,6%</b>

Posição em 31.12.2009

Quadro 49 – Inadimplência por modalidade

Da leitura do quadro anterior, nota-se que a relação proporcionalmente aos valores financiados, o segmento rural registra o maior percentual de parcelas em atraso, 4,87%.

Risco Operacional	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco 100% do EB	5.563.279	123.405	5.686.684	2,2%
Risco 100% do FCO	795.696	207.264	1.002.960	22,1%
Risco Compartilhado	109.613	4.147	113.760	3,6%
Risco PROCERA	78.054	41.310	119.364	52,0%
<b>TOTAL</b>	<b>10.500.572</b>	<b>396.121</b>	<b>10.896.693</b>	<b>3,6%</b>

Posição em 31/12/2009

Quadro 50 – Inadimplência por Risco

A inadimplência das operações realizadas com risco do PROCERA apresentou o maior percentual de parcelas em atraso (52,05%), seguida das operações com risco integral do FCO, com 22,13%, conforme está evidenciado no demonstrativo anterior.

Desconsiderada a inadimplência relativa ao PROCERA, a nova configuração da inadimplência na área de abrangência do FCO, por Unidade Federativa passa a ser a seguinte:

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL	%
Ancendo	877.436	94,0%	4.023.446	98,1%	2.175.031	97,9%	1.197.034	46,9%	10.147.688	97,7%
Vencido	60.230	6,3%	71.676	1,0%	75.786	3,1%	161.630	5,3%	396.121	3,6%
<b>TOTAL</b>	<b>922.666</b>	<b>100%</b>	<b>4.095.122</b>	<b>100%</b>	<b>2.445.817</b>	<b>100%</b>	<b>3.347.664</b>	<b>100%</b>	<b>10.817.314</b>	<b>100%</b>

Posição em 31/12/2009

Quadro 51 – Inadimplência sem o Procera



No grupamento de risco 100% FCO estão incluídos os saldos das operações de PESA e Securitização, contratadas com recursos do Fundo.

Na nova configuração, o Distrito Federal continua sendo a Unidade com maior índice de operações com parcelas vencidas (6,0%) e o Estado de Goiás o de menor índice de inadimplimento (1,9%).

As parcelas vencidas dos financiamentos apresentaram o seguinte quadro por tempo de atraso:

Faixa de Vencimento	(R\$ mil)	
	Saldos	(%)
01 a 30 dias	31.251	7,9
31 a 60 dias	25.902	6,5
61 a 90 dias	9.201	2,3
91 a 120 dias	14.603	3,7
121 a 150 dias	15.110	3,8
151 a 180 dias	12.873	3,2
Vencido acima de 180 dias	267.181	72,6
<b>Total Geral</b>	<b>396.121</b>	<b>100,0</b>

Posição em 31/12/2009

Quadro 52 – Inadimplência por faixa de vencimento

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas em prazo superior a 180 dias. De acordo com a Resolução 2.682/99 e a Portaria Interministerial n.º 11/2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

### Inadimplência por UF

O saldo de operações vencidas ao final do exercício totalizou R\$ 396,1 milhões, sendo o estado de Mato Grosso responsável por 45,6% desse montante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

UF	(R\$ mil)	
	Operações Vencidas Valor	%
DF	56.109	14,2
GO	81.495	20,6
MS	75.677	19,1
MT	180.545	45,6
<b>Total Geral</b>	<b>396.121</b>	<b>100,0</b>

Posição em 31/12/2009

Quadro 53 – Inadimplência por UF



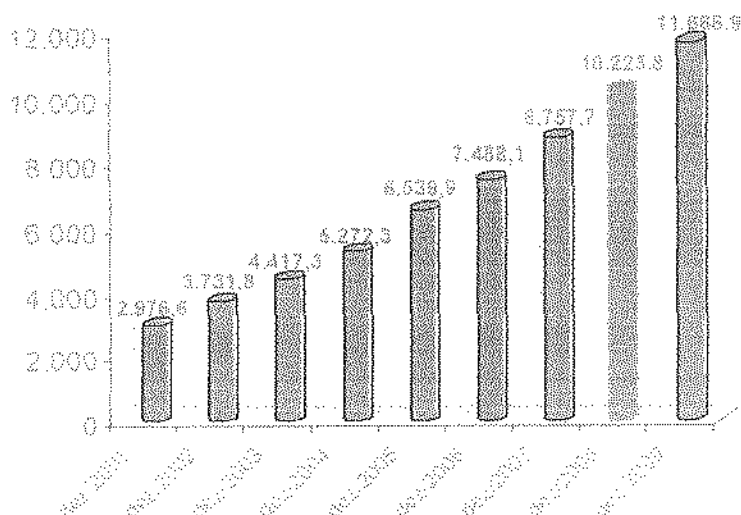
### Inadimplência por Município

No Anexo C deste Relatório, estão relacionados os municípios em que há operações contratadas com recursos do FCO com prazo vencido em 31.12.2009 e os respectivos percentuais de inadimplência.

### 7.3.8. Patrimônio Líquido

Em 31.12.2009, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R\$ 11.666,9 milhões, apresentando um incremento de 14,1% se comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 10.223,8 milhões em 31.12.2008). O patrimônio do Fundo compõe-se das transferências de exercícios anteriores (R\$ 8.355,2 milhões), do superávit acumulado até dezembro/2009 (R\$ 2.077,8 milhões) e das transferências deste exercício (R\$ 1.233,9 milhões).

Evolução Patrimonial



Quadro 54 – Evolução Patrimonial

### 7.3.9. Legislação Editada no Período

#### Leis

- Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009. Em seu Artigo 28, alterou e incluiu condições para renegociações de dívidas contratadas com recursos de Fundos Constitucionais.
- Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009. Em seu Artigo 45, autoriza a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14 de janeiro de 2001 e lastreadas em recursos dos Fundos Constitucionais.



### **Leis Complementares**

- Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

### **Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN**

- 3.676, de 29 de janeiro de 2009. Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.
- 3.679, de 29 de janeiro de 2009. Regulamenta os arts. 24, 25 e 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e revoga a Resolução nº 3.580, de 29 de maio de 2008.
- 3.702, de 26 de março de 2009. Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.
- 3.712, de 16 de abril de 2009. Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.
- 3.754, de 30 de junho de 2009. prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos arts. 15, 16, 17 e 21 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

### **Resoluções do Conselho Deliberativo – CONDEL/FCO**

- 368, de 04.02.2009. Programação do FCO para 2009: Programa de FCO Rural; Linha Especial de Crédito para Pagamento de Prestação com Vencimento em 2008, ainda não amortizadas, referentes às linhas de financiamento do Programa de FCO Rural.
- 369, de 04.02.2009. Programação do FCO para 2009: Reclassificação de dívidas da Linha Especial de Crédito FAT Giro Rural para o FCO;
- 370, de 14.04.2009. Programação do FCO para 2009: Programa de FCO Rural; Linha de Financiamento de Conservação da Natureza; Projetos de regularização e preservação de áreas de reserva legal e preservação permanente degradadas;
- 371, de 14.04.2009. Calendário de Reuniões do CONDEL/FCO, em 2009.
- 372, de 29.04.2009. Relatório de Gestão de Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste(FCO) – Exercício de 2009.
- 373, de 29.04.2009. Calendário de Reuniões do CONDEL/FCO, em 2009.
- 374, de 06.11.2009. Programação do FCO para 2009 - Criação de Grupo de Trabalho.
- 375, de 06.11.2009. Programação do FCO para 2009 - Metas de desempenho do FCO para 2009
- 376, de 06.11.2009. Programação Orçamentária para 2009.
- 377, de 06.11.2009. CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONDEL/FCO, em 2009.
- 378, de 10.12.2009. Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – Primeiro Semestre de 2009.
- 379, de 11.12.2009. Programação do FCO para 2010.
- 380, de 11.12.2009. Programação do FCO para 2010 - Linhas de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE e MGE. - Financiamento para adequação dos postos de combustível às normas ambientais do CONAMA.
- 381, de 11.12.2009. Calendário de Reuniões do Condel/FCO para 2010.



- 382, de 11.12.2009. Programação do FCO para 2010 - Linhas de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE e MGE - Tratamento de transição.

### 7.3.10. Remuneração do Banco Operador – Del Credere

A título de del credere do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o Banco do Brasil recebeu no exercício de 2009 o valor de R\$ 473,5 milhões. A cobrança do del credere está regulamentada no § 4º, inciso II, do art. 9º-A, da Lei 7.827, de 27.09.1989.

### 7.3.11. Remuneração do Administrador

Na forma do art. 13 da MP 2.199-14, de 24.08.2001, caberia ao Banco do Brasil, como administrador do FCO, remuneração correspondente a 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente e limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

A MP 2.196, de 2001, facultou ao Banco Administrador a utilização dos recursos do Fundo como Patrimônio de Referência – Nível II da Instituição. Nessa condição, as operações realizadas passam a ser contratadas com risco integral do agente financeiro. Ademais, diz o referido dispositivo legal que os valores utilizados deverão ser deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo para efeito de cálculo da taxa de administração. Uma vez que o Banco do Brasil optou por considerar os recursos do FCO como Patrimônio de Referência – Nível II, não se observou despesa com o pagamento da taxa de administração do Fundo no período.

### 7.3.12. Perdas do Fundo

No período em exame, foram transferidos para perdas R\$ 379,7 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Período	Risco Operacional	Saldo Transf.	Saldo Assumido pelo BB	R\$ mil	
				Saldo Assumido pelo FCO	
Exercício de 2009	Banco do Brasil	351.993	351.993	-	
	Compartilhado	9.322	4.981	4.981	
	FCO	17.000	-	-	17.000
	TOTAL	379.715	356.974	-	22.761

Quadro 55 – Perdas do Fundo

Do montante transferido para perdas, foram debitados ao FCO R\$ 22.761 mil referentes às perdas por assunção do risco, sendo que os restantes R\$ 356.954 mil foram reembolsados ao Fundo pelo BB, valores esses que integraram as disponibilidades para novas aplicações.

No mesmo período, foram recuperados R\$ 131,7 milhões. Deste montante, R\$ 120,9 milhões são de risco exclusivo do BB, R\$ 3,8 milhões de risco compartilhado e R\$ 7,0 milhões de risco exclusivo do FCO.



### 7.3.13. Rebates / Bônus de Adimplência

No exercício, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros ou bônus de adimplência, os valores correspondentes a R\$ 30,6 milhões e R\$ 88,0 milhões, respectivamente.

### 7.3.14. Geração de Empregos

No exercício 2009, estima-se que os financiamentos com recursos do FCO permitiram a criação ou manutenção de 398,43 mil postos de trabalho, sendo 248,45 mil diretos e 149,98 mil indiretos, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e programas de financiamento:

Programas	Empregos Gerados	Unidades Federativas				TOTAL
		DF	GO	MS	MT	
<b>EMPRESARIAL</b>						
Indústria	Direto	1.836	7.124	7.945	3.891	16.796
	Indireto	9.187	10.377	10.498	6.199	36.261
Infra-estrutura	Direto	308	1.276	-	300	1.884
	Indireto	305	1.005	-	377	1.687
Comércio/Serviços	Direto	4.951	4.160	1.113	1.844	11.968
	Indireto	6.663	1.172	1.349	7.234	16.418
Turismo	Direto	373	1.335	1.445	1.425	4.578
	Indireto	657	1.120	1.157	1.783	4.717
Total Empresarial	Direto	7.563	19.852	10.542	6.459	44.416
	Indireto	9.717	21.674	26.000	14.151	68.542
<b>RURAL</b>						
Produção/Integração	Direto	1.809	12.094	12.434	11.457	37.794
	Indireto	2.609	22.396	17.517	38.597	78.519
REDECAF	Direto	1.002	12.105	1.419	19.145	33.671
	Indireto	1.489	12.842	2.565	23.758	40.654
Programa FA	Direto	195	1.490	2.932	7.146	11.763
	Indireto	190	2.980	11.652	16.211	21.033
Financiadora	Direto	131	527	1.114	314	1.986
	Indireto	144	1.095	4.247	1.190	7.676
Outros	Direto	1.580	17.039	27.169	78.170	123.958
	Indireto	1.757	11.867	21.740	29.774	65.238
<b>TOTAL Geral</b>	Direto	26.784	54.122	38.924	41.994	141.824
	Indireto	21.144	52.721	61.211	52.119	187.215

Fonte: Sima de 2009

Quadro 56 – Geração de Empregos

As atividades do setor rural possibilitaram a geração ou manutenção de 289,3 mil postos de trabalho, equivalentes a 72,6% do total contabilizado no período. O Estado de Goiás, com 133,8 mil novos empregos diretos e indiretos, foi o que apresentou maior número dentre as Unidades Federativas, com 33,6% do total. Em seguida destaca-se o Estado de Mato Grosso, com 132,0 mil empregos no período.



O número de empregos diretos e indiretos gerados no exercício de 2009 diminuiu 12,9% em relação ao total apurado no mesmo período de 2008 (457,6 mil). O maior decréscimo foi verificado no Estado de Goiás, com índice de -32,1%, seguido do Distrito Federal com -19,6%. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram incremento de 1,6% e 7,8%, respectivamente.

O demonstrativo adiante apresenta a relação entre o valor financiado e a geração ou manutenção de empregos diretos na Região, por Unidade Federativa:

UF	Valor Financiando (a)	Empregos Diretos (b)	Valor Médio (a/b)
DF	283.361	10.065	28,2
GO	1.068.577	51.122	21,3
MS	813.483	39.925	20,4
MT	997.996	48.854	20,4
Total	3.163.416	149.976	21,2

Posição em 31/12/2009

Quadro 57 – Valor financiado x Empregos gerados

O valor médio investido para geração ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R\$ 21,2 mil. Por unidade da federação, média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R\$ 28,2 mil), enquanto que o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram os menores valores médios por aplicação para geração ou manutenção de um emprego (R\$ 20,4 mil).

### 7.3.15. Operações Ajuizadas

Conforme solicitação do Ministério da Integração Nacional, ofício nº 02/2008-FCO/SCO/MI, de 08.02.2008, o Administrador informa que a carteira de financiamentos do Fundo possui 234,5 mil operações em ser. No exercício de 2009, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 97 operações (cerca de R\$ 27,1 milhões).

### 7.3.16. Fiscalização, Controle e Auditoria

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, arts. 19 e 20 da Lei 7.827/89 e instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFCEI, vinculada à Controladoria Geral da União, Órgão da Presidência da República;
- mensalmente, a remessa de relatórios à SFCEI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;
- a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresa de auditoria externa independente;



- d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e Conselho Deliberativo do Fundo sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei 7.827/89 (prevê no art. 18 a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, contabilidade comercial), o Banco passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei 4.320/64 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, para registro dos dados.

São objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central, todas as operações rurais “em ser” deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R\$ 170.000,00. Quanto ao FCO empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco, ou seja, é obrigatória para operações de investimento e aquisição de bens, de valor igual ou superior a R\$ 90 mil, e dispensada para operações de capital de giro e de prestação de garantia sem vinculação de garantia real.

A partir de 31.03.2009, o Banco implantou o controle de operações com irregularidades em banco de dados padronizado, disponibilizado às Superintendências dos Estados do Centro-Oeste.

As informações coletadas referem-se à posição de dezembro de 2009 e abrangem as quatro unidades federativas da Região Centro-Oeste. Nesse período foram realizados 24.465 serviços de fiscalização em 6.797 operações amparadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de serviços de fiscalização realizados pelos critérios de obrigatoriedade, amostragem e agendamentos manuais, segmentados em operações rurais e empresariais. Uma operação pode ter mais de um serviço fiscalização, em função de liberações de capital em épocas diferentes:

Critérios	Unid.		
	Rural	Empresarial	Total
Obrigatoriedade	14.350	3.507	18.857
Amostragem	3.192	460	3.652
Agendamentos Manuais	1.457	277	1.734
Fiscalização Agrícola	91	-	91
Total	22.090	3.346	25.436

Posição em 30.12.2009

Quadro 58 – Serviços de fiscalização



Tendo em vista o curto prazo desde a implementação desse sistema de controle e o tempo necessário para a adoção das ações regularizadoras pelas agências, ainda há informações consolidadas das providências adotadas para cada operação.

A documentação e demais informações referentes às fiscalizações efetuadas estão disponíveis nas agências do Banco, responsáveis pela contratação das operações de financiamento, arquivadas nos respectivos dossiês.

Foram identificados 1.272 apontamentos de irregularidade em 2009 em operações de FCO Rural e Comercial contratadas em toda a região Centro-Oeste. Destes, 641 já foram atendidos/regularizados e 631 encontravam-se em situação de “não atendido” em 31.12.2009. As irregularidades detectadas quando da fiscalização, consolidadas em blocos:

Apontamentos Não Atendidos	Rural	Empresarial
I - Execução do Orçamento	76	23
II - Situação das Garantias	179	36
III - Atuação do Cliente	14	-
IV - Aspectos Gerais	258	45
Total	527	104

Quadro 59 – Irregularidades detectadas em fiscalização

Esse controle é dinâmico: as ocorrências apontadas pela fiscalização são comunicadas às agências, que por sua vez comunicam os mutuários para adoção de providências visando sanar as irregularidades. As medidas adotadas são analisadas pela agência e reinformadas às Superintendências, a quem cabe a manifestação conclusiva. O arquivo é atualizado mensalmente.

A maior incidência de irregularidade detectada no bloco "aspectos gerais" refere-se à inexistência de placa alusiva ao financiamento com recursos do FCO.



## 8. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 Determinações e Recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					77777
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	TC 013.001/2004-8	317/2006	1.1	DE	Ofício 154/2006 – TCU Secex-2
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Articular com os Conselheiros Estaduais de Desenvolvimento Sustentável – CEDRS, de forma que sejam cumpridas as programações anuais do FCO para aplicação dos percentuais destinados ao Pronaf-RA.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Conforme despacho do Sr. Vice-Presidente de Agronegócios e de Governo, foi encaminhado ao TCU o Ofício Vipag 2006/361 no qual, dentre outras informações, consta o seguinte: "...que não há medida ou ação isolada que o Banco do Brasil possa adotar para aumentar a aplicação dos recursos de FCO destinados a esse público e, conseqüentemente, cumprir o dispositivo legal em questão...".					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Aguardando Manifestação do Órgão de Controle Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	TC 010.046/2001-1	1109/2005	6.1.2.1	RE	Of. TCU 479/2005
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Acrescentar aos Relatórios de Prestação de Contas do FCO, enviados anualmente a esta Corte de Contas, um relatório contendo as conclusões a que os auditores internos chegaram, quando da realização de suas auditorias, envolvendo recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, as providências adotadas para saneamento das falhas porventura encontradas, a quantidade de operações auditadas e a quantidade de operações em que ocorreram as conclusões referidas.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> O relatório da auditoria foi incluído na Prestação de Contas a partir do exercício de 2007.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> A certificar pelo Órgão de Controle Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



## 8.2 Determinações e Recomendações da Secretaria Federal de Controle

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
<b>Deliberações da SFCI</b>					
<b>Deliberações expedidas pela SFCI</b>					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2006, Nº 190200	2.2.2.7	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Analisar a oportunidade e conveniência de rever o prazo de 45 dias, fixado pela Resolução CONDEL nº 172/2002, considerando as novas práticas de gestão implementadas pelo Banco desde a publicação da Resolução.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Houve concordância das áreas negociais do Banco quanto à revisão do prazo de 45 dias, previsto na Resolução. Entretanto, foi sugerida sua promoção no exercício de 2008, tendo em vista a necessidade de período de avaliação das melhorias promovidas no atendimento e solução às propostas de operações de crédito rural com recursos do FCO, até porque o prazo não tem se mostrado longo nas operações com exigência de Carta-Consulta, que necessitam de autorização dos Conselhos de Desenvolvimento Estadual (CDE/CONDEL). Para viabilizar a recomendação, a coleta de dados foi iniciada em agosto/2008. Pela amostra, concluiu-se que não há como rever o prazo em questão neste momento. Faz-se necessário obter uma base de dados mais representativa para que se proceda uma análise apurada das fases das propostas e se adote medidas diretas no sentido de reduzir o tempo médio de contratação.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> Aguardando Manifestação do Órgão de Controle.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
<b>Deliberações da SFCI</b>					
<b>Deliberações expedidas pela SFCI</b>					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2006, Nº 190200	1.1.1.1	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Apresentar, nas próximas programações e prestações de contas do FCO, as metas qualitativas e quantitativas a serem observadas na gestão do fundo e o resultado apresentado pelos indicadores definidos.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Recomendação substituída conforme Ofício 24391 – Relatório 224568 Gestão FCO 2008, item 1.1.2.3.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> Prejudicada					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 77777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2008, Nº 224568	1.1.2.3	RE	Ofício 24391
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b> b) "Apresentar, no Relatório de Gestão do exercício de 2009, os indicadores e metas desenvolvidos. Caso estejam em desenvolvimento, apresentar os resultados parciais obtidos."					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Foi encaminhado oficialmente ao Ministério da Integração, o Relatório de Gestão do FCO, por meio do Ofício Digov/Genef/Difup 2010/10951, de 10.05.2010. O relatório contém no item 2.4.2 a seguinte informação sobre o desenvolvimento de indicadores e metas "O Banco do Brasil, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, iniciou tratativas para contratação de entidade especializada para a realização de estudos e pesquisas com o objetivo de definir indicadores e metas para avaliação dos impactos econômicos e sociais dos financiamentos concedidos com recursos do FCO."					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> Aguardando Manifestação do Órgão de Controle.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					777777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2006, Nº 190200	1.3.1.1	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
a) desenvolver controle das demandas de recursos do FCO que não foram atendidas pelo Banco, com informações sobre o motivo do não atendimento, estratificadas por UF, Programa e Porte do tomador; b) apresentar, nos próximos relatórios de prestação de contas do Fundo, quadro contendo estatísticas de demanda total de recursos do Fundo, aplicações realizadas e demandas não atendidas. As informações deverão ser estratificadas por UF, Programa e Porte do tomador; e c) para as demandas não atendidas, apresentar, nos próximos relatórios de prestação de contas do Fundo, quadro contendo estatísticas de demandas por recursos do Fundo que não foram atendidas, totalizadas por UF, Programa, Porte do tomador e motivo do não atendimento.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Informações constantes no item 7.3.2 deste Relatório.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
A Certificar pelo Órgão de Controle.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Nada a declarar.					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 77777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2006, Nº 190200	1.3.1.3	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
a) Nos próximos Relatórios de Gestão do Banco Operador e cadernos de Informações Gerenciais relativos ao FCO, além dos quadros disponibilizados atualmente, apresentar os quadros de contratações realizadas em disposição semelhante à apresentada no documento de Programação Anual do fundo;					
b) Nos próximos Relatórios de Gestão do Banco Operador procurar aprofundar a análise relativa às contratações realizadas no período.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
item a) Incluído no Relatório Gerencial de setembro de 2007 quadro demonstrativo das contratações, como recomendado. Programação Anual FCO 2007, página 12 e Caderno de Informações Gerenciais, página 7 (conforme solicitado, cópia Relatório Gerencial de setembro de 2007 já encaminhada a essa Audit) item b) Análise relativa às contratações realizadas no período foi aprofundada no Relatório de Gestão do exercício de 2007. Recomendação implementada.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
A Certificar pelo Órgão de Controle.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Nada a declarar.					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2006, Nº 190200	2.2.2.1	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Incluir, nos relatórios de Informações Gerenciais e de Prestação de Contas (semestral e anual), os números relacionados às operações reprogramadas, bem como avaliar os efeitos dessa reprogramação nas disponibilidades do Fundo.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> As informações sobre operações reprogramadas constam do item 7.3.7 Situação da Carteira de Financiamento deste relatório. Manifestação implementada.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> A certificar pelo Órgão de Controle.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					777777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2006, Nº 190200	1.3.1.3	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Banco do Brasil					
Descrição da Deliberação:					
a) Nos próximos Relatórios de Gestão do Banco Operador e cadernos de Informações Gerenciais relativos ao FCO, além dos quadros disponibilizados atualmente, apresentar os quadros de contratações realizadas em disposição semelhante à apresentada no documento de Programação Anual do fundo;					
b) Nos próximos Relatórios de Gestão do Banco Operador procurar aprofundar a análise relativa às contratações realizadas no período.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Banco do Brasil					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Incluído no Relatório Gerencial de setembro de 2007 quadro demonstrativo das contratações, como recomendado. Programação Anual FCO 2007, página 12 e Caderno de Informações Gerenciais, página 7 (conforme solicitado, cópia Relatório Gerencial de setembro de 2007 já encaminhada a essa Audit) item b) Análise relativa às contratações realizadas no período foi aprofundada no Relatório de Gestão do exercício de 2007. Recomendação implementada.					
Síntese dos resultados obtidos					
A certificar pelo Órgão Externo					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					777777
<b>Deliberações da SFCI</b>					
<b>Deliberações expedidas pela SFCI</b>					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007, Nº 208675	1.1.2.1	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Desenvolver e apresentar ao Ministério da Integração proposta contendo indicadores qualitativos capazes de medir o desenvolvimento econômico do Fundo na Região Centro-Oeste.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Recomendação substituída conforme Ofício 24391 – Relatório 224568 Gestão FCO 2008, item 1.1.2.3.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Prejudicada.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2008, Nº 224568	1.1.2.3	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> a) "Subsidiar o Ministério da Integração Nacional com as informações necessárias para o adequado desempenho de sua função de coordenação e orientação do processo de desenvolvimento de indicadores e metas qualitativas para o FCO".					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Atendida conforme plano de ação apresentado à CGU					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> Certificada (Ofício 36756/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 12.11.2009)					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 77777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.2.4.a	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Apresentar à SFC o motivo do acúmulo de demandas pendentes de documentação no DF, relativas ao quadro de demandas apresentadas no Processo de Contas, e as medidas a serem adotadas, visando à redução da quantidade de propostas pendentes, priorizando, se houver, as propostas de financiamento dos mini/pequenos produtores rurais e das micro/pequenas empresas.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> 1. Em consulta à rede de agências do BB, por intermédio da Superintendência de Varejo e Governo do Distrito Federal - Super/DF, os principais motivos apontados para o acúmulo de demandas pendentes de documentação foram: a) Certidões Cartorárias e Negativas de Débito: demora no registro de garantias hipotecárias e emissão de certidões de imóveis; b) Alvará de Funcionamento: existem pendências governamentais para a renovação do alvará de funcionamento. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a renovação de alvará precário. Enquanto não houver o julgamento da ação, as empresas terão dificuldades para obter a renovação do alvará de funcionamento; c) Licenças Ambientais: a obtenção de certidões ambientais é um processo complexo e que, na maioria das vezes, requer um bom tempo de análise até o deferimento final. d) Comprovação da titularidade do imóvel: existe, no Distrito Federal, demandas fundiárias que impossibilitaram a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento renovar e prorrogar os contratos de outorga de uso de bens públicos, o que impediu muitos produtores rurais e empresários de tomar financiamentos com recursos do FCO, gerando o acúmulo de propostas com pendência de documentação. Esta questão está sendo negociada entre a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP e o Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - COPEP/DF para regularização desta pendência e está prevista a publicação de um edital para licitação dos imóveis, para o dia 06.02.2009. 2. Em suma, no intuito de atender ao cliente e alavancar o crédito com recursos do FCO, as agências acolhiam as cartas-consultas ou propostas para as tratativas internas, enquanto o cliente buscava solucionar a emissão dos documentos (certidões, renovação do arrendamento, etc) junto aos órgãos pertinentes. 3. Outra ação da superintendência é a inserção nas pautas de discussões com as entidades governamentais (Governo Distrital, CDE/DF, etc) e empresariais (CDL, outras), desses entraves para a contratação de financiamento com recursos do FCO no Distrito Federal. 4. Em 2008, a Superintendência do DF orientou as agências para evitarem o acolhimento de propostas ou cartas-consultas que não estejam com a documentação completa, o que tem minimizado a quantidade de propostas pendentes.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> Certificada pelo Órgão Externo conforme ofício 36756 de 12.11.2009.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.2.4.b	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b> Dar continuidade ao trabalho de divulgação do FCO bem como desenvolver e executar ações mais específicas junto a grupos individualizados de produtores e empresários locais do DF, considerando suas particularidades, tendo em vista o estímulo da atividade produtiva no DF e conseqüentemente o aumento da demanda por financiamentos.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Ação implementada e considerada atendida pela CGU (Ofício 36756, de 12.11.2009).					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> Certificada pelo Órgão Externo em 07.01.2009					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.2.5	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Apresentar uma estratégia estruturada em ações objetivas que visem o incremento das contratações com recursos do FCO nas regiões. A estratégia deverá estar de acordo com as particularidades regionais, e não se restringir em ações que visem tão somente à divulgação do Fundo.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
<p>Dar continuidade as ações do FCO Itinerante que vêm sendo executadas pelo Ministério da Integração Nacional _ MI, Governo dos Estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal, Conselhos de Desenvolvimento dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal _ CDE, Banco do Brasil S/A, Prefeituras Municipais, Sebrae, Federações da Indústria e do Comércio e demais Entidades locais. Na Região Centro-Oeste estão previstos para 2009 a realização de 89 seminários do FCO Itinerante, direcionados principalmente às micro e pequenas empresas e aos mini e pequenos produtores rurais. Nos Seminários são realizadas palestras sobre as diretrizes e prioridades do FCO, políticas públicas para o setor produtivo, utilização do crédito de investimento, condições de financiamento do FCO e a sua operacionalização. São abordados a importância do financiamento, conceituando alavancagem financeira, além de palestras motivacionais e apresentação de casos de sucessos. Após as palestras são realizados debates com os participantes (perguntas e respostas).</p> <p>Os principais objetivos do FCO Itinerante são estimular a atividade produtiva na Região Centro-Oeste e a demanda por financiamentos, incrementar as aplicações com recursos do Fundo, principalmente junto aos tomadores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas), promover mudança de visão e maior aceitação popular em relação aos financiamentos, além de buscar a melhoria da imagem do FCO na comunidade local.</p> <p><b>Capacitação/Treinamento</b></p> <p>Para o Segmento Atacado - Capacitação da força de vendas por meio do treinamento - Jornada Atacado 2009 - Soluções de Investimentos - direcionado aos funcionários da rede de agências empresarias e corporates dentro e fora da Região Centro-Oeste com o objetivo de incrementar as aplicações em operações de investimento.</p> <p>Para o Segmento Varejo - Treinamento para capacitação de consultores de investimento (multiplicadores) nas Superintendências Estaduais.</p> <p>Para o Segmento do Agronegócio - Treinamentos presenciais e auto-instrucionais voltados para para os funcionários que trabalham com o agronegócio, com vistas a melhorar a qualidade do atendimento aos produtores rurais e promover o incremento das aplicações dos recursos.</p> <p>Participação em feiras agropecuárias na Região Centro-Oeste, tais como Tecnoshow Comigo e Expogrande, onde são desenvolvidas ações de relacionamento com os produtores rurais, gerando oportunidades negociais com o público-alvo do FCO.</p>					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
A Certificar pelo Órgão Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Nada a declarar.					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 77777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.2.8	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b> A partir das informações decorrentes do quadro de demandas não atendidas, e das fiscalizações realizadas, avaliar as dificuldades enfrentadas pelos mini/pequenos produtores rurais, e desenvolver uma estratégia que dê suporte para a solução dos entraves apresentados, visando atingir o mínimo obrigatório de 51%, conforme Resolução nº 197, de 20.06.03.					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> O Governo Federal, os Governos Estaduais e o BB têm desenvolvido diversas ações, dentre as quais se destacam: realização dos Seminários FCO Itinerante; melhoria do processo de crédito do FCO (centralização da pré-análise de propostas e implementação do teto pré-avaliado e da análise simplificada); revisão das condições de financiamento; criação de Programa de FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; entre outros. <i>Resultado obtido:</i> as contratações com os segmentos de micro e pequenas empresas atingiram, no final de 2008, o montante de R\$ 738 milhões, o que representa 53,6% do total aplicado no FCO Empresarial (R\$ 1.377 milhões), bem como um incremento de 203,7% em relação ao volume observado em 2007 neste segmento de micro e pequenas empresas (R\$ 243 milhões). Assim, entendemos que as ações adotadas contribuíram para alavancar as aplicações junto aos tomadores de menor porte.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> A Certificar pelo Órgão Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
<b>Deliberações da SFCI</b>					
<b>Deliberações expedidas pela SFCI</b>					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.4.2.a	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b> Elaborar Plano de Ação com a finalidade de estabelecer procedimentos de controle que permitam a consolidação das falhas/inconsistências decorrentes das fiscalizações realizadas, visando uma análise macro e atuação preventiva para a gestão do FCO. O resultado das ações subsidiará a elaboração do Relatório de Gestão do FCO de 30.06.2009.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Apresentado Plano de Ação, com a emissão de novas recomendações para acompanhamento das ações previstas.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> Certificada.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 77777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.4.2.a	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b> Elaborar planilha: Fiscalização - Controle de irregularidades. Obs: a planilha objetiva mapear os tipos de ocorrências encontradas nos relatórios com irregularidades, e deve permitir consolidação de informações por tipo de ocorrência, por PRD/MDL, por Agência e por Superintendência, em periodicidade a ser definida pelos gestores.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b> Banco do Brasil					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Elaborada planilha para controle das irregularidades apuradas pela fiscalização das operações de crédito, permitindo a consolidação das informações por tipo de ocorrência, por produto/modalidade, por agência e por superintendência.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> A Certificar pelo Órgão Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					777777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.4.2.a	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Normatizar e implantar o processo de controle através da planilha "Fiscalização - Controle de irregularidades.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Normatizado o processo de controle de irregularidades apuradas em fiscalização por meio da Circular 2009/732.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
A Certificar pelo Órgão Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Nada a declarar.					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
<b>Deliberações da SFCI</b>					
<b>Deliberações expedidas pela SFCI</b>					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.4.2.a	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Apresentar relatório consolidado das falhas/inconsistências decorrentes das fiscalizações realizadas visando subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do FCO.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Elaborado Relatório Consolidado de Fiscalização com Irregularidades.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> A Certificar pelo Órgão Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 77777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.4.2	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Apresentar, nos próximos relatórios de prestação de contas do fundo, informações quanto à consolidação dos resultados das fiscalizações realizadas no âmbito de agência.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Implementado o sistema de controle das irregularidades constatadas nas fiscalizações.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> A Certificar pelo Órgão Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste					<b>Código SIORG</b> 777777
Deliberações da SFCI					
Deliberações expedidas pela SFCI					
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria de Gestão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-		FCO 2007 nº 208675	1.1.2.6	RE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Descrição da Deliberação:</b> Incluir no próximo relatório de Prestação de Contas do Fundo, informações sobre os motivos do indeferimento das propostas apresentadas.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Brasil					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b> Informação constante no item 7.3.2 deste relatório.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b> A Certificar pelo Órgão Externo.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b> Nada a declarar.					



## 9. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

### Repasso de Recursos a Outras Instituições Financeiras

O artigo 9º da Lei 7.827/89, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que “Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”

O Banco do Brasil firmou contrato com as instituições Banco de Brasília S.A. - BRB, Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB, Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Agência de Fomento de Goiás S.A., iniciando-se as transferências de recursos em novembro/2008.

As contratações efetuadas por meio de repasse priorizam os segmentos de mini, micro e pequenos tomadores e abrangem os programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação Anual de Financiamento.

As operações contratadas pelas instituições operadoras estão demonstradas a seguir:

Programas	Bancoob		BRB		Goiás Fomento		Sicredi		Total			
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
FCO Empresarial	-	-	5	857	3	780	15	832	5	516	29	2.975
Des. Urbana	-	-	-	-	-	-	2	137	-	-	2	137
Turismo Regional	-	-	1	300	1	250	-	-	-	-	2	550
Comércio e Serviços	-	-	4	658	1	100	14	652	5	316	24	1.726
FCO Rural	139	9.538	-	-	-	-	73	3.354	16	1.157	228	14.849
FCO Rural (excl. Prod. e R. Sustentável)	107	8.492	-	-	-	-	73	3.354	16	1.157	213	14.453
Reserva	2	135	-	-	-	-	-	-	-	-	2	135
Total	139	9.538	5	857	3	780	84	4.370	21	1.473	254	17.578

Unidade: milhões de reais, Posição 31.12.2008

Quadro 60 – Operações de Repasse

Embora o saldo ainda não seja significativo, representa a concretização de mais uma ação no sentido de expandir a aplicação de recursos do FCO na região.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

O Banco do Brasil renova a sua disposição de buscar, continuamente, o aprimoramento dos procedimentos operacionais, de modo a fortalecer a posição do FCO como a principal ferramenta para alavancar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico da Região Centro-Oeste.

Brasília (DF), maio de 2010

Diretoria de Governo

  
Sérgio Ricardo Miranda Nazaré  
Diretor



## 10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Prestamos a seguir as informações contábeis solicitadas no Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 96/2009.

### 10.1. Declaração do Contador

#### DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

- a) A Portaria Interministerial MF/MI n.º 1-C, de 15 de janeiro de 2005, alterada para Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28 de dezembro de 2005, estabeleceu normas para a estruturação e padronização dos balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE).

O Art. 2º da referida Portaria determinada a obrigatoriedade de registro no SIAFI antes do fechamento de cada mês, pelo banco administrador de cada Fundo, da execução financeira, orçamentária e patrimonial, na modalidade total. No SIAFI, o registro antes do fechamento de cada mês se dá por volta do dia 7 de cada mês subsequente ao de referência. Entretanto, o fechamento do balancete mensal das instituições financeiras, seguindo normas do Banco Central do Brasil, ocorre por volta do dia 20 do mês subsequente ao de referência.

Diante da incompatibilidade de datas entre o fechamento do SIAFI e o conhecimento dos valores definitivos e conforme orientação da STN/CCONT, os valores referentes ao mês de dezembro de 2009 foram registrados com base em estimativas e ajustados a partir de 20 de janeiro de 2010, pelos valores definitivos.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 06 de março de 2009  
*Lieranny Martins Mourão Dantas*  
Lieranny Martins Mourão Dantas  
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada  
CRC/DF 017013/O-3



10.2. Demonstrativos contábeis previstos na Lei nº 4.320/64

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO NACIONAL

FUNDO	DESCRIÇÃO	1986				TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
		01/01	02/01	03/01	04/01				
FUNDO DE MANUTENÇÃO DE OBRAS DE INTERESSE PÚBLICO	1101000	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	
	1101000.01.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001.0001	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	1.287.828.967,72	

*[Handwritten signature]*  
Lidia Any M...  
CONTADOR...  
CPF: 538.864.811-87





Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

FUNDO	TIPO DE FONTE	NOME	UNIDADE	VALOR	VIGÊNCIA	PERÍODO		TOTAL
						1999	2000	
FUNDO DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE	RECURSOS DO FCO	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
		RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	RECURSOS DO FCO - RENDIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
TOTAL								

Ademir M.M. Dantas  
Contador - CRCDF 0170130-3  
CPF: 539.999.811-87







**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO)**  
**NOTA DE AJUSTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**  
( Reais)

A Portaria Interministerial MF/MI N.º I-C, de 15 de Janeiro de 2005, alterada para Portaria Interministerial MF/MI N.º 11, de 28 de dezembro de 2005, estabeleceu normas para estruturação e padronização dos balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste(FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE).

O Art. 2º da referida Portaria determina a obrigatoriedade de registro no SIAFI antes do fechamento de cada mês, pelo banco administrador de cada Fundo, da execução financeira, orçamentária e patrimonial, na modalidade total. No SIAFI, o registro antes do fechamento de cada mês se dá por volta do dia 7 do mês subsequente ao de referência. Entretanto, o fechamento do balancete mensal das instituições financeiras, seguindo normas do Banco Central do Brasil, ocorre por volta do dia 20 do mês subsequente ao de referência.

Diante da incompatibilidade de datas entre o fechamento do SIAFI e o conhecimento dos valores definitivos e conforme orientação da STN/CCONT, os valores referentes ao mês de dezembro de 2009 foram registrados com base em estimativas e ajustados em de janeiro de 2010 pelos valores definitivos. Com efeito, segue abaixo os valores de ajustes com os lançamentos respectivos:

<u>Conta</u>	<u>Valor de ajuste</u>	<u>Conf. NL</u>
Reversão de Encargos a Capitalizar	R\$ 38.938,66	2010/01
Amortização Financiamento	R\$ 91.947.023,97	2010/02
Reversão de Provisão p/Rebates	R\$ 21.651.430,90	2010/03
Reversão de Provisão de Dev. Duvidosos	R\$ 111.951.165,84	2010/04
Remuneração das Disponibilidades	R\$ 225.002,85	2010/05
Reversão de Provisão p/Rebates	R\$ 877.688,43	2010/06
Receita de Operação de Crédito	R\$ 102.746,63	2010/08
Reversão de Provisão de Dev. Duvidosos	R\$ 5.839.959,62	2010/10
Transf. Financiamentos de LP p/ CP	R\$ 157.633.871,14	2010/11
Transf. Saldo PCLD de LP p/ CP	R\$ 37.931.559,24	2010/12
Transf. Saldo Perdas Prováveis LP p/ CP	R\$ 17.909.020,90	2010/15
Ajuste saldo entre contas Financiamento	R\$ 432.499.512,71	2010/16
Transf. Financiamentos de LP p/ CP	R\$ 432.499.512,71	2010/17
Reversão de Provisão p/ Bônus	R\$ 27.792.997,55	2010/19
Reversão de Provisão p/ Bônus	R\$ 15.047.226,11	2010/21

  
Maria Augusta de Figueiredo Mesiano  
Gerente de Divisão – Gestor Financeiro

  
Lidianny Martins Mourão Dantas  
Contadora Responsável



10.3. Demonstrativos contábeis previstos na Lei nº 6.404/76

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

Lei nº 7.827, de 27.09.89

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2009	31.12.2008
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.680.954</b>	<b>3.254.035</b>
DISPONIBILIDADES	1.368.296	482.574
BANCO - CONTA DE MOVIMENTO	1.365.266	452.574
DEVEDORES POR REPASSES	2.472.626	2.784.271
REPASSES À INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.472.626	2.784.271
Financiamentos (Nota 4.1)	2.856.523	2.935.655
Encargos a Capitalizar	111.897	59.172
Provisão para Rebates sobre Encargos (Nota 5.1 c)	(112.524)	(20.616)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4.5)	(165.868)	(183.772)
Provisão para Bônus de Adimplência (Nota 5.1 d)	(41.024)	(36.368)
Provisão para Dispensa de CM (Nota 5.1 e)	(66.168)	-
OUTROS CRÉDITOS	10.043	7.190
DEVEDORES DIVERSOS	10.043	7.190
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.815.928</b>	<b>8.969.798</b>
DEVEDORES POR REPASSES	7.815.928	8.969.798
REPASSES À INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.815.928	8.969.798
Financiamentos (Nota 4.1)	8.240.170	7.590.457
Encargos a Capitalizar	27.892	34.673
Provisão para Rebates sobre Encargos (Nota 5.1 c)	(148.430)	(148.152)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4.5)	(116.915)	(196.974)
Provisão para Bônus de Adimplência (Nota 5.1 d)	(131.026)	(98.090)
Provisão para Dispensa Correção Monetária (Nota 5.1 e)	(125.563)	(152.116)
<b>TOTAL</b>	<b>11.666.882</b>	<b>10.223.833</b>
<b>PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
CREDORES DIVERSOS	0	0
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 2)</b>	<b>11.666.877</b>	<b>10.223.828</b>
TRANSFERÊNCIAS DO EXERCÍCIO	1.231.895	1.310.452
Renovação em Projeção de União - Primeiro Semestre	820.720	845.854
Renovação em Projeção de União - Segundo Semestre	411.175	464.698
TRANSFERÊNCIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.365.238	7.044.788
SUPERÁVITS ACUMULADOS	2.977.744	1.868.591
Do Primeiro Semestre 2009	12.924	36.353
Do Segundo Semestre 2009	1.965.227	35.473
De exercícios anteriores	1.299.593	1.796.765
<b>TOTAL</b>	<b>11.666.877</b>	<b>10.223.828</b>

Secretaria de Estado do Centro-Oeste

Secretaria de Planejamento e Gestão

Secretaria de Administração

Secretaria de Contabilidade

Secretaria de Gestão de Recursos Humanos

Secretaria de Infraestrutura

Secretaria de Meio Ambiente

Secretaria de Saúde

Secretaria de Transportes

Secretaria de Trabalho e Emprego

Secretaria de Turismo

Secretaria de Urbanismo

Secretaria de Juventude

Secretaria de Esportes

Secretaria de Cultura

Secretaria de Comunicação

Secretaria de Relações Institucionais

Secretaria de Assessoria Jurídica

Secretaria de Assessoria de Planejamento

*Handwritten signature*  
Mário Augusto da Silva  
Diretor de Gestão  
Secretaria de Gestão

*Handwritten signature*  
Lidiane W. Santos  
Diretora de Contabilidade  
Secretaria de Contabilidade





Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

Lei nº 7.827, de 27.09.89

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2009	31.12.2008
RECEITAS OPERACIONAIS	317.439	382.969
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO..... Nota 5.1 a	279.843	278.837
Banco do Brasil S.A.	203.844	187.309
Recuperações de Crédito..... Nota 4.5	9.901	10.122
RENDAS SOBRE VALORES DISPONÍVEIS..... Nota 5.1 a	66.904	154.839
Banco do Brasil S.A.	48.824	154.235
DESPESAS OPERACIONAIS	(128.286)	(226.393)
RESULTADO COM PROVISÃO P. CRÉDITO LIQUIDADO DUVIDOSA..... Nota 4.5	71.282	(135.473)
DESPESA COM PROVISÃO P. CRÉDITO DE USO DUVIDOSO	7.431	151.494
REVERSÃO DE PROVISÃO P. CRÉDITO DE LIQUIDADO DUVIDOSA	145.621	19.981
RESULTADO COM PROVISÃO P. REBATE SOBRE ENCARGOS..... Nota 5.1 a	48.078	(23.075)
DESPESA COM PROVISÃO P. REBATES SOBRE ENCARGOS	15.723	11.571
REVERSÃO DE PROVISÃO P. REBATES SOBRE ENCARGOS	32.355	14.534
RESULTADO COM PROVISÃO P. BÔNUS DE ADIPLÊNCIA..... Nota 5.1 a	(125.584)	(60.389)
DESPESA COM PROVISÃO P. BÔNUS DE ADIPLÊNCIA	(153.151)	(78.541)
REVERSÃO DE PROVISÃO P. BÔNUS DE ADIPLÊNCIA	27.567	18.152
RESULTADO COM PROVISÃO P. DISPENSA DE CORREÇÃO MONETÁRIA..... Nota 5.1 a	(84.268)	35.872
DESPESA COM PROVISÃO P. DISPENSA DE CORREÇÃO MONETÁRIA	(70.288)	3.031
REVERSÃO DE PROVISÃO P. DISPENSA DE CORREÇÃO MONETÁRIA	14.020	3.841
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS.....	(369)	884
DESPESAS COM JURO TERIAS EXTERNAS.....	63	54
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO..... Nota 5.	209.153	156.676

Banco do Brasil S.A. - Mensageiro  
CLAFIN (000000000041)

A validade e a correta administração são responsabilidade dos administradores nomeados

Procurador Especial de Defesa  
Direção de Governo  
Gerente-Especial

Maria Augusta de Figueiredo Mariano  
Diretora de Governo  
Gerente de Defesa

Carla Maria de Aguiar Santos  
Contadora-CR3-DF-0170130-1  
CPF: 538.993.81-72

LP





FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	TRANSFERÊNCIAS EXERCÍCIO ANTERIOR	TRANSFERÊNCIAS DO EXERCÍCIO	SUPERÁVITS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/12/2007	5.972.927	1.071.859	1.712.915	8.757.701
Incorporação do Resultado	1.071.859	(1.071.859)	-	-
Transferências do Tesouro Nacional	-	1.310.452	-	1.310.452
Superávit do Exercício	-	-	155.678	155.678
SALDO EM 31/12/2008	7.044.786	1.310.452	1.868.591	10.223.829
Incorporação do Resultado	1.310.452	(1.310.452)	-	-
Transferências do Tesouro Nacional	-	1.233.895	-	1.233.895
Superávit do Exercício	-	-	209.153	209.153
SALDO EM 31/12/2009	8.355.238	1.233.895	2.077.744	11.666.877
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.310.452	(76.557)	209.153	1.443.048

EXERCÍCIO 2009 Nº 11-A - 13/04/2010

CPF: 01.090.000/001-07

As notas explicativas da demonstração são parte integrante das demonstrações contábeis.

\_\_\_\_\_  
Diretor de Governo  
Goiás Executivo

\_\_\_\_\_  
Diretor de Governo  
Goiás Executivo

\_\_\_\_\_  
Diretor de Governo  
Goiás Executivo





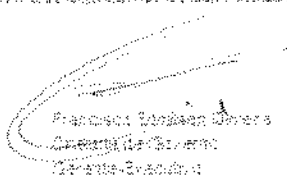
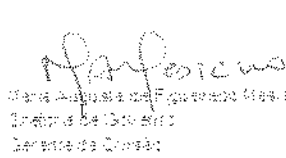
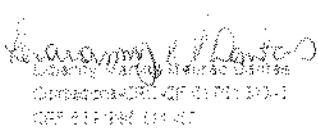
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Em milhares de Reais)

31/12/2009

31/12/2008

	31/12/2009	31/12/2008
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Rendimentos em valores disponíveis	63.741	157.127
Recalculos da Operação de Crédito	1.434.761	975.141
Rendas - Risco Banco do Brasil	350.954	75.962
Pagamentos por Serviços de Terceiros	(69)	(83)
Transferências para Recursos Aplicados - Operações de Crédito	(2.061.721)	(3.455.785)
Recuperações de Crédito - Risco Banco do Brasil	(121.632)	(40.935)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(328.183)	(2.267.573)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferências do Tesouro Nacional	1.233.696	1.310.452
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.233.696	1.310.452
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	905.512	(957.121)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	602.574	1.439.695
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.368.206	482.574
BANCO DO BRASIL S.A. - ADMINISTRAÇÃO		
CNPJ nº 07.093.888/0001-97		
De acordo com a legislação da administração, para integração das demonstrações consolidadas		
 Francisco Waldemar Oliveira Diretor Administrativo Centro-Oeste	 Maria Augusta de Figueiredo Moraes Diretora de Controle Centro-Oeste	 Roberto Carlos de Moraes Diretor Administrativo Centro-Oeste



**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO)  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

**I. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea “e”, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com alterações das Leis nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 e nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, é administrado pelo Banco do Brasil S. A., com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

São beneficiários dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial e realizem empreendimentos não governamentais de infra-estrutura, comerciais e de serviços na região Centro-Oeste.

A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterada pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008, modificou os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do FCO, que passaram a ser entre 5% e 10% ao ano, conforme a atividade econômica e o porte do tomador.

O artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, inserido pelo artigo 14 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, estabeleceu que o risco de crédito das operações contratadas até 30 de novembro de 1998 é integral do Fundo, sendo que, em contrapartida, os encargos financeiros daquelas operações, por força da desobrigação do risco do agente financeiro, passaram a constituir receitas integrais do FCO. O mesmo dispositivo legal estabeleceu que nas operações contratadas entre 1º de dezembro de 1998 e 29 de junho de 2001, o risco de crédito é compartilhado entre as instituições financeiras e o Fundo, na proporção de 50%. Já nas operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001, o risco passou a ser exclusivo do agente financeiro.

A Medida Provisória, com o Ofício Bacen/Diret nº 2001/1602, autorizou ainda, o Banco administrador a utilizar os recursos do Fundo como Capital de Referência nível II, devendo o valor utilizado ser excluído da base de cálculo da taxa de administração. Em função desse critério, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não houve encargo para o Fundo, com taxa de administração.



## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Banco Central do Brasil, e demais normativos aplicados ao Fundo.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O regime contábil é o de competência.

Os direitos, representados pelo grupo Devedores por Repasses, são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

A provisão para Rebates sobre Encargos é constituída com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA (capital e encargos financeiros), cujos rebates correspondem a 50%. Para as operações do Grupo “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos beneficiários são os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a provisão corresponde a 40% sobre os saldos devedores de capital desses financiamentos.

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída em consonância com os critérios estabelecidos no art. 3º, parágrafo único, da Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2006. Tais critérios são os mesmos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações de acordo com o risco e as faixas de vencimento. Também são utilizados os critérios da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, para reconhecimento de prejuízo e recuperação de créditos.

A provisão para Bônus de Adimplência, concedida a mutuários que efetuem o pagamento da parcela da dívida até a data do respectivo vencimento, é constituída com base nos saldos de encargos financeiros relativos às operações contratadas, renegociadas ou repactuadas com os encargos prefixados estabelecidos na MP nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000, convertida na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

f) A provisão para Dispensa de Correção Monetária é constituída com base nos saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002. Os encargos dessas operações são capitalizados e exigíveis anualmente. Corresponde a um desconto relativo à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação.

g) As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas as correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

As Rendas de Operações de Crédito são provenientes da carteira de operações de crédito/financiamento e são reconhecidas pro rata temporis. Não se incluem as rendas de operações em atraso há mais de 60 dias, conforme estipulado pela Resolução nº 2.682, de 21 de



dezembro de 1999 (rendas a apropriar sobre operações em atraso). A receita apropriada no Fundo refere-se somente à parcela pertencente ao Fundo, ou seja, não computada a remuneração que cabe ao agente financeiro Banco do Brasil S.A. (Del Credere).

Para fins de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, consideram-se "Caixa e Equivalentes de Caixa" as disponibilidades em moeda nacional.

As Rendas sobre Valores Disponíveis são oriundas da remuneração sobre as disponibilidades financeiras, calculadas com base na variação da Taxa Extra-Mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto na legislação.

k) A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Fundo use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. O cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e demais provisões está sujeito à utilização de premissas e estimativas, e as perdas efetivas poderão resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de apuração da referida provisão. A Administração do Fundo revisa as estimativas e premissas, no mínimo semestralmente.

l) Conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Fundo goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de quaisquer tributos ou contribuições.

#### **4. DEVEDORES POR REPASSES - CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS**

Representa os valores aplicados pelo Banco do Brasil S.A. e por outras instituições autorizadas, junto aos setores produtivos da região, de acordo com a programação anual de financiamentos. Os recursos ainda não aplicados pelas instituições estão registrados na rubrica "Banco Conta Movimento" e as rendas sobre a sua atualização, representadas pela variação da Taxa Extramercado (Bacen), estão registradas no resultado, na rubrica "Rendas sobre Valores Disponíveis".

O artigo 6º da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, autorizou a reclassificação das operações contratadas ao abrigo da Linha Especial de Crédito FAT Integrar, de que trata a Lei nº 11.011, de 20 de dezembro de 2004, para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Em 2008 foram incorporadas ao Fundo 775 operações, no valor de R\$ 380.936 mil e passaram a integrar a sua carteira de financiamentos. No exercício de 2009, foram incorporadas 133 operações no valor de R\$ 58.654 mil.

##### **4.1 Composição da carteira de financiamento por atividade**

A composição da carteira de operações de financiamento, por atividade, está distribuída conforme a seguir:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

(R\$mil)

Descrição	Saldos de Financiamento (Não inclui Encargos a Capitalizar)			
	dez/09	%	dez/08	%
Banco do Brasil	10.878.536	99,8	10.435.716	100
Comércio e Serviços	1.277.969	11,7	1.142.512	10,9
Desenvolvimento do Turismo	177.302	1,6	132.311	1,3
Industrial/Agroindustrial	1.511.488	13,9	1.381.803	13,2
Infra-estrutura	372.540	3,4	352.217	3,4
Rural - Custeio	62.068	0,6	680.698	6,5
Rural Investimento	5.444.245	50	5.247.545	50,3
Rural Pronaf	1.312.246	12	768.755	7,4
RURAL - Reforma Agrária	516.321	4,7	624.516	6
Pronatureza	204.357	1,9	105.359	1
Outras Instituições Financeiras	18.157	0,2	596	0
Repasses*	18.157	0,2	596	0
<b>TOTAL</b>	<b>10.896.693</b>	<b>100</b>	<b>10.436.312</b>	<b>100</b>
Curto Prazo	2.656.523	24,4	2.935.855	28,1
Longo Prazo	8.240.170	75,6	7.500.457	71,9

\*O art 9º da lei nº 7.827/89 estabeleceu a possibilidade de repasse de recursos do FCO a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As instituições que firmaram contrato com o Banco do Brasil S.A. para esse fim foram: Banco de Brasília, Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Cooperativo Sicredi S.A e Agência de Fomento de Goiás S.A. As transferências de recursos do fundo iniciaram-se em novembro de 2008.

A composição da Carteira de Financiamentos, referente ao saldo devedor financeiro acrescido dos encargos a capitalizar no montante de R\$ 209.689 mil (R\$ 173.845 mil no exercício de 2008), está demonstrada no Balanço Patrimonial das seguintes formas:

#### 4.2 Composição da Carteira de Financiamentos por Faixa de Risco

(R\$ mil)

Faixa de Risco	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2009	Proporção %	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2008	Proporção %
*AA	9.996.822	90,0	9.187.668	88,4
A	385.739	3,6	443.930	4,2
B	170.105	1,5	181.753	1,7
C	31.554	0,3	74.171	0,7
D	170.070	1,5	220.454	2,1
E	39.435	0,4	54.338	0,5
F	1.405	0,0	2.500	0,0
G	1.293	0,0	42.589	0,4
H	300.159	3,0	422.753	4,0
<b>TOTAL</b>	<b>11.106.382</b>	<b>100,0</b>	<b>10.610.157</b>	<b>100,0</b>

\*Encontram-se classificadas em AA aquelas operações, no montante de R\$ 9.703.796 mil (R\$ 9.136.137 mil no exercício de 2008) cujo risco é assumido pelo agente financeiro, Banco do Brasil conforme definido na Medida Provisória 2.196-1 (vide item 4.3)

#### 4.3 Composição da Carteira de Financiamentos por Risco de Crédito

A Medida Provisória 2.196-1, de 28 de junho de 2001, em seu art. 14, parágrafo 10, estabelece que o risco de crédito das operações contratadas até 30 de novembro de 1998 é de responsabilidade exclusiva do Fundo. Nas operações contratadas no período de 1º de dezembro de 1998 a 29 de junho de 2001, o risco de crédito é compartilhado entre as instituições financeiras e o Fundo, na proporção de 50%. Já nas operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001, o risco de crédito passou a ser exclusivamente da instituição financeira.



Abaixo está sendo apresentada a segregação do risco de crédito da carteira entre o Fundo e as instituições financeiras:

R\$ mil

RISCO	Risco Fundo %	Risco Banco do Brasil %	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2009	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2008
Risco Procera	0	0	81.948	85.006
Risco Compartilhado	50	50	114.077	157.119
Risco FCO	100	0	1.206.561	1.231.895
Risco Banco do Brasil	0	100	9.703.796	9.136.137
<b>TOTAL</b>			<b>11.106.382</b>	<b>10.610.157</b>

#### 4.4 Composição da Carteira de Financiamentos por Faixa de Risco e de Vencimento

##### a) Parcelas Vincendas

R\$ mil

RISCO	Até 30 Dias	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2009	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2008
AA	143.360	278.362	17.471	511.823	1.189.522	7.594.371	9.734.909	8.939.412
A	2.387	3.899	1.959	9.237	34.351	342.942	394.774	441.694
B	1.384	1.956	428	4.860	20.597	137.982	167.107	178.030
C	846	1.620	33	2.556	6.790	19.090	31.125	37.515
D	560	948	193	4.767	15.172	145.836	167.469	209.558
E	132	422	165	2.257	3.629	28.292	34.694	42.877
F	35	49	14	75	196	769	1.138	1.757
G	21	9	1	12	164	792	999	30.710
H	418	159	60	2.719	5.765	67.797	76.912	141.616
<b>TOTAL</b>	<b>149.143</b>	<b>287.520</b>	<b>20.314</b>	<b>599.303</b>	<b>1.276.183</b>	<b>8.337.964</b>	<b>10.609.327</b>	<b>10.053.169</b>

##### b) Parcelas Vencidas

R\$ mil

RISCO	Até 30 Dias	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2009	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2008
AA	27.128	22.040	3.576	38.638	69.255	10.096	261.713	228.256
A	932	0	0	0	0	33	965	2.246
B	675	2.084	0	0	0	39	2.898	3.723
C	28	309	98	4	0	0	429	6.658
D	964	263	768	584	0	12	2.601	10.895
E	228	458	126	647	3.009	75	4.541	11.462
F	-	-	15	182	70	0	267	743
G	22	3	-	233	36	0	294	11379
H	1.108	756	9.421	2.376	192.192	20.484	223.247	261.937
<b>TOTAL</b>	<b>31.283</b>	<b>26.943</b>	<b>10.894</b>	<b>42.654</b>	<b>284.469</b>	<b>12.1740</b>	<b>497.055</b>	<b>566.997</b>



#### 4.5. Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, segregada por faixa de risco, é a seguinte:

PCLD em 31.12.2009

Risco	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2009					R\$ mil	
	Risco BB**	Risco FCO	Risco Compartilhado	Risco Procera*	% da Provisão	Valor da Provisão	%
AA	9.699.447	215.011	4.402	0	0	-	0,0
A	0	389.012	9.559	0	0,5%	1.969	0,7
B	0	174.841	20.225	0	1%	1.848	0,8
C	0	4.090	27.373	0	3%	533	0,2
D	0	191.544	20.469	0	10%	20.179	7,0
E	0	24.223	14.128	0	30%	9.396	3,3
F	0	544	696	0	50%	443	0,2
G	0	646	565	0	70%	650	0,2
H	0	179.823	13.148	72.642	100%	251.775	87,8
Total	9.699.447	1.179.534	110.575	72.642		286.783	100,0
Curto Prazo						169.868	59,23
Longo Prazo						116.915	40,77

\* Com referência às operações cujo risco pertence ao Procera, as provisões são calculadas considerando desconto de 90%, conforme apurado por meio do art. 23 da lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, em substituição ao Bônus de adimplência, às operações ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária. De acordo com o parágrafo único do referido artigo, os custos decorrentes desse benefício seriam imputados aos Fundos Constitucionais quando as operações fossem efetuadas com recursos do Fundo.

\*\* Contempla o montante de R\$18.157 mil referente ao saldo de repasses a Outras Instituições, no qual o Banco do Brasil assume o risco de crédito dessas operações de forma integral.

PCLD em 31.12.2008

Risco	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 31.12.2008					R\$ mil	
	Risco BB	Risco FCO	Risco Compartilhado	Risco Procera*	% da Provisão	Valor da Provisão	%
AA	9.138.137	12.503	5.734	0	0	-	0,0
A	0	441.975	11.484	0	0,5%	2.239	0,6
B	0	186.515	37.887	0	1%	1.854	0,5
C	0	46.770	26.744	0	3%	1.804	0,5
D	0	216.237	36.909	0	10%	23.469	6,2
E	0	24.829	19.035	0	30%	13.244	3,5
F	0	68	2.412	0	50%	637	0,2
G	0	99.153	1.733	0	70%	28.013	7,4
H	0	226.273	13.858	84.870	100%	309.486	81,3
Total	9.138.137	1.184.123	155.576	84.870		360.760	100,0
Curto Prazo						183.772	48,27
Longo Prazo						176.974	45,73

A base de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está representada pelo saldo devedor das operações, incluídos os encargos a capitalizar e excluídas as rendas a apropriar de operações em atraso que supera 60 dias. Essa forma de cálculo está em conformidade com o disposto na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999.



#### 4.6 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	(R\$ mil)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	380.746	251.144
Constituição/Reversão	(71.202)	135.473
Transferência para Prejuízo – Risco FCO	(22.761)	(5.871)
<b>Saldo final</b>	<b>286.783</b>	<b>380.746</b>

No exercício de 2009, foram transferidos para perdas R\$ 379.715 mil (R\$ 82.833 mil no exercício de 2008), conforme demonstrado no quadro comparativo a seguir:

				R\$ mil
Período	Risco Operacional	Saldo Transf.	Saldo Assumido pelo BB	Saldo Assumido pelo FCO
Exercício de 2009	Banco do Brasil	351.993	351.993	-
	Compartilhado	9.922	4.961	4.961
	FCO	17.800	-	17.800*
	<b>TOTAL</b>	<b>379.715</b>	<b>356.954</b>	<b>22.761</b>
Período	Risco Operacional	Saldo Transf.	Saldo Assumido pelo BB	Saldo Assumido pelo FCO
Exercício de 2008	Banco do Brasil	75.797	75.797	-
	Compartilhado	2.330	1.165	1.165
	FCO	4.706*	-	4.706*
	<b>TOTAL</b>	<b>82.833</b>	<b>76.962</b>	<b>5.871</b>

\*Compõem o saldo assumido pelo Fundo, relativamente ao Risco FCO, as operações com prazo de vigência superior a 36 meses, vencidas há mais de 340 dias, baixadas como prejuízo em atendimento a Resolução 2.682/99.

Durante o exercício de 2009 foi recuperado o montante de R\$ 75.665 mil (exercício de 2008, R\$ 40.121 mil) referente a operações já baixadas para prejuízo.

## 5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit do período. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal, cabendo ao FCO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.



O quadro abaixo demonstra o Patrimônio Líquido do Fundo:

	(R\$ mil)	
	31.12.2009	31.12.2008
Patrimônio Líquido		
Transferências do Exercício	1.233.895	1.310.452
Superávit do Exercício	209.153	155.676
Transferências de Exercícios Anteriores	8.355.238	7.044.786
Superávit de Exercícios Anteriores	1.868.591	1.712.915
Total	11.666.877	10.223.829

### 5.1. Demonstração das rubricas de resultado

#### a) Rendas com Operações de Crédito

Representam os encargos financeiros, no montante de R\$ 260.944 mil (R\$ 187.909 mil em 31 de dezembro de 2008), calculados em consonância com a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterada pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008, o qual modificou os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do FCO, que passaram de 5% a 11,5% para 5% a 10% ao ano, conforme atividade econômica e o porte do tomador.

#### b) Rendas sobre valores disponíveis

Valores referentes à remuneração dos recursos ainda não desembolsados pelo administrador (Banco do Brasil), calculados com base na taxa “extra-mercado” divulgada pelo Banco Central do Brasil, em consonância com a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Em 31 de dezembro de 2009, o valor total das rendas sobre valores disponíveis era de R\$ 66.594 mil (R\$ 154.038 mil em 31 de dezembro de 2008).

#### c) Provisão para rebates sobre encargos

A provisão para Rebates sobre Encargos foi calculada em consonância com normativos do Conselho Monetário Nacional, com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA e operações do Grupo “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos rebates correspondem a 50% e 40%, respectivamente, aplicados sobre os saldos devedores desses financiamentos. Em 31 de dezembro de 2009, o valor total da provisão era de R\$ 167.254 mil (R\$ 188.768 mil em 31 de dezembro de 2008), e os respectivos valores registrados no resultado foram de R\$ 9.078 mil (R\$ 23.075 mil em 31 de dezembro de 2008), conforme demonstrado abaixo:

	(R\$ mil)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	188.768	189.307
Despesas efetivas	(30.592)	(23.614)
Complemento/Reversão	9.078	23.075
Saldo final	167.254	188.768



d) Provisão para bônus de adimplência

Os bônus de adimplência foram calculados com base no disposto na Lei nº 10.177, a qual prevê que sejam concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O valor total da provisão em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 172.061 mil (R\$ 134.458 mil em 31 de dezembro de 2008), e os respectivos valores registrados no resultado foram de R\$ 125.560 mil (R\$ 60.889 mil em 31 de dezembro de 2008), como segue:

	(R\$ mil)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	134.458	140.219
Despesas efetivas	(87.957)	(66.650)
Complemento/Reversão	125.560	60.889
<b>Saldo final</b>	<b>172.061</b>	<b>134.458</b>

e) Provisão para dispensa de correção monetária

Corresponde ao desconto relativo à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação, calculado sobre os saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002. O valor total da provisão para dispensa de correção monetária, caso o pagamento fosse realizado de acordo com o prazo contratual da operação, em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 191.731 mil (R\$ 152.116 mil em 31 de dezembro de 2008), e os respectivos valores registrados no resultado foram de R\$ 64.761 mil (R\$ 6.872 mil em 31 de dezembro de 2008).

	(R\$ mil)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	152.116	156.710
Despesas efetivas	(25.146)	(11.466)
Complemento/Reversão	64.761	6.872
<b>Saldo final</b>	<b>191.731</b>	<b>152.116</b>




## 6. SITUAÇÃO DOS RECURSOS


O volume de recursos do FCO atingiu, em 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$ 12.264.979 mil (R\$ 11.072.731 mil em 31 de dezembro de 2008).

Os saldos financeiros de recursos aplicados nos financiamentos aos setores produtivos da Região Centro-Oeste somaram R\$ 10.896.693 mil (R\$ 10.436.312 mil em 31 de dezembro de 2008), correspondentes a 88,8% da dotação do Fundo (95,8% em 31 de dezembro de 2008). Incluída nesse valor, está a carteira de financiamentos dos programas voltados para o público da Reforma Agrária, que atingiu, no final do exercício, o saldo de R\$ 516.321 mil (R\$ 624.516 mil em 31 de dezembro de 2008).

As disponibilidades totalizaram R\$ 1.368.286 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 462.574 mil em 31 de dezembro de 2008), e representam apenas 11,2 % do montante de recursos do FCO (4,2 % em 31 de dezembro de 2008). Estes recursos disponíveis estão distribuídos às Unidades Federativas da Região Centro-Oeste de acordo com os percentuais aprovados pelo CONDEL/FCO na Programação Anual.



Francisco Edmilson de Oliveira  
Diretoria de Governo  
Gerente Executivo



Maria Augusta de Figueiredo Mesiano  
Diretoria de Governo  
Gerente de Divisão



Lidianny Martins Mourão Dantas  
Contadora-CRC-DF 017013/O3  
CPF 539.996.811-87



**10.4. Parecer dos auditores independentes**



KPMG Auditores Independentes  
 Rua: D. O. de B. D. Lins de Abreu, 1111 - Sala 1101 - F. 11  
 Edifício Oscar Niemeyer  
 70070-010 - Brasília - DF - Brasil  
 Caixa Postal 3733  
 Telefone: (61) 3314-8000

**Parecer dos auditores independentes**

Às Administrações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO),  
 administrado pelo Banco do Brasil S.A.,  
 Brasília - DF

Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações de patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios finais anuais, dados e elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações também.

Nossa análise foi feita com base de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos e volume de transações e os riscos materiais e de erro material inerentes do Fundo; (b) o controle amostral sobre as fontes das evidências e das respostas que suportam os saldos e as demonstrações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das provas e das estimativas obtidas nessas representações adotadas pela Administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis reunidas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações de mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios finais anuais, dados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 31 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes  
 CFC SP-014420 O-0 F-DF

Samuel Luiz Galvão  
 Sócio-CFC SP-077948 O-0 F-DF

José Roberto Costa  
 Sócio-CFC SP-187720 O-0 F-DF

KPMG Auditores Independentes é uma empresa integrante do grupo de empresas de auditoria da rede mundial independente KPMG Network, operando sob o nome KPMG Auditores Independentes. A rede mundial independente KPMG Network não é uma entidade jurídica, mas uma associação de firmas de membros independentes que operam sob o nome KPMG Auditores Independentes. A rede mundial independente KPMG Network não é responsável pelas opiniões emitidas por qualquer uma das firmas de membros independentes. A rede mundial independente KPMG Network não é responsável pelas opiniões emitidas por qualquer uma das firmas de membros independentes.



## 10.5. Relatório de auditoria interna



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito

GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

### RELATÓRIO DE AUDITORIA

#### Objeto de Auditoria

#### Processo Crítico

##### Crédito

##### Subprocessos Nível 1

##### Operacionalização do Crédito

##### Atividades Priorizadas

Analisar proposta de operação de crédito

Decidir sobre a concessão de crédito

Formalizar operações de crédito

Liberar operação de crédito

Conduzir operações de crédito

Aplicar os instrumentos de controle para a verificação da conformidade

##### Subprocessos Nível 1

##### Gestão de Produtos de Crédito

##### Atividade Priorizada

Acompanhar produtos de crédito

##### Objeto sob avaliação

Aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no Crédito Rural.

#### Objetivos da Auditoria

Avaliar os procedimentos e controles exercidos pelas Agências, Superintendências e Diretorias e pelas Gerências Regionais de Controles Internos (Gecoi), 1º e 2º camada de controle, na operacionalização do crédito nas fases de contratação, condução e acompanhamento de operações rurais realizadas com recursos do FCO.

Subsidiar a emissão de relatório de auditoria em cumprimento à determinação do TCU - Acórdãos nº 1109/2005 e nº 317/2006 (Auditoria de Caráter Obrigatório).

Vis. Diretoria de Governo



**AUDITORIA INTERNA**

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito

GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

**Sumário da Auditoria**

As ações de gerenciamento e controles relativos à operacionalização do crédito nas agências da rede varejo mostram-se adequadas na fase de contratação das operações. São observados os aspectos de segurança jurídica na formalização das operações; as condicionantes das linhas de crédito, limite de crédito, análise do projeto e do despacho da operação; e respeitadas as competências e alçadas estabelecidas.

Carecem de aprimoramento as ações voltadas para os procedimentos de acolhimento de documentos necessários à análise e à comprovação prévia da disponibilidade de recursos próprios. As falhas constatadas elevam o risco de tomada de decisões com base em informações insuficientes ou não fidedignas.

Em relação à fase de condução das operações, foram detectadas fragilidades que podem inviabilizar a detecção de indicativos de risco e a adoção de medidas preventivas no âmbito das agências. Evidenciaram tais fragilidades, ocorrências relacionadas com comprovação da aplicação de recursos, fiscalização de operações e regularização de não conformidades apontadas pela Área de Controle Interno.

A atuação da 2ª. Camada de Controle (Gecoi), concentrada na fase de contratação das operações, tem contribuído para a melhoria da qualidade do crédito e formação da cultura de controle nas agências, em que pese os testes de auditoria terem identificado falhas não apontadas em fichas de verificação de conformidade (FVC).

Os procedimentos instituídos para normatização das linhas de crédito do FCO Rural asseguram o estabelecimento de normativos em aderência às estratégias negociais, às políticas e às regras e condições do alocador dos recursos.

Em relação ao acompanhamento da aplicação dos recursos do fundo, são adequados os procedimentos estabelecidos em relação à disponibilidade de informações gerenciais; articulação entre as áreas envolvidas, captadora e aplicadora; e tratamento de apontamentos de órgãos internos e externos de fiscalização e controle. Entretanto, carece de melhoria o acompanhamento dos indicadores e metas definidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO) para a gestão do Fundo.

Via Diretoria de Governo



**BANCO DO BRASIL**

AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 29.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

**Conclusões da Auditoria**

**1. Operacionalização do Crédito<sup>1</sup>**

**1.1 Analisar proposta de operação de crédito**

Os procedimentos adotados pelas agências da rede varejo para a análise das propostas de operações com recursos do FCO mostram-se adequados, no que se refere à observância das condicionantes da análise do projeto, do limite de crédito, público-alvo das linhas de crédito, finalidade do crédito, itens financiáveis e tetos previstos para as operações.

Carecem de aprimoramento as ações de gerenciamento de riscos e controles relacionados com os procedimentos de comprovação prévia da disponibilidade de recursos próprios e de acolhimento e/ou de validação da documentação exigida para análise das operações. As ocorrências constatadas elevam o risco de tomada de decisão com base em informações insuficientes ou não fidedignas.

Foram identificadas oportunidades de melhoria nos normativos internos em relação aos procedimentos para a classificação do produtor quanto ao porte e à observância do teto em operações de custeio com recursos do FCO, as quais foram objeto de recomendações ao gestor.

**1.2 Decidir sobre concessão de crédito**

As operações são decididas com observância das competências e atribuições estabelecidas e dos aspectos técnicos e de segurança jurídica, o que assegura a realização dos negócios amparados nos critérios definidos pelo Banco e pelo alocador dos recursos.

O deferimento das operações mostra-se alinhado às informações e aos pareceres técnicos contidos nas análises das operações e dos projetos, bem como aos despachos dos limites de crédito.

**1.3 Formalizar operações de crédito**

Encontra-se minimizado o risco de ausência, insuficiência ou inadequação de procedimentos e ações para a formalização das operações. Os controles e procedimentos utilizados asseguram a formalização dos créditos na forma pactuada entre o Banco, devedores, intervenientes e coobrigados, e a adequação dos instrumentos contratuais aos requisitos legais e às normas internas.

<sup>1</sup> As constatações de auditoria que sustentam as conclusões sobre a Operacionalização do Crédito, encontram-se relacionadas no Anexo 1.

Via Diretoria de Governo

3



**AUDITORIA INTERNA**

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo)

**Demanda:** 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

Os testes revelaram que as operações encontram-se formalizadas e que estão isentas de falhas quanto às assinaturas de devedores e demais intervenientes.

Durante a aplicação de testes na rede de agências foi identificada falha no procedimento de geração da cláusula de forma de pagamento do sistema Controle de Operações (COP). A ocorrência foi corrigida durante execução da auditoria.

**1.4 Liberar operação de crédito**

Os procedimentos e controles estabelecidos para a atividade asseguram a disponibilização do crédito contratado com observância das condições pactuadas, bem como a contratação de seguro de bens recebidos em garantia de operações e registro do instrumento de crédito no Cartório competente.

Foram identificadas falhas pontuais relacionadas com o não cumprimento de condicionantes previamente à liberação do crédito. As principais ocorrências se referem a: inexistência de Certidão Negativa de Débito – CND do INSS vigente na data de liberação dos recursos; falta de comprovação prévia da disponibilidade de recursos próprios e ausência de documentação exigida em função da garantia vinculada.

**1.5 Conduzir operações de crédito**

As ações de gerenciamento e controles da etapa de condução das operações carecem de aprimoramento. Na rede de agências, verificou-se a insuficiência nos procedimentos de gerenciamento e controle das fiscalizações, de comprovação da aplicação dos créditos concedidos e cadastramento das operações nos sistemas corporativos.

Em relação às fiscalizações obrigatórias, foram verificadas falhas de encaminhamento de documentos pelas agências aos Centros de Suporte Operacional (CSO); insuficiência em normativos internos quanto a procedimentos a serem adotados pelas agências e CSO; e atraso na realização do serviço de fiscalização. As carências identificadas no sistema Gerenciamento de Serviços Técnicos (GST), são objetos de recomendações de auditoria vinculados a outros trabalhos de auditoria.

Quanto aos procedimentos de acompanhamento de seguro de bens em garantia de operações, foram identificadas inconsistências no aplicativo Garantia (GRT) e imperfeições em normas internas, as quais majoram os riscos operacionais.

**1.6 Aplicar os instrumentos de controle para a verificação da conformidade**

O risco de não aplicação da Ficha de Autoverificação pelas agências encontra-se minimizado, graças à sistemática de geração automática do documento pelo sistema

Via Diretoria de Governo



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito

GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

COP. As falhas constatadas têm como principal causa a inexistência dessa sistemática à época das contratações.

Carecem de aprimoramento as ações de gerenciamento e controle, por parte das Agências e Gecoi, em relação ao tratamento de não conformidades. Em 30% da amostra válida analisada foi verificada existência de não conformidades regularizáveis pendentes de solução.

Em que pese terem sido constatadas falhas não apontadas pela Área de Controle, os testes de auditoria demonstraram que as verificações pelas Gecoi contribuem para a melhoria da qualidade do crédito e para a formação da cultura de controle nas agências. Testes comparativos realizados revelaram inexistir divergência em relação à qualidade das operações que são submetidas e as que não são submetidas para verificação de conformidade.

## 2. Gestão de Produtos de Crédito

### 2.1 Acompanhar produtos de crédito

São adequados os procedimentos de normatização das regras e condições das linhas de crédito utilizadas para aplicação dos recursos do FCO Rural, bem como o acompanhamento de deliberações sobre o Fundo. Os procedimentos instituídos asseguram o estabelecimento de normativos em aderência às estratégias negociais, políticas e as regras e condições estabelecidas pelo alocador. Porém, foi identificada falha no acompanhamento em relação à parametrização das linhas de crédito nos sistemas corporativos, o que pode comprometer a conformidade com os normativos internos.

Com referência à gestão dos valores aplicados, os procedimentos estabelecidos asseguram a utilização de recursos nos volumes e condições definidos pela Unidade captadora, de acordo com as determinações do CondofCO. A insuficiência nas ações de acompanhamento dos indicadores e metas definidas pelo alocador do recurso público foi objeto de recomendação de auditoria.

O risco de geração de informações incorretas ou incompletas ao alocador dos recursos decorrente da intervenção manual no processo, principalmente quanto ao tratamento de dados extraídos de sistemas corporativos, encontra-se minimizado. O sistema Gestão do Passivo (GPO), em desenvolvimento, contribuirá para a minimização dos riscos operacionais desse processo.

Quanto à disponibilidade de informações gerenciais, articulação entre as áreas envolvidas - captadora e aplicadora, e tratamento de apontamentos de órgãos internos e externos de fiscalização e controle – verificou-se a adequação dos procedimentos e controles existentes. Entretanto, nas avaliações das normas sobre o Fundo foram

Via Diretoria de Governo

5



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito


GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

identificadas ocorrências pontuais que serão corrigidas com ações definidas pelos próprios gestores.

Anexo 1 – Quadro-resumo das constatações

  
José Roberto dos Santos  
Auditor


  
Ailton Massayoshi Honda  
Auditor

  
Valfre Castaidini  
Auditor

  
William Hitoshi Okita  
Coordenador de Auditoria

  
Daniel Damasceni  
Coordenador de Auditoria

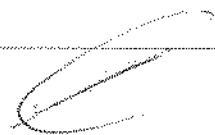
Visto:

  
Aurélio Carlos Balestrini  
Gerente de Auditoria

  
Walter de Souza Arruda  
Gerente de Auditoria

Via Diretoria de Governo

2

  
UP



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito

GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 - Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural

Anexo 1 - Quadro-resumo das constatações

\$40

Atividade: Analisar proposta de operação de crédito

Constatações	Amostra analisada	Inconsistências (%)	
Falta de comprovação da disponibilidade dos recursos próprios, previamente à formalização da operação.	154	41%	
<i>Principais ocorrências verificadas*</i>			<i>Percentual</i>
Falta de comprovação			25%
Comprovação após a contratação	15%		
Não arquivamento dos documentos exigidos para análise da operação.	238	15%	
<i>Principais ocorrências verificadas</i>			<i>Percentual</i>
Declaração sobre beneficiários de fundos de incentivos regionais ou setoriais			7%
Declaração sobre dívidas renegociadas			5%
Declaração em função do Bioma Amazônia			3%
Documento relativo à determinação do valor do bem recebido em garantia			2%
Certidão negativa em função da garantia vinculada	2%		
Falta de comprovantes que permitam evidenciar a correta classificação quanto ao porte do cliente.	240	5%	
<i>Principais ocorrências verificadas</i>			<i>Percentual</i>
Documentação com informações divergentes possibilitando interpretação dúbia quanto ao porte			2%
Renda proveniente de outras atividades, exceto salário, não consideradas			1%
Ausência de documentação comprobatória	1%		

\* Os percentuais apontados nas inconsistências podem divergir de soma das principais ocorrências verificadas, tendo em vista a possibilidade de registro de mais de uma ocorrência para cada inconsistência.

Via Diretoria de Governo



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito

GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural

Anexo 1 – Quadro-resumo das constatações

\$40

Falta de observância das condicionantes da linha de crédito relativas a teto/limite financeiro, vencimento e forma de pagamento, encargos financeiros, garantias e condições especiais	240	9%								
<table border="1"><thead><tr><th>Principais ocorrências verificadas</th><th>Porcentual</th></tr></thead><tbody><tr><td>Inobservância de encargos financeiros</td><td>5%</td></tr><tr><td>Inobservância de condições especiais da linha</td><td>3%</td></tr><tr><td>Inobservância de Teto/Limite financeiro</td><td>1%</td></tr></tbody></table>	Principais ocorrências verificadas	Porcentual	Inobservância de encargos financeiros	5%	Inobservância de condições especiais da linha	3%	Inobservância de Teto/Limite financeiro	1%		
Principais ocorrências verificadas	Porcentual									
Inobservância de encargos financeiros	5%									
Inobservância de condições especiais da linha	3%									
Inobservância de Teto/Limite financeiro	1%									
Falta de cálculo da capacidade de pagamento pela instância competente, previamente à contratação, quando obrigatório.	202	5%								
Falta de ponderação das condicionantes da análise do projeto e do despacho do limite de crédito.	240	3%								
Limite de crédito sem margem disponível no sublimite.	240	2%								
Proposta não analisada pela instância competente.	240	1%								
Não observadas as condicionantes quanto a público-alvo/ beneficiário da linha e finalidade /bens financiáveis.	240	1%								

\* operações de crédito

Via Diretoria de Governo

2

143

W



**AUDITORIA INTERNA**

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito

GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural

Anexo 1 – Quadro-resumo das constatações

\$40

**Atividade: Decidir sobre concessão de crédito**

Constatações	Amostra analisada	Inconsistência (%)						
Deferimento do crédito não alinhado às informações e parecer técnico contidas na análise da operação, na análise do projeto e no despacho do limite de crédito.								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais ocorrências verificadas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Não observância de condicionante do despacho do limite crédito</td> <td>3%</td> </tr> <tr> <td>Não observância de condicionante do estudo da operação</td> <td>1%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais ocorrências verificadas	Percentual	Não observância de condicionante do despacho do limite crédito	3%	Não observância de condicionante do estudo da operação	1%	240	4%
Principais ocorrências verificadas	Percentual							
Não observância de condicionante do despacho do limite crédito	3%							
Não observância de condicionante do estudo da operação	1%							

\* operações de crédito

**Atividade: Formalizar operações de crédito**

Constatações	Amostra analisada	Inconsistência (%)														
Instrumento de crédito em desacordo com o estudo e com o despacho da operação.																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais ocorrências verificadas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Forma de pagamento – indicação de que o pagamento das demais parcelas se daria em igual dia dos “meses” subsequentes, no caso de parcela anual.</td> <td>4%</td> </tr> <tr> <td>Divergência no valor das parcelas</td> <td>2%</td> </tr> <tr> <td>Orcamento de aplicação do crédito</td> <td>2%</td> </tr> <tr> <td>Encargos financeiros</td> <td>1%</td> </tr> <tr> <td>Garantia</td> <td>1%</td> </tr> <tr> <td>Imóvel de localização dos bens vinculados</td> <td>1%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais ocorrências verificadas	Percentual	Forma de pagamento – indicação de que o pagamento das demais parcelas se daria em igual dia dos “meses” subsequentes, no caso de parcela anual.	4%	Divergência no valor das parcelas	2%	Orcamento de aplicação do crédito	2%	Encargos financeiros	1%	Garantia	1%	Imóvel de localização dos bens vinculados	1%	240	11%
Principais ocorrências verificadas	Percentual															
Forma de pagamento – indicação de que o pagamento das demais parcelas se daria em igual dia dos “meses” subsequentes, no caso de parcela anual.	4%															
Divergência no valor das parcelas	2%															
Orcamento de aplicação do crédito	2%															
Encargos financeiros	1%															
Garantia	1%															
Imóvel de localização dos bens vinculados	1%															
Instrumento de crédito sem as assinaturas necessárias (devedores, obrigados e intervenientes).	239	1%														
Falta de conferência de assinaturas.	240	0%														

Via Diretoria de Governo



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 - Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural

Anexo 1 - Quadro-resumo das constatações

\$40

Ausência de CND do INSS vigente arquivada no dossiê na data da contratação da operação			
<i>Principais ocorrências verificadas</i>	<i>Percentual</i>	126	13%
Ausência de CND	3%		
Falta de validação do responsável pelo acolhimento (cartão emitida via internet)	2%		
CND vencida na data da contratação	1%		
Ausência de CRF do FGTS vigente arquivada no dossiê na data da contratação da operação.		9	9%
Falta da contratação de mecanismo mitigador de risco nas operações de custeio agrícola.			
		72	21%
<i>Causas</i>	<i>Percentual</i>		
Operações contratadas via aplicativo CFR que não contemplava a contratação de seguro agrícola.	14%		
Falha da agência	7%		

Operações de crédito

Via Diretoria de Governo

40



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito

GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural

Anexo 1 – Quadro-resumo das constatações

\$40

Atividade: Liberar operação de crédito

Constatações	Amostra analisada	Inconsistência (%)								
Falta de cumprimento das condicionantes registradas no relatório de despacho, súmula ou nota técnica previamente à liberação do crédito.	240	13%								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais condicionantes não atendidas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Comprovação prévia de recursos próprios</td> <td>5%</td> </tr> <tr> <td>Documentação referente às garantias</td> <td>5%</td> </tr> <tr> <td>Contratação de mitigadores de risco (Proagro ou Seguro Agrícola)</td> <td>1%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais condicionantes não atendidas	Percentual	Comprovação prévia de recursos próprios	5%	Documentação referente às garantias	5%	Contratação de mitigadores de risco (Proagro ou Seguro Agrícola)	1%		
Principais condicionantes não atendidas	Percentual									
Comprovação prévia de recursos próprios	5%									
Documentação referente às garantias	5%									
Contratação de mitigadores de risco (Proagro ou Seguro Agrícola)	1%									
Falta de contratação de seguro para os bens recebidos em garantia da operação.	137	8%								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais ocorrências verificadas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Falta de contratação de seguro</td> <td>5%</td> </tr> <tr> <td>Contratação após a formalização</td> <td>1%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais ocorrências verificadas	Percentual	Falta de contratação de seguro	5%	Contratação após a formalização	1%				
Principais ocorrências verificadas	Percentual									
Falta de contratação de seguro	5%									
Contratação após a formalização	1%									
Ausência de CND do INSS vigente na data da liberação dos recursos e arquivada no dossiê.	121	10%								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais ocorrências verificadas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CND vencida na data da liberação</td> <td>5%</td> </tr> <tr> <td>Ausência da CND do INSS</td> <td>2%</td> </tr> <tr> <td>Falta de validação do responsável pelo acolhimento, no caso de certidão emitida via internet</td> <td>2%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais ocorrências verificadas	Percentual	CND vencida na data da liberação	5%	Ausência da CND do INSS	2%	Falta de validação do responsável pelo acolhimento, no caso de certidão emitida via internet	2%		
Principais ocorrências verificadas	Percentual									
CND vencida na data da liberação	5%									
Ausência da CND do INSS	2%									
Falta de validação do responsável pelo acolhimento, no caso de certidão emitida via internet	2%									
Falta de registro do instrumento de crédito no cartório competente e no prazo previsto nos normativos.	239	1%								

\* operações de crédito

Via Diretoria de Governo

5

LD



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito

GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 - Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural

Anexo 1 - Quadro-resumo das constatações

\$40

Atividade: Conduzir operações de crédito

Constatções	Amostra analisada*	Inconsistências (%)														
Fiscalização da operação não realizada.																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais ocorrências verificadas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fiscalização agendada e não realizada</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Fiscalização não realizada por falta de encaminhamento da documentação ao CSO</td> <td>7%</td> </tr> <tr> <td>Laudos não localizados</td> <td>7%</td> </tr> <tr> <td>Fiscalização obrigatória não agendada - critério valor operação</td> <td>4%</td> </tr> <tr> <td>Fiscalização obrigatória não agendada - critério endividamento clientes</td> <td>2%</td> </tr> <tr> <td>Fiscalização não realizada - registrada como realizada no GST</td> <td>2%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais ocorrências verificadas	Percentual	Fiscalização agendada e não realizada	10%	Fiscalização não realizada por falta de encaminhamento da documentação ao CSO	7%	Laudos não localizados	7%	Fiscalização obrigatória não agendada - critério valor operação	4%	Fiscalização obrigatória não agendada - critério endividamento clientes	2%	Fiscalização não realizada - registrada como realizada no GST	2%	206	38%
Principais ocorrências verificadas	Percentual															
Fiscalização agendada e não realizada	10%															
Fiscalização não realizada por falta de encaminhamento da documentação ao CSO	7%															
Laudos não localizados	7%															
Fiscalização obrigatória não agendada - critério valor operação	4%															
Fiscalização obrigatória não agendada - critério endividamento clientes	2%															
Fiscalização não realizada - registrada como realizada no GST	2%															
Falta de providências para regularização das inconsistências detectadas pela fiscalização.																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais ocorrências verificadas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Falta de preenchimento do Módulo II do laudo</td> <td>31%</td> </tr> <tr> <td>Providências de despacho do Módulo II não cumpridas</td> <td>23%</td> </tr> <tr> <td>Falta de despacho no Módulo II do laudo</td> <td>8%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais ocorrências verificadas	Percentual	Falta de preenchimento do Módulo II do laudo	31%	Providências de despacho do Módulo II não cumpridas	23%	Falta de despacho no Módulo II do laudo	8%	28	46%						
Principais ocorrências verificadas	Percentual															
Falta de preenchimento do Módulo II do laudo	31%															
Providências de despacho do Módulo II não cumpridas	23%															
Falta de despacho no Módulo II do laudo	8%															
Falta ou insuficiente comprovação da aplicação do crédito.																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais ocorrências verificadas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Falta ou insuficiência dos documentos apresentados</td> <td>15%</td> </tr> <tr> <td>Comprovantes não se referem ao item financiado</td> <td>1%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais ocorrências verificadas	Percentual	Falta ou insuficiência dos documentos apresentados	15%	Comprovantes não se referem ao item financiado	1%	223	18%								
Principais ocorrências verificadas	Percentual															
Falta ou insuficiência dos documentos apresentados	15%															
Comprovantes não se referem ao item financiado	1%															
Operações cadastradas nos sistemas corporativos em desacordo com a documentação existente no dossiê.																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Principais ocorrências verificadas</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Garantias incompletas ou divergentes</td> <td>7%</td> </tr> <tr> <td>Encargos financeiros divergentes</td> <td>3%</td> </tr> <tr> <td>Porte incorreto</td> <td>3%</td> </tr> <tr> <td>Cronograma de reposição divergente</td> <td>1%</td> </tr> </tbody> </table>	Principais ocorrências verificadas	Percentual	Garantias incompletas ou divergentes	7%	Encargos financeiros divergentes	3%	Porte incorreto	3%	Cronograma de reposição divergente	1%	240	16%				
Principais ocorrências verificadas	Percentual															
Garantias incompletas ou divergentes	7%															
Encargos financeiros divergentes	3%															
Porte incorreto	3%															
Cronograma de reposição divergente	1%															
Falta de renovação dos seguros dos bens vinculados em garantia ou falta de cláusula beneficiária ao Banco e com as coberturas mínimas exigidas.	35	8%														

\* operações de crédito

Via Diretoria de Governo

40



**AUDITORIA INTERNA**

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural

Anexo 1 – Quadro-resumo das constatações

\$40

**Atividade: Aplicar instrumentos de controle para a verificação da conformidade**

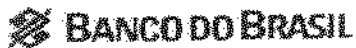
Constatações	Amostra analisada	Inconsistência (%)	
Falta de aplicação da Ficha de Autoverificação.	230*	10%	
Comunicação das inconsistências identificadas na Ficha de Autoverificação somente após a liberação da operação e/ou parcelas.	12*	3%	
Existência de não-conformidades regularizáveis pendentes de solução efetiva.	110**	30%	
Principais ocorrências verificadas			Percentual
Regularização não realizada			20%
Regularização não realizada, porém registrada como solucionada no aplicativo Painel	9%		
Falhas constatadas pela auditoria não apontadas em Fichas de Verificação de Conformidade pela Gecoi	95*	59%	
Principais falhas não apontadas			Percentual
Falta de comprovação prévia dos recursos próprios			20%
Falta de recolhimentos de documentos necessários à análise e formalização das operações			18%
Inconsistências no instrumento de crédito (divergências ou incompletude de cláusulas)			17%
Ausência ou insuficiência de comprovantes de aplicação do crédito			13%
Registro incorreto das operações nos sistemas corporativos	11%		

\* operações de crédito

\*\* não-conformidades

Via Diretoria de Governo

40



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

## INFORMAÇÕES TÉCNICAS DE AUDITORIA

### Processo Crítico

#### Crédito

##### Subprocessos Nível 1

##### Operacionalização do Crédito

##### Atividades Priorizadas

Analisar proposta de operação de crédito

Decidir sobre a concessão de crédito

Formalizar operações de crédito

Liberar operação de crédito

Conduzir operações de crédito

Aplicar os instrumentos de controle para a verificação da conformidade

##### Subprocessos Nível 1

##### Gestão de Produtos de Crédito

##### Atividade Priorizada

Acompanhar produtos de crédito

##### Objeto sob avaliação

Aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no Crédito Rural.

### Características do Objeto de Auditoria

O FCO foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.9.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, cuja administração é compartilhada pelo Ministério da Integração Nacional – MI, Conselho Deliberativo do Fundo Constituição do Centro-Oeste – Condel/FCO e Banco do Brasil.

O Condel/FCO é o órgão colegiado e deliberativo do Fundo, vinculado ao MI, que tem entre suas funções aprovar os programas de financiamento do Fundo, avaliar os resultados obtidos e determinar medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas.

Os financiamentos rurais e agroindustriais atingiram a cifra de R\$ 67,6 bilhões<sup>1</sup> em jun-2009, (25,8% da carteira de crédito do BB - Agências no país e no exterior). Desse total,

<sup>1</sup> Fontes: Nota Explicativa nº 10 – Demonstrações Contábeis 2009



**AUDITORIA INTERNA**

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

R\$ 7,7 bilhões<sup>2</sup> (11,4%) são de operações com recursos do FCO Rural. Em 2008 foram aplicados R\$ 2,1 bilhões<sup>3</sup> nas linhas do FCO Rural, representando 60% do total aplicado pelo BB com recursos do Fundo no mesmo ano (R\$ 3,5 bilhões)

As operações de créditos com recursos do FCO, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), são avaliadas anualmente pela Auditoria Interna. As conclusões, as recomendações e as determinações decorrentes do trabalho da auditoria interna compõem a prestação anual de contas do Fundo.

**Objetivos da Organização**

O objeto de auditoria encontra-se alinhado aos seguintes tópicos:

Estratégia Corporativa - Orientação Geral de Negócios - 2009-2013:

- Direção Estratégica - Orientações Gerais: Ampliar a participação em crédito;
- Plano de Negócios – AEN Agronegócios – Repasse de Recursos do Governo – FCO Rural – Ênfase: Desenvolver para PF Alta Renda e Manter para PF Exclusivo e Preferencial.

Plano de Mercados 2009-2010:

- Objetivo 2 – Participação e competitividade - Percentual de aplicação de valores previstos na programação anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO com clientes da Rede Varejo (Micro e Pequenas Empresas e mini e pequenos produtores rurais) – Meta 2009 e 2010 = 85%.

**Escopo do trabalho**

**Elementos avaliados e riscos associados**

Atividade	Riscos
<b>Subprocesso Nível 1 – Operacionalização do Crédito</b>	
Analisar proposta de operação de crédito.	<p>Geração de informações técnicas insuficientes, sem qualidade, intempestivas ou não fidedignas com impacto no estabelecimento do nível de risco e na tomada de decisão.</p> <p>Acolhimento de projetos/ propostas incompletas, inviáveis ou em desacordo com as estratégias do Banco, as Políticas de Crédito e a legislação.</p> <p>Ausência, insuficiência ou inadequação de capacitação.</p>

<sup>2</sup> Informações Gerenciais sobre o FCO fornecidas pela Diretoria de Governo - janeiro a abril de 2009

<sup>3</sup> Informações Gerenciais sobre o FCO fornecidas pela Diretoria de Governo - janeiro a dezembro de 2008.

40



**AUDITORIA INTERNA**

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

	competência, sistemas, normas, procedimentos, orientações e pontos de controle para garantir eficiência e eficácia das análises de propostas efetuadas.
Decidir sobre a concessão de crédito.	Ausência, insuficiência, inadequação de ações, procedimentos e orientações para decidir sobre a concessão de crédito.
Formalizar operações de crédito.	Formalização ausente ou em desacordo aos requisitos legais, às condições pactuadas ou as normas internas.  Ausência, insuficiência ou inadequação de capacitação, competência, sistemas, normas, procedimentos e pontos de controle para garantir eficiência e eficácia da formalização das operações.
Liberar operação de crédito.	Ausência, insuficiência ou inadequação de capacitação, competência, sistemas, procedimentos e orientações para garantir eficácia à liberação do crédito.
Conduzir operações de crédito.	Ausência, inadequação ou insuficiência de medidas, normas, sistemas corporativos, capacitação, competência e recursos (financeiros, materiais e pessoas) que assegurem o cumprimento das condições pactuadas nos créditos concedidos.  Falta de realização de vistorias ou emissão de laudos de fiscalização com informações incorretas, não fidedignas, intempestivas ou insuficientes.
Aplicar os instrumentos de controle para a verificação da conformidade.	Realização de negócios em desacordo com as regras, normas e procedimentos definidos pelo Banco ou pela legislação.
<b>Subprocesso Nível 1 – Gestão de Produtos de Crédito</b>	
Acompanhar produtos de crédito.	Condução de produtos de crédito em desacordo com as leis e regulamentos aplicáveis, as exigências da supervisão bancária, as políticas e procedimentos internos.

Período de abrangência: 1.7.2007 a 31.5.2009.

**Período de realização do trabalho**

Fase	Período
Pré-Auditoria	1.6.2009 a 3.7.2009
Execução	6.7.2009 a 9.10.2009
Comunicação de Resultados	13.10.2009 a 20.11.2009

*[Handwritten signatures and initials]*



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

#### Equipe de Auditores

Gerência de Auditoria	Funcionário	Cargo
Crédito	William Hitoshi Okita	Coordenador de Auditoria
	José Roberto dos Santos	Auditor
	Ailton Masayoshi Honda	Auditor
São Paulo I	Daniel Daminelli	Coordenador de Auditoria
	Valter Castaldini	Auditor

#### Diretorias/Unidades Participantes

- Diretoria de Governo – Digov: responsável por manter relacionamento com órgãos provedores, arrecadadores e distribuidores de recursos dos poderes executivos federal e da administração pública.
- Diretoria de Agronegócios - Dirag: responsável pelo desenvolvimento de produtos, serviços e soluções negociais para o mercado do agronegócio e garantir que os negócios, produtos e serviços estejam sendo conduzidos de acordo com as políticas e procedimentos internos.
- Diretoria de Crédito – Dicre: responsável por garantir a integridade do ativo operacional global do Banco, garantir níveis adequados de risco nas operações ativas e gerir o processo operacional de operações de crédito para investimento.
- Diretoria de Controles Internos - Dicoi: responsável pela formulação de políticas de Controles Internos e de Conformidade e pelo monitoramento do estado de conformidade do Conglomerado Financeiro.
- Diretoria de Distribuição e de Canais Varejo - Dired: responder pela estruturação, organização e gestão das Redes de Distribuição Varejo e Governo e pela gestão da força de vendas, observados os orientadores estratégicos e modelos organizacionais.
- Unidades Operacionais – Redes de Agências Varejo: responsáveis por garantir que os processos conduzidos no seu âmbito estejam de acordo com as leis e regulamentos aplicados e com as políticas e normas internas.
- Unidades Táticas – Superintendências de Negócios Varejo e Governo: unidade organizacional, gestora das Redes de Agências Varejo e Governo em determinada região geo-econômica, responsável pela implementação das estratégias negociais definidas e pela gestão de acordo de trabalho das unidades subordinadas.



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural 540

## Procedimentos de Auditoria

### 1. Técnicas de Auditoria

Os trabalhos foram realizados, *in loco*, por meio de entrevistas, exame documental, observação direta das condições da realização das atividades críticas selecionadas, e análise de base de dados.

### 2. Instrumental de auditoria

Para a execução dos trabalhos, foi elaborado instrumental de auditoria no ambiente da Intranet da Audit aplicado nos diversos domínios, composto pelos seguintes Papéis de Trabalho Operacionais (PTO):

#### 2.1 Na rede de agências:

- a) PTO – FCO Rural – Contratação e Condução – Com FVC (5696) - Papel de Trabalho com amostra de operações verificadas pela Gerência Regional de Controles Internos (Gecoi), destinado a colher evidências para avaliação da qualidade das ações de gerenciamento de riscos e controles desenvolvidos pela primeira e segunda camada de controle, no nível operacional, em relação às operações rurais com recursos do FCO, com foco nas atividades de análise, decisão, formalização, liberação e condução das operações e aplicação de instrumentos de controle para a verificação da conformidade.
- b) PTO – FCO Rural – Contratação e Condução – Sem FVC (5697) - Papel de trabalho com amostra complementar, constituída de operações que não foram verificadas por Gecoi, cujo objetivo idêntico ao do PTO citado no item "a" retro e permitir a verificação da eficiência das verificações de conformidade realizadas pela Gecoi.
- c) PTO – FCO Rural – Acompanhamento – Agência (5698) - Papel de Trabalho único destinado a verificar o acompanhamento exercido pela administração da dependência em relação à regularização das inconsistências detectadas nas fiscalizações, renovação de seguros de bens vinculados e se há tratamento diferenciado para operações alvo de verificação pela segunda camada de controle.
- d) PTO – FCO Rural – Regularizações de não-conformidades (5699) – Papel de trabalho com amostra, destinado a verificar se as não-conformidades apontadas pela segunda camada de controle são efetivamente tratada pelas agências.
- e) PTO – FCO Rural – Prospecção de Causas (5700) - Aplicado nas situações em que o auditor identificou imperfeições na norma e nos sistemas, decorrentes de fatores externos ou nos casos em que a solução das falhas/fragilidades estavam fora do âmbito das agências visitadas.



**AUDITORIA INTERNA**

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 - Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural \$40

2.2 No domínio tático:

- a) PTO - FCO Rural - Acompanhamento - Super (5701) - Papel de Trabalho Único, destinado a verificar a qualidade das ações de gerenciamento de riscos e controles desenvolvidos no domínio tático (Superintendências), em relação ao acompanhamento e controle da utilização de mitigadores de riscos, de irregularidades apontadas em fiscalizações e de deliberações externas sobre o FCO, para subsidiar as conclusões sobre a atividade "Conduzir operações de crédito".
- b) PTO - FCO Rural - Prospecção de Causas (5700) - Aplicado nas situações em que o auditor identificou imperfeições na norma e nos sistemas, decorrentes de fatores externos ou nos casos em que a solução das falhas/fragilidades estavam fora do âmbito das superintendências visitadas.

2.3 No domínio estratégico:

- a) PTO - FCO Rural - Acompanhamento - Diraq (5702) - Papel de Trabalho Único, aplicado na Diretoria de Agronegócios, destinado a verificar a qualidade das ações de gerenciamento de riscos e controles relacionados ao acompanhamento dos produtos de crédito abrangidos por este trabalho, e sua aderência às estratégias negociais, às políticas e procedimentos internos e aos parâmetros estabelecidos pelo alocador dos recursos, na condição de unidade estratégica utilizadora dos recursos.
- b) PTO - FCO Rural - Acompanhamento - Digov (5703) - Papel de Trabalho Único aplicado na Diretoria de Governo, destinado a verificar as ações de gerenciamento de riscos e controles relacionados à aplicação de recursos do FCO e sua aderência às estratégias negociais, às políticas e procedimentos internos e aos parâmetros estabelecidos pelo alocador dos recursos.

3. Plano Amostral

O planejamento amostral foi definido de forma a contemplar as necessidades do trabalho, abrangendo operações das dependências das Redes Varejo, contratadas no período de 1.7.2007 à 31.5.2009, conforme abaixo:

- a) foram selecionadas 24 agências Varejo, dentre as que possuíam maior número de operações com recursos do FCO verificadas por Gecoi;
- b) nessas agências foram selecionadas de forma subjetiva duas amostras de operações, totalizando 240 elementos:
- primeira amostra: 120 operações que foram objeto de verificação por Gecoi, sendo 5 elementos por agência;
  - segunda amostra: 120 operações não verificadas por Gecoi, sendo 5 elementos por agência.



AUDITORIA INTERNA

Brasília (DF), 20.11.2009

Gerências de Auditoria: GA Crédito  
GA São Paulo I

Demanda: 20090000845 – Crédito 2009 - Aplicação de recursos do FCO no Crédito Rural - 540

Na primeira amostra analisou-se operações que passaram por verificação de conformidade pela Gecoi, visando permitir a avaliação da qualidade dos apontamentos existentes nas Fichas de Verificação de Conformidade (FVC), bem como verificar se as não-conformidades foram efetivamente regularizadas pelas agências.

A segunda amostra contemplou operações não verificadas por Gecoi, visando evitar distorções nas conclusões da auditoria, tendo em vista que somente as operações encaminhadas para verificação de conformidade poderiam não ser suficientes para representar a população.

Também foi realizada análise comparativa entre os dois grupos de operações (verificadas por Gecoi / não verificadas por Gecoi), ao final da aplicação dos testes de auditoria em cada agência, visando detectar eventuais divergências no processo de verificação entre os dois grupos de operações examinados e identificação de suas causas.

#### Riscos e Limitações da Auditoria

Os testes e conclusões de auditoria estão limitados aos pontos de verificação constantes dos papéis de trabalho, ao período de abrangência estabelecido neste documento, observadas as peculiaridades registradas no plano amostral.

As avaliações basearam-se em informações, documentos e dados obtidos junto às dependências visitadas e sistemas do Banco. Inconsistências não detectadas em dados e informações recebidas, ou o não fornecimento de informações e documentos pelas áreas, podem interferir na qualidade das conclusões.

O trabalho está sujeito ao risco de detecção, relacionado à eficácia dos procedimentos adotados, e risco de amostragem, situação em que os resultados obtidos podem diferir caso fosse analisada toda a população.

Na Diretoria de Governo (Digov), foi avaliado o gerenciamento de riscos e controles relacionados à aplicação de recursos do FCO, no que concerne à aderência às estratégias negociais, às políticas e procedimentos internos e aos parâmetros estabelecidos pelo alocador dos recursos. A gestão dos recursos do FCO mantidos em depósito no Banco é objeto de avaliação de trabalhos vinculados ao processo crítico Captação.

Os dados dos sistemas informatizados foram obtidos através das transações de consulta dos respectivos aplicativos corporativos ou por meio do exame de bases geradas pela área de Tecnologia, cuja forma de extração não foi auditada. A avaliação do desenvolvimento dos aplicativos e sistemas corporativos que suportam as transações não fez parte do escopo deste trabalho.



### Anexo A - Contratações com Valor Superior a R\$ 10 milhões

a) contratadas no Distrito Federal:

Operação Valor: R\$ 60.000.000,00  
nº 4000383 Beneficiário: CEB Distribuição S.A  
Descrição:  
O empreendimento financiado foi expansão da rede distribuição de energia elétrica, no Distrito Federal.  
Trata-se de empreendimento em município com tipologia de baixa renda renda, financiado no programa FCO Empresarial Programa de Infra-estrutura, com valor total do empreendimento de R\$ 86.000.000,00.  
Benefícios:  
Garantia do suprimento de energia elétrica ao mercado consumidor e ao crescimento da demanda de energia elétrica no DF;  
Garantia de instalação de equipamentos de medição a todas as unidades consumidoras da CEB;  
Redução no nível de perdas elétricas;  
Garantia de energia elétrica de alta qualidade.

b) contratadas no Estado de Goiás:

Operação Valor: R\$ 36.000.000,00  
nº 4000414 Beneficiário: Laticínios Bela Vista Ltda.  
Descrição:  
O empreendimento financiado foi a construção de Unidade Industrial para abrigar um torre de secagem de leite com capacidade para 1.000.000 de litros de leite por dia e aquisição de máquinas, equipamentos e instalações a serem utilizados na produção de leite em pó em Piracanjuba (GO).  
Trata-se de empreendimento em município com tipologia de baixa renda, financiado no programa FCO Empresarial Linha de Desenvolvimento Industrial, com valor total do empreendimento de R\$ 51.200.000,00.  
Benefícios:  
A origem da matéria prima (leite in-natura) será de 100% do Estado de Goiás;  
A empresa prevê a geração de 40 novos empregos diretos;  
Estímulo à produção de leite e desenvolvimento de agronegócios;  
Contribuição para modernização do parque industrial do estado;  
Agregação de valor aos produtos regionais (leite in natura);  
Sobre a venda de leite em pó há incidência de ICMS, IR e CSLL, mas a empresa não forneceu os valores a serem gerados.

Operação Valor: R\$ 10.011.868,75  
nº 4000500 Beneficiário: Globoaves São Paulo Agroavícola Ltda.  
Descrição:  
O empreendimento financiado foi a implantação de um complexo avícola para produção de ovos férteis, pintos de um dia e fábrica de ração em Goiatuba-GO.



Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO-Desenvolvimento Rural, com valor total de R\$ 10.011.868,75.

Benefícios:

- incremento da renda de cerca de R\$ 14.500.000,00 milhões/ano;
- incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 1.300.000,00 milhões/ ano;
- aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, que não precisarão transportar sua produção para outros estados consumidores, reduzindo custo de transporte;
- formalização de parceria de fornecimentos de insumos para a empresa, uma vez que o projeto prevê a construção de uma fábrica de ração e silo de depósito;
- participação de toda a cadeia produtiva avícola, o que incentiva o Agronegócio e promove o desenvolvimento e o crescimento das áreas agrícolas da região.

Operação  
nº 4000504

Valor: R\$ 39.406.892,00

Beneficiário: RIALMA COMPANHIA ENERGETICA III S/A.

Descrição:

O empreendimento financiado foi a implantação de Pequena Central Hidrelétrica - PCH, para produção de energia elétrica na modalidade de produtor independente, com potência instalada de 11,60MW, incluindo as instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de subestação da usina com capacidade de 8.500KVA, 13,8/69KV, bem como uma linha de transmissão de 26Km de extensão em 69KV, interligando-a à subestação da CELG em Alvorada do Norte (GO), empreendimento localizado no município de Buritinópolis (GO), mas especificamente no Rio Buritis, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO de Infraestrutura Econômica, com valor total de R\$ 55.936.680,00 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta reais).

Benefícios:

- incremento da renda de cerca de R\$ 12,108 milhões/ano;
- incremento na arrecadação de tributos de cerca de: CUSD R\$ 180.000,00/ano, CCD R\$ 12.000,00/ano, ANEEL R\$ 14.760,00/ano, PIS 0,65% sobre o faturamento bruto, COFINS 3% sobre o faturamento bruto, IRPJ 15% sobre 8% da receita + 10% sobre 8% da receita que exceder R\$ 240.000,00 e CSSL 0,72% (9% sobre 8% da receita);
- aumento no consumo de matéria-prima da própria região para a construção civil do empreendimento, constituída de solo, areia, rocha e cimento, o que beneficiará os produtores locais com exceção do cimento adquirido na Capital Federal.

Operação  
nº 4000529

Valor: R\$ 10.836.004,20

Beneficiário: Cereal Comércio Exportação e Representação Agropecuária Ltda.



Descrição:

O empreendimento financiado foi a expansão da infra-estrutura com a ampliação da capacidade da indústria de esmagamento de soja, ampliação da capacidade de armazenagem de grãos e capital de giro em Rio Verde(GO). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, com valor total de R\$ 17.200.000,00.

Benefícios:

Incremento da renda de cerca de R\$ 73.500 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 5.452 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, possibilitando uma maior oferta de armazenamento para agricultores. O empreendimento permitirá o aumento da produção de esmagamento de soja, contribuindo para a geração de riqueza e desenvolvimento da região.

Operação  
nº 4000612

Valor: R\$ 16.300.120,00

Beneficiário: Televisão Anhanguera S.A.

Descrição:

O empreendimento financiado foi a aquisição de máquinas/equipamentos, móveis/utensílios, obras civis e capital de giro, em Goiânia (GO). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Desenvolvimento Comercial, com valor total de R\$28.385.169,29.

Benefícios:

Conforme informado na Carta-Consulta, nos primeiros anos não há previsão de incremento de renda/arrecadação, tendo em vista que o projeto destina-se à implantação de sinal digital.

c) contratada no Estado do Mato Grosso:

Operação  
nº 2000675

Valor: R\$ 48.176.000,00

Beneficiário: IBÓ ENERGÉTICA S.A.

Descrição:

O empreendimento financiado foi a implantação da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Sete Quedas Altas em Juscimeira (MT). Trata-se de empreendimento em município com tipologia Estagnada, financiado no programa FCO Empresarial – Linha Infra-Estrutura Econômica, com valor total de R\$ 77.652.000,00.

Benefícios:

Incremento da renda de cerca de R\$ 14,8 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 5,0 milhões (PIS/COFINS/CSLL e IR), aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, já que a PCH Sete Quedas, que é geradora de energia elétrica, não é considerada empresa emissora de resíduos que venham comprometer o meio ambiente e o equilíbrio ecológico. O empreendimento é considerado de relevante interesse para os Municípios e localidades a serem atendidas, incrementando a eletrificação rural, irrigação,



agroindústria, comércio e serviços, devendo contribuir para o incremento da demanda de mão de obra rural e fortalecimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Operação  
nº 2020757

Valor: R\$ 100.000.000,00

Beneficiário: Brenco - Companhia Brasileira de Energia Reno

Descrição:

O empreendimento financiado foi a Usina de Bioenergia de alto Taquari, em Alto Taquari (MT). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO de Desenvolvimento Rural, com valor total de R\$ 100.000.000,00.

Benefícios:

incremento da renda de cerca de R\$ 1.200.000.000,00 /ano (faturamento da usina); incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 20.038.794,00/ ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais:

Compra de fertilizantes e combustíveis de fornecedores regionais com base de distribuição em Mato Grosso. Utilização de prestadores de serviços agrícolas e logísticos de Mato Grosso em volume superior a R\$ 30 milhões ano na estabilidade.

Contratação de mão-de-obra local do município de Alto Taquari, tanto para a parte administrativa (50 funcionários), como para a parte operacional (2000 funcionários fixos).

Operação  
nº 4000551

Valor: R\$ 12.124.303,00

Beneficiário: Cavalca Construções e Mineração Ltda.

Descrição:

O empreendimento financiado foi a implantação de uma usina de asfalto, uma usina de britagem e aquisição de equipamentos, conjunto de máquinas e caminhões, para repor e acrescentar ao parque de máquinas da empresa, viabilizando o atendimento da crescente demanda por serviços no setor público e privado para obras de infra-estrutura junto ao PAC, DNIT, SINFRA-MT e Prefeituras, em Cuiabá-MT.

Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Programa de Infra-Estrutura Econômica, com valor total de R\$ 16.202.983,00.

Benefícios:

-incremento da renda de cerca de R\$ 2.000.000,00 milhões/ano;

-incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 500.000,00 mil/ ano;

-aumento na geração de emprego e renda, desenvolvimento regional, melhoramento do transporte rodoviário, aumento da segurança nas rodovias, ruas e estradas.

-os serviços prestados na área de infra-estrutura proporcionam diversos benefícios para a União, Estados, Municípios e cidadãos; incrementa o progresso sócio-econômico da região, repercutindo positivamente na qualidade de vida, estruturação das comunidades, meios de transportes e colaborando para o escoamento da safra agrícola.



Operação  
nº 4001170

Valor: R\$ 11.123.522,62  
Beneficiário: NORTOX S.A.  
Descrição:

- O empreendimento financiado destina-se às seguintes finalidades:
- Investimento destinado à construção de uma unidade de armazenamento com área de 13.200 m<sup>2</sup> em seu parque industrial localizado na cidade de Rondonópolis (MT);
- Capital de Giro a ser utilizado na ampliação da capacidade de armazenagem.
- Trata-se de empreendimento em município com tipologia de Estagnada de Média Renda, financiada no programa FCO Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 24.939.759,02 (obras civis + capital de giro incremental).

Benefícios:

- incremento da renda de cerca de R\$ 412 mil/ano (salários dos novos colaboradores); incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 12 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, pois o Estado do Mato Grosso responde por 15% a 20% do consumo de defensivos agrícolas no Brasil, sendo o principal Estado produtor de soja e de algodão, 2º maior produtor de arroz em casca, possuindo o maior rebanho bovino do país.
- A filial da Nortox em Rondonópolis é a única indústria química de defensivos agrícolas na região Centro-Oeste, não tendo portanto concorrentes localizados próximos a ela. Dentre as vantagens locais, destacamos a produção agropecuária regional com expressivas taxas de crescimento e a emergente posição de Rondonópolis como maior centro de suprimentos e distribuição de insumos, com disponibilidade de infraestrutura econômica e de incentivos fiscais e financeiros e ampla oferta de mão-de-obra. Os principais benefícios sociais do projeto vinculam-se a geração de emprego do empreendimento, tantos diretos como indiretos inseridos pela cadeia do agronegócio.
- A Nortox Centro Oeste contribui ativamente para o desenvolvimento do Município e região e principalmente para a sua sustentabilidade, ofertando produtos/insumos para o setor agropecuário, antes adquiridos de outros Estados.

Operação  
nº 4002249

Valor: R\$ 14.423.755,68  
Beneficiários: DILMA IZABEL DUTRA CORREA, Pedro Correa Neto, Paulo Guilherme Correa e Patricia Correa.

Descrição: O empreendimento financiado foi a aquisição de diversos tratores, 01 reboque, 01 semi reboque, construção de alojamento para funcionários, moradias funcionais, salão comunitário, escola e implantação de cultura de seringa em Cáceres - MT. Trata-se de empreendimento em município com tipologia estagnada, financiado no programa FCO DESENVOLVIMENTO RURAL E PRONATUREZA, com valor total de R\$ 21.038.191,04.

Benefícios:

Incremento da renda de cerca de R\$ 8.444.620,00 por ano, para os



seringueiros que trabalharão na extração do latex, quando o seringal estiver com a capacidade máxima de extração; O investimento gerará 476 empregos diretos na extração do latex, sem contar os empregos indiretos, na industrialização e distribuição da borracha. Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 2.000.000,00. milhões/ ano sobre a venda da seringa quando o seringal estiver na capacidade máxima de produção. O valor será dividido em ICMS, CONFINS, PIS, IR E Contribuição Social. Além disso o regime de Parceria utilizado na extração da seringa contribui para a manutenção da população rural.

d) contratadas no Estado do Mato Grosso do Sul:

Operação nº 4000284	Valor: R\$ 10.179.966,48 Beneficiário: Resimax Plásticos Centro-Oeste Ltda. Descrição: O empreendimento financiado foi a instalação da unidade industrial para ampliar a exploração da atividade de indústria e comércio de compostos, concentrados de cores e aditivos e comercialização e prestação de serviços em resinas plásticas, em Três Lagoas (MS). Trata-se de empreendimento em município com tipologia estagnada, financiado no programa FCO Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 18.459.180,38. Benefícios: Incremento da renda de cerca de R\$ 42.000.000,00 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 7.056.000,00 milhões/ ano, o que beneficiará a região. Inicialmente a empresa gerará 18 postos de serviços chegando em 2010 com 65. Haverá também um aumento de participação do estado no mercado, já que seus principais concorrentes estão localizados na região sudeste.
Operação nº 4000329	Valor: R\$ 14.120.000,00 Beneficiário: USINA AURORA AÇÚCAR E ALCOOL LTDA. Descrição: O empreendimento financiado foi a implantação complementar da usina de álcool e açúcar em Anaurilândia (MS) Trata-se de empreendimento em município com tipologia dinâmica financiado no programa FCO Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 17.650.000,00. Benefícios: Incremento da renda de cerca de R\$ 1.302 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 530 mil/ ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, geração de 158 empregos diretos, empregos indiretos deverá ser em torno de 700 no primeiro ano podendo chegar a 1.500, uma vez que será priorizado a área rural com trabalhos manuais no trato da cana e no corte na época da safra.
Operação nº 4000594	Valor: R\$ 39.960.000,00 Beneficiário: IACO AGRÍCOLA S/A. Descrição:



O empreendimento financiado foi o Projeto que contempla o plantio de cana-de-açúcar, a fertirrigação, a aquisição de máquinas/equipamentos e a construção dos carregadores e dos alojamentos para funcionários, em Chapadão do Sul (MS). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO RURAL, com valor total de R\$ 60.000.000,00.

Benefícios:

Incremento da renda de cerca de R\$ 160 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 9 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, com geração de empregos diretos e indiretos, além de movimentar a economia local.

Operação  
nº 4000681

Valor: R\$ 73.021.645,00

Beneficiário: VCP-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA.

Descrição:

O empreendimento financiado foi a aquisição e montagem da parte nacional do equipamento e processo da "Caldeira de Recuperação" em Três Lagoas-MS. Trata-se de empreendimento, financiado no programa FCO Programa de Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 332.257.305,10.

O empreendimento acima descrito é parte integrante da instalação da fábrica de celulose com capacidade de produção de 1,3 milhão de tonelada de celulose branqueada de eucalipto na cidade de Três Lagoas-MS.

Benefícios:

Os principais Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região com a instalação da fábrica são:

- incremento da renda de cerca de 300% no PIB de Três Lagoas-MS e 13,5% o PIB do Mato Grosso do Sul;
- geração de 700 empregos na fábrica e 2000 na operação florestal;
- incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 30 milhões/ano a partir de 2010.

Operação  
nº 4000902

Valor: R\$ 56.888.000,00

Beneficiário: AGRO ENERGIA SANTA LUZIA LTDA.

Descrição:

O empreendimento financiado foi a implantação de uma usina de açúcar, álcool e cogeração de energia elétrica com o financiamento dos seguintes itens: preparo do solo, plantio mecanizado, tratamentos culturais de cana, planta e insumos em Nova Alvorada do Sul-MS. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Rural Desenvolvimento Rural, com valor total de R\$ 241.792.000,00.

Benefícios:

Incremento da renda de cerca de R\$ 28 milhões/ano; aumento no consumo de matéria-prima da própria região.

Operação  
nº 400958

Valor: R\$ 25.000.000,00

Beneficiário: FLORAGUA AGROFLORESTAL LTDA.

Descrição:



O empreendimento financiado foi a implantação de 5.972,29 ha de lavoura de eucalipto em Três Lagoas-MS (680,09 ha) e Selvíria-MS (5.292,20 ha). Trata-se de empreendimento em município com tipologia estagnada, financiado no programa FCO Rural Pronatureza, com valor total de R\$ 33.938.052,00 (trinta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil e cinquenta e dois reais).

**Benefícios:**

Incremento da renda de cerca de R\$ 14.657.142,86 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 2.491.714,29 milhões/ ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, mão de obra, combustível, oficina mecânica, transporte rodoviários, calcário, adubo, restaurantes locais (refeição), defensivos agrícolas, etc.

Operação  
nº 400980

Valor: R\$ 15.000.000,00

Beneficiário: MÁRIO CELSO LOPES

**Descrição:**

O empreendimento financiado foi o CONFINAMENTO PARA BOVINOS em CAMPO GRANDE MS. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO DESENVOLVIMENTO RURAL, com valor total de R\$ 15.000.000,00.

**Benefícios:**

incremento da renda de cerca de R\$ 5.000.000,00 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 1.000.000,00 milhões/ ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, geração de empregos diretos e indiretos, aumento da demanda por produtos rurais.

Operação  
nº 4001180

Valor: R\$ 10.000.000,00

Beneficiário: COPASUL Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense

**Descrição:**

O empreendimento financiado foi a construção de unidade armazenadora de grãos (6 silos metálicos) com capacidade de armazenagem de 600.000 sacas de cereais e secagem de 250 ton/hora em Navirai-MS. Trata-se de empreendimento em município com tipologia Dinâmica, financiado no programa FCO Infra Estrutura Econômica, com valor total de R\$ 13.591.613,00.

**Benefícios:**

Incremento da renda “fluxo de caixa” de cerca de R\$ 14 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 2,3 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, acelerando o processo de recebimento de cereais, reduzindo o tempo em fila e tempo de colheita, possibilitando também maior espaço para armazenagem e permitindo melhores estratégias de comercialização fora do período de colheita.



**Anexo B - Contratações por Tipologia por Município**

**a) Distrito Federal**

Tipologia	Município	Modalidade	Programa	QTD	Valor
Alta Renda	BRASILIA	Congressual	Comercio e Serviços	1170	112.563.358
Alta Renda	BRASILIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	191	29.650.423
Alta Renda	BRASILIA	Rural	Desenvolvimento Rural	23	4.187.753
Alta Renda	BRASILIA	Empresarial	Infra-estrutura Econômica	2	60.186.410
Alta Renda	BRASILIA	Rural	PRONAF	232	3.811.442
Alta Renda	BRASILIA	Rural	PRONAF RA	18	123.541
Alta Renda	BRASILIA	Rural	PRONATUREZA	1	12.786
Alta Renda	BRASILIA	Rural	Rural - Custeio	4	501.679
Alta Renda	BRASILIA	Empresarial	Turismo Regional	141	9.598.191
Alta Renda	BRASILIA	Empresarial	Comercio e Serviços	1	56.587
Alta Renda	BRAZLANDIA	Empresarial	Comercio e Serviços	1	77.688
Alta Renda	CEILANDIA	Empresarial	Comercio e Serviços	1	126.588
Alta Renda	CRUZEIRO	Empresarial	Turismo Regional	1	199.674
Estagnada	ABADIANIA	Empresarial	Comercio e Serviços	1	99.500
Estagnada	ABADIANIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	1020.122
Estagnada	ABADIANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	485.682
Estagnada	ABADIANIA	Rural	PRONAF	25	660.507
Estagnada	ABADIANIA	Rural	PRONATUREZA	6	337.693
Estagnada	AGUA FRIA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	6	606.788
Estagnada	AGUA FRIA DE GOIAS	Rural	PRONAF	12	159.744
Estagnada	AGUA FRIA DE GOIAS	Rural	PRONAF RA	1	2.419
Estagnada	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Empresarial	Comercio e Serviços	5	333.252
Estagnada	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	1	48.743
Estagnada	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Rural	PRONAF	33	337.901
Estagnada	ALEXANIA	Empresarial	Comercio e Serviços	30	1.455.805
Estagnada	ALEXANIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	22	1.374.640
Estagnada	ALEXANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	22	1.591.452
Estagnada	ALEXANIA	Rural	PRONAF	17	595.344
Estagnada	ALEXANIA	Rural	PRONATUREZA	3	178.940
Estagnada	ALEXANIA	Rural	Rural - Custeio	7	319.543
Estagnada	ALEXANIA	Empresarial	Turismo Regional	9	501.153
Estagnada	CABECEIRAS	Rural	Desenvolvimento Rural	6	340.587
Estagnada	CABECEIRAS	Rural	PRONAF	25	521.454
Estagnada	CIDADE OCIDENTAL	Rural	Desenvolvimento Rural	1	179.987
Estagnada	CIDADE OCIDENTAL	Rural	PRONAF	15	98.892
Estagnada	CIDADE OCIDENTAL	Rural	Rural - Custeio	1	47.227
Estagnada	COCALZINHO DE GOIAS	Empresarial	Comercio e Serviços	7	414.469
Estagnada	COCALZINHO DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	59.089
Estagnada	COCALZINHO DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	14	685.461
Estagnada	COCALZINHO DE GOIAS	Rural	PRONAF	19	179.106
Estagnada	CORUMBA DE GOIAS	Empresarial	Comercio e Serviços	7	317.166
Estagnada	CORUMBA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	11	624.667
Estagnada	CORUMBA DE GOIAS	Rural	PRONAF	12	567.626
Estagnada	CORUMBA DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	3	141.376
Estagnada	CORUMBA DE GOIAS	Rural	Rural - Custeio	1	46.328
Estagnada	CRISTALINA	Empresarial	Comercio e Serviços	26	1.361.399
Estagnada	CRISTALINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	1.521.777
Estagnada	CRISTALINA	Rural	Desenvolvimento Rural	17	1.001.259
Estagnada	CRISTALINA	Rural	PRONAF	1	76.166
Estagnada	CRISTALINA	Rural	PRONAF RA	4	175.771
Estagnada	CRISTALINA	Rural	Rural - Custeio	1	12.000
Estagnada	CRISTALINA	Empresarial	Turismo Regional	1	1.121.266



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Estagnada	FORMOSA	Empresarial	Comercio e Servicos	23	746.746
Estagnada	FORMOSA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	105.980
Estagnada	FORMOSA	Rural	Desenvolvimento Rural	31	2.871.649
Estagnada	FORMOSA	Rural	PRONAF	80	807.143
Estagnada	FORMOSA	Rural	PRONAF-IA	20	272.555
Estagnada	FORMOSA	Rural	Rural - Custeio	1	192.968
Estagnada	FORMOSA	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Estagnada	FORMOSA	Empresarial	Comercio e Servicos	1	196.712
Estagnada	FORMOSO	Rural	Desenvolvimento Rural	3	183.334
Estagnada	FORMOSO	Rural	PRONAF	90	1.057.010
Estagnada	LUZIANIA	Empresarial	Comercio e Servicos	21	1.575.585
Estagnada	LUZIANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	17	2.004.762
Estagnada	LUZIANIA	Rural	PRONAF	318	3.047.571
Estagnada	LUZIANIA	Rural	PRONAF-RA	15	104.984
Estagnada	LUZIANIA	Rural	PRONATUREZA	2	1.595.070
Estagnada	LUZIANIA	Rural	Rural - Custeio	3	418.200
Estagnada	LUZIANIA	Empresarial	Turismo Regional	2	97.500
Estagnada	MIMOSO DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	15.000
Estagnada	MIMOSO DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	1.453.751
Estagnada	MIMOSO DE GOIAS	Rural	PRONAF	60	656.048
Estagnada	MIMOSO DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	93.699
Estagnada	NOVO GAMA	Empresarial	Comercio e Servicos	5	275.808
Estagnada	NOVO GAMA	Rural	PRONAF	2	39.855
Estagnada	PADRE BERNARDO	Empresarial	Comercio e Servicos	15	574.414
Estagnada	PADRE BERNARDO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	112.150
Estagnada	PADRE BERNARDO	Rural	Desenvolvimento Rural	16	1.892.866
Estagnada	PADRE BERNARDO	Rural	PRONAF	50	683.209
Estagnada	PADRE BERNARDO	Rural	PRONAF-RA	19	124.696
Estagnada	PADRE BERNARDO	Rural	PRONATUREZA	3	648.926
Estagnada	PIRENOPOLIS	Empresarial	Comercio e Servicos	20	630.154
Estagnada	PIRENOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	20	1.460.463
Estagnada	PIRENOPOLIS	Rural	PRONAF	193	2.106.870
Estagnada	PIRENOPOLIS	Rural	PRONATUREZA	3	365.525
Estagnada	PIRENOPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	5	306.668
Estagnada	PLANALTINA	Empresarial	Comercio e Servicos	12	780.551
Estagnada	PLANALTINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	0	348.480
Estagnada	PLANALTINA	Rural	Desenvolvimento Rural	9	1.075.897
Estagnada	PLANALTINA	Rural	PRONAF	8	62.900
Estagnada	PLANALTINA	Rural	PRONAF-RA	1	21.509
Estagnada	PLANALTINA	Rural	Rural - Custeio	1	49.690
Estagnada	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Empresarial	Comercio e Servicos	4	78.000
Estagnada	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Rural	Desenvolvimento Rural	3	165.000
Estagnada	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Rural	PRONAF	8	115.525
Estagnada	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Rural	Rural - Custeio	1	63.904
Estagnada	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Empresarial	Turismo Regional	2	50.000
Estagnada	VALPARAISO DE GOIAS	Empresarial	Comercio e Servicos	1	1.000.000
Estagnada	VALPARAISO DE GOIAS	Empresarial	Turismo Regional	2	354.575
Estagnada	VILA BOA	Rural	Desenvolvimento Rural	8	923.718
Estagnada	VILA BOA	Rural	PRONAF	1	8.000
<b>Total</b>				<b>3.433</b>	<b>283.567.494</b>



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

b) Goiás:

Tipologia	Município	Mutualidade	Programa	QTD	Valor
Alta Renda	ABADIA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	1	19.577
Alta Renda	ABADIA DE GOIAS	Rural	PRONAF	15	207.316
Alta Renda	AGUA LIMPA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	226.565
Alta Renda	AGUA LIMPA	Rural	PRONAF	29	252.239
Alta Renda	AGUA LIMPA	Rural	Rural - Cisterno	1	6.168
Alta Renda	ALOANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	31.000
Alta Renda	ALOANDIA	Rural	PRONAF	60	1.308.174
Alta Renda	ANAPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	184	8.357.232
Alta Renda	ANAPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	104	26.447.932
Alta Renda	ANAPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	12	884.477
Alta Renda	ANAPOLIS	Rural	PRONAF	109	1.666.947
Alta Renda	ANAPOLIS	Rural	PRONATUREZA	3	275.012
Alta Renda	ANAPOLIS	Rural	Rural - Cisterno	3	356.353
Alta Renda	ANAPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	27	1.814.507
Alta Renda	ANHANGUERA	Rural	PRONAF	6	204.288
Alta Renda	APARECIDA DE GOIANIA	Empresarial	Comércio e Serviços	72	4.498.427
Alta Renda	APARECIDA DE GOIANIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	68	24.125.786
Alta Renda	APARECIDA DE GOIANIA	Rural	PRONAF	2	11.563
Alta Renda	APARECIDA DE GOIANIA	Empresarial	Turismo Regional	16	772.500
Alta Renda	APARECIDA DO RIO DOCE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	40.500
Alta Renda	APARECIDA DO RIO DOCE	Rural	PRONAF	4	75.447
Alta Renda	APARECIDA DO RIO DOCE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	100.000
Alta Renda	APORE	Empresarial	Comércio e Serviços	4	153.500
Alta Renda	APORE	Rural	Desenvolvimento Rural	8	1.050.975
Alta Renda	APORE	Rural	PRONAF	41	575.167
Alta Renda	APORE	Empresarial	Turismo Regional	2	189.472
Alta Renda	ARACU	Rural	Desenvolvimento Rural	6	323.413
Alta Renda	ARACU	Rural	PRONAF	44	941.238
Alta Renda	ARAGOIANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	107.385
Alta Renda	ARAGOIANIA	Rural	PRONAF	56	780.222
Alta Renda	ARAGOIANIA	Rural	PRONAF RA	1	1.205
Alta Renda	ARAGOIANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	49.807
Alta Renda	BELA VISTA DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	11	1.086.596
Alta Renda	BELA VISTA DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	37.208.000
Alta Renda	BELA VISTA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	19	849.162
Alta Renda	BELA VISTA DE GOIAS	Rural	PRONAF	425	6.331.577
Alta Renda	BELA VISTA DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	47.478
Alta Renda	BOM JESUS DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	35	1.127.000
Alta Renda	BOM JESUS DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	01	288.047
Alta Renda	BOM JESUS DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	20	841.002
Alta Renda	BOM JESUS DE GOIAS	Rural	PRONAF	17	426.297
Alta Renda	BOM JESUS DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	47.478
Alta Renda	BOM JESUS DE GOIAS	Empresarial	Turismo Regional	5	170.000
Alta Renda	BONFINOPOLIS	Rural	PRONAF	7	61.389
Alta Renda	BRACABRANTES	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	50.000
Alta Renda	BRACABRANTES	Rural	Desenvolvimento Rural	1	40.000
Alta Renda	BRACABRANTES	Rural	PRONAF	17	252.000
Alta Renda	BURITI ALFREDE	Empresarial	Comércio e Serviços	14	600.000
Alta Renda	BURITI ALFREDE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	186.100
Alta Renda	BURITI ALFREDE	Rural	Desenvolvimento Rural	20	6.700.007
Alta Renda	BURITI ALFREDE	Rural	PRONAF	14	245.000
Alta Renda	BURITI ALFREDE	Empresarial	Comércio e Serviços	1	1.000
Alta Renda	CACHOEIRA ALTA	Empresarial	Comércio e Serviços	17	872.000
Alta Renda	CACHOEIRA ALTA	Empresarial	Turismo Regional - Ambiental	1	1.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Alta Renda	CACHOEIRA ALTA	Rural	Desenvolvimento Rural	9	541.768
Alta Renda	CACHOEIRA ALTA	Rural	PRONAF	27	655.679
Alta Renda	CACHOEIRA ALTA	Rural	Rural - Custeio	2	213.077
Alta Renda	CACHOEIRA ALTA	Empresarial	Turismo Regional	7	60.000
Alta Renda	CACHOEIRA ALTA	Rural	Desenvolvimento Rural	6	726.586
Alta Renda	CACHOEIRA DOURADA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	305.726
Alta Renda	CACHOEIRA DOURADA	Rural	PRONAF	46	890.882
Alta Renda	CACHOEIRA DOURADA	Rural	Rural - Custeio	1	48.989
Alta Renda	CACU	Empresarial	Comércio e Serviços	16	317.049
Alta Renda	CACU	Rural	Desenvolvimento Rural	16	649.496
Alta Renda	CACU	Rural	PRONAF	126	1.647.495
Alta Renda	CACU	Rural	PRONAF RA	1	4.827
Alta Renda	CACU	Rural	PRONATUREZA	1	170.277
Alta Renda	CACU	Rural	PRONATUREZA	1	49.452
Alta Renda	CAIAPONIA	Empresarial	Comércio e Serviços	3	69.348
Alta Renda	CAIAPONIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	6.012.856
Alta Renda	CAIAPONIA	Rural	Desenvolvimento Rural	50	4.187.841
Alta Renda	CAIAPONIA	Rural	PRONAF	260	7.896.506
Alta Renda	CAIAPONIA	Rural	PRONAF RA	9	193.500
Alta Renda	CAIAPONIA	Rural	Rural - Custeio	1	49.000
Alta Renda	CAIAPONIA	Empresarial	Turismo Regional	1	20.000
Alta Renda	CALDAS NOVAS	Empresarial	Comércio e Serviços	24	902.500
Alta Renda	CALDAS NOVAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	10	405.000
Alta Renda	CALDAS NOVAS	Rural	Desenvolvimento Rural	24	1.101.799
Alta Renda	CALDAS NOVAS	Rural	PRONAF	58	881.094
Alta Renda	CALDAS NOVAS	Empresarial	Turismo Regional	2	198.000
Alta Renda	CALDAZINHA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	48.571
Alta Renda	CALDAZINHA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	8.581
Alta Renda	CALDAZINHA	Rural	PRONAF	120	1.586.596
Alta Renda	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	5	82.000
Alta Renda	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	28	1.450.979
Alta Renda	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	Rural	PRONAF	146	2.324.864
Alta Renda	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	2	210.876
Alta Renda	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	Rural	Rural - Custeio	3	111.586
Alta Renda	CAMPO LIMPO DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	185.500
Alta Renda	CAMPO LIMPO DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	8	504.156
Alta Renda	CAMPO LIMPO DE GOIAS	Rural	PRONAF	59	672.562
Alta Renda	CAMPO LIMPO DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	49.700
Alta Renda	CAMPO LIMPO DE GOIAS	Rural	Rural - Custeio	2	53.015
Alta Renda	CASTELANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	31.902
Alta Renda	CASTELANDIA	Rural	PRONAF	4	85.276
Alta Renda	CATALAO	Empresarial	Comércio e Serviços	51	2.926.667
Alta Renda	CATALAO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	23	1.766.182
Alta Renda	CATALAO	Rural	Desenvolvimento Rural	22	2.712.371
Alta Renda	CATALAO	Rural	PRONAF	122	7.546.726
Alta Renda	CATALAO	Rural	PRONATUREZA	1	722.233
Alta Renda	CATALAO	Empresarial	Turismo Regional	17	625.000
Alta Renda	CAURAI	Rural	Desenvolvimento Rural	4	167.267
Alta Renda	CAURAI	Rural	PRONAF	51	658.989
Alta Renda	CAURAI	Empresarial	Turismo Regional	1	89.000
Alta Renda	CHAPADAO DO CEE	Empresarial	Comércio e Serviços	4	171.000
Alta Renda	CHAPADAO DO CEE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	87.000
Alta Renda	CHAPADAO DO CEE	Rural	Desenvolvimento Rural	7	3.000.000
Alta Renda	CHAPADAO DO CEE	Rural	PRONAF	24	281.000
Alta Renda	CHAPADAO DO CEE	Rural	PRONATUREZA	1	1.000
Alta Renda	CHAPADAO DO CEE	Empresarial	Turismo Regional	2	100.000
Alta Renda	COMARCAIA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	120.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Alta Renda	CORUMBAIBA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	3.046.000
Alta Renda	CORUMBAIBA	Rural	Desenvolvimento Rural	34	1.472.319
Alta Renda	CORUMBAIBA	Rural	PRONAF	112	1.724.855
Alta Renda	CORUMBAIBA	Rural	Rural - Custeio	2	15.000
Alta Renda	CRISTIANOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	89.421
Alta Renda	CRISTIANOPOLIS	Rural	PRONAF	23	417.020
Alta Renda	CROMINIA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	119.060
Alta Renda	CROMINIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	87.460
Alta Renda	CROMINIA	Rural	PRONAF	63	867.480
Alta Renda	CUMARI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	78.000
Alta Renda	CUMARI	Rural	Desenvolvimento Rural	36	1.772.962
Alta Renda	CUMARI	Rural	PRONAF	70	1.503.456
Alta Renda	CUMARI	Rural	PRONATUREZA	1	200.000
Alta Renda	DAMOLANDIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	149.431
Alta Renda	DAMOLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	98.980
Alta Renda	DAMOLANDIA	Rural	PRONAF	10	124.095
Alta Renda	DAVINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	168.528
Alta Renda	DAVINOPOLIS	Rural	PRONAF	70	841.787
Alta Renda	DOVERLANDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	99.817
Alta Renda	DOVERLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	15	720.276
Alta Renda	DOVERLANDIA	Rural	PRONAF	234	5.845.351
Alta Renda	DOVERLANDIA	Rural	PRONAF RA	2	26.497
Alta Renda	GAMELEIRA DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	1	10.000
Alta Renda	GAMELEIRA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	29.595
Alta Renda	GAMELEIRA DE GOIAS	Rural	PRONAF	80	563.319
Alta Renda	GAMELEIRA DE GOIAS	Rural	PRONAF RA	1	42.953
Alta Renda	GAMELEIRA DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	343.853
Alta Renda	GAMELEIRA DE GOIAS	Rural	Rural - Custeio	1	150.000
Alta Renda	GOIANAPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	1	90.500
Alta Renda	GOIANAPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	149.277
Alta Renda	GOIANAPOLIS	Rural	PRONAF	10	177.397
Alta Renda	GOIANDIRA	Empresarial	Comércio e Serviços	21	581.424
Alta Renda	GOIANDIRA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	30.000
Alta Renda	GOIANDIRA	Rural	Desenvolvimento Rural	56	1.351.219
Alta Renda	GOIANDIRA	Rural	PRONAF	130	2.476.562
Alta Renda	GOIANDIRA	Rural	PRONATUREZA	1	170.217
Alta Renda	GOIANIA	Empresarial	Comércio e Serviços	743	74.738.816
Alta Renda	GOIANIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	109	34.071.344
Alta Renda	GOIANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	68.081
Alta Renda	GOIANIA	Rural	PRONAF	7	100.096
Alta Renda	GOIANIA	Empresarial	Turismo Regional	175	10.239.822
Alta Renda	GOIANIA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	529.960
Alta Renda	GOIANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	8	1.923.400
Alta Renda	GOIANIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	44.500
Alta Renda	GOIANIRA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	146.000
Alta Renda	GOIANIRA	Rural	PRONAF	21	212.676
Alta Renda	GOIATUBA	Empresarial	Comércio e Serviços	41	1.171.570
Alta Renda	GOIATUBA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	8	169.760
Alta Renda	GOIATUBA	Rural	Desenvolvimento Rural	55	64.752.854
Alta Renda	GOIATUBA	Rural	PRONAF	64	1.367.644
Alta Renda	GOIATUBA	Rural	PRONAF RA	8	172.000
Alta Renda	GOIATUBA	Rural	PRONATUREZA	1	16.331
Alta Renda	GOIATUBA	Empresarial	Turismo Regional	17	397.096
Alta Renda	GOXALANDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	9	61.430
Alta Renda	GOXALANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	11.000
Alta Renda	GOXALANDIA	Rural	PRONAF	22	241.331
Alta Renda	GOXALANDIA	Empresarial	Turismo Regional	1	12.500

40



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Alta Renda	GOUVELANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	79.000
Alta Renda	GUAPO	Empresarial	Comércio e Serviços	1	40.000
Alta Renda	GUAPO	Rural	Desenvolvimento Rural	2	658.854
Alta Renda	GUAPO	Rural	PRONAF	57	665.000
Alta Renda	GUAPO	Rural	PRONAF RA	6	55.000
Alta Renda	GUAPO	Rural	PRONATUREZA	1	47.400
Alta Renda	GUAPO	Empresarial	Turismo Regional	1	60.000
Alta Renda	HEITORAI	Empresarial	Comércio e Serviços	1	25.000
Alta Renda	HEITORAI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	50.000
Alta Renda	HEITORAI	Rural	Desenvolvimento Rural	4	207.210
Alta Renda	HEITORAI	Rural	PRONAF	117	1.148.927
Alta Renda	HEITORAI	Rural	PRONAF RA	1	4.000
Alta Renda	HIDROLANDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	58.000
Alta Renda	HIDROLANDIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	98.043
Alta Renda	HIDROLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	0	904.000
Alta Renda	HIDROLANDIA	Rural	PRONAF	81	679.908
Alta Renda	HIDROLANDIA	Rural	PRONATUREZA	1	245.750
Alta Renda	INACIOLANDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	7	224.047
Alta Renda	INACIOLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	8	417.444
Alta Renda	INACIOLANDIA	Rural	PRONAF	57	1.154.075
Alta Renda	INACIOLANDIA	Rural	PRONATUREZA	1	30.000
Alta Renda	INACIOLANDIA	Rural	Rural - Custeio	1	0.550
Alta Renda	INHUMAS	Empresarial	Comércio e Serviços	31	1.514.919
Alta Renda	INHUMAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	19	955.570
Alta Renda	INHUMAS	Rural	Desenvolvimento Rural	8	364.948
Alta Renda	INHUMAS	Rural	PRONAF	178	2.180.957
Alta Renda	INHUMAS	Rural	PRONATUREZA	1	46.900
Alta Renda	INHUMAS	Empresarial	Turismo Regional	2	70.000
Alta Renda	IPAMERI	Empresarial	Comércio e Serviços	45	1.765.900
Alta Renda	IPAMERI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	18	807.000
Alta Renda	IPAMERI	Rural	Desenvolvimento Rural	30	3.174.857
Alta Renda	IPAMERI	Rural	PRONAF	175	2.217.000
Alta Renda	IPAMERI	Rural	PRONATUREZA	5	797.000
Alta Renda	IPAMERI	Rural	Rural - Custeio	1	10.000
Alta Renda	IPAMERI	Empresarial	Turismo Regional	7	185.000
Alta Renda	ITABERAÍ	Empresarial	Comércio e Serviços	15	1.572.000
Alta Renda	ITABERAÍ	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	135.000
Alta Renda	ITABERAÍ	Rural	Desenvolvimento Rural	28	1.203.073
Alta Renda	ITABERAÍ	Rural	PRONAF	200	4.867.152
Alta Renda	ITABERAÍ	Rural	PRONAF RA	8	58.000
Alta Renda	ITABERAÍ	Empresarial	Turismo Regional	1	15.000
Alta Renda	ITAGUARI	Empresarial	Comércio e Serviços	1	50.000
Alta Renda	ITAGUARI	Rural	Desenvolvimento Rural	1	14.000
Alta Renda	ITAGUARI	Rural	PRONAF	174	1.654.002
Alta Renda	ITAGUARI	Empresarial	Comércio e Serviços	1	142.000
Alta Renda	ITAGUARI	Rural	Desenvolvimento Rural	1	23.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Rural	PRONAF	140	2.473.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Empresarial	Comércio e Serviços	2	70.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Rural	Desenvolvimento Rural	11	1.740.190
Alta Renda	ITAJAÍ	Rural	PRONAF	14	287.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Empresarial	Comércio e Serviços	8	180.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	60.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Rural	Desenvolvimento Rural	18	1.965.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Rural	PRONAF	82	1.719.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Rural	Rural - Custeio	1	10.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Empresarial	Turismo Regional	1	70.000
Alta Renda	ITAJAÍ	Rural	Desenvolvimento Rural	4	70.000

40



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Alta Renda ITAUCU	Empresarial	Comércio e Serviços	1	27.183
Alta Renda ITAUCU	Rural	Desenvolvimento Rural	8	411.437
Alta Renda ITAUCU	Rural	PRONAF	94	1.745.231
Alta Renda ITAUCU	Rural	Rural - Custeio	1	119.551
Alta Renda ITUMBIARA	Empresarial	Comércio e Serviços	40	4.780.512
Alta Renda ITUMBIARA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	272.250
Alta Renda ITUMBIARA	Rural	Desenvolvimento Rural	22	1.785.789
Alta Renda ITUMBIARA	Rural	PRONAF	53	1.063.644
Alta Renda ITUMBIARA	Rural	Rural - Custeio	2	122.164
Alta Renda ITUMBIARA	Empresarial	Turismo Regional	15	657.200
Alta Renda JARAQUA	Empresarial	Comércio e Serviços	5	233.351
Alta Renda JARAQUA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	18	964.650
Alta Renda JARAQUA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	571.943
Alta Renda JARAQUA	Rural	PRONAF	310	5.207.898
Alta Renda JARAQUA	Rural	PRONATUREZA	1	47.876
Alta Renda JATAI	Empresarial	Comércio e Serviços	79	3.527.716
Alta Renda JATAI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	20	1.256.100
Alta Renda JATAI	Rural	Desenvolvimento Rural	31	11.421.211
Alta Renda JATAI	Rural	PRONAF	130	2.064.907
Alta Renda JATAI	Rural	PRONATUREZA	1	292.678
Alta Renda JATAI	Empresarial	Turismo Regional	16	877.160
Alta Renda JATAI	Rural	Desenvolvimento Rural	1	30.000
Alta Renda JESUPOLIS	Rural	PRONAF	30	270.460
Alta Renda JOVIANIA	Empresarial	Comércio e Serviços	12	309.533
Alta Renda JOVIANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	10	760.939
Alta Renda JOVIANIA	Rural	PRONAF	67	1.945.943
Alta Renda JOVIANIA	Rural	PRONAF RA	1	21.500
Alta Renda LAGOA SANTA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	49.900
Alta Renda LAGOA SANTA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	99.480
Alta Renda LAGOA SANTA	Rural	PRONAF	1	4.112
Alta Renda LAGOA SANTA	Empresarial	Turismo Regional	1	19.247
Alta Renda LEOPOLDO DE BULHOES	Rural	Desenvolvimento Rural	5	541.965
Alta Renda LEOPOLDO DE BULHOES	Rural	PRONAF	82	886.248
Alta Renda LEOPOLDO DE BULHOES	Rural	PRONAF RA	1	21.500
Alta Renda LEOPOLDO DE BULHOES	Rural	PRONATUREZA	4	258.314
Alta Renda MAIRIPOTABA	Rural	Desenvolvimento Rural	8	256.182
Alta Renda MAIRIPOTABA	Rural	PRONAF	78	1.327.376
Alta Renda MARZAGAO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	210.045
Alta Renda MARZAGAO	Rural	PRONAF	3	39.550
Alta Renda MAURILANDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	3	265.770
Alta Renda MAURILANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	176.943
Alta Renda MAURILANDIA	Rural	PRONAF	13	531.125
Alta Renda MINEIROS	Empresarial	Comércio e Serviços	37	1.314.991
Alta Renda MINEIROS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	11	550.000
Alta Renda MINEIROS	Rural	Desenvolvimento Rural	19	12.825.579
Alta Renda MINEIROS	Rural	PRONAF	250	3.457.802
Alta Renda MINEIROS	Rural	PRONATUREZA	1	49.900
Alta Renda MINEIROS	Empresarial	Turismo Regional	73	626.000
Alta Renda MONTIVIDU	Empresarial	Comércio e Serviços	2	64.000
Alta Renda MONTIVIDU	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	220.000
Alta Renda MONTIVIDU	Rural	Desenvolvimento Rural	5	620.382
Alta Renda MONTIVIDU	Rural	PRONAF	65	1.711.700
Alta Renda MONTIVIDU	Empresarial	Turismo Regional	1	40.000
Alta Renda MOURINHOS	Empresarial	Comércio e Serviços	21	1.000.700
Alta Renda MOURINHOS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	1.017.050
Alta Renda MOURINHOS	Rural	Desenvolvimento Rural	14	4.712.884
Alta Renda MOURINHOS	Rural	PRONAF	272	7.360.708

40



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Alta Renda	MORRINHOS	Rural	PRONAF RA	34	616.349
Alta Renda	MORRINHOS	Rural	PRONAF FURLEZA	3	175.975
Alta Renda	MORRINHOS	Rural	Rural - Custeio	2	196.609
Alta Renda	MORRINHOS	Empresarial	Turismo Regional	2	140.000
Alta Renda	MORRINHOS	Rural	Desenvolvimento Rural	4	269.219
Alta Renda	NEROPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	8	634.298
Alta Renda	NEROPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	250.857
Alta Renda	NEROPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	4	174.878
Alta Renda	NEROPOLIS	Rural	PRONAF	18	209.342
Alta Renda	NEROPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	3	116.200
Alta Renda	NOVA AURORA	Rural	Desenvolvimento Rural	25	908.996
Alta Renda	NOVA AURORA	Rural	PRONAF	43	820.642
Alta Renda	NOVA AURORA	Rural	Rural - Custeio	2	39.486
Alta Renda	NOVA VENEZA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	58.000
Alta Renda	NOVA VENEZA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	68.000
Alta Renda	NOVA VENEZA	Rural	PRONAF	60	1.004.399
Alta Renda	ORIZONA	Empresarial	Comércio e Serviços	5	178.257
Alta Renda	ORIZONA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	215.000
Alta Renda	ORIZONA	Rural	Desenvolvimento Rural	24	1.061.456
Alta Renda	ORIZONA	Rural	PRONAF	755	12.820.409
Alta Renda	OURO VERDE DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	8	286.112
Alta Renda	OURO VERDE DE GOIAS	Rural	PRONAF	67	941.117
Alta Renda	OUVIDOR	Empresarial	Comércio e Serviços	1	61.000
Alta Renda	OUVIDOR	Rural	Desenvolvimento Rural	3	147.254
Alta Renda	OUVIDOR	Rural	PRONAF	53	648.418
Alta Renda	OUVIDOR	Empresarial	Turismo Regional	1	60.000
Alta Renda	PALESTINA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	17	851.857
Alta Renda	PALESTINA DE GOIAS	Rural	PRONAF	68	990.810
Alta Renda	PALMELO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	47.481
Alta Renda	PALMELO	Rural	PRONAF	7	121.445
Alta Renda	PALMELO	Rural	PRONATURLEZA	1	30.000
Alta Renda	PANAMA	Rural	Desenvolvimento Rural	5	188.758
Alta Renda	PANAMA	Rural	PRONAF	38	486.615
Alta Renda	PARANAIGUARA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	86.275
Alta Renda	PARANAIGUARA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	49.168
Alta Renda	PARANAIGUARA	Rural	Desenvolvimento Rural	5	224.635
Alta Renda	PARANAIGUARA	Rural	PRONAF	17	315.086
Alta Renda	PARANAIGUARA	Rural	PRONATURLEZA	2	142.000
Alta Renda	PARANAIGUARA	Rural	Rural - Custeio	1	142.000
Alta Renda	PARANAIGUARA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	30.000
Alta Renda	PEROLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	74.621
Alta Renda	PEROLANDIA	Rural	PRONAF	13	251.733
Alta Renda	PETROLINA DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	2	173.207
Alta Renda	PETROLINA DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	40.000
Alta Renda	PETROLINA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	13	1.181.509
Alta Renda	PETROLINA DE GOIAS	Rural	PRONAF	296	3.820.281
Alta Renda	PIRACANJUBA	Empresarial	Comércio e Serviços	25	1.090.150
Alta Renda	PIRACANJUBA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	184.590
Alta Renda	PIRACANJUBA	Rural	Desenvolvimento Rural	24	1.467.512
Alta Renda	PIRACANJUBA	Rural	PRONAF	164	4.387.874
Alta Renda	PIRACANJUBA	Rural	PRONATURLEZA	1	17.120
Alta Renda	PIRACANJUBA	Empresarial	Turismo Regional	1	60.000
Alta Renda	PIRES DO RIO	Empresarial	Comércio e Serviços	22	699.400
Alta Renda	PIRES DO RIO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	10	553.728
Alta Renda	PIRES DO RIO	Rural	Desenvolvimento Rural	11	644.100
Alta Renda	PIRES DO RIO	Rural	PRONAF	141	1.017.895
Alta Renda	PIRES DO RIO	Rural	PRONATURLEZA	1	11.937

46



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Alta Renda	PIRES DO RIO	Empresarial	Turismo Regional	2	323.709
Alta Renda	PONTALINA	Empresarial	Comércio e Serviços	7	689.394
Alta Renda	PONTALINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	618.760
Alta Renda	PONTALINA	Rural	Desenvolvimento Rural	37	1.057.159
Alta Renda	PONTALINA	Rural	PRONAF	467	9.076.243
Alta Renda	PONTALINA	Rural	PRONAF RA	11	150.402
Alta Renda	PORTEIRAÓ	Rural	Desenvolvimento Rural	4	338.756
Alta Renda	PORTEIRAÓ	Rural	PRONAF	1	15.005
Alta Renda	PORTELANDIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	267.627
Alta Renda	PORTELANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	3	125.923
Alta Renda	PORTELANDIA	Rural	PRONAF	72	619.668
Alta Renda	PORTELANDIA	Rural	PRONAF RA	2	9.026
Alta Renda	PROFESSOR JAMIL	Rural	Desenvolvimento Rural	1	11.558
Alta Renda	PROFESSOR JAMIL	Rural	PRONAF	10	156.904
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	46	3.021.219
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	21	927.185
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	19	950.773
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Rural	PRONAF	215	2.933.004
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Rural	PRONAF RA	1	18.091
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Rural	PRONATUREZA	2	190.336
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Rural	Rural - Custeio	2	149.975
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	2	76.000
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	102	6.549.194
Alta Renda	QUIRINOPOLIS	Rural	PRONATUREZA	1	85.481
Alta Renda	RIO QUENTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	56.000
Alta Renda	RIO QUENTE	Rural	Desenvolvimento Rural	7	253.767
Alta Renda	RIO QUENTE	Rural	PRONAF	16	293.785
Alta Renda	RIO QUENTE	Empresarial	Turismo Regional	1	60.000
Alta Renda	RIO VERDE	Empresarial	Comércio e Serviços	135	6.194.263
Alta Renda	RIO VERDE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	27	12.450.266
Alta Renda	RIO VERDE	Rural	Desenvolvimento Rural	38	42.665.566
Alta Renda	RIO VERDE	Rural	PRONAF	690	14.975.305
Alta Renda	RIO VERDE	Rural	PRONATUREZA	2	151.909
Alta Renda	RIO VERDE	Rural	Rural - Custeio	2	216.659
Alta Renda	RIO VERDE	Empresarial	Turismo Regional	30	1.398.053
Alta Renda	RIO VERDE	Empresarial	Turismo Regional	1	256.000
Alta Renda	RIO VERDE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	99.999
Alta Renda	SANTA CRUZ DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	11	1.681.937
Alta Renda	SANTA CRUZ DE GOIAS	Rural	PRONAF	124	3.816.356
Alta Renda	SANTA CRUZ DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	551.551
Alta Renda	SANTA HELENA DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	17	639.998
Alta Renda	SANTA HELENA DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	12	594.779
Alta Renda	SANTA HELENA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	39	1.347.609
Alta Renda	SANTA HELENA DE GOIAS	Rural	PRONAF	89	1.008.195
Alta Renda	SANTA RITA DO ARAUJUA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	131.422
Alta Renda	SANTA ROSA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	135.008
Alta Renda	SANTA ROSA DE GOIAS	Rural	PRONAF	58	817.701
Alta Renda	SANTA ROSA DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	17.876
Alta Renda	SANTO ANTONIO DA BARRA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	77.200
Alta Renda	SANTO ANTONIO DA BARRA	Rural	PRONAF	14	654.508
Alta Renda	SANTO ANTONIO DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	60.000
Alta Renda	SANTO ANTONIO DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	182.228
Alta Renda	SÃO FRANCISCO DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	96.000
Alta Renda	SÃO FRANCISCO DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	11.294
Alta Renda	SÃO FRANCISCO DE GOIAS	Rural	PRONAF	11	62.121
Alta Renda	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO	Empresarial	Comércio e Serviços	1	27.700



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Alta Renda	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	Rural	PRONAF	145	11.401.711
Alta Renda	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	Rural	PRONATUREZA	1	40.214
Alta Renda	SAO SIMAO	Empresarial	Comercio e Servicos	2	169.483
Alta Renda	SAO SIMAO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	27.000
Alta Renda	SAO SIMAO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	104.217
Alta Renda	SAO SIMAO	Rural	PRONAF	1	18.000
Alta Renda	SAO SIMAO	Empresarial	Turismo Regional	2	114.000
Alta Renda	SENADOR CANEDO	Empresarial	Comercio e Servicos	4	160.000
Alta Renda	SENADOR CANEDO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	6	9.375.038
Alta Renda	SENADOR CANEDO	Rural	PRONAF	16	210.314
Alta Renda	SERRANOPOLIS	Empresarial	Comercio e Servicos	20	681.217
Alta Renda	SERRANOPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	78.000
Alta Renda	SERRANOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	25	3.193.461
Alta Renda	SERRANOPOLIS	Rural	PRONAF	28	619.291
Alta Renda	SERRANOPOLIS	Rural	PRONATUREZA	2	235.979
Alta Renda	SERRANOPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	2	57.000
Alta Renda	SILVANIA	Empresarial	Comercio e Servicos	10	374.912
Alta Renda	SILVANIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	105.000
Alta Renda	SILVANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	18	1.339.272
Alta Renda	SILVANIA	Rural	PRONAF	311	2.273.076
Alta Renda	SILVANIA	Rural	PRONATUREZA	3	395.807
Alta Renda	TAQUARAL DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	212.747
Alta Renda	TAQUARAL DE GOIAS	Rural	PRONAF	96	1.105.015
Alta Renda	TEREZOPOLIS DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	52.010
Alta Renda	TEREZOPOLIS DE GOIAS	Rural	PRONAF	7	111.590
Alta Renda	TEREZOPOLIS DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	108.022
Alta Renda	TEREZOPOLIS DE GOIAS	Empresarial	Turismo Regional	1	90.000
Alta Renda	TRES RANCHOS	Empresarial	Comercio e Servicos	1	45.000
Alta Renda	TRES RANCHOS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	140.608
Alta Renda	TRES RANCHOS	Rural	PRONAF	65	845.317
Alta Renda	TRINDADE	Empresarial	Comercio e Servicos	12	679.543
Alta Renda	TRINDADE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	1.275.204
Alta Renda	TRINDADE	Rural	Desenvolvimento Rural	8	453.704
Alta Renda	TRINDADE	Rural	PRONAF	79	420.542
Alta Renda	URUTAI	Rural	Desenvolvimento Rural	11	808.808
Alta Renda	URUTAI	Rural	PRONAF	53	511.250
Alta Renda	URUTAI	Rural	PRONATUREZA	1	155.219
Alta Renda	VIANOPOLIS	Empresarial	Comercio e Servicos	6	219.665
Alta Renda	VIANOPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	419.177
Alta Renda	VIANOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	15	1.284.979
Alta Renda	VIANOPOLIS	Rural	PRONAF	243	3.045.657
Alta Renda	VIANOPOLIS	Rural	PRONATUREZA	1	24.845
Alta Renda	VIANOPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	1	45.000
Alta Renda	VICENTINOPOLIS	Empresarial	Comercio e Servicos	8	221.000
Alta Renda	VICENTINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	11	1.022.800
Alta Renda	VICENTINOPOLIS	Rural	PRONAF	58	876.957
Alta Renda	VICENTINOPOLIS	Rural	Rural - Custeio	1	140.000
Distritos	ALTO PARAISO DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	7	1.153.811
Distritos	ALTO PARAISO DE GOIAS	Rural	PRONAF	1	385.000
Distritos	ALTO PARAISO DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	1	1.200.000
Distritos	ALTO PARAISO DE GOIAS	Empresarial	Turismo Regional	3	190.791
Distritos	ALVORADA DO NORTE	Empresarial	Comercio e Servicos	2	80.000
Distritos	ALVORADA DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	20.000
Distritos	ALVORADA DO NORTE	Rural	PRONAF	1	20.000
Distritos	ARAGARIAS	Empresarial	Comercio e Servicos	2	100.000



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Dinâmica	ARAGARCAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	241.000
Dinâmica	ARAGARCAS	Rural	Desenvolvimento Rural	5	247.446
Dinâmica	ARAGARCAS	Rural	PRONAF	38	464.005
Dinâmica	ARAGARCAS	Rural	PRONAF RA	2	8.042
Dinâmica	ARAGARCAS	Empresarial	Turismo Regional	1	40.000
Dinâmica	ARAGUAPAZ	Rural	Desenvolvimento Rural	7	1.515.922
Dinâmica	ARAGUAPAZ	Rural	PRONAF	44	517.359
Dinâmica	ARAGUAPAZ	Rural	PRONAF RA	3	14.946
Dinâmica	ARENOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	32	1.059.404
Dinâmica	ARENOPOLIS	Rural	PRONAF	208	5.908.434
Dinâmica	ARENOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	1	210.000
Dinâmica	ARUANA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	105.000
Dinâmica	ARUANA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	2.913.000
Dinâmica	ARUANA	Rural	PRONAF	22	536.947
Dinâmica	ARUANA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	204.810
Dinâmica	BALIZA	Rural	Desenvolvimento Rural	14	671.552
Dinâmica	BALIZA	Rural	PRONAF	14	542.573
Dinâmica	BALIZA	Rural	PRONAF RA	62	1.329.763
Dinâmica	BOM JARDIM DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	8	2.38.722
Dinâmica	BOM JARDIM DE GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	59.890
Dinâmica	BOM JARDIM DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	64	2.173.850
Dinâmica	BOM JARDIM DE GOIAS	Empresarial	Infra-estrutura Econômica	1	126.000
Dinâmica	BOM JARDIM DE GOIAS	Rural	PRONAF	230	4.071.084
Dinâmica	BOM JARDIM DE GOIAS	Rural	PRONAF RA	6	27.989
Dinâmica	BOM JARDIM DE GOIAS	Rural	Rural - Custeio	7	190.644
Dinâmica	BOM JARDIM DE GOIAS	Empresarial	Turismo Regional	5	104.000
Dinâmica	BRITANIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	50.000
Dinâmica	BRITANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	6	548.355
Dinâmica	BRITANIA	Rural	PRONAF	7	136.008
Dinâmica	BRITANIA	Rural	PRONATLIREZA	1	17.457
Dinâmica	BRITANIA	Rural	Rural - Custeio	2	450.000
Dinâmica	BURITINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	56.678
Dinâmica	BURITINOPOLIS	Empresarial	Infra-estrutura Econômica	1	29.406.892
Dinâmica	BURITINOPOLIS	Rural	PRONAF	6	24.588
Dinâmica	CAMPOS BELOS	Empresarial	Comércio e Serviços	3	123.133
Dinâmica	CAMPOS BELOS	Rural	Desenvolvimento Rural	20	1.237.000
Dinâmica	CAMPOS BELOS	Rural	PRONAF	30	180.820
Dinâmica	CAVALCANTE	Empresarial	Comércio e Serviços	8	401.000
Dinâmica	CAVALCANTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	48.000
Dinâmica	CAVALCANTE	Rural	Desenvolvimento Rural	4	551.491
Dinâmica	CAVALCANTE	Rural	PRONAF	61	1.351.757
Dinâmica	CAVALCANTE	Empresarial	Turismo Regional	8	250.000
Dinâmica	COLINAS DO SUL	Rural	Desenvolvimento Rural	1	127.042
Dinâmica	COLINAS DO SUL	Rural	PRONAF	98	921.048
Dinâmica	COLINAS DO SUL	Rural	PRONATLIREZA	1	32.131
Dinâmica	COLINAS DO SUL	Rural	Rural - Custeio	1	37.077
Dinâmica	CRIXAS	Empresarial	Comércio e Serviços	1	149.000
Dinâmica	CRIXAS	Rural	Desenvolvimento Rural	44	2.140.896
Dinâmica	CRIXAS	Rural	PRONAF	67	666.000
Dinâmica	CRIXAS	Rural	PRONATLIREZA	1	167.518
Dinâmica	DAMIANOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	1	40.000
Dinâmica	DAMIANOPOLIS	Rural	PRONAF	51	476.840
Dinâmica	DIORAMA	Rural	Desenvolvimento Rural	17	840.000
Dinâmica	DIORAMA	Rural	PRONAF	129	1.864.487
Dinâmica	ESPERANCA	Rural	PRONAF RA	2	2.000
Dinâmica	GUANOPOLIS DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	1	127.000
Dinâmica	GUANOPOLIS DE GOIAS	Rural	PRONAF	2	1.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dinâmica	FAINA	Rural	Desenvolvimento Rural	31	1.450.842
Dinâmica	FAINA	Rural	PRONAF	191	1.152.066
Dinâmica	FAINA	Rural	PRONAF RA	1	1.145
Dinâmica	FAINA	Empresarial	Turismo Regional	2	75.600
Dinâmica	FLORES DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	6	1.975.408
Dinâmica	FLORES DE GOIAS	Rural	PRONAF	9	82.607
Dinâmica	FLORES DE GOIAS	Rural	PRONAF RA	5	31.146
Dinâmica	GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	24	614.165
Dinâmica	GOIAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	148.562
Dinâmica	GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	42	2.487.320
Dinâmica	GOIAS	Rural	PRONAF	266	4.615.089
Dinâmica	GOIAS	Rural	PRONAF RA	61	1.071.854
Dinâmica	GOIAS	Empresarial	Turismo Regional	6	126.800
Dinâmica	GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	135.141
Dinâmica	GUARANI DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	5	770.482
Dinâmica	GUARANI DE GOIAS	Rural	PRONAF	29	154.707
Dinâmica	GUARANI DE GOIAS	Rural	PRONAF RA	10	44.087
Dinâmica	LACIARA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	866.374
Dinâmica	LACIARA	Rural	PRONAF	15	77.395
Dinâmica	ITAPIRAPUA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	90.099
Dinâmica	ITAPIRAPUA	Rural	Desenvolvimento Rural	39	3.882.676
Dinâmica	ITAPIRAPUA	Rural	PRONAF	251	6.536.893
Dinâmica	ITAPIRAPUA	Rural	PRONAF RA	7	34.478
Dinâmica	JUSSARA	Empresarial	Comércio e Serviços	24	1.384.438
Dinâmica	JUSSARA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	224.094
Dinâmica	JUSSARA	Rural	Desenvolvimento Rural	55	4.259.214
Dinâmica	JUSSARA	Rural	PRONAF	230	3.750.189
Dinâmica	JUSSARA	Rural	PRONAF RA	10	49.710
Dinâmica	JUSSARA	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Dinâmica	MAMBAI	Empresarial	Comércio e Serviços	5	736.019
Dinâmica	MAMBAI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	29.980
Dinâmica	MAMBAI	Rural	Desenvolvimento Rural	2	89.590
Dinâmica	MAMBAI	Rural	PRONAF	2	15.725
Dinâmica	MATRINCHA	Empresarial	Comércio e Serviços	3	111.700
Dinâmica	MATRINCHA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	76.000
Dinâmica	MATRINCHA	Rural	Desenvolvimento Rural	18	870.928
Dinâmica	MATRINCHA	Rural	PRONAF	136	2.555.827
Dinâmica	MATRINCHA	Rural	PRONAF RA	2	12.912
Dinâmica	MONTA ALEGRE DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	37	2.030.715
Dinâmica	MONTA ALEGRE DE GOIAS	Rural	PRONAF	18	179.667
Dinâmica	MONTA ALEGRE DE GOIAS	Rural	PRONAF RA	5	88.416
Dinâmica	MONTES CLAROS DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	5	212.800
Dinâmica	MONTES CLAROS DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	49	2.775.177
Dinâmica	MONTES CLAROS DE GOIAS	Rural	PRONAF	138	2.783.962
Dinâmica	MONTES CLAROS DE GOIAS	Rural	PRONAF RA	12	185.842
Dinâmica	MONTES CLAROS DE GOIAS	Rural	Rural - Cisterna	1	260.572
Dinâmica	MOZARLANDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	50.000
Dinâmica	MOZARLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	786.599
Dinâmica	MOZARLANDIA	Rural	PRONAF	15	187.497
Dinâmica	MOZARLANDIA	Rural	PRONAF TURFEZA	2	66.583
Dinâmica	MOZARLANDIA	Rural	Rural - Cisterna	1	1.500
Dinâmica	MUNDO NOVO	Rural	Desenvolvimento Rural	2	66.160
Dinâmica	MUNDO NOVO	Rural	PRONAF	173	2.746.704
Dinâmica	NOVA CRIÇAS	Rural	Desenvolvimento Rural	21	1.175.133
Dinâmica	NOVA CRIÇAS	Rural	PRONAF	1	1.000
Dinâmica	NOVA RIMA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	412.554
Dinâmica	NOVA RIMA	Rural	PRONAF	11	2.111.111



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dinâmica	NOVA ROMA	Rural	PRONAF RA	24	150.889
Dinâmica	NOVO PLANALTO	Empresarial	Comércio e Serviços	1	49.589
Dinâmica	NOVO PLANALTO	Rural	Desenvolvimento Rural	9	1.439.717
Dinâmica	NOVO PLANALTO	Rural	PRONAF	3	21.464
Dinâmica	NOVO PLANALTO	Rural	PRONAF RA	24	133.199
Dinâmica	NOVO PLANALTO	Rural	PRONATURREZA	1	29.500
Dinâmica	PIRANHAS	Empresarial	Comércio e Serviços	13	279.994
Dinâmica	PIRANHAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	48.000
Dinâmica	PIRANHAS	Rural	Desenvolvimento Rural	51	3.492.721
Dinâmica	PIRANHAS	Rural	PRONAF	498	11.535.776
Dinâmica	PIRANHAS	Rural	PRONAF RA	42	188.498
Dinâmica	PIRANHAS	Empresarial	Turismo Regional	2	61.909
Dinâmica	POSSE	Empresarial	Comércio e Serviços	6	355.394
Dinâmica	POSSE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	65.250
Dinâmica	POSSE	Rural	Desenvolvimento Rural	10	1.155.315
Dinâmica	POSSE	Rural	PRONAF	81	377.721
Dinâmica	POSSE	Rural	PRONAF RA	194	1.194.373
Dinâmica	POSSE	Empresarial	Turismo Regional	1	49.000
Dinâmica	SANTA FE DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	1	30.000
Dinâmica	SANTA FE DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	12	659.637
Dinâmica	SANTA FE DE GOIAS	Rural	PRONAF	67	932.786
Dinâmica	SANTA FE DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	6	287.172
Dinâmica	SÃO DOMINGOS	Rural	Desenvolvimento Rural	15	153.227
Dinâmica	SÃO DOMINGOS	Rural	PRONAF	18	1.612.587
Dinâmica	SÃO JOÃO D'ALIANÇA	Rural	Desenvolvimento Rural	75	1.173.296
Dinâmica	SÃO JOÃO D'ALIANÇA	Rural	PRONAF	77	1.173.296
Dinâmica	SÃO JOÃO D'ALIANÇA	Rural	PRONAF RA	5	34.984
Dinâmica	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	Empresarial	Comércio e Serviços	15	471.451
Dinâmica	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	9	409.877
Dinâmica	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	Rural	Desenvolvimento Rural	27	5.570.655
Dinâmica	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	Rural	PRONAF	251	3.617.730
Dinâmica	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	Rural	PRONAF RA	10	91.296
Dinâmica	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	Empresarial	Turismo Regional	4	178.909
Dinâmica	SIMOLÂNDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	4.518
Dinâmica	SIMOLÂNDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	29.936
Dinâmica	SIMOLÂNDIA	Rural	PRONAF	3	18.305
Dinâmica	SÍTIO D'ABADIA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	212.196
Dinâmica	SÍTIO D'ABADIA	Rural	PRONAF	14	206.251
Dinâmica	TERESINA DE GOIAS	Rural	PRONAF	3	35.133
Dinâmica	URAPURU	Rural	Desenvolvimento Rural	5	220.889
Dinâmica	URAPURU	Rural	PRONAF	189	1.828.311
Estagnada	ACREÚNA	Empresarial	Comércio e Serviços	7	127.699
Estagnada	ACREÚNA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	49.600
Estagnada	ACREÚNA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	248.115
Estagnada	ACREÚNA	Rural	PRONAF	12	877.177
Estagnada	ACREÚNA	Rural	Rural - Cessão	1	91.625
Estagnada	ADELÂNDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	10.989
Estagnada	ADELÂNDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	75.236
Estagnada	ADELÂNDIA	Rural	PRONAF	84	691.680
Estagnada	ALTO HORIZONTE	Empresarial	Comércio e Serviços	4	68.388
Estagnada	ALTO HORIZONTE	Rural	Desenvolvimento Rural	7	478.144
Estagnada	ALTO HORIZONTE	Rural	PRONAF	21	15.171
Estagnada	AMARALINA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	20.968
Estagnada	AMARALINA	Rural	PRONAF	14	1.128
Estagnada	AMERICANO DO BRASIL	Empresarial	Comércio e Serviços	3	186.000
Estagnada	AMERICANO DO BRASIL	Rural	Desenvolvimento Rural	4	17.000
Estagnada	AMERICANO DO BRASIL	Rural	PRONAF	51	692.000
Estagnada	AMERICANO DO BRASIL	Empresarial	Turismo Regional	1	10.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Estagnada	AMORINOPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	2	90.000
Estagnada	AMORINOPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	24.000
Estagnada	AMORINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	11	180.050
Estagnada	AMORINOPOLIS	Rural	PRONAF	63	697.007
Estagnada	ANICUNS	Empresarial	Comércio e Serviços	18	755.517
Estagnada	ANICUNS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	10	970.870
Estagnada	ANICUNS	Rural	Desenvolvimento Rural	20	1.238.057
Estagnada	ANICUNS	Rural	PRONAF	186	4.335.149
Estagnada	ANICUNS	Rural	PRONATUREZA	6	1.928.359
Estagnada	ANICUNS	Empresarial	Turismo Regional	1	20.000
Estagnada	AURILANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	5	249.637
Estagnada	AURILANDIA	Rural	PRONAF	76	700.945
Estagnada	AVELINOPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	2	100.000
Estagnada	AVELINOPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	49.900
Estagnada	AVELINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	49.957
Estagnada	AVELINOPOLIS	Rural	PRONAF	30	321.502
Estagnada	BARRO ALTO	Empresarial	Comércio e Serviços	2	72.855
Estagnada	BARRO ALTO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	51.511
Estagnada	BARRO ALTO	Rural	Desenvolvimento Rural	3	437.700
Estagnada	BARRO ALTO	Rural	PRONAF	28	289.497
Estagnada	BONOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	12	10.367.493
Estagnada	BONOPOLIS	Rural	PRONAF	12	425.703
Estagnada	BURITI DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	11	406.090
Estagnada	BURITI DE GOIAS	Rural	PRONAF	144	2.015.004
Estagnada	CACHOEIRA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	99.830
Estagnada	CACHOEIRA DE GOIAS	Rural	PRONAF	10	143.085
Estagnada	CAMPESTRE DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	552.500
Estagnada	CAMPESTRE DE GOIAS	Rural	PRONAF	9	135.004
Estagnada	CAMPESTRE DE GOIAS	Rural	PRONAF RA	8	44.428
Estagnada	CAMPINACU	Rural	Desenvolvimento Rural	6	279.862
Estagnada	CAMPINACU	Rural	PRONAF	52	319.832
Estagnada	CAMPINORTE	Empresarial	Comércio e Serviços	22	818.762
Estagnada	CAMPINORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	8	470.199
Estagnada	CAMPINORTE	Rural	PRONAF	64	660.754
Estagnada	CAMPINORTE	Empresarial	Turismo Regional	2	144.038
Estagnada	CAMPOS VERDES	Empresarial	Comércio e Serviços	3	20.000
Estagnada	CAMPOS VERDES	Rural	Desenvolvimento Rural	3	375.168
Estagnada	CAMPOS VERDES	Rural	PRONAF	61	692.953
Estagnada	CARMO DO RIO VERDE	Empresarial	Comércio e Serviços	6	238.503
Estagnada	CARMO DO RIO VERDE	Rural	Desenvolvimento Rural	7	358.776
Estagnada	CARMO DO RIO VERDE	Rural	PRONAF	102	2.154.007
Estagnada	CARMO DO RIO VERDE	Rural	PRONATUREZA	1	30.475
Estagnada	CERES	Empresarial	Comércio e Serviços	4	180.441
Estagnada	CERES	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	16	787.664
Estagnada	CERES	Rural	Desenvolvimento Rural	9	693.668
Estagnada	CERES	Rural	PRONAF	87	917.642
Estagnada	CERES	Empresarial	Turismo Regional	1	98.000
Estagnada	CEZARINA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	40.000
Estagnada	CEZARINA	Rural	Desenvolvimento Rural	9	665.471
Estagnada	CEZARINA	Rural	PRONAF	95	615.318
Estagnada	CEZARINA	Rural	PRONATUREZA	1	44.800
Estagnada	CORREGO DO OURO	Empresarial	Comércio e Serviços	3	104.078
Estagnada	CORREGO DO OURO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	60.000
Estagnada	CORREGO DO OURO	Rural	Desenvolvimento Rural	25	1.088.100
Estagnada	CORREGO DO OURO	Rural	PRONAF	1	27.000
Estagnada	DEALINA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	40.000
Estagnada	DEALINA	Rural	Desenvolvimento Rural	11	180.000

60



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Estagnada	EDEALINA	Rural	PRONAF	101	1.804.401
Estagnada	EDEIA	Empresarial	Comércio e Serviços	17	784.468
Estagnada	EDEIA	Rural	Desenvolvimento Rural	26	1.394.392
Estagnada	EDEIA	Rural	PRONAF	56	897.384
Estagnada	EDEIA	Rural	Rural - Cuiabá	1	70.000
Estagnada	EDEIA	Empresarial	Turismo Regional	1	30.000
Estagnada	ESTRELA DO NORTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	49.500
Estagnada	ESTRELA DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	2	209.650
Estagnada	ESTRELA DO NORTE	Rural	PRONAF	23	178.595
Estagnada	FAZENDA NOVA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	14.143
Estagnada	FAZENDA NOVA	Rural	Desenvolvimento Rural	34	1.585.767
Estagnada	FAZENDA NOVA	Rural	PRONAF	683	6.321.643
Estagnada	FAZENDA NOVA	Rural	PRONAF RA	1	4.998
Estagnada	FAZENDA NOVA	Rural	Rural - Cuiabá	1	15.458
Estagnada	FIRMINOPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	2	111.495
Estagnada	FIRMINOPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	15.200
Estagnada	FIRMINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	11	414.306
Estagnada	FIRMINOPOLIS	Rural	PRONAF	148	1.482.546
Estagnada	FIRMINOPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	1	11.000
Estagnada	GOIANESIA	Empresarial	Comércio e Serviços	35	1.244.918
Estagnada	GOIANESIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	503.500
Estagnada	GOIANESIA	Rural	Desenvolvimento Rural	18	737.634
Estagnada	GOIANESIA	Rural	PRONAF	42	532.088
Estagnada	GOIANESIA	Rural	PRONATUREZA	1	234.811
Estagnada	GOIANESIA	Rural	Rural - Cuiabá	1	150.001
Estagnada	GOIANESIA	Empresarial	Turismo Regional	10	510.700
Estagnada	GUARAITA	Rural	Desenvolvimento Rural	3	677.953
Estagnada	GUARAITA	Rural	PRONAF	160	991.418
Estagnada	GUARAITA	Rural	PRONATUREZA	1	178.231
Estagnada	GUARINÓS	Rural	Desenvolvimento Rural	4	508.256
Estagnada	GUARINÓS	Rural	PRONAF	147	1.116.575
Estagnada	HIDROLINA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	49.000
Estagnada	HIDROLINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	94.000
Estagnada	HIDROLINA	Rural	Desenvolvimento Rural	17	679.976
Estagnada	HIDROLINA	Rural	PRONAF	151	1.201.446
Estagnada	HIDROLINA	Rural	PRONATUREZA	1	283.156
Estagnada	HIDROLINA	Empresarial	Turismo Regional	1	78.400
Estagnada	INDIARA	Empresarial	Comércio e Serviços	10	223.655
Estagnada	INDIARA	Rural	Desenvolvimento Rural	15	1.384.523
Estagnada	INDIARA	Rural	PRONAF	57	972.629
Estagnada	INDIARA	Rural	Rural - Cuiabá	1	13.059
Estagnada	INDIARA	Empresarial	Turismo Regional	6	128.000
Estagnada	IPIRANGA DE GOIAS	Empresarial	Comércio e Serviços	1	30.000
Estagnada	IPIRANGA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	84.856
Estagnada	IPIRANGA DE GOIAS	Rural	PRONAF	154	1.728.827
Estagnada	IPORÁ	Empresarial	Comércio e Serviços	10	640.500
Estagnada	IPORÁ	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	197.150
Estagnada	IPORÁ	Rural	Desenvolvimento Rural	16	677.900
Estagnada	IPORÁ	Rural	PRONAF	615	3.286.800
Estagnada	IPORÁ	Rural	PRONAF RA	1	51.155
Estagnada	IPORÁ	Empresarial	Turismo Regional	2	94.851
Estagnada	ISRAELÂNDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	8	359.403
Estagnada	ISRAELÂNDIA	Rural	PRONAF	37	1.761.696
Estagnada	ITAPACÉ	Empresarial	Comércio e Serviços	10	407.700
Estagnada	ITAPACÉ	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	51.155
Estagnada	ITAPACÉ	Rural	Desenvolvimento Rural	26	1.277.581
Estagnada	ITAPACÉ	Rural	PRONAF	15	1.049.117



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Estagnada	ITAPACI	Rural	PRONAF RA	2	17.795
Estagnada	ITAPURANGA	Empresarial	Comercio e Servicos	16	688.865
Estagnada	ITAPURANGA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	20	1.830.087
Estagnada	ITAPURANGA	Rural	Desenvolvimento Rural	34	1.246.857
Estagnada	ITAPURANGA	Rural	PRONAF	221	6.676.571
Estagnada	ITAPURANGA	Rural	PRONATUREZA	1	8.674
Estagnada	ITAPURANGA	Rural	Rural - Custeio	2	48.409
Estagnada	ITAPURANGA	Empresarial	Turismo Regional	2	80.000
Estagnada	IVOLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	10	454.825
Estagnada	IVOLANDIA	Rural	PRONAF	99	1.267.217
Estagnada	JANDAIA	Empresarial	Comercio e Servicos	3	48.000
Estagnada	JANDAIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	8.750
Estagnada	JANDAIA	Rural	Desenvolvimento Rural	17	4.971.419
Estagnada	JANDAIA	Rural	PRONAF	270	5.394.280
Estagnada	JALPACI	Rural	Desenvolvimento Rural	14	832.358
Estagnada	JALPACI	Rural	PRONAF	40	640.256
Estagnada	MARA ROSA	Empresarial	Comercio e Servicos	17	654.400
Estagnada	MARA ROSA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	193.300
Estagnada	MARA ROSA	Rural	Desenvolvimento Rural	16	887.851
Estagnada	MARA ROSA	Rural	PRONAF	118	1.150.204
Estagnada	MARA ROSA	Empresarial	Turismo Regional	4	210.000
Estagnada	MINACU	Empresarial	Comercio e Servicos	22	727.202
Estagnada	MINACU	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	9.960
Estagnada	MINACU	Rural	Desenvolvimento Rural	4	327.567
Estagnada	MINACU	Rural	PRONAF	181	1.186.006
Estagnada	MINACU	Empresarial	Turismo Regional	7	365.102
Estagnada	MOIPORA	Rural	Desenvolvimento Rural	8	409.137
Estagnada	MOIPORA	Rural	PRONAF	86	1.047.163
Estagnada	MONTIVIDU DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	5	954.669
Estagnada	MONTIVIDU DO NORTE	Rural	PRONAF	40	313.503
Estagnada	MORRO AGUDO DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	135.570
Estagnada	MORRO AGUDO DE GOIAS	Rural	PRONAF	118	723.127
Estagnada	MOSSAMEDES	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	347.300
Estagnada	MOSSAMEDES	Rural	Desenvolvimento Rural	35	1.753.851
Estagnada	MOSSAMEDES	Rural	PRONAF	102	2.802.258
Estagnada	MOSSAMEDES	Rural	PRONATUREZA	1	213.359
Estagnada	MUTUNOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	6	755.522
Estagnada	MUTUNOPOLIS	Rural	PRONAF	31	191.210
Estagnada	MUTUNOPOLIS	Rural	PRONAF RA	1	4.875
Estagnada	NAZARIO	Empresarial	Comercio e Servicos	2	80.000
Estagnada	NAZARIO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	4.003.392
Estagnada	NAZARIO	Rural	Desenvolvimento Rural	5	180.090
Estagnada	NAZARIO	Rural	PRONAF	38	306.150
Estagnada	NIQUELANDIA	Empresarial	Comercio e Servicos	3	182.150
Estagnada	NIQUELANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	46	2.856.156
Estagnada	NIQUELANDIA	Rural	PRONAF	337	4.149.718
Estagnada	NIQUELANDIA	Rural	PRONAF RA	4	15.787
Estagnada	NIQUELANDIA	Rural	PRONATUREZA	1	168.300
Estagnada	NIQUELANDIA	Rural	Rural - Custeio	2	43.104
Estagnada	NIQUELANDIA	Empresarial	Turismo Regional	1	40.000
Estagnada	NOVA AMERICA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	20.000
Estagnada	NOVA AMERICA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	363.906
Estagnada	NOVA AMERICA	Rural	PRONAF	17	1.120.001
Estagnada	NOVA GLORIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	571.177
Estagnada	NOVA GLORIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	166.155
Estagnada	NOVA GLORIA	Rural	PRONAF	15	472.177
Estagnada	NOVA GLORIA	Empresarial	Turismo Regional	1	20.000

60



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Estagnada	NOVA IGUAÇU DE GOIAS	Empresarial	Comercio e Servicos	4	129.000
Estagnada	NOVA IGUAÇU DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	9	328.600
Estagnada	NOVA IGUAÇU DE GOIAS	Rural	PRONAF	23	159.492
Estagnada	NOVO BRASIL	Rural	Desenvolvimento Rural	15	681.401
Estagnada	NOVO BRASIL	Rural	PRONAF	287	1.714.908
Estagnada	PALMEIRAS DE GOIAS	Empresarial	Comercio e Servicos	5	293.000
Estagnada	PALMEIRAS DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	30	7.663.815
Estagnada	PALMEIRAS DE GOIAS	Rural	PRONAF	308	1.170.404
Estagnada	PALMEIRAS DE GOIAS	Rural	PRONAF-RA	27	448.250
Estagnada	PALMEIRAS DE GOIAS	Rural	PRONATUREZA	2	489.294
Estagnada	PALMEIRAS DE GOIAS	Empresarial	Turismo Regional	1	90.000
Estagnada	PALMINOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	8	384.779
Estagnada	PALMINOPOLIS	Rural	PRONAF	97	1.995.449
Estagnada	PARAUNA	Empresarial	Comercio e Servicos	8	167.187
Estagnada	PARAUNA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	79.900
Estagnada	PARAUNA	Rural	Desenvolvimento Rural	13	560.806
Estagnada	PARAUNA	Rural	PRONAF	178	7.681.964
Estagnada	PARAUNA	Rural	PRONATUREZA	1	208.742
Estagnada	PARAUNA	Empresarial	Turismo Regional	1	88.800
Estagnada	PILAR DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	15	923.209
Estagnada	PILAR DE GOIAS	Rural	PRONAF	191	1.425.769
Estagnada	PORANGATU	Empresarial	Comercio e Servicos	24	1.755.403
Estagnada	PORANGATU	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	9	620.995
Estagnada	PORANGATU	Rural	Desenvolvimento Rural	39	3.039.709
Estagnada	PORANGATU	Rural	PRONAF	86	925.420
Estagnada	PORANGATU	Rural	PRONAF-RA	2	7.375
Estagnada	PORANGATU	Empresarial	Turismo Regional	2	100.000
Estagnada	RIALMA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	108.000
Estagnada	RIALMA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	79.543
Estagnada	RIALMA	Rural	PRONAF	76	743.428
Estagnada	RIANAPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	5	529.772
Estagnada	RIANAPOLIS	Rural	PRONAF	6	33.460
Estagnada	RUBIATABA	Empresarial	Comercio e Servicos	24	671.160
Estagnada	RUBIATABA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	198.200
Estagnada	RUBIATABA	Rural	Desenvolvimento Rural	28	801.877
Estagnada	RUBIATABA	Rural	PRONAF	452	6.108.649
Estagnada	RUBIATABA	Empresarial	Turismo Regional	4	70.000
Estagnada	SANCLERLANDIA	Empresarial	Comercio e Servicos	17	777.000
Estagnada	SANCLERLANDIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	182.737
Estagnada	SANCLERLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	25	1.347.186
Estagnada	SANCLERLANDIA	Rural	PRONAF	124	1.085.335
Estagnada	SANCLERLANDIA	Empresarial	Turismo Regional	1	30.000
Estagnada	SANTA BARBARA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	5	292.000
Estagnada	SANTA BARBARA DE GOIAS	Rural	PRONAF	7	31.133
Estagnada	SANTA BARBARA DE GOIAS	Rural	Rural - Cisterna	1	609.000
Estagnada	SANTA ISABEL	Rural	Desenvolvimento Rural	7	262.111
Estagnada	SANTA ISABEL	Rural	PRONAF	74	426.563
Estagnada	SANTA ISABEL	Rural	PRONATUREZA	2	584.192
Estagnada	SANTA RITA DO NORTE DESTINO	Rural	Desenvolvimento Rural	4	325.035
Estagnada	SANTA RITA DO NORTE DESTINO	Rural	PRONAF	13	1.13.841
Estagnada	SANTA TEREZA DE GOIAS	Empresarial	Comercio e Servicos	1	48.000
Estagnada	SANTA TEREZA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	6	612.300
Estagnada	SANTA TEREZA DE GOIAS	Rural	PRONAF	1	60.000
Estagnada	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	Empresarial	Comercio e Servicos	1	772.488



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Estagnado	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	Rural	Desenvolvimento Rural	10	1.850.841
Estagnado	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	Rural	PRONAF	237	2.020.203
Estagnado	SÃO JOÃO DA PARAÍSA	rural	Desenvolvimento Rural	6	2.092.878
Estagnado	SÃO JOÃO DA PARAÍSA	Rural	PRONAF	31	861.942
Estagnado	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	Empresarial	Comércio e Serviços	15	648.432
Estagnado	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	127.000
Estagnado	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	Rural	Desenvolvimento Rural	20	832.299
Estagnado	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	Rural	PRONAF	293	2.948.859
Estagnado	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	Empresarial	Turismo Regional	1	6.500
Estagnado	SÃO LUIZ DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	5	596.058
Estagnado	SÃO LUIZ DO NORTE	Rural	PRONAF	26	191.770
Estagnado	SÃO PATRÍCIO	Rural	Desenvolvimento Rural	3	68.359
Estagnado	SÃO PATRÍCIO	Rural	PRONAF	93	835.295
Estagnado	TROMBAS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	206.333
Estagnado	TROMBAS	Rural	PRONAF	25	379.246
Estagnado	TURVANIA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	110.547
Estagnado	TURVANIA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	684.636
Estagnado	TURVANIA	Rural	PRONAF	78	1.001.259
Estagnado	TURVANIA	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Estagnado	TURVELÂNDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	6	414.170
Estagnado	TURVELÂNDIA	Rural	PRONAF	30	803.386
Estagnado	URUACU	Empresarial	Comércio e Serviços	28	2.090.424
Estagnado	URUACU	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	9	473.999
Estagnado	URUACU	Rural	Desenvolvimento Rural	21	994.934
Estagnado	URUACU	Rural	PRONAF	307	2.385.061
Estagnado	URUACU	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Estagnado	URUANA	Empresarial	Comércio e Serviços	3	150.387
Estagnado	URUANA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	279.320
Estagnado	URUANA	Rural	Desenvolvimento Rural	11	533.083
Estagnado	URUANA	Rural	PRONAF	358	3.345.952
Estagnado	URUANA	Rural	PRONAF RA	1	2.000
Estagnado	VARIAO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	48.450
Estagnado	VARIAO	Rural	PRONAF	77	1.095.777
Estagnado	VARIAO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	102.000
Estagnado	VILA PROPÍCIO	Rural	Desenvolvimento Rural	11	280.539
Estagnado	VILA PROPÍCIO	Rural	PRONAF	34	508.562
Estagnado	VILA PROPÍCIO	Rural	PRONAF RA	1	7.497
Estagnado	VILA PROPÍCIO	Rural	PRONATURREZA	1	32.218
Total				33.154	1.088.576.358

c) Mato Grosso do Sul:

Tipologia	Município	Modalidade	Programa	QTD	Valor
Alta Renda	BANDEIRANTES	Empresarial	Comércio e Serviços	1	48.871
Alta Renda	BANDEIRANTES	Rural	Desenvolvimento Rural	14	1.980.939
Alta Renda	BANDEIRANTES	Rural	PRONAF	17	166.822
Alta Renda	BANDEIRANTES	Rural	PRONAF TURREZA	1	356.437
Alta Renda	CAMPO GRANDE	Empresarial	Comércio e Serviços	300	35.010.870
Alta Renda	CAMPO GRANDE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	119	8.096.153
Alta Renda	CAMPO GRANDE	Rural	Desenvolvimento Rural	15	21.775.124
Alta Renda	CAMPO GRANDE	Rural	PRONAF	7	99.117
Alta Renda	CAMPO GRANDE	Rural	PRONAF RA	67	1.199.273
Alta Renda	CAMPO GRANDE	Rural	PRONAF TURREZA	4	1.000.000
Alta Renda	CAMPO GRANDE	Rural	Rural - Turismo	2	170.000
Alta Renda	CAMPO GRANDE	Empresarial	Turismo Regional	1	278.000



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO

Alta Renda	CAMPO GRANDE	Rural	Desenvolvimento Rural	8	189.670
Alta Renda	CASSILANDIA	Empresarial	Comercio e Serviços	35	1.070.646
Alta Renda	CASSILANDIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	49.508
Alta Renda	CASSILANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	16	2.984.470
Alta Renda	CASSILANDIA	Rural	PRONAF	37	683.670
Alta Renda	CASSILANDIA	Rural	PRONATUREZA	2	185.457
Alta Renda	CASSILANDIA	Rural	Rural - Custeio	4	66.165
Alta Renda	CHAPADA DO SUL	Empresarial	Comercio e Serviços	41	2.492.031
Alta Renda	CHAPADA DO SUL	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	105.000
Alta Renda	CHAPADA DO SUL	Rural	Desenvolvimento Rural	20	17.025.099
Alta Renda	CHAPADA DO SUL	Rural	PRONAF	33	519.532
Alta Renda	CHAPADA DO SUL	Rural	PRONATUREZA	4	680.109
Alta Renda	CHAPADA DO SUL	Rural	Rural - Custeio	6	244.019
Alta Renda	CHAPADA DO SUL	Empresarial	Turismo Regional	3	150.000
Alta Renda	CHAPADA DO SUL	Rural	Desenvolvimento Rural	1	42.962
Alta Renda	CORGUINHO	Rural	Desenvolvimento Rural	10	1.203.281
Alta Renda	CORGUINHO	Rural	Rural - Custeio	3	97.974
Alta Renda	COSTA RICA	Empresarial	Comercio e Serviços	24	1.051.513
Alta Renda	COSTA RICA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	629.962
Alta Renda	COSTA RICA	Rural	Desenvolvimento Rural	32	12.701.759
Alta Renda	COSTA RICA	Rural	PRONAF	37	904.509
Alta Renda	COSTA RICA	Rural	PRONATUREZA	12	193.608
Alta Renda	COSTA RICA	Rural	Rural - Custeio	17	672.943
Alta Renda	COSTA RICA	Empresarial	Turismo Regional	3	150.000
Alta Renda	JARAGUARI	Rural	Desenvolvimento Rural	5	348.273
Alta Renda	JARAGUARI	Rural	PRONAF	14	519.011
Alta Renda	JARAGUARI	Rural	PRONAF RA	37	1.265.475
Alta Renda	JARAGUARI	Rural	PRONATUREZA	3	8870.006
Alta Renda	JARAGUARI	Rural	Rural - Custeio	4	217.521
Alta Renda	RIO NEGRO	Empresarial	Comercio e Serviços	1	169.000
Alta Renda	RIO NEGRO	Rural	Desenvolvimento Rural	4	284.339
Alta Renda	RIO NEGRO	Rural	PRONAF	17	314.234
Alta Renda	RIO NEGRO	Rural	Rural - Custeio	3	138.195
Alta Renda	ROCHEDO	Rural	Desenvolvimento Rural	8	1.030.808
Alta Renda	ROCHEDO	Rural	PRONAF	6	75.833
Alta Renda	ROCHEDO	Rural	PRONAF RA	1	21.500
Alta Renda	ROCHEDO	Rural	Rural - Custeio	2	128.747
Alta Renda	ROCHEDO	Rural	Desenvolvimento Rural	5	168.380
Alta Renda	SIDROLANDIA	Empresarial	Comercio e Serviços	40	2.467.076
Alta Renda	SIDROLANDIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	1.050.000
Alta Renda	SIDROLANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	22	2.957.036
Alta Renda	SIDROLANDIA	Rural	PRONAF	10	1.191.297
Alta Renda	SIDROLANDIA	Rural	PRONAF RA	36	981.928
Alta Renda	SIDROLANDIA	Rural	PRONATUREZA	1	23.462
Alta Renda	SIDROLANDIA	Rural	Rural - Custeio	2	18.000
Alta Renda	SIDROLANDIA	Empresarial	Turismo Regional	7	649.483
Alta Renda	TERENOS	Empresarial	Comercio e Serviços	7	208.863
Alta Renda	TERENOS	Rural	Desenvolvimento Rural	19	4.275.494
Alta Renda	TERENOS	Rural	PRONAF	17	669.308
Alta Renda	TERENOS	Rural	PRONAF RA	26	431.912
Alta Renda	TERENOS	Rural	Rural - Custeio	1	34.880
Alta Renda	TERENOS	Empresarial	Turismo Regional	1	17.000
Dominica	ANAPURANDIA	Empresarial	Comercio e Serviços	1	58.000
Dominica	ANAPURANDIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	14.120.000
Dominica	ANAPURANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	17.000.000
Dominica	ANAPURANDIA	Rural	PRONAF	1	678.427
Dominica	ANAPURANDIA	Rural	PRONAF RA	1	167.800



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dinâmica	ANÁURILÂNDIA	Empresarial	Turismo Regional	1	45.000
Dinâmica	ANGÉLICA	Empresarial	Comércio e Serviços	7	295.804
Dinâmica	ANGÉLICA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	87.286
Dinâmica	ANGÉLICA	Rural	PRONAF	56	693.782
Dinâmica	ANGÉLICA	Rural	Rural - Custeio	7	176.692
Dinâmica	ANGÉLICA	Empresarial	Turismo Regional	1	9.968
Dinâmica	BATAGUASSU	Empresarial	Comércio e Serviços	30	493.756
Dinâmica	BATAGUASSU	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	10.059.884
Dinâmica	BATAGUASSU	Rural	Desenvolvimento Rural	9	867.983
Dinâmica	BATAGUASSU	Rural	PRONAF	73	753.450
Dinâmica	BATAGUASSU	Empresarial	Turismo Regional	16	626.450
Dinâmica	BATAYPORA	Empresarial	Comércio e Serviços	25	340.460
Dinâmica	BATAYPORA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	39.800
Dinâmica	BATAYPORA	Rural	Desenvolvimento Rural	13	958.755
Dinâmica	BATAYPORA	Rural	PRONAF	39	527.024
Dinâmica	BATAYPORA	Rural	PRONAF RA	1	19.350
Dinâmica	BATAYPORA	Rural	PRONATUREZA	1	26.659
Dinâmica	BATAYPORA	Empresarial	Turismo Regional	10	131.900
Dinâmica	CORONEL SAPUCAIA	Empresarial	Comércio e Serviços	3	160.371
Dinâmica	CORONEL SAPUCAIA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	404.790
Dinâmica	CORONEL SAPUCAIA	Rural	PRONAF	9	78.319
Dinâmica	DEODAPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	21	371.345
Dinâmica	DEODAPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	25.575
Dinâmica	DEODAPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	11	681.168
Dinâmica	DEODAPOLIS	Rural	PRONAF	182	3.058.344
Dinâmica	DEODAPOLIS	Rural	PRONATUREZA	1	15.630
Dinâmica	DEODAPOLIS	Rural	Rural - Custeio	11	426.855
Dinâmica	DEODAPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	1	30.000
Dinâmica	ELDORADO	Empresarial	Comércio e Serviços	5	452.543
Dinâmica	ELDORADO	Rural	PRONAF	10	71.450
Dinâmica	ELDORADO	Rural	PRONAF RA	3	12.310
Dinâmica	ELDORADO	Rural	Rural - Custeio	1	34.989
Dinâmica	ELDORADO	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Dinâmica	GLÓRIA DE DOURADOS	Empresarial	Comércio e Serviços	21	597.730
Dinâmica	GLÓRIA DE DOURADOS	Rural	Desenvolvimento Rural	30	17.035.177
Dinâmica	GLÓRIA DE DOURADOS	Rural	PRONAF	127	1.562.622
Dinâmica	GLÓRIA DE DOURADOS	Rural	PRONATUREZA	1	39.952
Dinâmica	GLÓRIA DE DOURADOS	Rural	Rural - Custeio	14	430.483
Dinâmica	GLÓRIA DE DOURADOS	Empresarial	Turismo Regional	6	207.000
Dinâmica	IGUAATEMÍ	Rural	Desenvolvimento Rural	7	1.484.329
Dinâmica	IGUAATEMÍ	Rural	PRONAF	7	81.623
Dinâmica	IGUAATEMÍ	Rural	PRONAF RA	13	236.800
Dinâmica	ITAJUBÁ	Empresarial	Comércio e Serviços	6	349.307
Dinâmica	ITAJUBÁ	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	105.000
Dinâmica	ITAJUBÁ	Rural	Desenvolvimento Rural	2	134.303
Dinâmica	ITAJUBÁ	Rural	PRONAF	58	381.527
Dinâmica	ITAJUBÁ	Rural	PRONAF RA	22	320.000
Dinâmica	ITAJUBÁ	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Dinâmica	ITANHÉMÁ	Empresarial	Comércio e Serviços	13	973.564
Dinâmica	ITANHÉMÁ	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	1.000.500
Dinâmica	ITANHÉMÁ	Rural	Desenvolvimento Rural	19	11.003.889
Dinâmica	ITANHÉMÁ	Rural	PRONAF	223	2.092.000
Dinâmica	ITANHÉMÁ	Empresarial	Turismo Regional	8	259.200
Dinâmica	JAPÓBA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	54.737
Dinâmica	JAPÓBA	Rural	PRONAF RA	5	171.207
Dinâmica	JAPÓBA	Rural	PRONAF RA	5	186.450
Dinâmica	JARDIM	Empresarial	Comércio e Serviços	3	27.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dinâmica	IATÉ	Rural	Desenvolvimento Rural	18	12.555.173
Dinâmica	IATÉ	Rural	PRONAF	101	1.659.305
Dinâmica	IATÉ	Rural	Rural - Custeio	2	72.045
Dinâmica	IATÉ	Empresarial	Turismo Regional	3	121.750
Dinâmica	MUNDO NOVO	Empresarial	Comércio e Serviços	27	1.364.906
Dinâmica	MUNDO NOVO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	273.000
Dinâmica	MUNDO NOVO	Rural	Desenvolvimento Rural	6	691.084
Dinâmica	MUNDO NOVO	Rural	PRONAF	02	1.246.837
Dinâmica	MUNDO NOVO	Rural	PRONAF RA	2	26.000
Dinâmica	MUNDO NOVO	Rural	Rural - Custeio	1	30.782
Dinâmica	MUNDO NOVO	Empresarial	Turismo Regional	3	122.000
Dinâmica	NAVIRAI	Empresarial	Comércio e Serviços	61	3.953.392
Dinâmica	NAVIRAI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	15	6.949.500
Dinâmica	NAVIRAI	Rural	Desenvolvimento Rural	8	848.368
Dinâmica	NAVIRAI	Empresarial	Infra-estrutura Econômica	1	10.000.000
Dinâmica	NAVIRAI	Rural	PRONATUREZA	1	61.144
Dinâmica	NAVIRAI	Rural	Rural - Custeio	3	175.716
Dinâmica	NAVIRAI	Empresarial	Turismo Regional	13	1.796.905
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Empresarial	Comércio e Serviços	97	5.061.577
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	15	410.800
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Rural	Desenvolvimento Rural	25	1.673.481
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Rural	PRONAF	22	1.569.657
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Rural	PRONAF RA	35	752.500
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Rural	PRONATUREZA	1	6.723.064
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Rural	Rural - Custeio	7	203.552
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Empresarial	Turismo Regional	18	906.200
Dinâmica	NOVA ANDRADINA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	58.797
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO SUL	Empresarial	Comércio e Serviços	2	60.700
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO SUL	Rural	PRONAF	219	1.908.770
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO SUL	Empresarial	Turismo Regional	2	80.000
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO SUL	Empresarial	Comércio e Serviços	1	70.000
Dinâmica	PARANHOS	Empresarial	Comércio e Serviços	8	162.000
Dinâmica	PARANHOS	Rural	Desenvolvimento Rural	2	95.000
Dinâmica	PARANHOS	Rural	PRONAF	103	1.753.553
Dinâmica	PARANHOS	Rural	PRONAF RA	1	21.500
Dinâmica	SETE QUEDAS	Empresarial	Comércio e Serviços	17	856.245
Dinâmica	SETE QUEDAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	48.098
Dinâmica	SETE QUEDAS	Rural	Desenvolvimento Rural	19	1.701.711
Dinâmica	SETE QUEDAS	Rural	PRONAF	50	1.842.657
Dinâmica	SETE QUEDAS	Rural	Rural - Custeio	2	43.933
Dinâmica	SETE QUEDAS	Empresarial	Turismo Regional	2	47.000
Dinâmica	TACURU	Empresarial	Comércio e Serviços	3	71.803
Dinâmica	TACURU	Rural	Desenvolvimento Rural	4	204.810
Dinâmica	TACURU	Rural	PRONAF	20	746.670
Dinâmica	TACURU	Rural	Rural - Custeio	1	70.000
Dinâmica	TACURU	Empresarial	Turismo Regional	2	85.000
Dinâmica	TACURU	Rural	Desenvolvimento Rural	3	167.841
Dinâmica	TACURU	Rural	PRONAF	10	571.408
Dinâmica	TACURU	Rural	Rural - Custeio	2	17.007
Estagnada	ALCANTARA	Rural	Desenvolvimento Rural	17	1.796.493
Estagnada	ALCANTARA	Rural	PRONATUREZA	2	781.257
Estagnada	ALCANTARA	Rural	Rural - Custeio	3	28.000
Estagnada	ALCANTARA	Empresarial	Turismo Regional	1	50.438
Estagnada	ALCANTOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	10	2.754.200
Estagnada	ALCANTOPOLIS	Rural	PRONAF	1	60.000
Estagnada	ALCANTOPOLIS	Rural	PRONATUREZA	1	1.110.000
Estagnada	ALCANTOPOLIS	Rural	Rural - Custeio	3	154.800



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste --  
FCO

Estagnada	AMAMBAL	Empresarial	Comercio e Servicos	87	9.140.944
Estagnada	AMAMBAL	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	13	9.056.658
Estagnada	AMAMBAL	Rural	Desenvolvimento Rural	16	2.342.256
Estagnada	AMAMBAL	Rural	PRONAF	75	751.000
Estagnada	AMAMBAL	Rural	PRONAF RA	2	13.979
Estagnada	AMAMBAL	Rural	PRONATUREZA	2	317.146
Estagnada	AMAMBAL	Rural	Rural - Custeio	9	125.155
Estagnada	AMAMBAL	Empresarial	Turismo Regional	21	648.080
Estagnada	ANASTACIO	Empresarial	Comercio e Servicos	19	1.604.625
Estagnada	ANASTACIO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	100.000
Estagnada	ANASTACIO	Rural	Desenvolvimento Rural	31	2.116.219
Estagnada	ANASTACIO	Rural	PRONAF	51	649.674
Estagnada	ANASTACIO	Rural	Rural - Custeio	2	87.500
Estagnada	ANASTACIO	Empresarial	Turismo Regional	2	65.000
Estagnada	ANTONIO JOAO	Rural	Desenvolvimento Rural	8	1.875.095
Estagnada	ANTONIO JOAO	Rural	PRONAF	5	51.650
Estagnada	ANTONIO JOAO	Rural	PRONAF RA	12	256.212
Estagnada	APARECIDA DO TABOADO	Empresarial	Comercio e Servicos	16	482.951
Estagnada	APARECIDA DO TABOADO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	927.512
Estagnada	APARECIDA DO TABOADO	Rural	Desenvolvimento Rural	10	550.306
Estagnada	APARECIDA DO TABOADO	Rural	PRONAF	31	474.246
Estagnada	APARECIDA DO TABOADO	Rural	Rural - Custeio	5	187.450
Estagnada	APARECIDA DO TABOADO	Empresarial	Turismo Regional	5	47.000
Estagnada	AQUIDAUANA	Empresarial	Comercio e Servicos	48	1.913.420
Estagnada	AQUIDAUANA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	254.000
Estagnada	AQUIDAUANA	Rural	Desenvolvimento Rural	25	4.963.795
Estagnada	AQUIDAUANA	Rural	PRONAF	8	167.378
Estagnada	AQUIDAUANA	Rural	Rural - Custeio	5	224.644
Estagnada	AQUIDAUANA	Empresarial	Turismo Regional	8	255.000
Estagnada	ARAL MOREIRA	Empresarial	Comercio e Servicos	9	101.619
Estagnada	ARAL MOREIRA	Rural	Desenvolvimento Rural	13	1.699.258
Estagnada	ARAL MOREIRA	Rural	PRONAF	26	256.736
Estagnada	ARAL MOREIRA	Rural	PRONAF RA	1	19.778
Estagnada	ARAL MOREIRA	Rural	PRONATUREZA	2	40.056
Estagnada	ARAL MOREIRA	Rural	Rural - Custeio	8	488.983
Estagnada	ARAL MOREIRA	Empresarial	Turismo Regional	1	1.000
Estagnada	ARAL MOREIRA	Empresarial	Comercio e Servicos	1	48.100
Estagnada	BELA VISTA	Empresarial	Comercio e Servicos	42	1.614.767
Estagnada	BELA VISTA	Rural	Desenvolvimento Rural	50	3.560.304
Estagnada	BELA VISTA	Rural	PRONAF	41	479.742
Estagnada	BELA VISTA	Rural	PRONAF RA	114	2.265.450
Estagnada	BELA VISTA	Rural	PRONATUREZA	1	98.000
Estagnada	BELA VISTA	Rural	Rural - Custeio	15	455.680
Estagnada	BELA VISTA	Empresarial	Turismo Regional	6	765.000
Estagnada	BOLDQUENA	Empresarial	Comercio e Servicos	4	76.000
Estagnada	BOLDQUENA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	1.551.456
Estagnada	BOLDQUENA	Rural	PRONAF	200	1.074.928
Estagnada	BOLDQUENA	Rural	Rural - Custeio	10	558.981
Estagnada	BONITO	Empresarial	Comercio e Servicos	14	710.241
Estagnada	BONITO	Rural	Desenvolvimento Rural	28	2.796.720
Estagnada	BONITO	Rural	PRONAF	6	87.000
Estagnada	BONITO	Rural	Rural - Custeio	7	312.973
Estagnada	BONITO	Empresarial	Turismo Regional	7	2.426.150
Estagnada	BRASILELANDIA	Empresarial	Comercio e Servicos	16	962.800
Estagnada	BRASILELANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	17	1.747.100
Estagnada	BRASILELANDIA	Rural	PRONAF	17	654.082
Estagnada	BRASILELANDIA	Rural	PRONAF RA	11	215.700



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Estagnada	BRASILANDIA	Rural	Rural - Custeio	2	67.455
Estagnada	BRASILANDIA	Empresarial	Turismo Regional	2	132.790
Estagnada	CAARAPÓ	Empresarial	Comércio e Serviços	24	1.627.276
Estagnada	CAARAPÓ	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	15	463.870
Estagnada	CAARAPÓ	Rural	Desenvolvimento Rural	23	6.229.880
Estagnada	CAARAPÓ	Rural	PRONAF	71	1.472.201
Estagnada	CAARAPÓ	Rural	Rural - Custeio	1	15.312
Estagnada	CAARAPÓ	Empresarial	Turismo Regional	12	404.900
Estagnada	CAMAPUA	Empresarial	Comércio e Serviços	27	1.244.899
Estagnada	CAMAPUA	Rural	Desenvolvimento Rural	34	5.543.750
Estagnada	CAMAPUA	Rural	PRONAF	21	387.696
Estagnada	CAMAPUA	Rural	PRONATUREZA	1	64.128
Estagnada	CAMAPUA	Rural	Rural - Custeio	4	217.723
Estagnada	CAMAPUA	Empresarial	Turismo Regional	4	129.476
Estagnada	CAMAPUA	Rural	Desenvolvimento Rural	5	629.441
Estagnada	CARACOL	Rural	Desenvolvimento Rural	20	1.518.903
Estagnada	CARACOL	Rural	PRONAF	10	163.385
Estagnada	CARACOL	Rural	Rural - Custeio	9	339.000
Estagnada	CORUMBA	Empresarial	Comércio e Serviços	69	4.093.453
Estagnada	CORUMBA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	154.070
Estagnada	CORUMBA	Rural	Desenvolvimento Rural	25	10.294.423
Estagnada	CORUMBA	Rural	PRONAF	4	46.472
Estagnada	CORUMBA	Rural	Rural - Custeio	3	279.990
Estagnada	CORUMBA	Empresarial	Turismo Regional	37	1.600.452
Estagnada	CORUMBA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	49.731
Estagnada	CONIM	Empresarial	Comércio e Serviços	22	926.552
Estagnada	CONIM	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	90.000
Estagnada	CONIM	Rural	Desenvolvimento Rural	10	1.509.785
Estagnada	CONIM	Rural	PRONAF	97	842.391
Estagnada	CONIM	Rural	PRONATUREZA	3	568.719
Estagnada	CONIM	Rural	Rural - Custeio	8	396.100
Estagnada	CONIM	Empresarial	Turismo Regional	1	40.000
Estagnada	DOIS IRMÃOS DO BURITI	Empresarial	Comércio e Serviços	18	654.287
Estagnada	DOIS IRMÃOS DO BURITI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	64.805
Estagnada	DOIS IRMÃOS DO BURITI	Rural	Desenvolvimento Rural	4	425.088
Estagnada	DOIS IRMÃOS DO BURITI	Rural	PRONAF	20	164.383
Estagnada	DOIS IRMÃOS DO BURITI	Rural	PRONAF RA	3	3.028
Estagnada	DOIS IRMÃOS DO BURITI	Rural	Rural - Custeio	2	220.000
Estagnada	DOIS IRMÃOS DO BURITI	Empresarial	Turismo Regional	2	20.000
Estagnada	DOURADINA	Empresarial	Comércio e Serviços	14	424.000
Estagnada	DOURADINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	40.000
Estagnada	DOURADINA	Rural	Desenvolvimento Rural	8	1.423.453
Estagnada	DOURADINA	Rural	PRONAF	65	1.037.276
Estagnada	DOURADINA	Rural	PRONATUREZA	4	54.848
Estagnada	DOURADINA	Rural	Rural - Custeio	2	51.813
Estagnada	DOURADINA	Empresarial	Turismo Regional	2	123.000
Estagnada	DOURADOS	Empresarial	Comércio e Serviços	36	16.247.620
Estagnada	DOURADOS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	52	6.942.333
Estagnada	DOURADOS	Rural	Desenvolvimento Rural	38	8.445.501
Estagnada	DOURADOS	Rural	PRONAF	447	8.890.517
Estagnada	DOURADOS	Rural	PRONAF RA	1	64.415
Estagnada	DOURADOS	Rural	PRONATUREZA	1	58.973
Estagnada	DOURADOS	Rural	Rural - Custeio	20	700.750
Estagnada	DOURADOS	Empresarial	Turismo Regional	60	3.135.798
Estagnada	DOURADOS	Empresarial	Comércio e Serviços	1	60.000
Estagnada	ENTINAS DO SUL	Empresarial	Comércio e Serviços	49	1.681.528
Estagnada	ENTINAS DO SUL	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	20.000

LD



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Estagnada	FATIMA DO SUL	Rural	Desenvolvimento Rural	3	1.843.442
Estagnada	FATIMA DO SUL	Rural	PRONAF	112	1.745.049
Estagnada	FATIMA DO SUL	Rural	PRONATUREZA	2	5.419
Estagnada	FATIMA DO SUL	Rural	Rural - Custeio	8	236.812
Estagnada	FATIMA DO SUL	Empresarial	Turismo Regional	3	187.000
Estagnada	FIGUEIRAO	Rural	Desenvolvimento Rural	16	1.895.414
Estagnada	FIGUEIRAO	Rural	PRONAF	6	142.953
Estagnada	FIGUEIRAO	Rural	Rural - Custeio	5	199.077
Estagnada	GUIA LOPES DA LAGUNA	Empresarial	Comercio e Serviços	11	484.964
Estagnada	GUIA LOPES DA LAGUNA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	307.760
Estagnada	GUIA LOPES DA LAGUNA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	192.090
Estagnada	GUIA LOPES DA LAGUNA	Rural	PRONAF	16	596.846
Estagnada	GUIA LOPES DA LAGUNA	Rural	Rural - Custeio	7	144.550
Estagnada	GUIA LOPES DA LAGUNA	Empresarial	Turismo Regional	4	126.000
Estagnada	INOCENCIA	Empresarial	Comercio e Serviços	1	237.092
Estagnada	INOCENCIA	Rural	Desenvolvimento Rural	17	2.231.178
Estagnada	INOCENCIA	Rural	PRONAF	3	87.655
Estagnada	INOCENCIA	Rural	PRONATUREZA	4	1.213.951
Estagnada	INOCENCIA	Rural	Rural - Custeio	2	184.000
Estagnada	ITAPORA	Empresarial	Comercio e Serviços	37	1.405.996
Estagnada	ITAPORA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	68.222
Estagnada	ITAPORA	Rural	Desenvolvimento Rural	24	4.670.856
Estagnada	ITAPORA	Rural	PRONAF	122	1.775.437
Estagnada	ITAPORA	Rural	Rural - Custeio	3	77.978
Estagnada	ITAPORA	Empresarial	Turismo Regional	5	65.500
Estagnada	JARDIM	Empresarial	Comercio e Serviços	43	1.720.920
Estagnada	JARDIM	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	199.000
Estagnada	JARDIM	Rural	Desenvolvimento Rural	10	850.356
Estagnada	JARDIM	Rural	PRONAF	19	228.473
Estagnada	JARDIM	Rural	PRONAF RA	67	1.440.500
Estagnada	JARDIM	Rural	PRONATUREZA	1	620.017
Estagnada	JARDIM	Rural	Rural - Custeio	9	420.968
Estagnada	JARDIM	Empresarial	Turismo Regional	7	352.763
Estagnada	JUTI	Empresarial	Comercio e Serviços	1	96.000
Estagnada	JUTI	Rural	Desenvolvimento Rural	5	330.918
Estagnada	JUTI	Rural	PRONAF	14	682.100
Estagnada	JUTI	Rural	PRONAF RA	24	457.894
Estagnada	LAGUNA CARAPA	Empresarial	Comercio e Serviços	11	569.600
Estagnada	LAGUNA CARAPA	Rural	Desenvolvimento Rural	14	1.056.112
Estagnada	LAGUNA CARAPA	Rural	PRONAF	65	1.193.218
Estagnada	LAGUNA CARAPA	Rural	PRONATUREZA	1	861.967
Estagnada	LAGUNA CARAPA	Rural	Rural - Custeio	4	128.086
Estagnada	MARACAJU	Empresarial	Comercio e Serviços	14	778.000
Estagnada	MARACAJU	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	548.000
Estagnada	MARACAJU	Rural	Desenvolvimento Rural	56	8.899.081
Estagnada	MARACAJU	Rural	PRONAF	28	605.280
Estagnada	MARACAJU	Rural	Rural - Custeio	4	224.321
Estagnada	MARACAJU	Empresarial	Turismo Regional	4	118.500
Estagnada	MIRANDA	Empresarial	Comercio e Serviços	21	1.150.490
Estagnada	MIRANDA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	22.000
Estagnada	MIRANDA	Rural	Desenvolvimento Rural	19	1.859.022
Estagnada	MIRANDA	Rural	PRONAF	18	388.049
Estagnada	MIRANDA	Rural	PRONAF RA	2	6.375
Estagnada	MIRANDA	Rural	Rural - Custeio	2	117.856
Estagnada	MIRANDA	Empresarial	Turismo Regional	1	1.000.000
Estagnada	NIOBRQUE	Empresarial	Comercio e Serviços	14	508.890
Estagnada	NIOBRQUE	Rural	Desenvolvimento Rural	17	2.657.319



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Estagnada	NIOAQUE	Rural	PRONAF	82	618.795
Estagnada	NIOAQUE	Rural	PRONAF RA	4	43.119
Estagnada	NIOAQUE	Rural	Rural - Custeio	10	518.638
Estagnada	NIOAQUE	Empresarial	Turismo Regional	7	276.000
Estagnada	NOVA ALVORADA DO SUL	Empresarial	Comercio e Servicos	17	518.345
Estagnada	NOVA ALVORADA DO SUL	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	136.000
Estagnada	NOVA ALVORADA DO SUL	Rural	Desenvolvimento Rural	11	58.227.255
Estagnada	NOVA ALVORADA DO SUL	Rural	PRONAF	22	272.389
Estagnada	NOVA ALVORADA DO SUL	Rural	PRONAF RA	5	61.599
Estagnada	NOVA ALVORADA DO SUL	Rural	Rural - Custeio	4	100.802
Estagnada	NOVA ALVORADA DO SUL	Empresarial	Turismo Regional	6	151.500
Estagnada	PARANAIBA	Empresarial	Comercio e Servicos	18	2.216.332
Estagnada	PARANAIBA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	8	242.000
Estagnada	PARANAIBA	Rural	Desenvolvimento Rural	26	3.174.449
Estagnada	PARANAIBA	Rural	PRONAF	26	331.227
Estagnada	PARANAIBA	Rural	PRONATUREZA	2	273.330
Estagnada	PARANAIBA	Rural	Rural - Custeio	10	335.572
Estagnada	PARANAIBA	Empresarial	Turismo Regional	10	275.000
Estagnada	PEDRO GOMES	Empresarial	Comercio e Servicos	5	345.000
Estagnada	PEDRO GOMES	Rural	Desenvolvimento Rural	26	2.181.780
Estagnada	PEDRO GOMES	Rural	PRONAF	54	1.092.494
Estagnada	PEDRO GOMES	Rural	PRONAF RA	8	44.166
Estagnada	PEDRO GOMES	Rural	Rural - Custeio	9	417.294
Estagnada	PONTA PORA	Empresarial	Comercio e Servicos	25	3.353.294
Estagnada	PONTA PORA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	301.083
Estagnada	PONTA PORA	Rural	Desenvolvimento Rural	32	5.383.602
Estagnada	PONTA PORA	Rural	PRONAF	51	630.076
Estagnada	PONTA PORA	Rural	PRONAF RA	429	7.266.071
Estagnada	PONTA PORA	Rural	PRONATUREZA	1	10.815
Estagnada	PONTA PORA	Rural	Rural - Custeio	6	227.736
Estagnada	PONTA PORA	Empresarial	Turismo Regional	3	103.168
Estagnada	PORTO MURTINHO	Empresarial	Comercio e Servicos	28	934.621
Estagnada	PORTO MURTINHO	Rural	Desenvolvimento Rural	25	5.801.445
Estagnada	PORTO MURTINHO	Rural	PRONAF	23	130.492
Estagnada	PORTO MURTINHO	Rural	Rural - Custeio	10	719.000
Estagnada	PORTO MURTINHO	Empresarial	Turismo Regional	10	467.426
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Empresarial	Comercio e Servicos	6	212.374
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	133.000
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Rural	Desenvolvimento Rural	38	5.662.574
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Rural	PRONAF	43	590.443
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Rural	PRONAF RA	11	176.219
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Rural	PRONATUREZA	5	4.640.817
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Rural	Rural - Custeio	7	456.000
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Empresarial	Turismo Regional	2	85.000
Estagnada	RIBAS DO RIO PARDO	Empresarial	Comercio e Servicos	53	1.818.544
Estagnada	RIO BRILHANTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	183.500
Estagnada	RIO BRILHANTE	Rural	Desenvolvimento Rural	20	1.017.540
Estagnada	RIO BRILHANTE	Rural	PRONAF	136	2.348.800
Estagnada	RIO BRILHANTE	Rural	PRONAF RA	41	341.803
Estagnada	RIO BRILHANTE	Rural	Rural - Custeio	7	60.000
Estagnada	RIO BRILHANTE	Empresarial	Turismo Regional	4	331.000
Estagnada	RIO VERDE DE MATO GROSSO	Empresarial	Comercio e Servicos	17	730.705
Estagnada	RIO VERDE DE MATO GROSSO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	31.000
Estagnada	RIO VERDE DE MATO GROSSO	Rural	Desenvolvimento Rural	17	1.123.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Estagnada	RIO VERDE DE MATO GROSSO	Rural	PRONAF	21	190.179
Estagnada	RIO VERDE DE MATO GROSSO	Rural	Rural - Custeio	6	286.515
Estagnada	RIO VERDE DE MATO GROSSO	Empresarial	Turismo Regional	1	75.650
Estagnada	SANTA RITA DO PARDO	Rural	Desenvolvimento Rural	8	1.080.534
Estagnada	SANTA RITA DO PARDO	Rural	PRONAF	53	627.478
Estagnada	SANTA RITA DO PARDO	Rural	PRONAF RA	1	20.694
Estagnada	SÃO GABRIEL DO OESTE	Empresarial	Comércio e Serviços	34	1.670.175
Estagnada	SÃO GABRIEL DO OESTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	631.100
Estagnada	SÃO GABRIEL DO OESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	22	5.750.718
Estagnada	SÃO GABRIEL DO OESTE	Rural	PRONAF	16	326.584
Estagnada	SÃO GABRIEL DO OESTE	Rural	Rural - Custeio	5	161.054
Estagnada	SÃO GABRIEL DO OESTE	Empresarial	Turismo Regional	5	287.400
Estagnada	SELVIRIA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	56.900
Estagnada	SELVIRIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	385.967
Estagnada	SELVIRIA	Rural	Desenvolvimento Rural	3	245.046
Estagnada	SELVIRIA	Rural	PRONAF	3	95.094
Estagnada	SELVIRIA	Rural	PRONATUREZA	1	25.000.000
Estagnada	SONORA	Empresarial	Comércio e Serviços	14	319.100
Estagnada	SONORA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	130.000
Estagnada	SONORA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	286.400
Estagnada	SONORA	Rural	PRONAF	1	1.504
Estagnada	SONORA	Empresarial	Turismo Regional	13	462.690
Estagnada	TRES LAGOAS	Empresarial	Comércio e Serviços	106	5.898.000
Estagnada	TRES LAGOAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	19	93.040.805
Estagnada	TRES LAGOAS	Rural	Desenvolvimento Rural	21	2.814.738
Estagnada	TRES LAGOAS	Rural	PRONAF	27	364.182
Estagnada	TRES LAGOAS	Rural	PRONATUREZA	4	2.023.197
Estagnada	TRES LAGOAS	Rural	Rural - Custeio	3	95.197
Estagnada	TRES LAGOAS	Empresarial	Turismo Regional	10	1.485.105
Estagnada	VICENTINA	Empresarial	Comércio e Serviços	12	386.000
Estagnada	VICENTINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	130.000
Estagnada	VICENTINA	Rural	Desenvolvimento Rural	10	2.785.074
Estagnada	VICENTINA	Rural	PRONAF	68	722.154
Estagnada	VICENTINA	Rural	Rural - Custeio	7	124.711
Estagnada	VISTA ALEGRE	Rural	PRONAF RA	11	58.476
<b>Total</b>				<b>10.583</b>	<b>813.484.045</b>

d) Mato Grosso:

Tipologia	Município	Modalidade	Programa	QTD	Valor
Alta Renda	CAMPO NOVO DO PARCICIS	Empresarial	Comércio e Serviços	20	1.494.727
Alta Renda	CAMPO NOVO DO PARCICIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	515.000
Alta Renda	CAMPO NOVO DO PARCICIS	Rural	Desenvolvimento Rural	4	2.561.054
Alta Renda	CAMPO NOVO DO PARCICIS	Rural	PRONAF	8	156.739
Alta Renda	CAMPO NOVO DO PARCICIS	Empresarial	Turismo Regional	13	564.780
Alta Renda	CAMPO VERDE	Empresarial	Comércio e Serviços	36	2.315.417
Alta Renda	CAMPO VERDE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	11	450.000
Alta Renda	CAMPO VERDE	Rural	Desenvolvimento Rural	3	564.264
Alta Renda	CAMPO VERDE	Rural	PRONAF	50	1.247.000
Alta Renda	CAMPO VERDE	Rural	PRONAF RA	3	176.075
Alta Renda	CAMPO VERDE	Empresarial	Turismo Regional	15	625.977
Alta Renda	CAMPOS ALIADOS	Empresarial	Comércio e Serviços	1	1.000
Alta Renda	CAMPOS DE LÍDIO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	176.000
Alta Renda	CUIABÁ DA ONS DE MATOS ALN	Empresarial	Comércio e Serviços	11	4.540

60



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Alta Renda	CHAPADA DOS GUIMARAES	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	25.000
Alta Renda	CHAPADA DOS GUIMARAES	Rural	Desenvolvimento Rural	17	682.126
Alta Renda	CHAPADA DOS GUIMARAES	Rural	PRONAF	23	159.654
Alta Renda	CHAPADA DOS GUIMARAES	Rural	PRONAF RA	28	721.450
Alta Renda	CHAPADA DOS GUIMARAES	Rural	PRONAF FURZEA	1	20.884
Alta Renda	CHAPADA DOS GUIMARAES	Empresarial	Turismo Regional	2	80.000
Alta Renda	CLAUDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	495.800
Alta Renda	CLAUDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	80.000
Alta Renda	COMODORO	Empresarial	Comércio e Serviços	19	685.700
Alta Renda	COMODORO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	9	298.800
Alta Renda	COMODORO	Rural	Desenvolvimento Rural	2	152.500
Alta Renda	COMODORO	Rural	PRONAF	186	2.716.541
Alta Renda	COMODORO	Empresarial	Turismo Regional	6	289.500
Alta Renda	CONIPO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	518.548
Alta Renda	CUIABA	Empresarial	Comércio e Serviços	555	39.484.181
Alta Renda	CUIABA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	129	24.335.118
Alta Renda	CUIABA	Rural	Desenvolvimento Rural	3	941.024
Alta Renda	CUIABA	Empresarial	Infra-estrutura Econômica	1	12.124.303
Alta Renda	CUIABA	Rural	PRONAF	5	243.229
Alta Renda	CUIABA	Rural	PRONAF RA	3	60.449
Alta Renda	CUIABA	Empresarial	Turismo Regional	125	8.589.658
Alta Renda	DIAMANTINO	Empresarial	Comércio e Serviços	20	824.205
Alta Renda	DIAMANTINO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	16	158.400
Alta Renda	DIAMANTINO	Rural	Desenvolvimento Rural	12	10.029.873
Alta Renda	DIAMANTINO	Rural	PRONAF	2	63.796
Alta Renda	DIAMANTINO	Empresarial	Turismo Regional	19	187.800
Alta Renda	FELIZ NATAL	Empresarial	Comércio e Serviços	7	121.000
Alta Renda	FELIZ NATAL	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	90.000
Alta Renda	FELIZ NATAL	Rural	Desenvolvimento Rural	4	601.883
Alta Renda	FELIZ NATAL	Rural	PRONAF	7	145.766
Alta Renda	FELIZ NATAL	Rural	Desenvolvimento Rural	2	100.000
Alta Renda	FELIZ NATAL	Rural	Desenvolvimento Rural	2	416.800
Alta Renda	IPIRANGA DO NORTE	Rural	PRONAF	1	5.296
Alta Renda	IPIRANGA DO NORTE	Rural	Rural - Cuiabá	1	167.250
Alta Renda	ITANHANGA	Empresarial	Comércio e Serviços	2	98.000
Alta Renda	ITANHANGA	Rural	PRONAF	2	11.992
Alta Renda	ITAUBA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	20.000
Alta Renda	ITAUBA	Rural	Desenvolvimento Rural	6	1.575.181
Alta Renda	ITAUBA	Rural	PRONAF	5	192.920
Alta Renda	ITAUBA	Rural	Rural - Cuiabá	4	400.000
Alta Renda	ITAUBA	Empresarial	Turismo Regional	2	140.176
Alta Renda	LUCAS DO RIO VERDE	Empresarial	Comércio e Serviços	16	1.972.294
Alta Renda	LUCAS DO RIO VERDE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	65.266
Alta Renda	LUCAS DO RIO VERDE	Rural	Desenvolvimento Rural	14	1.899.392
Alta Renda	LUCAS DO RIO VERDE	Rural	PRONAF	12	146.467
Alta Renda	LUCAS DO RIO VERDE	Rural	PRONAF RA	4	85.975
Alta Renda	LUCAS DO RIO VERDE	Empresarial	Turismo Regional	3	1.109.187
Alta Renda	LUCAS DO RIO VERDE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	77.092
Alta Renda	MARCELIÂNDA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	168.800
Alta Renda	MARCELIÂNDA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	142.576
Alta Renda	MARCELIÂNDA	Rural	PRONAF	24	167.864
Alta Renda	NOBRES	Empresarial	Comércio e Serviços	5	127.778
Alta Renda	NOBRES	Rural	Desenvolvimento Rural	1	112.200
Alta Renda	NOBRES	Rural	PRONAF	16	211.598
Alta Renda	NOBRES	Rural	PRONAF RA	1	11.000
Alta Renda	NOBRES	Empresarial	Turismo Regional	1	111.167
Alta Renda	MOSA SENEZINHA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	78.211



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Alta Renda	LIVRAMENTO NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Rural	Desenvolvimento Rural	4	817.483
Alta Renda	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Rural	PRONAF	11	208.456
Alta Renda	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Rural	PRONAF RA	23	89.827
Alta Renda	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Rural	PRONATUREZA	1	32.440
Alta Renda	NOVA MUTUM	Empresarial	Comércio e Serviços	42	1.283.513
Alta Renda	NOVA MUTUM	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	168.090
Alta Renda	NOVA MUTUM	Rural	Desenvolvimento Rural	19	52.671.339
Alta Renda	NOVA MUTUM	Empresarial	Infra-estrutura Econômica	1	2.091.508
Alta Renda	NOVA MUTUM	Rural	PRONAF	6	106.294
Alta Renda	NOVA MUTUM	Rural	PRONAF RA	7	18.000
Alta Renda	NOVA MUTUM	Empresarial	Turismo Regional	4	106.406
Alta Renda	NOVA MUTUM	Empresarial	Comércio e Serviços	3	292.000
Alta Renda	NOVA SANTA HELENA	Rural	Desenvolvimento Rural	9	1.697.153
Alta Renda	NOVA SANTA HELENA	Rural	PRONAF	49	930.430
Alta Renda	NOVA UBIRATA	Empresarial	Comércio e Serviços	8	234.410
Alta Renda	NOVA UBIRATA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	104.000
Alta Renda	NOVA UBIRATA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	4.036.008
Alta Renda	NOVA UBIRATA	Rural	PRONAF	76	3.171.956
Alta Renda	NOVA UBIRATA	Rural	PRONAF RA	1	18.000
Alta Renda	NOVA UBIRATA	Empresarial	Turismo Regional	4	80.000
Alta Renda	NOVA UBIRATA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	72.100
Alta Renda	PRIMAVERA DO LESTE	Empresarial	Comércio e Serviços	58	2.808.853
Alta Renda	PRIMAVERA DO LESTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	14	817.300
Alta Renda	PRIMAVERA DO LESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	7	2.467.704
Alta Renda	PRIMAVERA DO LESTE	Rural	PRONAF	2	138.183
Alta Renda	PRIMAVERA DO LESTE	Rural	PRONATUREZA	1	38.304
Alta Renda	PRIMAVERA DO LESTE	Empresarial	Turismo Regional	21	1.290.000
Alta Renda	SANTA CARMEN	Rural	Desenvolvimento Rural	7	803.644
Alta Renda	SANTA CARMEN	Rural	PRONAF	6	55.000
Alta Renda	SANTA CARMEN	Rural	Desenvolvimento Rural	2	84.500
Alta Renda	SANTA RITA DO TRIVELATO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	100.000
Alta Renda	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	Empresarial	Comércio e Serviços	8	270.000
Alta Renda	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	100.000
Alta Renda	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	Rural	Desenvolvimento Rural	5	6.473.000
Alta Renda	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	Rural	PRONAF	12	2.153.000
Alta Renda	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	Rural	PRONAF RA	10	604.000
Alta Renda	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	Empresarial	Turismo Regional	2	1.200.000
Alta Renda	SAPEZAL	Empresarial	Comércio e Serviços	16	2.216.700
Alta Renda	SAPEZAL	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	100.000
Alta Renda	SAPEZAL	Rural	Desenvolvimento Rural	7	3.102.000
Alta Renda	SAPEZAL	Empresarial	Turismo Regional	10	547.000
Alta Renda	SINOP	Empresarial	Comércio e Serviços	18	4.812.000
Alta Renda	SINOP	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	1.000.000
Alta Renda	SINOP	Rural	Desenvolvimento Rural	1	100.000
Alta Renda	SINOP	Empresarial	Infra-estrutura Econômica	1	100.000
Alta Renda	SINOP	Rural	PRONAF	2	100.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Alta Renda	SINOP	Empresarial	Turismo Regional	12	847.444
Alta Renda	SINOP	Empresarial	Comércio e Serviços	2	301.000
Alta Renda	SINOP	Rural	Desenvolvimento Rural	2	301.000
Alta Renda	SORRISO	Empresarial	Comércio e Serviços	45	2.870.800
Alta Renda	SORRISO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	10	630.000
Alta Renda	SORRISO	Rural	Desenvolvimento Rural	29	1.827.454
Alta Renda	SORRISO	Rural	PRONAF	27	1.067.208
Alta Renda	SORRISO	Empresarial	Turismo Regional	10	737.500
Alta Renda	SORRISO	Rural	Desenvolvimento Rural	4	110.000
Alta Renda	TAPURAH	Empresarial	Comércio e Serviços	2	147.000
Alta Renda	TAPURAH	Rural	Desenvolvimento Rural	4	1.346.700
Alta Renda	TAPURAH	Rural	PRONAF	3	64.200
Alta Renda	VARZEA GRANDE	Empresarial	Comércio e Serviços	121	8.267.481
Alta Renda	VARZEA GRANDE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	62	14.463.487
Alta Renda	VARZEA GRANDE	Rural	PRONAF	3	23.000
Alta Renda	VARZEA GRANDE	Rural	PRONAF RA	160	2.742.789
Alta Renda	VARZEA GRANDE	Empresarial	Turismo Regional	31	1.662.500
Alta Renda	VERA	Empresarial	Comércio e Serviços	11	600.000
Alta Renda	VERA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	8.387.862
Alta Renda	VERA	Rural	Desenvolvimento Rural	5	1.290.832
Alta Renda	VERA	Rural	PRONAF	15	576.132
Alta Renda	VERA	Rural	PRONAF RA	2	9.685
Alta Renda	VERA	Empresarial	Turismo Regional	2	90.000
Alta Renda	VERA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	60.000
Dinâmica	ACORIZAL	Rural	Desenvolvimento Rural	1	368.825
Dinâmica	ACORIZAL	Rural	PRONAF	1	9.861
Dinâmica	ACORIZAL	Rural	PRONAF RA	2	6.827
Dinâmica	AGUA BOA	Empresarial	Comércio e Serviços	45	1.522.834
Dinâmica	AGUA BOA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	8	383.612
Dinâmica	AGUA BOA	Rural	Desenvolvimento Rural	62	2.870.800
Dinâmica	AGUA BOA	Rural	PRONAF	33	1.397.800
Dinâmica	AGUA BOA	Rural	PRONAF RA	39	617.208
Dinâmica	AGUA BOA	Empresarial	Turismo Regional	11	581.417
Dinâmica	ALTA FLORESTA	Empresarial	Comércio e Serviços	6	430.000
Dinâmica	ALTA FLORESTA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	5	180.000
Dinâmica	ALTA FLORESTA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	2.380.711
Dinâmica	ALTA FLORESTA	Rural	PRONAF	120	1.469.389
Dinâmica	ALTA FLORESTA	Empresarial	Turismo Regional	4	100.000
Dinâmica	ALTO ARAGUAIA	Empresarial	Comércio e Serviços	14	630.000
Dinâmica	ALTO ARAGUAIA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	83.000
Dinâmica	ALTO ARAGUAIA	Rural	PRONAF	3	81.000
Dinâmica	ALTO ARAGUAIA	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Dinâmica	ALTO GARCAS	Empresarial	Comércio e Serviços	8	31.270
Dinâmica	ALTO GARCAS	Rural	Desenvolvimento Rural	3	278.708
Dinâmica	ALTO PARAGUAI	Empresarial	Comércio e Serviços	6	24.000
Dinâmica	ALTO PARAGUAI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	40.000
Dinâmica	ALTO PARAGUAI	Rural	PRONAF	11	61.000
Dinâmica	ALTO PARAGUAI	Rural	PRONAF RA	13	62.000
Dinâmica	ALTO TAQUARI	Empresarial	Comércio e Serviços	1	20.000
Dinâmica	ALTO TAQUARI	Rural	Desenvolvimento Rural	2	200.000.000
Dinâmica	ALTO TAQUARI	Rural	PRONAF	1	27.000
Dinâmica	APIACÁS	Rural	Desenvolvimento Rural	4	154.458
Dinâmica	APIACÁS	Rural	PRONAF	60	3.478.873
Dinâmica	APIACÁS	Rural	Desenvolvimento Rural	4	17.000
Dinâmica	ARACATUINA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	10.000
Dinâmica	ARACATUINA	Rural	PRONAF	1	10.000
Dinâmica	ARAPIRANGÁ	Empresarial	Comércio e Serviços	1	10.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dinâmica	ARAPUTANGA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	11	756.787
Dinâmica	ARAPUTANGA	Rural	Desenvolvimento Rural	8	1.157.257
Dinâmica	ARAPUTANGA	Rural	PRONAF	24	1.177.882
Dinâmica	ARAPUTANGA	Rural	PRONAF RA	1	18.881
Dinâmica	ARAPUTANGA	Empresarial	Turismo Regional	5	125.041
Dinâmica	ARAPUTANGA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	97.806
Dinâmica	ARENAPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	28	917.679
Dinâmica	ARENAPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	11	287.400
Dinâmica	ARENAPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	8	540.000
Dinâmica	ARENAPOLIS	Rural	PRONAF	13	1.437.113
Dinâmica	ARENAPOLIS	Rural	PRONAF RA	17	82.370
Dinâmica	ARENAPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	16	556.111
Dinâmica	CAMPINAPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	34	1.246.300
Dinâmica	CAMPINAPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	37	2.169.274
Dinâmica	CAMPINAPOLIS	Rural	PRONAF	341	5.726.389
Dinâmica	CAMPINAPOLIS	Rural	PRONAF RA	8	141.898
Dinâmica	CAMPINAPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	3	90.900
Dinâmica	CANARANA	Empresarial	Comércio e Serviços	31	1.721.151
Dinâmica	CANARANA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	1.240.863
Dinâmica	CANARANA	Rural	Desenvolvimento Rural	55	13.272.301
Dinâmica	CANARANA	Rural	PRONAF	32	1.041.697
Dinâmica	CANARANA	Rural	PRONAF RA	18	24.902
Dinâmica	CANARANA	Empresarial	Turismo Regional	5	150.400
Dinâmica	CANARANA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	157.080
Dinâmica	CARLINDA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	30.000
Dinâmica	CARLINDA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	512.250
Dinâmica	CARLINDA	Rural	PRONAF	26	1.151.046
Dinâmica	CARLINDA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	127.000
Dinâmica	COLIDER	Empresarial	Comércio e Serviços	16	901.854
Dinâmica	COLIDER	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	6	534.111
Dinâmica	COLIDER	Rural	Desenvolvimento Rural	14	1.048.245
Dinâmica	COLIDER	Rural	PRONAF	289	4.710.990
Dinâmica	COLIDER	Empresarial	Turismo Regional	2	330.000
Dinâmica	COLIDER	Rural	Desenvolvimento Rural	12	579.302
Dinâmica	CONQUISTA DOESTE	Rural	PRONAF	242	22.956.147
Dinâmica	FIGUEIROPOLIS DOESTE	Empresarial	Comércio e Serviços	1	179.000
Dinâmica	FIGUEIROPOLIS DOESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	7	321.000
Dinâmica	FIGUEIROPOLIS DOESTE	Rural	PRONAF	170	3.813.311
Dinâmica	FIGUEIROPOLIS DOESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	40.000
Dinâmica	GAUCHA DO NORTE	Empresarial	Comércio e Serviços	1	18.000
Dinâmica	GAUCHA DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	4	955.871
Dinâmica	GAUCHA DO NORTE	Rural	PRONAF	3	257.139
Dinâmica	GAUCHA DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	31.250
Dinâmica	GENERAL CARNEIRO	Rural	Desenvolvimento Rural	4	128.571
Dinâmica	GENERAL CARNEIRO	Rural	PRONAF	14	158.717
Dinâmica	GENERAL CARNEIRO	Rural	PRONAF RA	2	8.147
Dinâmica	GLORIA DOESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	11	887.341
Dinâmica	GLORIA DOESTE	Rural	PRONAF	37	1.466.387
Dinâmica	GLORIA DOESTE	Rural	Rural - Outros	1	14.000
Dinâmica	GUARANTA DO NORTE	Empresarial	Comércio e Serviços	51	2.031.007
Dinâmica	GUARANTA DO NORTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	17	706.300
Dinâmica	GUARANTA DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	10	1.051.312
Dinâmica	GUARANTA DO NORTE	Rural	PRONAF	141	2.711.431
Dinâmica	GUARANTA DO NORTE	Empresarial	Turismo Regional	7	206.000
Dinâmica	GUARANTA DO NORTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	100.000
Dinâmica	GUARATINGA	Empresarial	Comércio e Serviços	8	351.000
Dinâmica	GUARATINGA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	1.000.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dinâmica	GUIRATINGA	Rural	PRONAF	14	150.790
Dinâmica	GUIRATINGA	Rural	PRONAF RA	21	464.588
Dinâmica	GUIRATINGA	Empresarial	Turismo Regional	2	78.000
Dinâmica	INDIAVAI	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	30.980
Dinâmica	INDIAVAI	Rural	Desenvolvimento Rural	2	157.911
Dinâmica	INDIAVAI	Rural	PRONAF	7	171.684
Dinâmica	JANGADA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	50.000
Dinâmica	JANGADA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	186.800
Dinâmica	JANGADA	Rural	PRONAF	14	285.916
Dinâmica	JANGADA	Rural	PRONAF RA	7	18.171
Dinâmica	JAURU	Empresarial	Comércio e Serviços	4	147.000
Dinâmica	JAURU	Rural	Desenvolvimento Rural	2	179.600
Dinâmica	JAURU	Rural	PRONAF	211	1.670.448
Dinâmica	JUARA	Empresarial	Comércio e Serviços	35	1.715.800
Dinâmica	JUARA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	23	1.870.607
Dinâmica	JUARA	Rural	Desenvolvimento Rural	33	3.992.694
Dinâmica	JUARA	Rural	PRONAF	176	4.077.449
Dinâmica	JUARA	Empresarial	Turismo Regional	4	170.000
Dinâmica	JUARA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	50.000
Dinâmica	LAMBARI D'OESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	5	485.740
Dinâmica	LAMBARI D'OESTE	Rural	PRONAF	60	1.164.574
Dinâmica	LAMBARI D'OESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	40.800
Dinâmica	MATUPA	Empresarial	Comércio e Serviços	25	1.508.454
Dinâmica	MATUPA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	8	622.404
Dinâmica	MATUPA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	1.759.356
Dinâmica	MATUPA	Rural	PRONAF	3	30.780
Dinâmica	MATUPA	Empresarial	Turismo Regional	2	100.000
Dinâmica	MIRASSOL D'OESTE	Empresarial	Comércio e Serviços	35	1.824.723
Dinâmica	MIRASSOL D'OESTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	172.840
Dinâmica	MIRASSOL D'OESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	10	1.367.007
Dinâmica	MIRASSOL D'OESTE	Rural	PRONAF	83	1.308.453
Dinâmica	MIRASSOL D'OESTE	Rural	PRONAF RA	3	10.902
Dinâmica	MIRASSOL D'OESTE	Empresarial	Turismo Regional	0	309.000
Dinâmica	MIRASSOL D'OESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	7	899.068
Dinâmica	NORTELANDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	4	179.000
Dinâmica	NORTELANDIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	44.000
Dinâmica	NORTELANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	114.472
Dinâmica	NORTELANDIA	Rural	PRONAF	12	930.881
Dinâmica	NORTELANDIA	Rural	PRONAF RA	71	345.165
Dinâmica	NORTELANDIA	Empresarial	Turismo Regional	2	80.000
Dinâmica	NOVA BANDEIRANTES	Empresarial	Comércio e Serviços	4	170.000
Dinâmica	NOVA BANDEIRANTES	Rural	Desenvolvimento Rural	4	1.326.500
Dinâmica	NOVA BANDEIRANTES	Rural	PRONAF	214	4.350.007
Dinâmica	NOVA BRASILELANDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	5	1.057.446
Dinâmica	NOVA BRASILELANDIA	Rural	PRONAF	9	57.770
Dinâmica	NOVA BRASILELANDIA	Rural	PRONAF RA	31	164.858
Dinâmica	NOVA CANAÃ DO NORTE	Empresarial	Comércio e Serviços	5	200.214
Dinâmica	NOVA CANAÃ DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	5	1.513.807
Dinâmica	NOVA CANAÃ DO NORTE	Rural	PRONAF	412	8.789.080
Dinâmica	NOVA CANAÃ DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	30.000
Dinâmica	NOVA GLÁRIA	Rural	Desenvolvimento Rural	10	1.247.258
Dinâmica	NOVA GUARITA	Rural	PRONAF	41	885.964
Dinâmica	NOVA GUARITA	Empresarial	Turismo Regional	2	100.000
Dinâmica	NOVA GUARITA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	1.200.000
Dinâmica	NOVA LACERDA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	1.000.000
Dinâmica	NOVA LACERDA	Rural	PRONAF	115	1.130.307
Dinâmica	NOVA MARILÂNDIA	Empresarial	Comércio e Serviços	7	270.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dinâmica	NOVA MARILÂNDIA	Rural	Desenvolvimento Rural	04	1.789.182
Dinâmica	NOVA MARILÂNDIA	Rural	PRONAF	86	1.721.113
Dinâmica	NOVA MARILÂNDIA	Rural	PRONAF RA	13	59.871
Dinâmica	NOVA MARILÂNDIA	Empresarial	Turismo Regional	1	84.000
Dinâmica	NOVA MARINGÁ	Empresarial	Comércio e Serviços	7	212.000
Dinâmica	NOVA MARINGÁ	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	85.000
Dinâmica	NOVA MARINGÁ	Rural	Desenvolvimento Rural	4	497.320
Dinâmica	NOVA MARINGÁ	Rural	PRONAF	34	3.334.623
Dinâmica	NOVA MARINGÁ	Rural	PRONAF RA	8	143.999
Dinâmica	NOVA MONTE VERDE	Empresarial	Comércio e Serviços	3	182.000
Dinâmica	NOVA MONTE VERDE	Rural	Desenvolvimento Rural	3	215.980
Dinâmica	NOVA MONTE VERDE	Rural	PRONAF	265	3.626.490
Dinâmica	NOVA MONTE VERDE	Empresarial	Turismo Regional	1	40.000
Dinâmica	NOVA NAZARÉ	Empresarial	Comércio e Serviços	1	40.000
Dinâmica	NOVA NAZARÉ	Rural	Desenvolvimento Rural	6	536.150
Dinâmica	NOVA NAZARÉ	Rural	PRONAF	36	929.532
Dinâmica	NOVA NAZARÉ	Rural	PRONAF RA	35	94.198
Dinâmica	NOVA XAVANTINA	Empresarial	Comércio e Serviços	10	637.889
Dinâmica	NOVA XAVANTINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	42.000
Dinâmica	NOVA XAVANTINA	Rural	Desenvolvimento Rural	38	3.570.947
Dinâmica	NOVA XAVANTINA	Rural	PRONAF	349	3.721.252
Dinâmica	NOVA XAVANTINA	Rural	Rural - Custeio	1	10.283
Dinâmica	NOVA XAVANTINA	Empresarial	Turismo Regional	1	74.000
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO NORTE	Empresarial	Comércio e Serviços	4	74.500
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	5	208.808
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO NORTE	Rural	PRONAF	89	1.116.933
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO NORTE	Rural	PRONAF RA	2	3.854
Dinâmica	NOVO HORIZONTE DO NORTE	Empresarial	Turismo Regional	1	20.000
Dinâmica	NOVO MUNDO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	159.000
Dinâmica	NOVO MUNDO	Rural	Desenvolvimento Rural	8	1.507.620
Dinâmica	NOVO MUNDO	Rural	PRONAF	77	989.832
Dinâmica	NOVO MUNDO	Empresarial	Turismo Regional	1	40.000
Dinâmica	NOVO SÃO JOAQUIM	Empresarial	Comércio e Serviços	2	56.500
Dinâmica	NOVO SÃO JOAQUIM	Rural	Desenvolvimento Rural	5	646.220
Dinâmica	NOVO SÃO JOAQUIM	Rural	PRONAF	246	3.453.910
Dinâmica	PARANAITÁ	Empresarial	Comércio e Serviços	2	75.000
Dinâmica	PARANAITÁ	Rural	Desenvolvimento Rural	3	729.780
Dinâmica	PARANAITÁ	Rural	PRONAF	9	187.359
Dinâmica	PARANATINGA	Empresarial	Comércio e Serviços	37	1.327.003
Dinâmica	PARANATINGA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	190.000
Dinâmica	PARANATINGA	Rural	Desenvolvimento Rural	18	2.852.535
Dinâmica	PARANATINGA	Rural	PRONAF	91	1.050.848
Dinâmica	PARANATINGA	Empresarial	Turismo Regional	2	150.000
Dinâmica	PEIXOTO DE AZEVEDO	Empresarial	Comércio e Serviços	1	119.000
Dinâmica	PEIXOTO DE AZEVEDO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	96.000
Dinâmica	PEIXOTO DE AZEVEDO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	208.700
Dinâmica	PEIXOTO DE AZEVEDO	Rural	PRONAF	16	196.935
Dinâmica	PLANALTO DA SERRA	Rural	Desenvolvimento Rural	3	218.757
Dinâmica	PLANALTO DA SERRA	Rural	PRONAF	1	72.250
Dinâmica	PONTAL DO ABRAÇADO	Rural	Desenvolvimento Rural	1	87.000
Dinâmica	PONTAL DO ABRAÇADO	Rural	PRONAF	18	679.399
Dinâmica	PONTAL DO ABRAÇADO	Rural	PRONAF RA	17	99.123

40



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Dinâmica	PONTE BRANCA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	70.000
Dinâmica	PONTE BRANCA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	84.467
Dinâmica	PONTE BRANCA	Rural	PRONAF	0	153.043
Dinâmica	PONTES E LACERDA	Empresarial	Comércio e Serviços	10	2.774.002
Dinâmica	PONTES E LACERDA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	0	70.000
Dinâmica	PONTES E LACERDA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	3.230.800
Dinâmica	PONTES E LACERDA	Rural	PRONAF	617	15.140.271
Dinâmica	PONTES E LACERDA	Rural	Rural - Custeio	2	79.826
Dinâmica	PONTES E LACERDA	Empresarial	Turismo Regional	9	272.272
Dinâmica	PONTES E LACERDA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	99.000
Dinâmica	PORTO DOS GAUCHOS	Empresarial	Comércio e Serviços	26	752.000
Dinâmica	PORTO DOS GAUCHOS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	11	378.000
Dinâmica	PORTO DOS GAUCHOS	Rural	Desenvolvimento Rural	14	1.090.709
Dinâmica	PORTO DOS GAUCHOS	Rural	PRONAF	54	1.182.896
Dinâmica	PORTO DOS GAUCHOS	Rural	PRONATUREZA	1	25.000
Dinâmica	PORTO DOS GAUCHOS	Empresarial	Turismo Regional	5	103.000
Dinâmica	PORTO ESPERIDIAO	Empresarial	Comércio e Serviços	1	50.000
Dinâmica	PORTO ESPERIDIAO	Rural	Desenvolvimento Rural	27	3.408.782
Dinâmica	PORTO ESPERIDIAO	Rural	PRONAF	99	3.325.541
Dinâmica	PORTO ESPERIDIAO	Rural	Rural - Custeio	1	25.000
Dinâmica	POXOREO	Empresarial	Comércio e Serviços	3	183.000
Dinâmica	POXOREO	Rural	Desenvolvimento Rural	28	1.901.043
Dinâmica	POXOREO	Rural	PRONAF	129	1.681.197
Dinâmica	QUERENCIA	Empresarial	Comércio e Serviços	69	2.099.043
Dinâmica	QUERENCIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	13	952.958
Dinâmica	QUERENCIA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	1.702.971
Dinâmica	QUERENCIA	Rural	PRONAF	315	20.068.151
Dinâmica	QUERENCIA	Rural	PRONAF RA	2	6.144
Dinâmica	QUERENCIA	Empresarial	Turismo Regional	9	353.710
Dinâmica	QUERENCIA	Rural	Desenvolvimento Rural	2	50.472
Dinâmica	RESERVA DO CABACAL	Empresarial	Comércio e Serviços	1	49.000
Dinâmica	RESERVA DO CABACAL	Rural	PRONAF	18	618.287
Dinâmica	RIBEIRAOZINHO	Empresarial	Comércio e Serviços	2	72.802
Dinâmica	RIBEIRAOZINHO	Rural	Desenvolvimento Rural	14	707.128
Dinâmica	RIBEIRAOZINHO	Rural	PRONAF	21	516.463
Dinâmica	RIBEIRAOZINHO	Empresarial	Turismo Regional	1	34.304
Dinâmica	RIO BRANCO	Empresarial	Comércio e Serviços	10	465.000
Dinâmica	RIO BRANCO	Rural	Desenvolvimento Rural	2	98.700
Dinâmica	RIO BRANCO	Rural	PRONAF	68	1.280.140
Dinâmica	RIO BRANCO	Rural	PRONAF RA	87	975.421
Dinâmica	RIO BRANCO	Rural	Rural - Custeio	1	35.804
Dinâmica	RIO BRANCO	Empresarial	Turismo Regional	1	70.000
Dinâmica	ROSARIO OESTE	Empresarial	Comércio e Serviços	7	102.000
Dinâmica	ROSARIO OESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	12	1.480.522
Dinâmica	ROSARIO OESTE	Rural	PRONAF	33	1.048.188
Dinâmica	ROSARIO OESTE	Rural	PRONAF RA	125	1.011.016
Dinâmica	SALTO DO CUI	Rural	Desenvolvimento Rural	5	600.762
Dinâmica	SALTO DO CUI	Rural	PRONAF	34	1.481.664
Dinâmica	SANTO AFOSSO	Empresarial	Comércio e Serviços	2	34.000
Dinâmica	SANTO AFOSSO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	72.718
Dinâmica	SANTO AFOSSO	Rural	Desenvolvimento Rural	0	511.000
Dinâmica	SANTO AFOSSO	Rural	PRONAF	20	673.171
Dinâmica	SANTO ANTONIO DO LESTE	Empresarial	Comércio e Serviços	0	97.000
Dinâmica	SANTO ANTONIO DO LESTE	Rural	Desenvolvimento Rural	2	75.000
Dinâmica	SANTO ANTONIO DO LESTE	Rural	PRONAF	0	0,00
Dinâmica	SANTO ANTONIO DO LESTE	Rural	Rural - Custeio	0	1.000.000
Dinâmica	SANTO ANTONIO DO LESTE	Empresarial	Turismo Regional	0	0,00



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Dinâmica	SAO JOSE DO RIO CLARO	Empresarial	Comércio e Serviços	7	245.000
Dinâmica	SAO JOSE DO RIO CLARO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	177.780
Dinâmica	SAO JOSE DO RIO CLARO	Rural	Desenvolvimento Rural	10	500.506
Dinâmica	SAO JOSE DO RIO CLARO	Rural	PRONAF	10	1.133.847
Dinâmica	SAO JOSE DO RIO CLARO	Empresarial	Comércio e Serviços	1	140.000
Dinâmica	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	Empresarial	Comércio e Serviços	18	627.059
Dinâmica	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	139.000
Dinâmica	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	Rural	Desenvolvimento Rural	12	1.501.810
Dinâmica	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	Rural	PRONAF	188	2.021.778
Dinâmica	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	Rural	PRONAF RA	25	81.172
Dinâmica	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	Rural	Rural - Custeio	5	134.315
Dinâmica	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	Empresarial	Turismo Regional	1	25.000
Dinâmica	TABAPORA	Empresarial	Comércio e Serviços	11	665.530
Dinâmica	TABAPORA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	4	150.500
Dinâmica	TABAPORA	Rural	Desenvolvimento Rural	12	8.052.040
Dinâmica	TABAPORA	Rural	PRONAF	30	643.740
Dinâmica	TABAPORA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	30.000
Dinâmica	TERRA NOVA DO NORTE	Empresarial	Comércio e Serviços	21	850.910
Dinâmica	TERRA NOVA DO NORTE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	12	411.200
Dinâmica	TERRA NOVA DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	17	4.540.038
Dinâmica	TERRA NOVA DO NORTE	Rural	PRONAF	237	2.651.515
Dinâmica	TERRA NOVA DO NORTE	Rural	PRONATUREZA	1	49.957
Dinâmica	TERRA NOVA DO NORTE	Empresarial	Turismo Regional	3	95.000
Dinâmica	TERRA NOVA DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	1	49.875
Dinâmica	TESOURO	Rural	Desenvolvimento Rural	10	1.928.672
Dinâmica	TESOURO	Rural	PRONAF RA	4	80.000
Dinâmica	TORINOREU	Empresarial	Comércio e Serviços	8	295.400
Dinâmica	TORINOREU	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	50.000
Dinâmica	TORINOREU	Rural	Desenvolvimento Rural	38	2.893.803
Dinâmica	TORINOREU	Rural	PRONAF	17	452.014
Dinâmica	TORINOREU	Empresarial	Turismo Regional	3	44.000
Dinâmica	VALE DE SAO DOMINGOS	Rural	PRONAF	281	5.427.130
Dinâmica	VILA BELA SANTISSIMA TRINDADE	Empresarial	Comércio e Serviços	10	300.000
Dinâmica	VILA BELA SANTISSIMA TRINDADE	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	3	139.980
Dinâmica	VILA BELA SANTISSIMA TRINDADE	Rural	Desenvolvimento Rural	20	7.325.125
Dinâmica	VILA BELA SANTISSIMA TRINDADE	Rural	PRONAF	159	2.779.851
Dinâmica	VILA BELA SANTISSIMA TRINDADE	Rural	Rural - Custeio	1	44.900
Dinâmica	VILA BELA SANTISSIMA TRINDADE	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Estagnada	ALTO BOA VISTA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	140.000
Estagnada	ALTO BOA VISTA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	372.000
Estagnada	ALTO BOA VISTA	Rural	PRONAF	12	1.004.159
Estagnada	ALTO BOA VISTA	Rural	PRONAF RA	1	10.000
Estagnada	ABAGUADANA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	60.000
Estagnada	ABAGUADANA	Rural	PRONAF	1	114.128



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Estagnada	ARIPUANA	Empresarial	Comércio e Serviços	14	718.890
Estagnada	ARIPUANA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	100.000
Estagnada	ARIPUANA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	765.880
Estagnada	ARIPUANA	Rural	PRONAF	14	1.870.100
Estagnada	ARIPUANA	Rural	PRONAF RA	11	195.178
Estagnada	ARIPUANA	Empresarial	Turismo Regional	1	20.000
Estagnada	ARIPUANA	Rural	Desenvolvimento Rural	5	149.095
Estagnada	BARAO DE MELGACO	Rural	PRONAF	1	20.000
Estagnada	BARAO DE MELGACO	Rural	Rural - Custeio	1	150.000
Estagnada	BARRA DO BUGRES	Empresarial	Comércio e Serviços	31	850.500
Estagnada	BARRA DO BUGRES	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	9	280.000
Estagnada	BARRA DO BUGRES	Rural	Desenvolvimento Rural	25	3.608.801
Estagnada	BARRA DO BUGRES	Rural	PRONAF	14	221.517
Estagnada	BARRA DO BUGRES	Rural	PRONAF RA	90	1.132.535
Estagnada	BARRA DO BUGRES	Rural	Rural - Custeio	1	200.000
Estagnada	BARRA DO BUGRES	Empresarial	Turismo Regional	2	80.000
Estagnada	BARRA DO GARCAS	Empresarial	Comércio e Serviços	88	4.956.777
Estagnada	BARRA DO GARCAS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	15	1.470.000
Estagnada	BARRA DO GARCAS	Rural	Desenvolvimento Rural	24	2.674.014
Estagnada	BARRA DO GARCAS	Rural	PRONAF	101	2.240.784
Estagnada	BARRA DO GARCAS	Rural	PRONAF RA	12	241.355
Estagnada	BARRA DO GARCAS	Empresarial	Turismo Regional	16	103.400
Estagnada	BOI JESUS DO ARAGUAYA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	50.000
Estagnada	BRASNORTE	Empresarial	Comércio e Serviços	7	2.151.763
Estagnada	BRASNORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	6	1.407.181
Estagnada	BRASNORTE	Rural	PRONAF	245	3.288.000
Estagnada	BRASNORTE	Rural	Rural - Custeio	1	20.000
Estagnada	BRASNORTE	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Estagnada	BRASNORTE	Empresarial	Comércio e Serviços	1	40.000
Estagnada	BRASNORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	5	149.071
Estagnada	CACERES	Empresarial	Comércio e Serviços	62	3.522.563
Estagnada	CACERES	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	12	2.261.654
Estagnada	CACERES	Rural	Desenvolvimento Rural	49	4.975.528
Estagnada	CACERES	Rural	PRONAF	267	3.194.805
Estagnada	CACERES	Rural	PRONAF RA	60	1.102.154
Estagnada	CACERES	Rural	PRONATUREZA	1	14.433.750
Estagnada	CACERES	Rural	Rural - Custeio	1	200.000
Estagnada	CACERES	Empresarial	Turismo Regional	14	691.567
Estagnada	CANABRAYA DO NORTE	Rural	PRONAF	1	45.000
Estagnada	CASTANHEIRA	Rural	Desenvolvimento Rural	7	907.101
Estagnada	CASTANHEIRA	Rural	PRONAF	12	326.186
Estagnada	CASTANHEIRA	Rural	Desenvolvimento Rural	6	240.850
Estagnada	COCALINHO	Rural	Desenvolvimento Rural	3	64.177
Estagnada	COCALINHO	Rural	PRONAF RA	2	30.730
Estagnada	COCALINHO	Rural	Rural - Custeio	1	100.000
Estagnada	COLNIZA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	50.000
Estagnada	COLNIZA	Rural	PRONAF RA	24	114.874
Estagnada	COLNIZA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	100.000
Estagnada	CONFRESA	Empresarial	Comércio e Serviços	24	920.000
Estagnada	CONFRESA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	100.000
Estagnada	CONFRESA	Rural	PRONAF	1	211.720
Estagnada	CONFRESA	Empresarial	Turismo Regional	1	50.000
Estagnada	COURIOCEL	Empresarial	Comércio e Serviços	1	100.000
Estagnada	COURIOCEL	Rural	Desenvolvimento Rural	1	100.000
Estagnada	COURIOCEL	Rural	Rural - Custeio	1	100.000
Estagnada	COURIOCEL	Rural	PRONAF RA	1	20.000
Estagnada	COURIOCEL	Empresarial	Comércio e Serviços	1	100.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Estagnada	CURVELANDIA	Rural	PRONAF	59	548.829
Estagnada	DENISE	Empresarial	Comercio e Servicos	16	759.024
Estagnada	DENISE	Rural	Desenvolvimento Rural	12	2.524.778
Estagnada	DENISE	Rural	PRONAF	15	177.740
Estagnada	DENISE	Rural	PRONATUREZA	2	25.159
Estagnada	DENISE	Rural	Rural - Custeio	1	13.147
Estagnada	DOM AQUINO	Empresarial	Comercio e Servicos	10	277.860
Estagnada	DOM AQUINO	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	87.000
Estagnada	DOM AQUINO	Rural	Desenvolvimento Rural	9	884.473
Estagnada	DOM AQUINO	Rural	PRONAF	30	890.000
Estagnada	DOM AQUINO	Rural	PRONAF RA	73	1.528.342
Estagnada	DOM AQUINO	Empresarial	Turismo Regional	6	255.000
Estagnada	ITIQUIRA	Empresarial	Comercio e Servicos	5	111.000
Estagnada	ITIQUIRA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	51.000
Estagnada	ITIQUIRA	Rural	Desenvolvimento Rural	21	1.290.250
Estagnada	ITIQUIRA	Rural	PRONAF	119	2.546.814
Estagnada	ITIQUIRA	Rural	PRONAF RA	16	145.212
Estagnada	ITIQUIRA	Rural	PRONATUREZA	1	1.042.000
Estagnada	ITIQUIRA	Rural	Rural - Custeio	3	54.928
Estagnada	JACIARA	Empresarial	Comercio e Servicos	29	1.214.072
Estagnada	JACIARA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	63.000
Estagnada	JACIARA	Rural	Desenvolvimento Rural	16	1.941.479
Estagnada	JACIARA	Rural	PRONAF	13	287.450
Estagnada	JACIARA	Rural	PRONAF RA	11	73.575
Estagnada	JACIARA	Rural	PRONATUREZA	1	18.000
Estagnada	JACIARA	Empresarial	Turismo Regional	7	250.000
Estagnada	JUINA	Empresarial	Comercio e Servicos	22	1.760.730
Estagnada	JUINA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	6	415.000
Estagnada	JUINA	Rural	Desenvolvimento Rural	23	2.517.844
Estagnada	JUINA	Rural	PRONAF	132	2.308.812
Estagnada	JUINA	Empresarial	Turismo Regional	2	100.000
Estagnada	JURUENA	Empresarial	Comercio e Servicos	1	50.000
Estagnada	JURUENA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	207.534
Estagnada	JURUENA	Rural	PRONAF	1	64.075
Estagnada	JURUENA	Empresarial	Comercio e Servicos	1	30.000
Estagnada	JUSCIMEIRA	Empresarial	Comercio e Servicos	23	622.000
Estagnada	JUSCIMEIRA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	85.000
Estagnada	JUSCIMEIRA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	227.000
Estagnada	JUSCIMEIRA	Empresarial	Infra-estrutura Economica	1	48.170.000
Estagnada	JUSCIMEIRA	Rural	PRONAF	70	1.211.577
Estagnada	JUSCIMEIRA	Rural	PRONAF RA	1	17.127
Estagnada	JUSCIMEIRA	Empresarial	Turismo Regional	10	315.000
Estagnada	LUCLARA	Empresarial	Comercio e Servicos	1	50.000
Estagnada	LUCLARA	Rural	Desenvolvimento Rural	3	1.117.008
Estagnada	LUCLARA	Rural	PRONAF	1	44.000
Estagnada	NOVA OLIMPIA	Empresarial	Comercio e Servicos	14	610.000
Estagnada	NOVA OLIMPIA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	2	17.880
Estagnada	NOVA OLIMPIA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	369.250
Estagnada	NOVA OLIMPIA	Rural	PRONAF	14	177.173
Estagnada	NOVA OLIMPIA	Rural	PRONAF RA	7	31.160
Estagnada	NOVA OLIMPIA	Rural	Rural - Custeio	1	45.000
Estagnada	NOVA OLIMPIA	Empresarial	Turismo Regional	6	131.000
Estagnada	NOVO SANTO ANTONIO	Rural	Desenvolvimento Rural	3	200.000
Estagnada	NOVO SANTO ANTONIO	Rural	PRONAF	1	40.000
Estagnada	PEDRA BRANCA	Empresarial	Comercio e Servicos	16	300.000
Estagnada	PEDRA BRANCA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	1	80.000
Estagnada	PEDRA BRANCA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	70.000



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Estagnada	PEDRA PRETA	Rural	PRONAF	171	1.172.186
Estagnada	PEDRA PRETA	Rural	PRONAF RA	18	162.841
Estagnada	POCONE	Empresarial	Comércio e Serviços	14	572.000
Estagnada	POCONE	Rural	Desenvolvimento Rural	14	7.242.125
Estagnada	POCONE	Rural	PRONAF	56	1.091.366
Estagnada	POCONE	Rural	PRONAF RA	291	1.821.891
Estagnada	POCONE	Empresarial	Turismo Regional	4	254.535
Estagnada	PORTO ALEGRE DO NORTE	Rural	Desenvolvimento Rural	10	884.585
Estagnada	PORTO ALEGRE DO NORTE	Rural	PRONAF	3	159.293
Estagnada	PORTO ESTRELA	Rural	Desenvolvimento Rural	15	1.437.224
Estagnada	PORTO ESTRELA	Rural	PRONAF	35	3.911.019
Estagnada	PORTO ESTRELA	Rural	PRONAF RA	29	70.767
Estagnada	RIBEIRAO CASCALHEIRA	Empresarial	Comércio e Serviços	1	44.191
Estagnada	RIBEIRAO CASCALHEIRA	Rural	PRONAF	33	2.485.042
Estagnada	RIBEIRAO CASCALHEIRA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	49.800
Estagnada	RONDONOPOLIS	Empresarial	Comércio e Serviços	234	14.837.878
Estagnada	RONDONOPOLIS	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	54	19.385.681
Estagnada	RONDONOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	9	839.815
Estagnada	RONDONOPOLIS	Rural	PRONAF	239	3.061.275
Estagnada	RONDONOPOLIS	Empresarial	Turismo Regional	45	2.522.666
Estagnada	RONDONOPOLIS	Rural	Desenvolvimento Rural	1	49.200
Estagnada	SANTA CRUZ DO NINGUÉ	Rural	Desenvolvimento Rural	16	747.400
Estagnada	SANTA TEREZINHA	Rural	Desenvolvimento Rural	13	1.502.036
Estagnada	SANTA TEREZINHA	Rural	PRONAF	11	196.000
Estagnada	SÃO FELIX DO ARAGUAIA	Empresarial	Comércio e Serviços	3	73.999
Estagnada	SÃO FELIX DO ARAGUAIA	Rural	Desenvolvimento Rural	16	861.320
Estagnada	SÃO FELIX DO ARAGUAIA	Rural	PRONAF	16	761.000
Estagnada	SÃO FELIX DO ARAGUAIA	Rural	PRONAF RA	7	47.732
Estagnada	SÃO JOSE DO POVO	Rural	Desenvolvimento Rural	2	329.500
Estagnada	SÃO JOSE DO POVO	Rural	PRONAF	30	296.994
Estagnada	SÃO JOSE DO NINGUÉ	Rural	Desenvolvimento Rural	1	1.354.408
Estagnada	SÃO JOSE DO NINGUÉ	Rural	Rural - Custeio	1	60.000
Estagnada	SÃO PEDRO DA CIPA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	7	35.000
Estagnada	SERRA NOVA DO RAIJA	Rural	Desenvolvimento Rural	1	199.800
Estagnada	TANGARA DA SERRA	Empresarial	Comércio e Serviços	40	2.454.910
Estagnada	TANGARA DA SERRA	Empresarial	Desenvolvimento Industrial	11	3.172.150
Estagnada	TANGARA DA SERRA	Rural	Desenvolvimento Rural	3	1.375.284
Estagnada	TANGARA DA SERRA	Rural	PRONAF	15	67.291
Estagnada	TANGARA DA SERRA	Rural	PRONAF RA	280	2.496.585
Estagnada	TANGARA DA SERRA	Empresarial	Turismo Regional	10	381.000
Estagnada	TANGARA DA SERRA	Empresarial	Comércio e Serviços	3	183.868
Estagnada	TANGARA DA SERRA	Rural	Desenvolvimento Rural	4	199.889
Estagnada	VILA RICA	Empresarial	Comércio e Serviços	5	689.000
Estagnada	VILA RICA	Rural	Desenvolvimento Rural	87	1.470.134
Estagnada	VILA RICA	Rural	PRONAF	40	1.47.700
Estagnada	VILA RICA	Rural	PRONAF RA	7	18.000
Estagnada	VILA RICA	Rural	Rural - Custeio	1	200.000
Estagnada	VILA RICA	Empresarial	Turismo Regional	1	548.000
Total				17.401	997.996.416



### Anexo C - Inadimplência por Município

#### a) no Distrito Federal:

Município	%
ABADIANIA	0,04%
AGUA FRIA DE GOIAS	0,12%
AGUAS LINDAS DE GOIAS	0,00%
ALEXANIA	0,20%
BRASILIA	10,62%
CABECEIRAS	0,16%
CIDADE OCIDENTAL	0,01%
COCALZINHO DE GOIAS	0,00%
CORUMBA DE GOIAS	0,05%
CRISTALINA	1,63%
Fermosa	1,41%
FORMOSO	0,00%
LUZIANIA	0,13%
MIMOSO DE GOIAS	0,03%
NOVO GAMA	0,00%
PIRENOPOLIS	0,03%
PLANALTINA	0,11%
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	0,01%
VALPARAISO DE GOIAS	0,00%
VILA BGA	0,00%

#### b) no Estado de Goiás:

Município	%
ABADIA DE GOIAS	0,00%
ABAETE DOS MENDES	0,00%
ABREULANDIA	0,00%
AGUA LIMPA	0,00%
ALOANDIA	0,00%
ALTO HORIZONTE	0,02%
ALVORADA DO NORTE	0,04%
AMARALINA	0,02%
AMERICANO DO BRASIL	0,00%
AMORINOPOLIS	0,00%
ANAPOLIS	0,24%
ANHANGUERA	0,00%
ANICUNS	0,19%
APARECIDA DE GOIANIA	0,33%
APARECIDA DO RIO DOCE	0,00%
APORE	0,06%
ARAJU	0,00%
ARAGARCAS	0,00%
ARAGUAPAZ	0,13%
ARUANA	0,07%
AURILANDIA	0,00%
AVELINOPOLIS	0,00%

40



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste -  
FCO

Município	%
BALIZA	0,03%
BARRO ALTO	0,01%
BELA VISTA DE GOIAS	0,06%
BOM JARDIM DE GOIAS	0,22%
BOM JESUS DE GOIAS	0,06%
BONFINOPOLIS	0,01%
BONOPOLIS	0,00%
BRAZABRANTES	0,00%
BURITI ALEGRE	0,00%
BURITINOPOLIS	0,02%
CACHOEIRA ALTA	0,11%
CACHOEIRA DOURADA	0,07%
CACU	0,77%
CALDAS NOVAS	0,15%
CALDAZINHA	0,00%
CAMPESTRE DE GOIAS	0,06%
CAMPINACU	0,01%
CAMPINORTE	0,11%
CAMPO ALEGRE DE GOIAS	0,12%
CAMPO LIMPO DE GOIAS	0,00%
CAMPOS BELOS	0,07%
CAMPOS VERDES	0,01%
CARMO DO RIO VERDE	0,01%
CASTELANDIA	0,01%
CATALAO	0,27%
CATURAI	0,00%
CERES	0,05%
CHAPADA DO CEU	0,07%
COLINAS DO SUL	0,00%
CORREGO DO OURO	0,00%
CORUMBAIBA	0,02%
CRISTIANOPOLIS	0,02%
CRUAS	0,12%
CROMINIA	0,00%
CUMARI	0,00%
DAMIANOPOLIS	0,01%
DAMOLANDIA	0,00%
DAVINOPOLIS	0,02%
DIORAMA	0,00%
DIVINOPOLIS DE GOIAS	0,04%
DOVERLANDIA	0,33%
EDEALINA	0,00%
ESTRELA DO NORTE	0,00%
FAIPA	0,06%
FAZENDA NOVA	0,02%
FIRMINOPOLIS	0,11%
GAMELEIRA DE GOIAS	0,02%
GOIANAPOLIS	0,00%
GOIANDIRA	0,03%
GOIANESIA	0,10%
GOIANIA	2,22%



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Município	%
GOIANIRA	0,00%
GOIAS	0,44%
GOIATUBA	0,39%
GOLVELÂNDIA	0,12%
GUARÁ	0,03%
GUARAITÁ	0,00%
GUARANI DE GOIAS	0,04%
GUARINÓS	0,00%
HEITORAI	0,02%
HIDROLÂNDIA	0,05%
HIDROLINA	0,01%
IACIARA	0,02%
INACIOLÂNDIA	0,23%
INDIARA	0,19%
INHUMAS	0,04%
IPAMERI	0,36%
IPIRANGA DE GOIAS	0,00%
IPORA	0,05%
ISRAELÂNDIA	0,01%
ITABERAÍ	0,18%
ITAGUARI	0,00%
ITAGUARU	0,03%
ITAJÁ	0,02%
ITAPACÍ	0,16%
ITAPIRAPUÁ	0,67%
ITAPURANGA	0,05%
ITARUMA	0,06%
ITALUCU	0,00%
ITUMBIARA	0,50%
IVOLÂNDIA	0,00%
JANDAIA	0,21%
JARAQUÁ	0,03%
JARU	0,00%
JATAÍ	0,24%
JAUPACÍ	0,01%
JESUPÓLIS	0,00%
JUSSARA	0,08%
LASOÁ SANTA	0,00%
LEOPOLDO DE BULHÕES	0,03%
MAIRIPOTABA	0,00%
MAMBÁI	0,06%
MARZAGÃO	0,00%
MATRINCHA	0,08%
MAURILÂNDIA	0,01%
MIRACU	0,00%
MINEIROS	0,15%
MOIPORA	0,00%
MONTE ALEGRE DE GOIAS	0,08%
MONTES CLAROS DE GOIAS	0,14%
MONTIÃO	0,30%
MONTIVÍDU DO NORTE	0,19%



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Município	%
MORRINHOS	0,16%
MORRO AGUDO DE GOIAS	0,00%
MOSSAMEDES	0,01%
MOZARLANDIA	0,02%
MUNDO NOVO	0,06%
MUTUNOPOLIS	0,02%
NAZARIO	0,00%
NEROPOLIS	0,02%
NIQUELANDIA	0,15%
NOVA AMERICA	0,00%
NOVA AURORA	0,00%
NOVA CRIXAS	0,06%
NOVA GLORIA	0,01%
NOVA IGUACU DE GOIAS	0,01%
NOVA ROMA	0,01%
NOVA VENEZA	0,01%
NOVO BRASIL	0,00%
NOVO PLANALTO	0,06%
ORIZONIA	0,16%
OURO VERDE DE GOIAS	0,00%
OUVIDOR	0,00%
PALESTINA DE GOIAS	0,06%
PALMEIRAS DE GOIAS	0,90%
PALMELO	0,00%
PALMINOPOLIS	0,04%
PANAMA	0,03%
PARANAIGUARA	0,00%
PEROLANDIA	0,03%
PETROLINA DE GOIAS	0,01%
PIRACAJUBA	0,09%
PIRANHAS	0,12%
PIRES DO RIO	0,06%
PONTALINA	0,11%
PORANGATU	0,16%
PORTEIRAO	0,02%
PORTELANDIA	0,00%
POSSE	0,06%
PROFESSOR JAMIL	0,06%
QUIRINOPOLIS	0,48%
RIALMA	0,02%
RIANAPOLIS	0,00%
RIO VERDE	1,23%
SANCLERLANDIA	0,03%
SANTA BARBARA DE GOIAS	0,00%
SANTA CRUZ DE GOIAS	0,02%
SANTA FE DE GOIAS	0,06%
SANTA HELENA DE GOIAS	0,13%
SANTA ISABEL	0,07%
SANTA RITA DO ARAGUAIA	0,02%
SANTA RITA DO NOVO ESTRELO	0,15%
SANTA ROSA DE GOIAS	0,00%



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Município	%
SANTA TEREZA DE GOIAS	0,00%
SANTA TEREZINHA DE GOIAS	0,03%
SANTO ANTONIO DA BARRA	0,00%
SANTO ANTONIO DE GOIAS	0,00%
SAO DOMINGOS	0,01%
SAO FRANCISCO DE GOIAS	0,01%
SAO GABRIEL DA PALHA	0,00%
SAO JOAO DA PARAUNA	0,02%
SAO LUIS DE MONTES BELOS	0,04%
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	0,26%
SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	0,01%
SAO SIMAO	0,00%
SENADOR CANEDO	0,02%
SERRANOPOLIS	0,11%
SILVANIA	0,20%
SIMOLANDIA	0,00%
SITIO D'ABADIA	0,03%
TAQUARAL DE GOIAS	0,03%
TERESINA DE GOIAS	0,00%
TEREZOPOLIS DE GOIAS	0,00%
TRES RANCHOS	0,00%
TRINDADE	0,06%
TURVANIA	0,00%
TURVELANDIA	0,00%
UIRAPURU	0,01%
URUANA	0,01%
URUTAI	0,00%
VARJAO	0,00%
VIANOPOLIS	0,02%
VICENTINOPOLIS	0,00%
VILA PROPICIO	0,16%

c) no Estado de Mato Grosso do Sul:

Município	%
AGUA CLARA	0,06%
ALCINOPOLIS	0,00%
ALVORADA DO SUL	0,00%
AMAMBAI	0,13%
ANASTACIO	0,24%
ANAURILANDIA	0,01%
ANGELICA	0,03%
ANTONIO JOAO	0,00%
APARECIDA DO TABOADO	0,01%
AQUIDAUANA	0,12%
ARAL MOREIRA	0,10%
BANDEIRANTES	0,01%
BATAGUASSU	0,36%
BATAYPORÁ	0,12%
BELA VISTA	0,08%
BOGOTUBENA	0,08%

LD



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Município	%
BONITO	0,12%
BRASILÂNDIA	0,04%
CAARAPÓ	0,26%
CAMAPUA	0,03%
CAMPO GRANDE	1,49%
CARACOL	0,03%
CASSILÂNDIA	0,16%
CHAPADÃO DO SUL	0,20%
CORQUINHÓ	0,00%
CORONEL SAPUCAIA	0,00%
CORUMBA	1,01%
COSTA RICA	0,19%
COXIM	0,10%
DEODÁPOLIS	0,11%
DOIS IRMÃOS DO BURITI	0,29%
DOURADINA	0,08%
ELDORADO	0,03%
FATIMA DO SUL	0,07%
FIGUEIRÃO	0,00%
GLÓRIA DE DOURADOS	0,06%
GUÁ LOPES DA LAGUNA	0,13%
IGUAQUEMI	0,05%
INOCÊNCIA	0,00%
ITAPORÁ	0,06%
ITAQUIRAÍ	0,16%
JAPORÁ	0,03%
JARAGUARI	0,05%
JARDIM	0,04%
JUTI	0,00%
LADÁRIO	0,00%
LAGUNA CARAPÁ	0,26%
MARACAJU	0,25%
MIRANDA	0,88%
MUNDO NOVO	0,02%
NAVIRAÍ	0,19%
NIOQUÊ	0,78%
NOVA ANDRADINA	0,06%
NOVO HORIZONTE DO SUL	0,04%
PARANAÍBA	0,90%
PARANHOS	0,07%
PEDRO GOMES	0,06%
PONTA PORÁ	2,27%
PORTO MURTINHO	0,01%
RIBAS DO RIO PARDO	0,68%
RIO BRILHANTE	0,92%
RIO NEGRO	0,04%
RIO VERDE DE MATO GROSSO	0,09%
ROCHEDO	0,00%
SANTA RITA DO PARDO	0,05%
SÃO GABRIEL DO OESTE	0,00%
SELVIRA	0,03%



Município	%
SETE QUEDAS	0,07%
SIDROLANDIA	1,37%
SONORA	0,58%
TACURU	0,04%
TAQUARUSSU	0,08%
TERENOS	0,14%
TERRA BOA	0,00%
TRES LAGOAS	0,18%
VICENTINA	0,00%

**d) no Estado de Mato Grosso:**

Município	%
ACORIZAL	0,03%
AGUA BOA	0,75%
ALTA FLORESTA	0,37%
ALTO ARAGUAIA	0,13%
ALTO BOA VISTA	0,04%
ALTO GARCAS	0,08%
ALTO PARAGUAI	0,11%
ALTO TAQUARI	0,02%
APIACAS	0,06%
ARAGUAIANA	0,01%
ARAGUAINHÁ	0,00%
ARAPUTANGA	0,03%
ARENAPOLIS	0,15%
ARIPUANA	0,62%
BARAO DE MELGACO	0,03%
BARRA DO BUGRES	0,56%
BARRA DO GARCAS	0,23%
BOM JESUS DO ARAGUAIA	0,01%
BRASNORTE	0,78%
CACERES	0,55%
CAMPINAPOLIS	0,07%
CAMPO NOVO DO PARECIS	0,59%
CAMPO VERDE	0,78%
CAMPOS DE JULIO	0,32%
CANABRAYA DO NORTE	0,16%
CANARANA	0,70%
CARLINDA	0,00%
CASTANHEIRA	0,03%
CHAPADA DOS GUIMARAES	0,21%
CLAUDIA	0,02%
COCALINHO	0,08%
COLIDER	0,86%
COLNIZA	0,15%
COMODORO	0,59%
CONFRESA	0,30%
CONQUISTA D OESTE	0,13%
COTRIGUACU	0,60%

44



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Município	%
CUIABA	2,02%
CURVELANDIA	0,00%
DENISE	0,07%
DIAMANTINO	0,78%
GOM AQUIÑO	0,09%
FELIZ NATAL	0,09%
FIGUEIROPOLIS D'OESTE	0,01%
GAUCHA DO NORTE	0,00%
GENERAL CARNEIRO	0,30%
GLORIA D'OESTE	0,00%
GUARANTA DO NORTE	0,59%
GUIRATINGA	0,30%
INDIAVAI	0,00%
IPIRANGA DO NORTE	0,06%
ITANHANGA	0,00%
ITAUBA	0,12%
ITIGUIRA	2,46%
JACIARA	0,25%
JANGADA	0,04%
JAUURU	0,16%
JUARA	0,08%
JUINA	0,72%
JURUENA	0,02%
JUSCIMEIRA	0,31%
LAMBARI D'OESTE	0,05%
LUCAS DO RIO VERDE	1,79%
LUCIARA	0,00%
MARCELANDIA	0,04%
MATUPA	0,58%
MIRASSOL D'OESTE	0,61%
NOBRES	1,14%
NORTELANDIA	0,11%
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	0,06%
NOVA BANDEIRANTES	0,02%
NOVA BRASILANDIA	0,03%
NOVA CANAÁ DO NORTE	0,15%
NOVA GUARITA	0,03%
NOVA LACERDA	0,08%
NOVA MARILANDIA	0,07%
NOVA MARINGÁ	0,26%
NOVA MONTE VERDE	0,12%
NOVA MUTUM	0,61%
NOVA NAZARE	0,01%
NOVA OLÍMPIA	0,60%
NOVA SANTA HELENA	0,00%
NOVA UBERATA	0,26%
NOVA XAVANTINA	0,28%
NOVO HORIZONTE DO NORTE	0,04%
NOVO MUNDO	0,16%
NOVO SANTO ANTONIO	0,06%
NOVO SÃO JOAQUIM	0,06%



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste –  
FCO

Município	%
PARANAÍTA	0,00%
PARANATINGA	0,06%
PEDRA PRETA	0,47%
PEIXOTO DE AZEVEDO	1,38%
PLANALTO DA SERRA	0,00%
POCONE	0,15%
PONTAL DO ARAGUAIA	0,08%
PONTE BRANCA	0,00%
PONTES E LACERDA	0,92%
FORTO ALEGRE DO NORTE	0,03%
PORTO DOS GAUCHOS	0,24%
PORTO ESFERIDIAO	0,01%
PORTO ESTRELA	0,01%
POXOREO	0,19%
PRIMAVERA DO LESTE	2,84%
QUERENCIA	0,26%
RESERVA DO CABACAL	0,03%
RIBEIRAO CASCALHEIRA	0,14%
RIBEIRAOZINHO	0,01%
RIO BRANCO	0,02%
RONDOLANDIA	0,02%
RONDONOPOLIS	1,07%
ROSARIO OESTE	0,30%
SALTO DO CEU	0,09%
SANTA CARMEN	0,15%
SANTA CRUZ DO XINGU	0,09%
SANTA RITA DO TRIVELATO	0,00%
SANTA TEREZINHA	0,10%
SANTO AFONSO	0,02%
SANTO ANTONIO DO LESTE	0,46%
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	0,27%
SAO FELIX DO ARAGUAIA	1,34%
SAO JOSE DO POVO	0,08%
SAO JOSE DO RIO CLARO	0,14%
SAO JOSE DO XINGU	0,13%
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	0,05%
SAO PEDRO DA CIPA	0,00%
SAPEZAL	0,17%
SERRA NOVA DOURADA	0,00%
SINOP	1,28%
SORRISO	0,73%
TABAPORA	0,51%
TANGARA DA SERRA	1,04%
TAPURAH	0,80%
TERRA NOVA DO NORTE	0,12%
TORDOREU	0,17%
UMIAO DO SUL	0,01%
VALE DE SAO DOMINGOS	0,01%
VARZEA GRANDE	0,24%
VERA	1,74%
VILA BELA SANTISSIMA TRINIDADE	0,55%
VILA Rica	1,58%

